

88 BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

ACÓRES

MADEIRA

CABO
VERDE

BOLAMA

GUINÉ

S. TOMÉ
e
PRÍNCIPE

LOANDA

ANGOLA

MOÇAMBIQUE

ÍNDIA

DIU

DAMÃO

GOA

TIMOR

DILÍ

MACAU



REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS
RUA DA PRATA, 34 — LISBOA

Telegramas: KOPELRAL

LISBOA

Correio: APARTADO N.º 97

Telefone 890 C.

O.



K.

ORENSTEIN & KOPPEL

A. G.

BERLIN-LISBOA

Fábricas especiais de material ferroviário,
material de portos de Lübecker Maschinenbau A. G.

VIA, VAGONETAS, ACESSÓRIOS PARA

TODAS AS BITOLAS, CARRIS DE

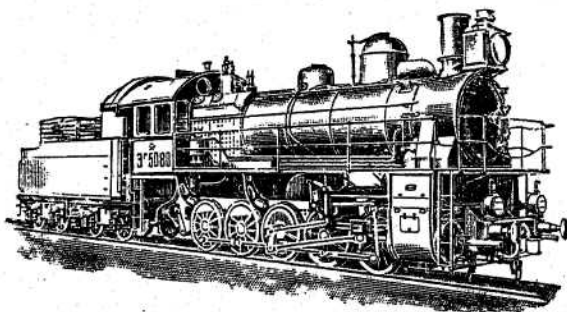
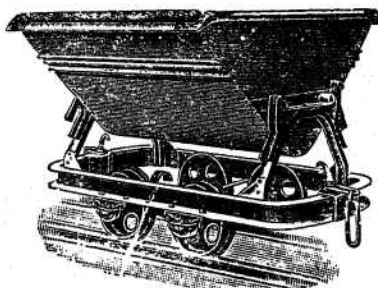
* * * TODOS OS PESOS * * *

LOCOMOTIVAS A VAPOR

e com motor de explosão

Vagões e Carruagens

*Dragas, Rebocadores, Batelões, Escavadoras,
Guindastes e Pás a vapor e movidas por electricidade*



Fornecedores

dos C. F. e Portos
de Angola, S. Tomé
e Moçambique

Representação em: LISBOA, Rua de S. Julião, 41, 1.º

Boletim da Agência Geral das Colónias

PUBLICAÇÃO MENSAL

À VENDA EM TODAS AS LIVRARIAS

Pedidos à Agência Geral das Colónias — Rua da Prata, 34 — Tel. 3357

DEPOSITÁRIO GERAL EM ANGOLA: Carvalho & Freitas Lda — LOANDA



TARIFA DAS ASSINATURAS

Portugal, Ilhas adjacentes e Espanha — Um ano.....	72\$00	Escudos
Colónias Portuguesas d'África — Um ano.....	80\$00	»
Estrangeiro, Índia, Macau e Timor — Um ano.....	100\$00	»
Avulso em Lisboa.....	6\$00	»

Para maior segurança dos assinantes, aceitam-se assinaturas registadas com o aumento de:

Para o Continente Ilhas e Colónias.....	4\$80
Estrangeiro.....	9\$60

Tarifa dos Anúncios do "Boletim da Agência Geral das Colónias"

Local de inserção	1 Página	1/2 Página
<u>Na capa:</u>		
Página 2.....	350\$00	200\$00
Página 3.....	350\$00	200\$00
Página 4.....	500\$00	—
<u>Nas folhas de anúncios:</u>		
Última página antes do texto.....	400\$00	250\$00
Primeira página depois do texto.....	400\$00	250\$00
Primeira página a seguir à capa.....	350\$00	200\$00
Última página de anúncios fora da capa.....	350\$00	200\$00
Outras páginas.....	200\$00	150\$00

Por 12 números..... 20 % de abatimento

» 6 » 10 % »

Os srs. anunciantes deverão fornecer os clichés das gravuras com que desejam ilustrar os seus anúncios.

Coloniais :

Tôdas as publicações co-
loniais de carácter ofi-
cial e algumas particula-
res se vendem na Agen-
cia Geral das Colónias.

Rua da Prata, 34

===== | TEL. C. 3557 | =====

ASSINAR

o

"Boletim da Agência Geral das Colónias"

é um dever

de

TODOS OS PORTUGUESES

que se interessam pelo nosso

PATRIMÓNIO COLONIAL

VIDE
TARIFA na página 1

J. Pedro Correia & C.^a

SOCIEDADE EM NOME COLECTIVO
PARA EXPLORAÇÃO DE SALINAS,
NO LOBITO, AO QUILOMETRO 3 DO
CAMINHO DE FERRO DE BENGUELA

Produção anual: seis a sete mil toneladas aproximadamente

Têm em stock grande quantidade de sal, podendo fechar contratos para grandes partidas a granel ou ensacado em sacos de 20, 25, 35, 50 ou 100 quilos.

Têm toda a facilidade de embarque no pórtico do Lobito, podendo pôr a bordo de qualquer barco a vapor ou de vela 100 toneladas por dia.

BERTRAND (IRMÃOS) L.^{DA}

Grandes Ateliers de Gravura

TRICROMIA, FOTOGRAVURA

E

ZINCOGRAFIA

DESENHOS PARA RECLAMES

ESTILO MODERNO

**TRAVESSA DA CONDESSA DO RIO, 27
LISBOA**

BANCO DE ANGOLA

CAPITAL 50.000.000\$00

SEDE PROVISÓRIA:

RUA DA PRATA, 10, 2.º—LISBOA

FILIAL EM:

LUANDA

AGÊNCIAS EM:

Benguela, Mossâmedes, Lobito, Cabinda, Novo
Redondo, Malange, Vila Silva Pôrto, Sá da
Bandeira e Leopoldville (Congo Belga).

Oferecido por uma companhia
colonial portuguesa

COMPANHIA DO AMBOIM

SEDE — RUA DOS CORREEIROS, 70

LISBOA

Agricultura em Angola,
nos distritos do Cuanza Sul e Benguela
Fazendas de Palmeiras, Algodão, Cacau,
Cereais e Café Amboim

Construtora do Caminho de Ferro
do Amboim

Representação em Luanda, Pôrto Amboim,
Novo Redondo e distrito de Benguela

Companhia Colonial de Navegação

SOCIEDADE ANÔNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

SEDE NO LOBITO

Serviço regular entre a Metrópole e as Colónias da África Ocidental Portuguesa.

Serviço mensal entre Lisboa e os portos da Guiné: Bissau e Bolama.

Serviço extraordinário, unicamente para carga
entre Lisboa e os portos do Norte da Europa e os das Colónias do Atlântico.

Frota da Companhia Colonial de Navegação

PAQUETES

Luanda, 5.085 ton. Guiné, 4.004 ton. Amboim, 3.601

VAPORES DE CARGA

Cassequei.....	4.503 ton.	Lobito.....	2.699 ton.
Benguela.....	4.044 "	Bissau.....	1.773 "
Ganda.....	3.168 "	Mendes Barata.....	3.689 "

PONTÕES

Barca Helena, pontões em Luanda, com 1895 ton.

ESCRITÓRIOS DA COMPANHIA

LISBOA — Avenida da Liberdade, 11, r/c.

PORTO — Rua Mousinho da Silveira, 18, 2.º

AGENTES: *Anvers*, Bernardino Correia & C.ª — *Hamburgo*, Bernardino Correia & C.ª
— *Rotterdam*, Kersten Hunik & C.ª — *Cardiff*, Bradbury, Son & C.º — *Las Palmas*,
Bautista y Martinou — *Santa Cruz de Tenerife*, Bautista y Martinou.

Telefones: *Expediente*, N. 4134 — *Contabilidade*, N. 2123

Depósito, Armazens e Cais, C. 3183

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: NAUTICUS

JARDIM ZOOLOGICO E DE ACCLIMAÇÃO
LISBOA PORTUGAL



INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA
DECRETO 12 DE 1913

**Exposição permanente de animais,
especialmente da fauna das nossas
: : : possessões ultramarinas : : :**

**Aceitam-se agradecidamente os exemplares
que os nossos coloniais se dignem entregar às
autoridades administrativas, do interior ou do
litoral, com destino ao Jardim Zoológico de
Portugal.**

Companhia de Petróleo de Angola

(ANGOIL)

(Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada)
COM O CAPITAL DE. ESC. 4.675.365\$00 (OURO)

**Pesquisas e exploração de petróleo na
Província de Angola, por concessão do
respectivo Governo**

Sede Social: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12, 2.º—Teleg.: "ANGOIL"
Comité Técnico em NOVA YORK — Escritório em BRUXELAS

Presidente do Conselho de Administração Administrador-delegado
Banco Nacional Ultramarino Ernesto de Vilhena

DIRECÇÃO TÉCNICA
"Sinclair Consolidated Oil Corporation" — 45, Nassau Street, New York

Representação e Direcção Técnica em Africa

REPRESENTANTE DIRECTOR TÉCNICO
Coronel Eduardo Marques O administrador Mr. Chester Naramore
Caixa Postal 382 — Teleg.: "ANGOIL" Caixa Postal 815 — Teleg.: "SINGOLA"
LOANDA LOANDA

Companhia de Diamantes de Angola

(DIAMANG)

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
COM O CAPITAL DE ESC. 9.000.000\$00 (OURO)

**Direito exclusivo de pesquisa e extracção
de diamantes na Província de Angola, por concessão
do respectivo Governo**

SEDE SOCIAL:
LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12, 2.º
TELEG.: DIAMANG
ESCRITÓRIOS EM BRUXELAS, LONDRES E NOVA YORK

Presidente do Conselho de Administração Administrador-delegado Presidente dos Grupos Estrangeiros
Banco Nacional Ultramarino | Ernesto de Vilhena Mr. Jean Jadot
REPRESENTAÇÃO E DIRECÇÃO TÉCNICA EM ÁFRICA

Representante Director Técnico
Tenente-Coronel António Brandão de Melo Mr. H. T. Dickinson
Caixa Postal 347 — Teleg.: DIAMANG — LOANDA DUNDO — LUNDA

Boletim da Agência Geral das Colónias

SUMÁRIO:

	Pág.
Trinta e seis volumes, trinta e seis meses de trabalho pro-colónias. por A. Z. C.	3
Discurso de abertura da semana das colónias, pelo <i>Conde de Penha Garcia</i>	5
Renseignements sur le palmier à huile en Angola, par Prof. C. de Melo Geraldès	16
Os grandes transafricanos, por A. Galvão	29
Reconhecimento agronómico do distrito do Moxico, por <i>António de Figueiredo Gomes e Sousa</i>	35
Elementos Gramaticais da Língua Concani, pelo Cónego <i>José de S. Rita e Sousa</i>	47
Lugares Selectos da Biblioteca Colonial Portuguesa	64
Memoranda do Jardim Colonial de Lisboa, por <i>José de Almeida</i> ..	73
Serviços da Agência Geral das Colónias	77
Legislação Colonial	98
Cotações dos produtos coloniais na praça de Lisboa	133
Informações e Notícias :	
Bases para uma Convenção acordadas entre o Ministro das Colónias da República Portuguesa e o Ministro dos Caminhos de Ferro e Portos da União da África do Sul, como representante dos respectivos Governos — Semana das Colónias de 1928 — Comissão de Defesa e Propaganda Colonial Portugal no Extremo Oriente — Feira e exposição comercial em Macau — Inauguração da luz eléctrica em Coloane — Padroado Português do Oriente — A Guiné Portuguesa — A indústria do cimento em Moçambique — Colocação do tabaco colonial na Metrópole — Uma festa de instrução em Angola — Epidemiologia em Angola — A mortalidade na provincia de S. Tomé e Príncipe — Náutica e aeronáutica — Mérito colonial para as mulheres — Homenagem a Fernão de Magalhães — A Igreja católica na África do Sul — A unidade sindical entre os pretos — O comércio da França com as suas colónias — A luta contra o paludismo — Produção e mercado do cacau — O tratamento das pessoas mordidas por cobras — Produção colonial — Tecnologia da mandioca — A «Meriandra Benghalensis» — O endurecimento da madeira pelo enxofre — A descafeinação do café — A cultura do abacaxi — A capacidade de absorção de água nos terrenos, e a rega automática — A utilização do calor solar	134
Revista da Imprensa Colonial (Secção Portuguesa):	
Colonização de Angola — A doença do sono na provincia de Moçambique — A Missão Médica à África Oriental Portuguesa — A Guiné e suas riquezas — A campanha sanitária em Angola — Alto objectivo da nossa literatura colonial — «Standardization» — A Assistência indígena no Congo — A Colonização no Congo Belga — «Escolas de Concanim ou Concanim nas Escolas?» — Uma festa chinesa em Macau — Imprensa colonial	199
Revista da Imprensa Colonial (Secção Estrangeira):	
A assistência médica portuguesa em África — O General Pienaard fala de Angola — O equilibrio europeu e as Colónias — As aspirações coloniais na Itália — A mulher branca nas colónias — «O problema das raças em África» — A questão indígena na África do Sul — Tropas negras — Métodos de valorização colonial — O desenvolvimento dos transportes na África Central — Nova política de colonização da Argentina — Política ferroviária inglesa no Este Africano	218
Bibliografia	237
English Section	242
Section Française	245
Índice por artigos (dos n.ºs 25 a 36)	248
» » autores (dos n.ºs 25 a 36)	271
» » Colónias (dos n.ºs 25 a 36)	275

Seguindo o sistema das duas primeiras séries de 12 números, sai neste número o índice de todos os trabalhos publicados no Boletim da Agência Geral das Colónias, incluindo o presente.

Encontra-se já à venda, em edição de luxo, a separata do trabalho do Sr. Professor José Joaquim d'Almeida sobre "O Dr. Frederico Welwitsch e a sua obra em Angola".

Um volume brochado de 265 páginas em papel de linho, esfarpado, profusamente ilustrado, com tricromias, gravuras antigas e modernas Esc. 100\$00

Encadernado Esc. 130\$00

TRINTA E SEIS VOLUMES, TRINTA E SEIS MESES DE TRABALHO PRO-COLÓNIAS

Com o presente número, completa o *Boletim da Agência Geral das Colónias* três anos de existência; e ao olharmos o espaço que na estante já nos ocupa a série dos 36 números que, sem uma interrupção, regularmente têm aparecido no dia 15 de cada mês, não podemos deixar de pensar no esforço e obra considerável que representa, no interessante repositório e arquivo da vida colonial, não só portuguesa como estrangeira dos últimos três anos, que aí se encontra e na importância, verdadeiramente nacional, que esta publicação hoje tem.

Esta revista apareceu exactamente na ocasião em que, nos meios internacionais, mais acesa andava a campanha contra a obra colonial portuguesa, contra a nossa «incapacidade», «inércia» e «desumanidade». E aparecendo, começou desde o seu primeiro número a mostrar, tanto a nacionais como a estrangeiros, — pois vai no estrangeiro a tóda a parte onde possa haver interêsse que ela vá, — a maneira como os portugueses realizam a grande tarefa colonizadora que, pelo valor e esforço dos seus antepassados se atribuíram.

Certos meios estrangeiros, olhando-nos apenas através do aspecto turbulento que por vezes, infelizmente, apresenta a vida portuguesa e sem mais nada conhecer a nosso respeito, irritaram-se com a nossa ousadia de possuímos um tão vasto e rico império colonial, sempre que inconfessáveis razões de ordem económica ou de política internacional, por via de regra intimamente ligadas, lhes mostraram vantagem em manifestar essa irritação.

Mas nós temos sempre realizado, embora com intermitências, aliás comuns a todos os povos coloniais, uma grande obra de colonizadores e continuamo-la realizando hoje; infelizmente, porém, poucos de tal sabiam. Começam a sabê-lo agora, graças ao *Boletim da Agência Geral das Colónias*, cuja larga difusão no estrangeiro garante a sua eficiência, outras razões não sendo precisas para se

lhe reconhecer a importância nacional que na verdade tem.

E bem podemos nós, portugueses, mostrar a todo o mundo como nas páginas do *Boletim*, desde o seu primeiro número, se vem mostrando a nossa capacidade, esforço e obra de grande nação colonizadora. Quantas vezes temos agora deparado, em páginas de jornais e revistas estrangeiras, com a admiração sincera pela obra que temos realizado e estamos realizando no nosso império colonial e que o nosso *Boletim* tem tornado conhecida?

E não é só do passado, como muitos dessorados derrotistas, estúpida e criminosamente, pretendem fazer acreditar, que podemos falar; podemos fazê-lo também e orgulhosamente do presente. A obra extraordinária feita em Moçambique, que a torna uma das nossas mais progressivas colónias, encanto de todos os que a visitam; a transformação formidável por que Angola está passando, apetrechando-se científica, técnica e materialmente para, dentro em breve, corresponder ao que dela todos esperam, e a obra de assistência indígena que, dia a dia, se vem realizando perante a respeitosa admiração de todo o mundo da especialidade; o desenvolvimento e era de progresso em que a Guiné, ainda há dez anos incompletamente pacificada, entrou, assegurando-se, sob uma administração modelar, um futuro prospérissimo; outro tanto se podendo dizer de S. Tomé e Príncipe, actualmente numa notável fase de inteligente e enérgica valorização económica; essa transformação por que tem passado Macau, que já vai deixando de ser conhecida por «Mónaco do Oriente» para se indicar como um dos melhores portos que servem a China e que, com a inteligente e sensata acção do seu actual governador tem marcado uma brilhante posição para a administração colonial portuguesa, em tão delicadas quanto difíceis circunstâncias, naquelas longínquas paragens; e tantos outros esforços feitos em Cabo Verde e outras colónias, impossível sendo prolongar mais esta rápida resenha de tópicos gerais, podem constituir legítimo orgulho para qualquer nação colonial.

O *Boletim da Agência Geral das Colónias*, tornando conhecida, tanto em Portugal como no estrangeiro, esta obra admirável, e, fazendo-o com uma apresentação que nos não envergonha e uma regularidade, rara de encontrar seja onde for, julga bem cumprir o seu dever e merecer de todos os portugueses.

A. Z. C.

DISCURSO DE ABERTURA DA SEMANA DAS COLÓNIAS

PELO

CONDE DE PENHA GARCIA

Membro da Sociedade de Geografia

Membro do Institut International Coloniale

Membro do Comité Internacional Colonial (Haia)

Antigo Deputado

Antigo Ministro das Finanças

Senhor Presidente da República,
Excelentíssimos Senhores,
Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Começarei por agradecer ao ilustre Chefe do Estado, aos membros do Governo, aos membros do Corpo Diplomático, aos representantes das forças vivas da Nação e aos demais convidados a sua comparência a esta Sessão Solene destinada à imposição das insígnias da Grã Cruz de Cristo na bandeira da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Será esta cerimónia modesta e singela na sua forma material, mas nobre, alevantada e impressionante, no seu significado moral.

Por Decreto de 29 de Março findo, agraciou o Governo transacto a Sociedade de Geografia com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo, reconhecendo a mesma Sociedade de utilidade pública.

No Decreto justifica-se, em termos que ficarão arquivados no Livro de Ouro da Sociedade, a mercê que lhe é concedida.

Endereçando ao Governo os nossos agradecimentos pela valiosa e significativa mercê, a Sociedade de Geografia julga vêr nela não só o público reconhecimento dos seus 52 anos de serviços à Pátria e à Sciência, mas a consagração oficial da política colonial que desde os seus inícios tem propagado e defendido. Nem isso admira,

pois ainda está na lembrança de todos o magistral discurso em que, aqui mesmo, há cerca de um ano, um membro do Governo, o falecido Comandante João Belo, cuja memória evoco com saúde e emoção, tracejou com mão de mestre as grandes linhas da política colonial do Governo, que eram, na sua essência, aquelas mesmas que esta Sociedade vem apregoando e defendendo há 52 anos.

A Obra da Sociedade de Geografia

É facto para notar que, mercê das circunstâncias que a originaram, e da inteligência e senso prático dos seus dirigentes, a Sociedade de Geografia marcou desde os seus inícios a sua posição e os seus métodos na vida colonial portuguesa, por um modo que, com as naturais modificações do tempo e das circunstâncias, se tem mantido com um raro espírito de seqüência.

Logo no ano da sua criação, em 1876, os primeiros trabalhos da Sociedade de Geografia se orientaram para que o País se integrasse no movimento de exploração geográfica e científica do Continente Negro, que Livingston, Cameron, Stanley e outros, iam realizando. É certo que, já antes deles, o Dr. Lacerda, os Pombeiros, Silva Pôrto, Gamito e outros, tinham realizado importantes viagens no interior, mas novos esforços, novos trabalhos se tornavam necessários, em face da evolução do direito público, que substituíra ao velho direito do descobridor o novo direito da ocupação.

A acção da Sociedade de Geografia, estimulando a organização das expedições de Serpa Pinto e de Capelo e Ivens, popularizando-as, interessando nelas o espírito nacional, marca bem um dos princípios básicos da sua política colonial:

«Despertar o sentimento nacional, interessar a opinião pública nos problemas coloniais, dar à nossa acção colonial uma larga base popular, ligar a metrópole às colónias, não só por sólidas amarras económicas mas também por fortes laços sentimentais».

Ainda no mesmo ano de 1876, tinha a Sociedade de Geografia ocasião de marcar, por forma característica, um

dos seus mais prestimosos modos de acção: *A defesa e propaganda do domínio colonial português nos países estrangeiros.*

Convocara o Rei Leopoldo da Bélgica, em 12 de Setembro de 1876, uma reunião, em Bruxelas, de representantes de diversas Sociedades e organismos de estudo dos problemas coloniais. Foi essa reunião o primeiro acto da futura constituição do Congo Belga.

Por lamentável esquecimento, não fôra convidado Portugal. Os protestos respeitosos, mas firmes, da Sociedade de Geografia, levaram o Rei Leopoldo a dirigir ao Presidente da Sociedade de Geografia uma carta, convidando esta Sociedade a colaborar nos trabalhos iniciados.

Durante a crise marcada pela Conferência de Berlim, valiosos foram os trabalhos da Sociedade de Geografia para defesa do nosso domínio histórico, e os cuidados da defesa do nosso domínio ultramarino são ainda hoje a mais instantânea das suas preocupações.

Seria longo detalhar a acção da Sociedade de Geografia durante os seus 52 anos de existência. Ela consta das suas memórias e publicações e das quarenta e seis séries dos seus boletins.

Estão na memória de todos os dois magníficos Congressos Coloniais e as suas valiosas publicações. A Exposição de Cartografia Nacional, a Exposição dos quatro produtos ricos das Colónias, a Exposição dos meios de transporte das Colónias, o Mostruário industrial relativo às Colónias, as Sessões Solenes destinadas a celebrar grandes individualidades coloniais, os valiosos trabalhos das Comissões e Secções da Sociedade, os seus constantes trabalhos de defesa e propaganda.

Por outro lado, se quiséssemos analisar a sua obra nos países estrangeiros vê-la-emos, intensa e persistente, na troca de publicações, na colaboração em quasi todos os Congressos, não só geográficos e coloniais, mas ainda de outros ramos do saber, que nos podem interessar.

Admirá-la-emos na luta constante de repelir acusações injustas, de rectificar asserções inexactas, de levar a toda a parte a voz de Portugal, reivindicando o seu lugar ao Sol, em nome das suas grandes obras no passado

e do seu direito, da sua energia e da sua inteligência, no presente.

Nas grandes Exposições Internacionais, como em Liverpool, em Londres, no Rio de Janeiro, em Dresde, etc., também a concorrência da Sociedade de Geografia, com as suas colecções e produtos, valorizou de modo particularmente admirável a obra colonial portuguesa.

Em dois campos de acção bem diferentes tem assim exercido, por um modo brilhante, esta benemérita Sociedade o seu esforço pela causa colonial portuguesa.

No País e nas Colónias, que terras de Portugal são, grande e eficaz tem sido a obra aturada da Sociedade de Geografia, desenvolvendo e estimulando o estudo dos problemas coloniais, vulgarizando as suas soluções, difundindo o sentimento da colonização, criando na opinião pública a consciência das responsabilidades que nos cabem como terceira potência colonial do mundo.

No estrangeiro, na terra alheia, como representante da mentalidade colonial portuguesa, como sentinela vigilante dos perigos que por vezes nos ameaçam, como arauto das nossas glórias passadas e do nosso esforço e do nosso honesto trabalho na obra colonial presente, sempre a Sociedade de Geografia se tem desempenhado dèste pesado encargo com tanta nobreza e elevação como firmeza e brilho.

A Sociedade de Geografia e a política colonial portuguesa

Nascida com a primeira grande crise que abalou a teoria dos nossos direitos históricos, a Sociedade de Geografia tem sido sempre a precursora das fórmulas modernas da nossa política colonial.

Em 1873, um grande estadista, Andrade Corvo, dizia nos seus importantes estudos sôbre as províncias ultramarinas: «enganam-se aqueles que imaginam que o direito de soberania os pode levar ao extremo de contrariar os direitos da humanidade, e um dèsses direitos é o de aproveitar, em benefício dos povos, as vantagens resultantes do livre comércio, é o de fazer chegar a todos as riquezas que a natureza pôs à disposição de todos».

Baseada neste princípio fundamental e na necessidade de ocupação e valorização dos territórios, se criou, devido em grande parte ao trabalho e esforços da Sociedade de Geografia, a nova política colonial portuguesa.

Na sua primeira fase, procurámos, por meio de tratados internacionais, fixar em direito convencional os limites e extensão do nosso império ultramarino.

Apesar da luta de influências e da avidez de certos países, ainda conseguiram os nossos governos e os nossos diplomatas, auxiliados por uma opinião pública, que, em grande parte, a Sociedade de Geografia criara, manter para o Estado português um vasto domínio colonial, que lhe assegura o terceiro lugar como potência colonial do mundo.

A segunda fase da moderna política colonial portuguesa foi a da valorização dos territórios, dotando-os com a utensilagem económica necessária: caminhos de ferro, portos, estradas, instrumentos de administração pública e serviços respectivos.

Não nos envergonha o trabalho que, neste sentido, realizámos nestes últimos 52 anos.

Os portos de Lourenço Marques e da Beira, os de Luanda e do Lobito, os caminhos de ferro, os edifícios da administração pública, a ocupação efectiva de todos os territórios, a sua organização administrativa, os serviços de assistência, etc., etc., falam bem alto em defesa do esforço português.

De cada um destes problemas e de muitos outros, que vão estando em via de solução, se encontram, nos arquivos da Sociedade de Geografia, estudos completos, críticas, planos, que frequentemente têm servido de inspiração a actos governativos.

Cada vez mais necessário se torna manter a nossa política colonial no campo dos realismos, prevendo e combatendo os perigos das novas teorias de direito colonial.

Cada vez se procura mais diminuir e atenuar a soberania dos países coloniais: o próprio direito sagrado dos tratados vê erguer-se, em face de si, exageradas teorias de internacionalismo, que ocultam, nas suas formas sentimentais, visíveis preocupações de império económico.

Se até a teoria dos mandatos, criada especialmente, com defeituosas bases jurídicas, para resolver as dificuldades de momento de uma partilha embaraçosa, se arroga as pretensões de teoria jurídica geral, de evolução forçosa do direito dos povos!

É a própria ideia colonial que está em jôgo e parece legítimo esperar que todos os povos coloniais saibam ter a solidariedade precisa para desviarem um perigo que a todos ameaça.

Mas sem esperar pelas manifestações dessa solidariedade, que já mais de uma vez nos tem faltado, é meu parecer que Portugal pode encarar, sem exagerados receios, o perigo visível e iminente se souber definir as suas doutrinas coloniais, e se as souber executar, não fechando os olhos às realidades que o cercam.

Nesta evolução necessária da nossa política colonial, em que é preciso dividir as nossas atenções por quatro grandes problemas, não deixará a Sociedade de Geografia de manter a sua acção orientadora e divulgadora.

É o primeiro desses problemas continuar a obra de desenvolvimento da utensilagem económica das colónias e de aperfeiçoamento da sua organização administrativa.

É o segundo a cultura e a colonização das terras altas aonde o branco se pode fixar. A extensão gradual dessa colonização será o mais firme alicerce da nacionalização das nossas colónias.

Constitui o terceiro o difícil problema da fixação e progresso das raças indígenas. Serão elas a maior riqueza das terras baixas africanas. É indispensável que por um modelar serviço de assistência avigoremos a sua robustez física, e, por um sistema gradual de adaptação e ensino, lhe criemos hábitos de trabalho e os fixemos à terra como cultivadores e proprietários.

De primordial importância será o ensino da língua portuguesa aos indígenas. A língua é um poderoso instrumento de assimilação. A sua difusão constituirá um dos melhores processos de nacionalização das nossas colónias.

Na execução deste programa muito se pode esperar da acção dos missionários portugueses; continuarão uma

velha tradição, cuja vitalidade é ainda hoje demonstrada pelo que nos resta do Padroado do Oriente.

O quarto grande problema da moderna política colonial portuguesa é o problema científico, o problema do ensino, o problema intelectual.

Coloquei-o em último lugar porque ele penetra e domina todos os outros. Neste capítulo e devido em grande parte aos esforços desta Sociedade, criámos o Museu Colonial, a Escola Colonial, a Escola de Medicina Tropical, as Cadeiras de Ciência Colonial nas Faculdades de Direito, o Curso de Agronomia Tropical, a Agência Geral das Colónias e ainda outras organizações, todas visando a três fins principais: colocar-nos a par dos outros países, no que diz respeito aos trabalhos e investigações da ciência colonial, criar um corpo escolhido de funcionários coloniais, divulgar e difundir no país o conhecimento das nossas riquezas ultramarinas e do nosso valor como potência colonial.

O problema intelectual da política colonial portuguesa tem um valor máximo. Os povos de minguada área, de pequenas populações, só se podem impôr pelas forças espirituais, pela inteligência, pelo labor, pela fé.

Senhor de um grande domínio colonial e herdeiro da mais gloriosa das tradições, nas grandes descobertas geográficas e na conquista de novos mundos, o Portugal de hoje só poderá manter a sua situação de potência colonial pelo culto intenso daquelas três grandes virtudes.

É por isso que é necessário fazer convergir as atenções de governantes e governados para este problema máximo: a organização das forças intelectuais da colonização portuguesa.

Sentiu o Governo a importância do problema, pois já publicou um decreto sobre a difusão do ensino colonial, mas a obra necessária e urgente é maior e muito mais vasta.

O Instituto Colonial

Falta-nos até a base material, que nos países coloniais testemunha a preocupação de coordenar e desenvolver as forças intelectuais na obra colonial.

Tomo apenas como exemplo e termo de comparação dois países, que em área e população connosco se iguam e cujos impérios coloniais com o nosso se comparam. É um dêles um antigo país colonizador, a Holanda, e o outro um dos mais recentes, a Bélgica. Pois nesta, o museu de Terwueren, naquela o Instituto Colonial de Amsterdão, são dois edificios grandiosos, cheios de colecções magníficas, com maravilhosos elementos de estudo e de propaganda, que logo nos dão a impressão do que valem os impérios coloniais daqueles dois países. Isto nos falta em Portugal. Isto urge fazer. Portugal e os seus domínios coloniais devem a si próprios a immediata construção de um Instituto Colonial modelo, para o que lhe será fácil aproveitar as lições da experiência alheia. Eu vejo êsse edificio grandioso, construído, não exclusivamente com as poucas verbas do nosso atormentado orçamento, mas pela colaboração do Estado, das Colónias, das grandes Companhias Coloniais, das grandes Empresas Portuguesas, das Cidades e das Vilas, da Nação tóda inteira!

Não é obra que se construa em curto espaço de tempo, mas será prova irrefutável da integração do País nas responsabilidades da sua situação de grande potência colonial. Nêsse edificio, ou, antes, nêsse grupo de edificios, se alojariam diversas instituições e serviços, desde os de carácter utilitário até aos scientificos e pedagogicos. Em um dos lados teriam cabimento a Bolsa Colonial, o Museu Comercial Colonial, com os seus serviços de propaganda e informação, a Agência Geral das Colónias, e outras organizações similares. Ao centro estaria o grande Museu Colonial com as suas secções: Histórica, Etnográfica, Geográfica e Pedagógica. Na outra ala instalar-se-iam a Sociedade de Geografia, a Escola Colonial e o Instituto de Estudos Superiores Coloniais, com os seus laboratórios e gabinetes de estudo. Uma grande sala para Congressos e Exposições e duas ou três salas para Conferências, completariam o Instituto Colonial Português. Êle seria o edificio magnífico, sede da grande obra colonial do Portugal moderno. Ali, os nossos homens de sciência, os nossos coloniais, os nossos administradores, elaborariam os planos da nossa acção colonial. Ali aprenderiam

as gerações novas a história do nosso grande passado de descobridores e colonizadores, ali fariam a sua educação de colonizadores modernos. O Instituto seria como que o cérebro da nossa organização colonial. Mas isso é um sonho, dir-me-ão! Onde ir buscar dinheiro para tão vasta empresa? Singelamente, a três grandes usurários, que se chamam a inteligência, a tenacidade e a fé.

Faça-se dêste empreendimento uma obra radicalmente nacional e os auxiliares surgirão de toda a parte. No orçamento do Estado e no das Províncias Ultramarinas não será difícil inscrever verbas que assegurem grande parte da obra; o resto completá-lo-ia a Nação pela sua própria iniciativa.

O essencial é fazer-lhe compreender que o Instituto Colonial Português seria um agrupamento de edifícios que continuariam o admirável simbolismo dessa triologia sagrada, para a nossa alma de portugueses, que se chamam o Convento de Cristo, a Batalha e o Edifício dos Jerónimos.

Recorda-nos o primeiro o período épico da formação da nacionalidade, o segundo é o sacrário venerando da independência da Pátria e, finalmente, o terceiro é o símbolo maravilhoso da nossa grande epopeia marítima.

O Instituto Colonial seria a continuação destes edifícios simbólicos, seria a consagração arquitectural da nossa obra de colonizadores.

Mais uma vez o Milagre de Sagres se renovaria e o Instituto seria o intenso centro intelectual, que inspiraria a moderna obra colonial portuguesa.

Nos tempos actuais, como nos antigos, duas condições são necessárias para as grandes obras colectivas: uma *élite* forte, inteligente, disciplinada, patriótica, cheia de espírito de sacrificio e uma massa (podemos chamar-lhe opinião pública) capaz de, pelo menos sentimentalmente, compreender essa *élite* e de sentir e de se mover sob o império de um grande ideal.

O Instituto Colonial seria o centro educador dessa *élite* e o formador dessa opinião pública. O Progresso da nossa vitalidade como potência colonial moderna poderá medir-se pela rapidez da realização dêste Instituto.

A Grã-Cruz de Cristo

E tempo de terminar estas considerações de ordem geral e de me referir em breves termos à cerimónia a que o Senhor Presidente da República, que é também Presidente de Honra desta Sociedade, vai proceder.

A imposição das insígnias da Grã-Cruz de Cristo na bandeira da Sociedade de Geografia tem para nós um valor de elevado simbolismo.

Ela integra os nossos 52 anos de trabalho patriótico sob o signo bendito dessa Cruz, que foi para Portugal símbolo de libertação dos territórios e lábaro das grandes descobertas e das conquistas.

Este símbolo é tão inseparável da alma portuguesa, que ainda há pouco, quando, renovando passadas façanhas, fomos por atmosferas nunca dantes navegadas levar ao Brasil uma saudação portuguesa, essas ondas em que se espelhava o rápido vôo da águia portuguesa, por ela, pela Cruz de Cristo, reconheceram Portugal.

A Grã-Cruz da Ordem de Cristo que o Governo concedeu à Sociedade de Geografia, se é galardão dos serviços dos vivos, é muito mais ainda merecido prémio e justo tributo aos nossos mortos.

Neste momento eu evoco, com respeito e saudade, a memória bendita desses milhares de antigos sócios desta Sociedade, a cujos esforços se deve a obra magnífica, que a imposição da Grã-Cruz de Cristo veio premiar.

Sinto-os aqui nesta sala, que não chega para os conter. Nas primeiras linhas diviso Luciano Cordeiro, Conde de S. Januário, Andrade Corvo, Sá da Bandeira, António Enes, Serpa Pinto, Capelo, Ivens, Mousinho, Barros Gomes, Ferreira do Amaral, Anselmo Braamcamp, Consiglieri Pedroso, Paiva de Andrade e tantos e tantos que nem os sei distinguir.

Do reino das sombras eles vieram até nós nesta hora solene. Honra e Glória ao seu esforço e ao seu amor pátrio.

Que estas insígnias, que eles ganharam e que se vão ostentar de ora àvante na nossa bandeira, sejam para os novos um reconforto e um estímulo.

Que a Cruz de Cristo os fortaleça no pesado encargo de manter a nossa posição de terceira potência colonial.

Que este símbolo, que nos liga com os remotos inícios da nossa velha nacionalidade, mais afervore os sócios desta Sociedade de Geografia, nessa união sagrada, que tem por lema o amor da Pátria e por fim a defesa do Império Português.

CONDE DE PENHA GARCIA.

RENSEIGNEMENTS SUR LE PALMIER À HUILE EN ANGOLA¹

PAR

PROF. C. DE MELO GERALDES

de l'Académie des Sciences de Lisbonne
Directeur du Laboratoire de technologie agricole coloniale
à l'Institut Supérieur d'Agronomie
et du Musée Agricole Colonial de Lisbonne

Distribution du palmier à huile en Angola²

Au point de vue orographique, climatérique et fito-geographique, on peut diviser l'Angola en trois zones absolument distinctes : la zone littorale, la zone montagneuse et celle des plateaux.

La zone littorale a les caractéristiques suivantes : relief orographique peu important, altitudes pas supérieures à 330 mètres, vastes plaines, climat chaud et peu pluvieux, végétation xérophile clairsemée, excepté aux bords des fleuves, où on trouve des forêts hydrophiles en galeries quelques fois très denses.

La zone montagneuse est caractérisée par un relief oro-

¹ Memória apresentada ao Congresso de Agricultura tropical e indústrias correlativas, realizado em Paris, em Janeiro-Fevereiro de 1927, por ocasião da 7.^a Exposição internacional da borracha, de outros produtos tropicais e das indústrias derivadas.

² Il existe déjà une documentation assez importante sur le palmier à huile à l'Angola due, spécialement, aux études du Prof. José de Almeida (de l'Institut Supérieur d'Agronomie, de Lisbonne) à ceux des techniciens de la Société «Fomento Geral de Angola» et aux nombreuses analyses de fruits faites au Laboratoire de Technologie Agricole Coloniale du même Institut, dont la plupart m'a été envoyées par la susdite Société. Mais comme le règlement du congrès, a fixé que le nombre maximum des mots pour chaque mémoire, soit de 2000, je me vois forcé de présenter seulement un court résumé de toute cette documentation.

graphique important, par l'abondance des cours d'eau, par un climat chaud, humide et très pluvieux et par l'existence de grandes forêts hygrophiles très denses qui la couvrent dans une grande partie.

La zone des plateaux présente les caractéristiques suivantes, comparée avec la zone montagneuse : le relief orographique est moins important, les plaines sont plus nombreuses et vastes, les altitudes plus grandes, le climat moins chaud, mais aussi humide et pluvieux et les forêts moins denses.

Dans la *zone littorale*, on rencontre le palmier à l'huile spontané¹, environ du parallèle de 4° 40 (Mayombe) jusqu'au parallèle de 12° 20 (fleuve Cubal) et cultivé, jusqu'au parallèle de 13° (Dombe Grande).

Dans cette zone, le palmier à huile se trouve seulement au bord des fleuves, végétant comme hydrophyte, où il forme des galeries quelques fois très vastes et denses, en général associé à différentes essences forestières.

Le palmier à huile végète dans cette zone, en des terrains d'aluvion, généralement silico-humifères ou silico-argilo-humifères, humides et quelquesfois inondés constamment par une nappe d'eau courante, comme par exemple à la rive gauche du Zaire, dans la région des canaux, mais on ne le trouve jamais dans des sols marécageux.

Les palmeraies les plus étendues se trouvent dans les vallées des fleuves Inhuca, Luali, Chiloango et Lucola (dans l'enclave de Cabinda); à la rive gauche du Zaire, spécialement dans la région des canaux, dans les vallées des fleuves Dande, Bengo, Quanza, Lucala et Muconga (affluents du Quanza, respectivement aux rives droite et gauche), Longa et Nhia (affluent du Longa).

C'est dans cette zone qu'on trouve les palmeraies les plus denses et les plus étendues.

Dans la *zone montagneuse*, les peuplements de palmiers à huile sont moins denses et surtout moindre étendues que ceux de la zone littorale, non pas parce que le sol et

¹ J'emploie ce mot, pour désigner les palmiers qui ne proviennent pas de culture régulière.

le climat ne conviennent pas au palmier à huile, mais simplement parce que les forêts de cette zone, sont très denses et pour cela les essences forestières rendent difficile la propagation et la végétation du palmier à huile. Mais dans cette zone ils existent aussi beaucoup de palmiers, peut-être autant ou même plus que dans la zone littorale, vu que dans celle-ci, son aire de végétation est borné aux vallées des fleuves, parce que le climat est peu pluvieux. Dans cette zone, dans laquelle prédominent les terres argilo-silico-humifères, le palmier à huile se trouve dans les forêts non seulement des vallées, mais aussi dans celles des terrains élevés, associés à différentes essences forestières et végétant beaucoup de fois comme hygrophYTE.

Les régions de cette zone qui sont les plus riches en palmeraies, sont les suivantes : Mayombe, Dembos, Goulungo Alto, Cazengo, Libolo, Amboim et Seles.

Dans la zone des plateaux le palmier à huile est rare et on le rencontre spontané, seulement dans les régions situées au nord du fleuve Quanza et d'une altitude pas supérieure à 1200 mètres, mais son développement est plus lent, parce qu'il lui manque la chaleur suffisante pour sa végétation normale, excepté le plateau du district du Congo, où le palmier à huile est abondant, surtout dans la région nord-est comprise entre la frontière et le fleuve Cuilo et tout le long de la rive gauche du Cuango.

Variétés du palmier à huile existantes en Angola

On a déjà trouvé à l'Angola, presque toutes les variétés du palmier à huile, connues actuellement.

De l'espèce *Elaeis guineensis*, Jacq., ils existent en Angola les variétés suivantes :

Macrocarya Becc.; *sempernigra* A. Chev.; *communis* A. Chev. formes *dura* Becc. et *tenera* Becc.; *pissifera* A. Chev.; *ceredia* A. Chev.; *repanda* A. Chev. *intermedia* A. Chev.; *gracilinux* A. Chev.; *dura vitrescens-nigrescens* Büch. et Fick.; *albescens* Becc. et *rostrata* Becc.

De la sous-espèce *E. Poissoni* E. Annet, on a déjà trouvé les variétés *dura nigrescens* et *tenera nigrescens*, et

une nouvelle variété (?) qui pourrait être nommé *dura virescens nigrescens*, mais seulement à la rive gauche du Zaire, dans la région des canaux, où elles ont été rencontrées en 1922, par les ingénieurs agronomes Paul Jansens et Monteiro do Amaral, qui ont été chargés par la société «Fomento Geral de Angola» d'étudier les palmeraies de ses concession. Je crois que cette dernière variété (?) n'a pas encore été trouvée dans aucune autre région de l'Afrique.

D'après M. M. Jansens et Amaral, les fruits extérieurs des régimes de cette variété (?), sont noirs avec la partie inférieurs orange ou verte, et les fruits intérieurs sont orange avec la base et le sommet verts. Quelques fruits sont rayés de violet ou tout à fait orange.

Les carpelles stériles qui forment la gaine, sont blancs ou jaunes à la base, verts au milieu et violets au sommet.

Il reste à savoir, s'il s'agit vraiment d'une variété ou seulement d'un métis provenant du croisement d'une variété *nigrescens* avec une *virescens*.

Et, à mon avis, il faut faire la même remarque, au sujet de la variété *dura virescens nigrescens* Büch. et Fick. de l'E. guineensis.

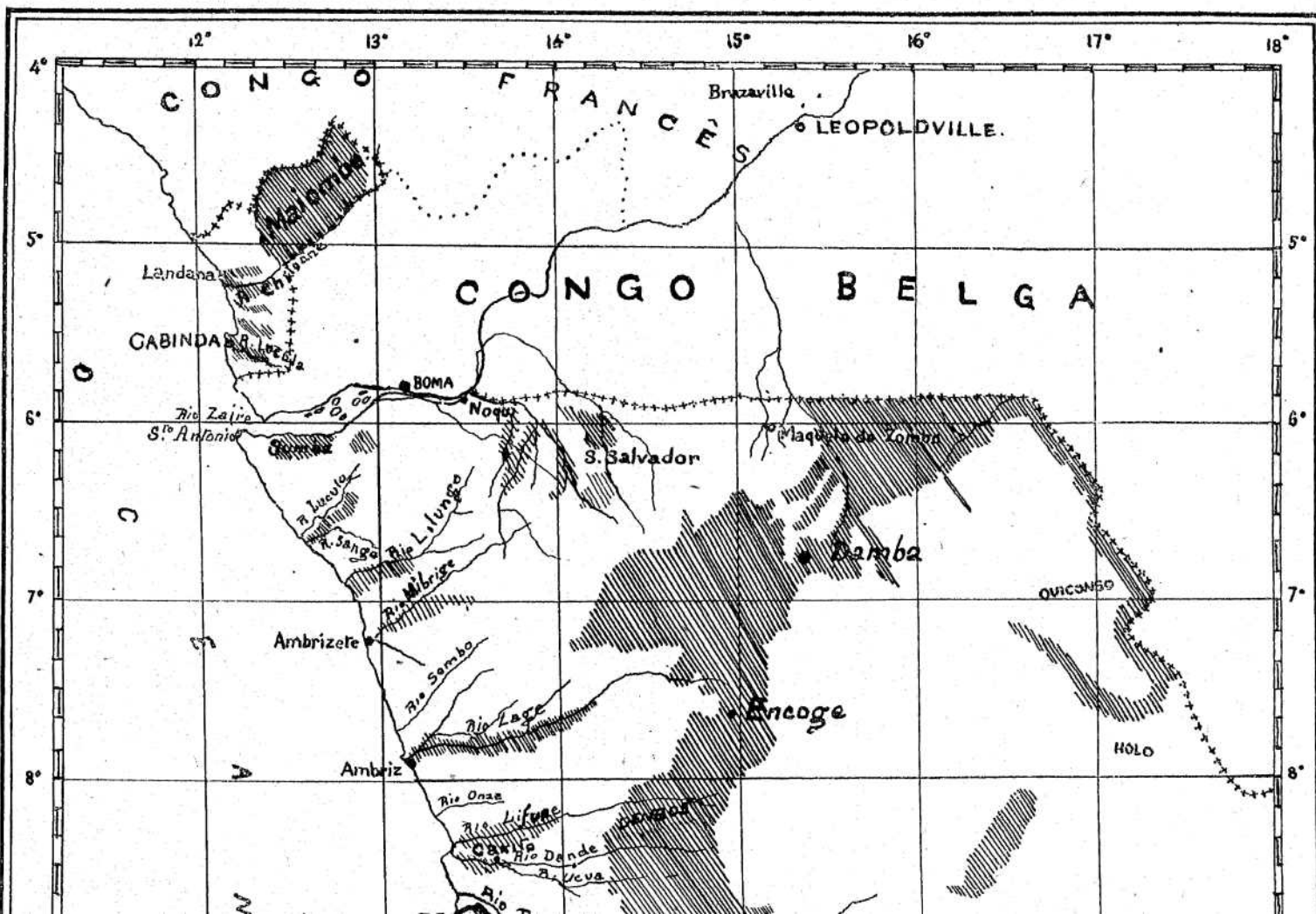
Dans les palmeraies de l'Angola, comme d'ailleurs dans toutes les autres palmeraies africaines, prédominent les variétés *sempernigra* et *communis*, forme *dura*.

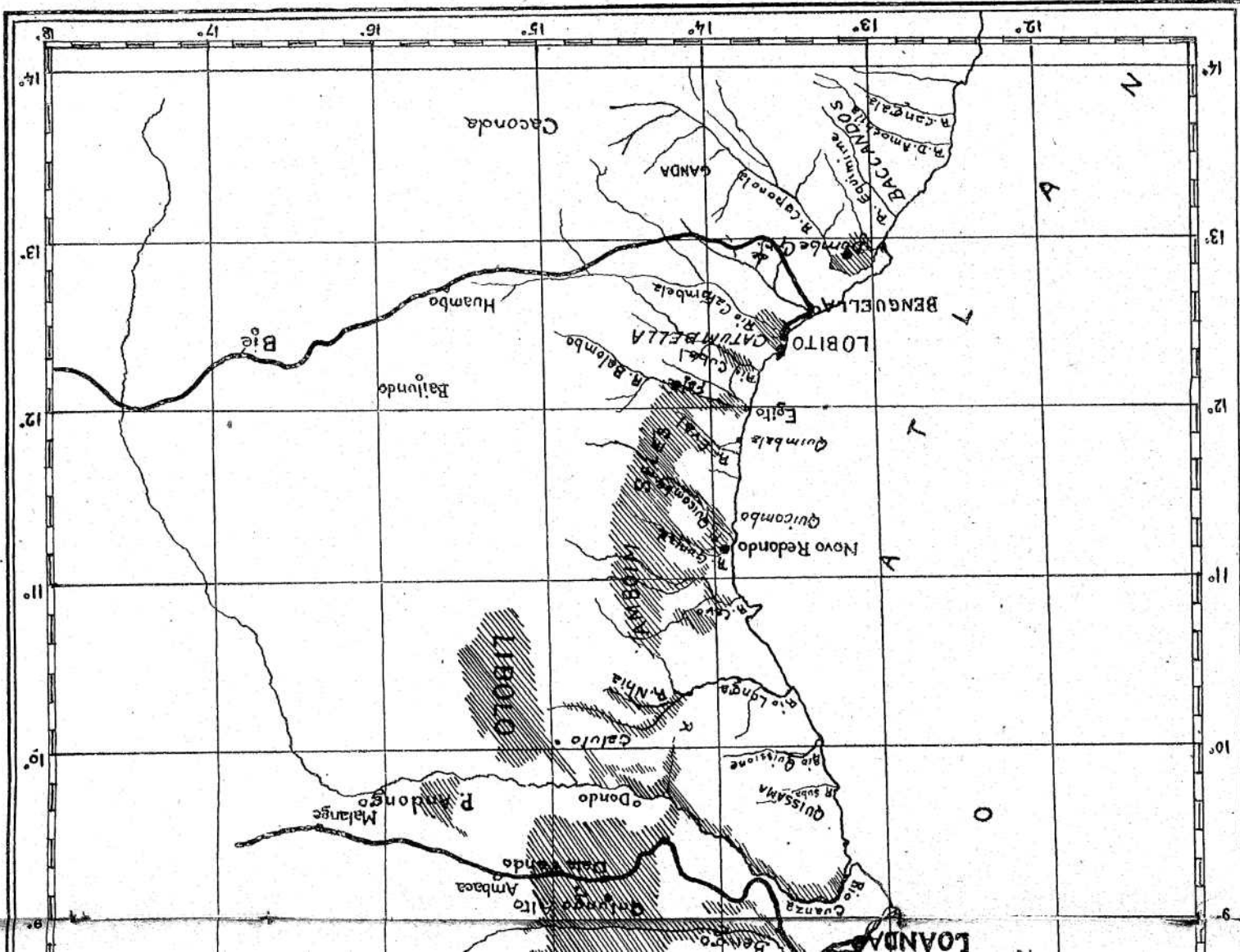
Composition des fruits du palmier à Huile

Dans les échantillons de fruits du palmier à huile, qui ont été analysés dans le Laboratoire de technologie agricole coloniale, de l'Institut Supérieur d'Agronomie, on a fait tous les déterminations habituelles, mais comme je ne peux pas présenter ces analyses complètes, je ne donne dans la suite, qu'un résumé des déterminations principales.

Les analyses marquées avec un *, se rapportent à un seul échantillon et les autres représentent les moyennes des analyses de différents échantillons.

DISTRIBUTION DU PALMIER A HUILE DANS L'ANGOLA
 (esquisse) par le
 C de Mello Gae





professeur
raides



Regions où il existe le palmier à huile

Variété macrocarya Becc.

	* Vallée du Mu- congga	* Vallée du Longa
Poids d'un fruit (g.).....	33,58	30,83
Pulpe %.....	59,3	50,81
Noyau %.....	40,7	49,19
Huile % de fruit.....	27,37	23,83
Amande % de fruit.....	8,7	9,62
Huile % d'amande.....	45,45	53,48

Variété sempnigra A. Chev.

	Vallée du Lufo	Vallées du Inhuca et du Luali	Rive gauche du Zaire, région des canaux
Poids d'un fruit (gr.)....	10,41	14,60	19,17
Pulpe %,.....	40,23	52,55	49,30
Noyau %.....	59,76	47,44	50,70
Huile % de fruit.....	21,89	23,75	21,98
Amande % de fruit.....	14,34	9,86	10,43
Huile % d'amande.....	48,65	46,73	38,70

Variété communis A. Chev., Forme dura Becc.

	Vallées du Inhuca et du Luali	Rive gauche du Zaire, région des canaux	* Vallée du Longa
Poids d'un fruit (gr.)...	16,97	20,82	11,54
Pulpe %.....	44,92	55,83	37,18
Noyau %.....	55,08	44,17	62,82
Huile % de fruit.....	22,57	22,90	19,31
Amande % de fruit.....	13,46	10,08	12,47
Huile % d'amande.....	46,77	39,37	52,25

Variété communis A. Chev., Forme tenera Becc.

	* Vallée du Lufo	Rive gauche du Zaire, région des canaux	Vallée du Longa
Poids d'un fruit (gr.)...	5,33	12,20	11,21
Pulpe %.....	67,10	75,21	60,96
Noyau %.....	32,90	24,79	39,04
Huile % de fruit.....	23,61	31,07	35,46
Amande % de fruit.....	15,83	10,09	19,73
Huile % d'amande.....	54,40	42,92	49,04

Variété repanda A. Chev.

	Vallée du Lufo	* Vallée du Inhuca et du Luati	Rive gauche du Zaire, région des canaux	* Vallée du Longa
Poids d'un fruit (gr.).	7,33	15,00	16,09	9,65
Pulpe %	41,30	51,00	52,48	49,40
Noyau %	58,70	49,00	47,52	50,60
Huile % de fruit	28,32	22,81	24,51	32,63
Amande % de fruit	14,78	10,60	10,03	12,12
Huile % d'amande	51,55	44,41	39,56	47,09

Variété Intermedia A. Chev.

	Rive gauche du Zaire. Région des canaux	* Vallée du Longa
Poids d'un fruit (gr.)	11,70	6,29
Pulpe %	86,23	77,74
Noyau %	13,77	22,26
Huile % de fruit	44,48	37,75
Amande % de fruit	6,04	10,44
Huile % d'amande	45,62	54,60

Variété gracilinux A. Chev.

	Rive gauche du Zaire. Région des canaux	* Vallée du Longa
Poids d'un fruit (gr.)	9,85	3,61
Pulpe %	96,45	100,00
Noyau %	3,55	—
Huile % de fruit	41,66	65,77
Amande % de fruit	—	—
Huile % d'amande	—	—

Les analyses qui se suivent, se rapportent toutes à des fruits provenant de la rive gauche du Zaire (région des canaux):

	* Var. dura vi- rescens-ni- gescens Büch. et Fick.	* Var. Albes- cens, Bacc.	* Var. cœredia A. Chev. Fruits nor- maux	Fruits pe- tits
Poids d'un fruit (gr.)	15,50	17,80	20,00	3,00
Pulpe %	37,91	51,79	56,50	94,50
Noyau %	62,09	48,21	43,50	5,50
Huile % de fruit	16,21	15,58	23,10	48,73
Amande % de fruit	19,00	11,16	10,50	—
Huile % d'amande	37,91	39,33	35,76	—

Elaeïs Poissoni E. Annet.

	Var. dura nigrescens	* Var. tenera nigrescens
Poids d'un fruit (gr.)	24,08	18,71
Gaine et péricarpe %	67,20	90,08
Noxau %	32,80	9,92
Huile % de fruit	28,08	27,55
Amande % de fruit	10,50	3,43
Huile % d'amande	45,06	43,37

L'examen de ces analyses, montre que la composition des fruits des palmiers à huile de l'Angola, est semblable à la composition des fruits des palmiers des autres régions de l'Afrique.

L'analyse de l'échantillon des fruits de l'E. Poissoni, var. tenera nigrescens, se réfère évidemment à des fruits anormaux, parce que cette variété est considérée comme la plus riche en huile de palme. Il faut conclure de cette analyse, que même au sujet des variétés qui sont normalement les plus riches en huile de palme, il y a encore beaucoup à faire en ce qui concerne la sélection du palmier à huile.

Renseignements sur quelques-unes des principales palmeraies naturelles de la région littérale⁽¹⁾

Palmerais des vallées du Inhuca et du Luati

Le nombre de palmier par hectare varie de 75 à 100, la moyenne étant 89.

Le poids des régimes de la variété *communis*, forme *dura* (la plus vulgaire) varie de 7 à 38 kg (dans l'époque sèche) la moyenne étant de 15,600 kg.

Palmeraies de la vallée du Lucola

Ces palmeraies ont de 1 à 10 hectares de surface d'un seul tenant, à la densité de 30 à 60 palmiers en pleine

(1) Les renseignements que je donne sur la production de chaque palmier et le nombre de palmiers par hectare, excepté ceux relatifs à la vallée du Lucola, se réfèrent seulement aux palmiers en production et d'une hauteur, en général, pas supérieure à 10 mètres.

production par hectare, et de 100 à 150 palmiers jeunes bien visibles, dont le stipe va jusqu'à 1 mètre de hauteur.

Le poids des régimes de la variété *communis*, forme *tenera*, est en général de 6,5 à 29 kg, la moyenne étant de 16,kg 440, et le pourcentage de fruits dans les régimes varie entre 40 et 66 % avec une moyenne de 54,63 %.

Palmeraies de la rive gauche du Zaïre (régions des canaux)

Le nombre de palmiers par hectare varie de 5 à 150 avec une moyenne de 63.

Chaque palmier produit, en moyenne, 5 régimes par an, avec un poids moyen de 16,360 kg.

Le pourcentage moyen des fruits dans les régimes, est de 64,35 %.

Palmeraies de la vallée du Longa

Chaque palmier produit, en moyenne, 5 régimes par an, d'un poids de 1,400 kg à 68,800 kg, avec une moyenne de 17,300 kg.

Le pourcentage moyen de fruits dans les régimes est de 59,07 %.

Dans ces palmeraies la variété *macrocarpa*, Becc. est assez fréquente, on la rencontre à peu près dans le pourcentage de 8 %, ainsi que la variété *communis*, forme *tenera*, qui existe dans le pourcentage moyen de 5 %; au contraire les variétés *repanda* et *intermedia*, ne se rencontrent que dans le pourcentage moyen de 1 ou 2 %.

Palmeraies de la vallée du Nhia

Les palmiers produisent, en moyenne, 5 régimes par an, d'un poids de 3 à 67 kg., avec une moyenne de 20,200 kg et un pourcentage moyen de fruits dans les régimes de 56,4 %.

Prenant pour base ces renseignements et les analyses que j'ai présenté, des fruits des variétés *sempervirens* et *communis*, forme *dura* (qui prédominent dans les palmeraies naturelles) et admettant une perte de fruits (due à ceux qu'on ne peut pas séparer des régimes et à ceux qu'on perd pendant la récolte) équivalente à une réduction

tion de 11 % dans le pourcentage de fruits dans les régimes et qu'on extrait 95 % de l'huile contenue dans la pulpe des fruits, on peut fixer, à peu près, la production annuelle moyenne de chaque palmier, des palmeraies naturelles de la région littorale, à 7 à 9 kg. d'huile et 4 à 5 kg. d'amandes de palme.

Non seulement dans la zone littorale, mais aussi dans la zone montagneuse, les palmiers fructifient pendant toute l'année, mais on ne doit pas compter avec plus de 8 ou 9 mois de récolte.

Exploitation du palmier à huile en Angola

Comme dans toutes les autres colonies de l'Afrique, la plus grande partie de l'huile et des amandes de palme exportées par l'Angola, proviennent de l'exploitation des palmeraies naturelles, faite directement par les indigènes.

Cependant à présent, il y a déjà beaucoup de colons et quelques sociétés qui se livrent à l'exploitation du palmier à huile. Ainsi la «Companhia de Cabinda» exploite les palmeraies de ses concessions au Mayombe; la société «Quissama Agricola L.^{da}», celles de la vallée du Mucongá, celles de la rive gauche du Quanza qui sont près de l'embouchure du Mucongá et celles de la vallée du Longa; la «Emprêsa Agricola do Nhia» celles de la vallée du Nhia; la «Companhia do Amboim», quelques-unes de la région de l'Amboim et la «Companhia do Seles» quelques-unes des régions de l'Amboim et du Seles.

Toutes ces sociétés n'ont pas seulement aménagé leurs palmeraies naturelles, mais font aussi des plantations régulières, avec des palmiers provenant des palmeraies naturelles ou de pépinières.

L'extraction de l'huile est faite par les méthodes humide et sèche.

Toutes les usines ont des presses hydrauliques et des concasseurs centrifuges, mais il y a encore des améliorations à faire dans les procédés employés pour l'extraction de l'huile de palme.

Outre ces sociétés, la compagnie «Fomento Geral de Angola», qui est une compagnie à portefeuille, est en

train d'organiser une compagnie filiale pour l'exploitation des palmeraies de ses concessions au Mayombe, dans la vallée du Lucola et dans la rive gauche du Zaire (région des canaux).

Cette société a déjà fait étudier ses palmeraies, par des techniciens, a déjà planté 107 hectares, avec des palmiers provenant de pépinières et elle a dans ses pépinières quelques milliers de palmiers.

Elle a commencé aussi l'aménagement de ses palmeraies naturelles.

Pour ses pépinières elle emploie seulement les noyaux de la variété *communis*, *forme tenera* et des variétés de *E. Poissoni*.

Comme on le sait, il y a des techniciens qui ont l'opinion qu'il est préférable de faire les plantations avec des variétés à coque épaisse, puisque ce sont celles qui prédominent dans les palmeraies naturelles, d'où il concluent que ces variétés sont les plus robustes et productives.

Mais il y a à remarquer, que cette opinion n'a pas encore été confirmée par des expériences et que l'observation montre, que dans les palmeraies naturelles, les variétés à coque mince sont aussi vigoureuses et productives que celles à coque épaisse.

Il paraît donc, qu'il faut faire la sélection dans le but d'obtenir des fruits à coque mince et à pulpe riche en huile, ce qui aurait les avantages suivants :

1.° Une plus grande production d'huile de palme par hectare ; 2.° une dépense moindre de force pour la concassage des noyaux ; 3.° la séparation des amandes de palme des coques, pourra se faire plus facilement et mécaniquement en employant des machines à ventilateurs.

Exportation de l'huile et des amandes de palme em Angola

Années	Huile de palme Kilos	Amandes de palme Kilos
1910.....	1.307.407	4.938.346
1911.....	2.500.332	8.588.096
1912.....	901.134	4.621.335
1913.....	1.924.841	7.085.033

C. DE MELO GERALDES.

Années	Huile de palme Kilos	Amendes de palme Kilos
1914.....	2.088.062	6.531.369
1915.....	1.346.279	4.594.391
1916.....	1.521.894	4.975.056
1917.....	1.935.565	4.748.275
1918.....	1.007.106	4.369.937
1919.....	2.586.522	7.403.770
1920.....	2.221.849	6.583.837
1921.....	4.267.428	8.171.514
1922.....	3.019.536	7.333.853
1923.....	2.160.113	5.701.824
1924.....	2.706.134	5.833.000
1925.....	4.630.520	7.422.947

OS GRANDES TRANSAFRICANOS

POR

A. GALVÃO

Coronel de Engenharia

Desde que os aperfeiçoamentos da indústria metalúrgica permitiram o fabrico de carris e travessas por baixo preço, os caminhos de ferro ultrapassaram as fronteiras da Europa e da América, e fizeram a sua aparição nas colónias, nas mais ricas ou nas mais avançadas, em primeiro lugar, para logo se generalizarem a todas as outras, onde a colonização europeia se ia acentuando. Atrás de modestos empreendimentos, vieram as empresas arrojadas, de que é exemplo mais notável o colossal projecto de caminho de ferro do Cabo ao Cairo. Cabe a Portugal a honra de ter sido o primeiro país que pensou no estabelecimento dum grande caminho de ferro através do continente negro. E a razão do arrojo do empreendimento estava em que elle se julgava o legítimo possuidor de todo o território compreendido entre Angola e Moçambique. O grande transafricano seria a consagração do direito de posse que se arrogava, pela occupação efectiva. A Real Companhia dos Caminhos de Ferro Através de África ficou como padrão dessa tentativa, tanto mais arrojada, porquanto era feita nos tempos em que os caminhos de ferro em África estavam ainda na sua infância.

Infelizmente, a ideia não passou duma aspiração, talvez porque o desenrolar dos acontecimentos nos privou do vasto «hinterland» que separa as duas colónias. E o caminho de ferro destinava-se precisamente a fazer a occupação efectiva dum tão grande domínio, sobre o qual já então pairavam ambições desmedidas, que não soubemos ou não pudemos dominar. A formação do Estado Livre do Congo, em 1885, foi a primeira desilusão para o sonho dos nossos estadistas, o qual se desvaneceu, definitiva-

mente, no dia em que se constituíram as Colónias e protectorados ingleses da África Central. A ideia tinha sido excelente, mas foi tardia de mais para que pudesse evitar um perigo, que já então nos ameaçava assustadoramente. E tão terríveis e tão desmedidas eram as ambições, que não foi possível a Portugal e à Inglaterra fazer vingar o tratado de 1884, pelo qual nos eram reconhecidos os nossos direitos aos vastos territórios da bacia do Congo.

Atrás de nós, mas já muito mais tarde, vieram outros povos colonizadores esboçar a mesma tentativa dum caminho de ferro transafricano do Atlântico à Índia. Pensaram os alemães no seu transafricano; pensaram os franceses; e pensaram nisso igualmente os ingleses. E se estes foram talvez os últimos a esboçar a interessante tentativa de ligação da Costa Oriental à Costa Ocidental, por meio dum caminho de ferro, foram eles os primeiros a efectivá-la com a ligação da rede de caminho de ferro do Cabo com os caminhos de ferro do Sudoeste Africano, dando lugar a uma grande transversal que vai de Durban a Suakopnund, numa extensão total de 3013 quilómetros. Foi causa desta ligação, feita inesperadamente, a grande guerra, que levou a Inglaterra a ter de invadir e ocupar a Colónia Alemã, e portanto a construir o caminho de ferro de ligação por Prieska e Upington, sem o que, tanto a conquista como a ocupação, seriam bem mais difíceis do que foram. Mas se foram as necessidades da guerra que levaram o Governo da União a construir o importante troço de linha que trouxe a ligação das duas redes de caminhos de ferro da União Sul-Africana e do Sudoeste alemão, são agora os interesses económicos do país que procuram tirar da sua existência o maior partido. Hoje a ligação de Angra Pequena (Luderwitz Bay) com Joanesburgo apresenta um trajecto extensíssimo que passa por De Aar Junction e obriga à travessia do grande deserto, travessia que é incómoda e demorada. Por isso a ligação, tal como se encontra, não tem para a vida económica e para a actividade comercial de Joanesburgo a menor importância. Outro tanto não acontecerá se se fizer uma ligação directa de Upington com Kimberley. Fazendo-se essa ligação, Joanesburgo

fica a uma distância, do pôrto de Angra Pequena, pouco superior à distância que o separa do pôrto do Cabo e o trajecto é muito mais fácil porque a região é menos acidentada. Além disso, o pôrto de Angra Pequena é bom e pode por isso ser utilizado pela navegação de grande curso. Como êste pôrto dista do Cabo cêrca de 500 milhas, vê-se bem a importância que a sua utilização possa ter na redução do trajecto para o grande centro mineiro. Fazendo-se nela sobretudo os desembarques de passageiros e de malas do correio com destino ao Rand, podem ganhar-se quási dois dias de viagem. Nestas condições não me surpreendo que se esteja pensando na ligação indicada, tanto mais que no trajecto ficam as cidades de Cmpbell e Griquatown que de há muito clamam por um caminho de ferro que as ligue à rêde da África do Sul. Essa ligação há de necessariamente trazer para o pôrto de Angra Pequena um grande movimento, que poderá mesmo afectar o movimento do pôrto do Cabo se nêles se construírem cais e docas convenientemente equipadas para um serviço rápido. Tal é a última ideia em construção de caminhos de ferro e em deslocações de trátiego de uns portos para outros. Os alemães sonharam a ligação de Dar-es-Salam aos Camarões, procurando estabelecer esferas de influência nos territórios que não ocupavam, nem lhes pertenciam. Precisamente ao rebentar a guerra, em 1914, concluia-se o primeiro troço dêsse grande projecto, levando o caminho de ferro de Dar-es-Salam a Ujiji, nas margens do lago Tanganica. E enquanto do outro lado o caminho de ferro de Duala ao Ubanji não avançava, a ligação provisória dos dois mares era estabelecida através do Congo Belga pelos seus caminhos de ferro, alguns dêles já orientados nêsse sentido, como era o caminho de ferro de Buli a Albertville, e pelos rios e canais, dando à grande transversal provisória um desenvolvimento de cêrca de 5:000 quilómetros. A Inglaterra que não tinha na Costa Ocidental território para ponto de partida duma grande transversal, esboçou-a através dos nossos domínios por meio do caminho de ferro de Benguela, que foi concedido ao súbdito inglês Robert Williams. Êste propôs-se fazer a ligação do Lobito com

Catanga, por onde a rêde central dos caminhos de ferro então se dirigia. Construído êste caminho de ferro, ficará existindo uma grande transversal do Lobito à Beira, passando por Catanga, Elisabethville, Victória Falls, Bullawayo e Salisbury. Esta transversal interessa-nos a nós por ter os seus extremos em territórios nossos; interessa o Congo Belga e a Colônia Inglesa da Rodésia. Mas cai dentro da esfera de acção inglêsa, pois ingleses são os capitais com que a transversal se constroi. Esta ligação pode dizer-se que representa a materialização da ideia dos nossos estadistas quando pensarem em ligar Angola com Moçambique por um caminho de ferro. Falta-lhe o serem todos os territórios por êle atravessados de dominação portuguesa. Mas não era, de facto, esta a transversal que então se projectou. O ponto de partida dêle era Luanda e não o Lobito, e o «terminus» da outra costa iria porventura a Moçambique ou a Quelimane. As nossas zonas de influência foram definidas e as fronteiras de Angola e de Moçambique ficaram assás distenciadas para que o primitivo sonho ainda pudesse ter realidade. Mas numa e noutra Colônia o Estado está construindo caminhos de ferro de grande extensão e de grande importância, os quais, ligados, constituiriam ainda uma transversal que, a realizar-se, ficaria em grande parte sob a nossa autoridade directa e immediata. Em Angola é o caminho de ferro de Ambaca que avança ao encontro da fronteira leste e que não póde deixar de ser ligado à rêde dos caminhos de ferro da África Central, se se quere dar a Luanda a importância comercial a que a sua situação geográfica lhe dá direito; na Costa Oriental é o caminho de ferro de Moçambique ao lago Chirua, ou é o caminho de ferro de Quelimane a Tete, que, prolongados através dos territórios que nos não pertencem, mas de acôrdo com a colônia interessada, iriam ligar-se por intermédio da rêde da Africa Central, constituindo-se assim uma grande transversal de Muanda a Moçambique por Ambana, Bukama, Kambove, Elisabethville, Broken Hill e Tete. Para as nossas aspirações de hoje, e para os nossos recursos de amanhã, a ligação será considerada ainda um sonho, mais irrealizável, talvez, do que a primitiva liga-

ção, quando ainda as zonas de influência não estavam definidas, e nós nos julgávamos com direito a todo o «hinterland»; mas uma política bem orientada e que tivesse em mira um tal objectivo, só podia ser de engrandecimento para a nação e de utilidade para as duas Colónias. A transversal de Mossâmedes a Lourenço Marques, utilizando os Caminhos de Ferro da Costa Oriental e Ocidental seria outra aspiração que poderia levar à valorização de todo o sul de Angola, uma vez que se apurasse, como tudo leva a crêr que se apura, que os territórios de Cassinga, do Cuito e do Quando são mineralizados. Essa segunda transversal iria de Mossâmedes pelo Lubango, Cassinga, Barotze, pelo vale de Zambeze e Victoria Falls, Bulawayo, Nicolson Nelk, Messina, Resano Garcia e Lourenço Marques e traria ao Transvaal uma via de comunicação muito mais rápida do que a do Lobito-Catanga. A África do Sul no seu conjunto, beneficiaria com esta ligação. É uma utopia, pelo menos nas condições actuais? É, certamente! Mas maior utopia do que esta é sem dúvida a ligação do pôrto de Lagos, na Nigéria, a Port Sudan, no Mar Vermelho, passando pelo lago Tchad e atravessando o Sudão. E entretanto esta transversal encontra-se já esboçada em mapas da África, e está proventura inscrita no programa das grandes aspirações dos dois países interessados: a França e a Inglaterra. A ligação do Congo francês com o Oceano Índico, foi outra aspiração que andou já também esboçada em mapas, definindo e concretizando uma grande aspiração colonial dos franceses. O que é verdade é que os sonhos de hoje podem ser realidade amanhã; e os grandes ideais precisam ser em primeiro lugar materializados, e depois conduzidos com fé e persistência para que possam ter algumas probabilidades de fortificar. A ligação Cabo-Cairo, que um dia será uma realidade, foi considerada também uma utopia pelos contemporâneos de Cecil Rhodes. E a efectivação dessa utopia é um exemplo frisante e concludente.

Manifestamente, se Portugal olhar para os dois caminhos de ferro de Luanda e de Moçambique, como troços prováveis duma grande ligação através do continente ne-

gro, a sua construção será influenciada dum espírito de decisão e dum entusiasmo que as simples exigências locais, embora de grande importância, lhe não imprimem. A construção dos caminhos de ferro, considerados de per si, é uma aspiração colonial. Os dois caminhos de ferro, considerados no seu conjunto, representariam uma aspiração nacional.

E lembremo-nos de que não há povos grandes sem grandes aspirações, sem grandes ambições.

A. GALVÃO.

RECONHECIMENTO AGRONÓMICO DO DISTRITO DO MOXICO

Relatório apresentado
em cumprimento do despacho do Govêrno Geral
de 30 de Setembro de 1924

POR

ANTÓNIO DE FIGUEIREDO GOMES E SOUSA
Engenheiro-agrônomo

O Quioco — esse país magnífico, coberto de bosques, sulcado de límpidos regatos; varrido por ventos frescos; abundante em ferro, que por toda a parte se encontra em limonite e pepitas, no qual os indígenas trabalham com muita habilidade; com uma flora que sustenta milhões de repúblicas de abelhas, origem da principal riqueza do país, a cêra e o mel; cujos habitantes, altos e esbeltos, nos haviam recebido afavelmente

Toda a terra que pelo oeste do Zambeze se estende até às margens do Cubango, e para o norte constitui na época pluviosa a alagada e não transitável planície do Lobale, é, como dissémos, pela sua especial natureza, magníficas pastagens, desembarçados horizontes, etc. procurada por quantos herbívoros as florestas distantes acoutaram em suas densas ramagens.

H. CAPELO. — R. IVENS — *De Angola à Contra-Costa*

I

Introdução

O problema da valorização agrícola da Província de Angola depende essencialmente do estudo prévio e metódico das suas riquezas naturais. Esse estudo tem de ser

NOTA. — Este relatório foi louvado em portaria do Alto Comissário de Angola de 29-XII-926.

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

feito, sem dúvida, por técnicos de várias especialidades, principalmente agrónomos, veterinários, médicos e engenheiros, e só depois dele realizado, ainda que sem minuciosos detalhes, é que alguma coisa de positivo virá a saber-se sobre as riquezas naturais da Província e as possibilidades da sua exploração. Necessita, portanto, êsse estudo de um trabalho não só intensivo como demorado, que ao fim de muitos anos se poderá concluir, exigindo talvez o decorrer de algumas gerações.

Dois métodos se tem seguido nos planos de valorização dêste nosso domínio ultramarino, possuindo cada um os seus partidários, mas em número muito desigual.

O primeiro, a que poderemos chamar «método directo», conta poucos adeptos e consiste em examinar a riqueza «in loco», dizendo a última palavra sobre o seu valor e possibilidade de exploração somente depois de a ter visto e estudado cuidadosamente. Fracamente representado em número, conta, todavia, êste método entre os seus partidários alguns homens de nome ilustre que à Província deram o melhor do seu esforço, da sua inteligência e do seu saber. Estão neste caso o Dr. Frederico Welwitsch, José de Anchieta, Silva Pôrto, Capêlo e Ivens, Dr. Ferreira Ribeiro, Henrique de Carvalho, Sisenando Marques, Serpa Pinto, e outros, para citar unicamente alguns dos antigos.

Esses homens percorreram o território de Angola nos tempos em que êle era desconhecido, sacrificaram-se e correram perigos, viram e estudaram a fauna, a flora, a geologia, a etnografia e as culturas, deixando nas suas obras — verdadeiros monumentos do nosso esforço civilizador — as bases onde ainda hoje assentam os bons planos de fomento agrícola.

Pena é que os seus livros não sejam mais conhecidos' tanto de portugueses como de estrangeiros, saindo do domínio dos alfarrabistas, por onde quasi todos se encontram, para as mãos da nova geração, que assim poderia avaliar do que foram essas altas figuras morais dos velhos pioneiros de Angola e o que era a Província nesses tempos, aliás não muito distantes. E para cúmulo de injustiça, além do olvido a que foram votados os seus li-

vros, têm sido acusados também de menos verdadeiros, com tendência para o exagêro, sobretudo no que respeitava a perigos e dificuldades das viagens sertanejas. Quanto a mim, tenho-os como verdadeiros, e muitas das combatidas afirmações de vários exploradores, como Henrique de Carvalho, Serpa Pinto, Capêlo e Ivens, as verifiquei ainda intactas nas terras de Malanje, Benguela e Moxico, ao fim de tantos anos.

O segundo método, que, desde há tempo, tomou entre nós um grande desenvolvimento, possuindo hoje um número considerável de adeptos, onde entram escritores, jornalistas, conferencistas e homens públicos, consiste em discursar e escrever sobre o valor económico da Província ou de certas regiões, sem necessidade de estudos prévios feitos por técnicos, ou colocando, quando existem, êsses estudos num plano secundário, como muitas vezes sucede.

Os sectários dêste método, a que chamarei «indirecto», resolvem tudo com muita facilidade, em alta voz ou por escrito, o que é pior, com essa liberdade própria do século em que vivemos, e aqueles que longe de Angola ouvem ou têm a prosa mais ou menos inflamada dos seus livros ou discursos, sentem-se logo tomados de uma irresistível vontade de arribar a êste El-Dorado africano, onde supõem vegetar ainda a lendária «árvore das patacas».

São de hoje; e em tão grande número e tão conhecidos os partidários do «método indirecto», que acho desnecessário citar aqui um só nome que seja. Infelizmente as suas obras não têm, sob o ponto de vista que estamos tratando, isto é o da valorização das riquezas latentes da Província, aquele alcance prático, aquela profundidade de descrição e muitas vezes até o encanto que se recolhem da leitura dos livros notáveis dos grandes viajantes e homens de ciência a que a acima me referi.

Como agrônomo ao serviço da Província de Angola, tive que seguir o primeiro método, que, de resto, era para mim o mais simpático, conquanto soubesse que era também o mais difícil, o mais escabroso e o menos propenso à glorificação, — em suma, o mais ingrato. Na sua exe-

cução, porém, só tenho sentido prazer, porque êle me permite viver uma vida livre, tal como eu entendo que se deve viver em África.

Quatro anos de sucessivas viagens de reconhecimento agronómico pelos distritos de Cuanza-Norte, Malanje, Cuanza-Sul, Benguela e Moxico, permitem-me formar hoje uma ideia mais ou menos exacta do valor agrícola dessas regiões, e, sobretudo, florestal, pois é a especialidade de silvicultura que mais me tenho dedicado desde o início da minha carreira.

Não se pense, porém, que os milhares de quilómetros que percorri durante êsse espaço de tempo foram de automóvel, conforme a moderna maneira de viajar. Não, até hoje, com os meus trabalhos de campo, nunca o Estado dispendeu quantia alguma com automóveis, porque foram todos feitos utilizando aquele velho meio de transporte que é a tradicional «machila» ou «tipoia», a par de muitas marchas a pé. Digo isto, não para que me louvem por usar um tão antiquado meio de transporte nesta época em que só se viaja de automóvel, mas para que se saiba que o que tenho escrito e o que vou escrever neste relatório é baseado no estudo directo das terras que percorri e nas quais acampeei durante muito tempo.

Por êsse espaço de quatro anos me fui integrando neste meio africano, pelo qual sinto hoje uma certa afeição, pois que o tenho conhecido no seu verdadeiro modo de ser, quer admirando as paisagens dos territórios percorridos, quer perscrutando a vida indígena, misteriosa e cheia de encantos, que só ao fim de muito tempo de convívio se podem notar, quer ainda pela grande escola da vida que em tôdas as viagens se adquire, principalmente nas de exploração.

A missão que vou expôr resumiu-se numa série de apontamentos tomados dia a dia no período de dezoito meses em que andei pelo distrito do Moxico, aos quais, depois de completados aqui e ali por algumas notas de gabinete, tentei dar a forma de uma monografia agrícola.

Absolutamente desprovido do material necessário para colecções de plantas, insectos e minerais, o qual pedi com insistência mas sem resultado — pois as exíguas ver-

bas dos Serviços de Agricultura não permitiam tamanho *luxo*, — nem mesmo de material fotográfico, que hoje se fornece aos mais modestos Serviços da Província, e que eu próprio comprei por minha conta, mas que só tarde e completamente estragado chegou às minhas mãos, desprovido desse material, dizia, nada mais pude fazer do que coligir apontamentos.

Andava pelo distrito de Benguela em missão de reconhecimento florestal, quando, no meado de Outubro de 1924, recebi ordem para suspender os meus trabalhos e seguir sem demora para o distrito do Moxico a fim de proceder ao reconhecimento agronómico. Nessa conformidade, elaborei um rápido relatório dos trabalhos realizados e preparei-me para seguir ao meu novo destino.

Cheguei a Vila Silva Pôrto a 29 de Novembro e ali me demorei três dias, aproveitando o ensejo para visitar a Estação Agronómica do Bié, que tão úteis serviços tem prestado à Província, e a Missão Protestante de Chilonga, rica de arvoredos exóticos e cujo ambiente de paz e benemerência me deixou uma excelente impressão.

A 7 de Dezembro penetrava no distrito do Moxico, indo aguardar no pôsto Neves Ferreira, situado na margem direita do rio Cuanza, o fornecimento de carregadores para me transportarem até à séde do distrito. Acompanhado de dezoito carregadores *luimbes*, saí no dia 9 desse pôsto e desde o início da viagem fui fazendo o estudo da região atravessada, o que se me tornava relativamente fácil devido ao meio de transporte de que dispunha.

De caminho, visitei as imponentes cataratas do rio Cuemba, tributário do Cuanza, e dali segui para a povoação do Munhango onde cheguei a 15 de Dezembro. Rendidos os carregadores, tomei o rumo da vila do Moxico, onde parei no dia de Natal, debaixo de uma grande trovoadas e de fortes aguaceiros.

Demorei-me na vila do Moxico até 20 de Janeiro de 1925, data em que com vinte carregadores quiocos e luenas segui para o Alto Zambeze.

Por essa época, os caminhos já se encontravam alagados em muitos pontos, não permitindo a marcha dos au-

tomóveis além do pôsto de Cameia. Até ao pôsto do Luacano fui sempre seguindo pela estrada de Catanga, atingindo êsse pôsto, que fica situado na fronteira do Congo Belga, próximo do rio Cassai, a 7 de Fevereiro.

A 11 de Fevereiro iniciei a marcha em direcção a Cazombo que é a mais importante povoação do Alto Zambeze. A região compreendida entre o Luacano e Cazombo é constituída por extensas planícies desarborizadas, algumas das quais levam dias inteiros, de sol a sol, a atravessar. São verdadeiros mares de erva onde as arvôres não aparecem, notando-se quando muito um ou outro arbusto raquítico. Na estação pluviosa, estas planícies, que são conhecidas pelo nome de *chânas*, alagam em tôda a sua extensão, tornando-se a travessia bastante difficil.

Em Fevereiro, época em que atravessei as *chânas* do Alto Zambeze, já elas se encontravam bastante alagadas, dando em vários sítios a água pelo joelho e até pela cintura, como succedeu nas proximidades do rio Chicaluege. Nove dias levei a fazer êste percurso sempre debaixo de chuvas intensas, acampando nas libatas dos *luenas*, povo que habita a região, as quais são construídas nos oásis da floresta que de longe em longe se encontram. Os rios iam cheios e corriam impetuosamente, sendo a sua travessia difficil e muito perigosa, como succedeu, por exemplo, nos rios Zambeze, Chicaluege, Luvua, etc.

Enfim, a 20 de Fevereiro alcancei a povoação de Cazombo, situada na margem esquerda do Zambeze, uma das mais belas povoações do distrito, não só pelo local onde assenta como pela paisagem que de lá se disfruta. Poucos dias me demorei em Cazombo, pois em 28 chegava a Calunda, sede da circunscrição do Além Zambeze, e distante daquela povoação cêrca de oitenta quilómetros.

De Calunda segui para o planalto do Luizavo, onde visitei as grandiosas cataratas do rio do mesmo nome, uma das maiores e mais belas que tenho admirado em Angola.

Depois de um rápido percurso por algumas regiões próximas, parti para o pôsto de Macondo, perdido nos confins do Além Zambeze, próximo da fronteira da Ro-

désia, visitando essa região até ao rio Maninga, depois do que tomei o caminho dos montes de Catupe, em direcção ao posto do Lumbala, na margem direita do Zambeze, a um dia de distância da fronteira do Barotze.

Feita uma rápida digressão por aquele território, tomei a direcção do antigo forte do Caquengue e depois voltei para Calunda pelo caminho do rio Lufidge. A travessia deste rio, que é bastante caudaloso, mesmo durante o cacimbo, foi uma das mais perigosas e trabalhosas que tive em toda a viagem, devido à impetuosidade da corrente e ao alagamento das margens, que atingia uma largura de uns três quilómetros, aliando-se a essas dificuldades a existência de uma canoa velha e esburacada — como todas as outras, em geral — do fundo da qual era preciso ir tirando a água com uma lata, em risco de a canoa se afundar naquele sítio que é fundo e onde abunda o jacaré.

Era a época da escassez de mantimentos e, por isso, tive muita dificuldade em alimentar os carregadores, porque a região é pobre e a raça que a povôa, a lunda, tão atrasada e miserável que nem sequer cultivava o necessário para o seu sustento. Nem com o sal consegui obter mantimentos em suficiência, apesar de ser o sal a moeda corrente entre os povos do Alto Zambeze.

De Calunda voltei a Cazombo, a fim de seguir para o posto de Caianda, que se encontra junto da fronteira do Congo Belga, pois o caminho de Cabinda para lá estava nessa época intransitável, além do que se tornava necessário transpor muitos rios, alguns dos quais nem canoas tinham. As chuvas, caindo constantemente, não permitiram que me desviasse das estradas tanto como desejava e penetrasse pela floresta dentro para a colheita de dados botânicos.

De Cazombo segui para Nana Candundo e dali para Caianda, onde cheguei a 22 de Abril. Visitei vários pontos dessa região e bem assim o posto belga de Satengo, que fica fronteiro ao de Caianda, a 12 quilómetros de distância.

O calor, que por essa ocasião fazia, era abrazador, chegando os carregadores a não poderem caminhar por-

que o solo arenoso lhes escaldava os pés. Quando alcançamos o sítio denominado *Macibi*, na confluência da estrada de Catanga, com a de Nana Candundo, caíram oito carregadores doentes, suponho que com ataques de insolação, pois alguns davam indícios de loucura e tinham o rosto muito inchado.

No dia seguinte fiquei também doente, atacado por umas febres, e, não podendo transportar-me a Nana Candundo, distante dali dois dias, solicitei da administração da Circunscrição Civil que me mandassem buscar por outros carregadores. Mas, como os zelosos funcionários administrativos de Nana Candundo vissem que não se tratava de um assunto respeitante ao imposto indígena, não fizeram caso do meu apêlo, do que resultou eu ficar ao abandono no *Macibi* durante 10 dias.

Ao fim desse período melhorei um pouco e os carregadores também, e consegui então pôr-me a caminho de Nana Candundo, donde segui depois para Cazombo, a fim de me tratar na Delegação de Saúde.

Naquele tempo, e por muito tempo ainda, a Delegação de Saúde do Alto Zambeze era a coisa mais miserável que no seu género se pode imaginar; não tinha os medicamentos de maior necessidade, nem mesmo quinino, e alguns que havia no comércio local eram adquiridos por um preço fabuloso e num estado de conservação muito problemático. À falta de medicamentos, ia o enfermeiro animando os doentes com boas palavras, cheias de esperança, e o certo é que todos se curaram, talvez por sugestão...

Era tal o abandono a que os Serviços de Saúde tinham votado a vastíssima região do Alto Zambeze que os indígenas doentes iam em grande número curar-se das suas enfermidades às missões protestantes de Cazombo e Cavungo, visto a Delegação de Saúde lhes não poder prestar o menor socorro. E depois da minha saída do Alto Zambeze tive notícia de que dois colonos ali faleceram vitimados por biliosas, bem como o administrador da circunscrição, tenente Salvador José Machado, todos sem assistência médica, pois que, por fim, nem mesmo enfermeiro ali havia!

Estive em Cazombo até 20 de Agôsto, e, pôsto que me encontrasse com parte de doente, a minha saúde permitiu-me fazer algumas pequenas viagens de estudo, em resultado das quais pude ficar conhecendo minuciosamente a referida região, onde colhi muitos exemplares botânicos que descrevo neste relatório.

De Cazombo segui para a vila do Moxico, com o fim de visitar a região do Luena, que é a mais importante do Distrito. Atravessei novamente as grandes *chanas* do Dilôlo, então já sêcas, mas sempre difíceis de percorrer, porque, ao contrário da época das chuvas, a falta de água e o calor ardente tornavam a marcha verdadeiramente insuportável. Passei pelos postos de Luacano e Cameia, retomando, portanto, o itinerário que levava para o Alto Zambeze, isto com o fim de completar os apontamentos tirados no decurso da época pluviosa, com os que ia tirar na época do cacimbo.

A 23 de Setembro parti da vila do Moxico em direcção ao pôsto de Lucusse, no intuito de estudar as regiões do Luena e do Lungué-Bungo. Era a época da floração das árvores e durante o percurso pude obter bons elementos para o estudo botânico da região compreendida entre o Moxico e o Lucusse.

Em Outubro e Novembro andei pela região do Luena, até próximo de Caquengue, e em Dezembro, Janeiro e parte de Fevereiro do corrente ano, percorri a região do Lungué-Bungo, desde a estrada dos Luchazes até à fronteira do Barotze, onde se acha a grande *chana* do Caúlo.

As marchas na região do Lungué-Bungo foram feitas com grande dificuldade devido às chuvas torrenciais que caíam e à falta de mantimentos que havia entre as populações indígenas. Estas terras do Luena e do Lungué-Bungo são na sua maior parte constituídas por extensas *chanas*, algumas das quais levam dias inteiros a passar; o solo é arenoso e os rios são cercados de grandes pântanos em todo o seu percurso e de corrente muito fraca, à excepção do Lungué-Bungo, que a tem muito rápida, sendo, por isso, a sua travessia bastante perigosa.

Nos meses de Março e Abril percorri as terras de Camanongue, nas proximidades do rio Cassai, sempre acos-

sado pelas chuvas, que nesse período foram fortíssimas, levando as pontes e alagando as estradas muito mais que no ano passado.

Voltei à sede do distrito nos fins de Abril, saíndo a 29 em direcção ao Munhango com a intenção de visitar as terras do Umpulo e do Luando, isto é, a região vastíssima compreendida entre o serra da Mussamba e o rio Cuanza.

Dois meses apenas durou essa viagem, em que poucos dias houve que não fôsem de marcha. Estive no posto do Umpulo nos fins de Maio e nas cataratas do rio Luando no meado de Junho. Só quem conhecer a região e os raros e péssimos caminhos de gentio que por ela serpenteiam, é que poderá imaginar a dificuldade que tive de fazer a marcha em tão curto espaço de tempo. Mas os carregadores que levava eram quicocos e luenas, criaturas dotadas de uma excepcional resistência física, dos quais alguns andavam comigo voluntariamente desde que iniciara a marcha para o Alto Zambeze havia dezoito meses, e, só assim, com tão dura prova, pude fazer ideia da formidável robustez que os caracteriza, pois que, quasi diariamente, ao fim de uma marcha de 30 a 40 quilómetros por terra arenosa e debaixo de um sol ardente, ainda possuíam, à noite, a força e a alegria necessárias para dançarem até de madrugada nos batuques que em minha honra se faziam nas libalas onde acampava.

As regiões do Umpulo e do Luando, principalmente esta última, são das mais interessantes sob todos os pontos de vista e oferecem um campo vastíssimo de estudos científicos. Se o distrito vier a ter um agrónomo privado, como é de necessidade, desde já aconselho o que para lá fôr que percorra detalhadamente estas duas regiões, pois encontrará muito que estudar no campo da botânica, da geologia e até da etnografia, caso esta sciência o interesse.

Este último período da minha viagem foi curto — dois meses apenas — mas assim teve de ser, não só pela necessidade de regressar a Luanda com urgência, mas ainda porque a minha saúde se encontrava um tanto ressentida da vida nómada que por mais de dois anos seguidos passara nos distritos de Benguela e Moxico.

Enfim, a 18 de Junho do corrente ano, concluí a viagem de reconhecimento de que fôra encarregado, transpondo o Cuanza nessa data de regresso a Luanda.

Fica assim rapidamente esboçada a minha viagem pelo distrito de Moxico. No mapa que faz parte d'êste relatório indico o meu itinerário, não citando, por julgar desnecessário, as pequenas, embora numerosas, derivações que fiz para alargar um pouco mais o estudo das regiões por onde passei.

Devido à falta do respectivo material, não pude seleccionar algumas plantas, insectos e minerais, como desejava; mas, tendo em vista a minha especialidade de silvicultura e partindo do princípio de que as florestas são a principal riqueza do distrito, fiz uns ligeiros desenhos dos órgãos mais necessários para a classificação das principais essências florestais, os quais, em número de oitenta e sete, acompanham êste relatório.

Antes de terminar êste esboço da minha viagem, é do meu dever deixar aqui expressos os meus agradecimentos ao Ex.^{mo} Sr. D. António de Almeida, distinto capitão de cavalaria e governador do distrito do Moxico, pelo muito interesse que sempre manifestou pelos meus trabalhos. Com o maior prazer registo que a acção d'êste governador se encontra profundamente acentuada no desenvolvimento do seu distrito, sendo estimado por todos, tanto colonos como indígenas, e muito há ainda a esperar do seu esforço e da sua inteligência naquele retalho de Angola, a que tanto se afeiçoou e onde tão alto tem levantado o nome de Portugal.

Também devo lembrar o nome do Ex.^{mo} Sr. Dr. Manuel Alves da Cunha, o erudito e prestigioso Vigário capitular do Bispado de Angola, a quem estou infinitamente grato pela honra que me deu da cedência de vários livros da sua biblioteca, que muito úteis me foram para a compilação dos elementos históricos que adiante apresento sobre as terras do Moxico.

Por último, recordarei com tristeza um amigo que conheci no Alto Zambeze e que há pouco morreu em Calunda, vítima da sua abnegação e do seu patriotismo. Refiro-me ao tenente Salvador José Machado, oficial que

há mais de vinte anos fazia serviço no distrito do Moxico, tendo permanecido quasi sempre na região do Alto Zambeze.

Cansado e doente, ia retirar-se para a metrópole quando surgiram graves questões de política indígena nas proximidades da fronteira da Rodésia. Voltou para Calunda, pois só elle com o seu prestígio podia resolver tais questões; mas, o mal que o atormentava foi aumentando por falta absoluta de recursos médicos e de tal modo se lhe tornou cruel que, num momento de desespero, pôs termo à vida, procurando na paz do túmulo o descanso que não pudera ter na vida.

Conhecedor profundo das terras do Alto Zambeze, era também um ídolo das populações indígenas e em especial dos luenas. Muito lhe devo pelas valiosas informações que me deu e que me permiram fazer um estudo profícuo daquela região.

(Continua.)

ANTÓNIO DE FIGUEIREDO GOMES E SOUSA

ELEMENTOS GRAMATICAIS DA LÍNGUA CONCANI

PELO

CÓNEGO JOSÉ DE S. RITA E SOUZA

Professor da mesma língua na Escola Superior Colonial de Lisboa

XXV

Dos sufixos adverbiais

São êles *cho*, *lo* e *so*. Os 1.^{os} dois convertem algumas posposições e principalmente advérbios em adjectivos tri-formes e o último, que se não deve confundir com o já mencionado *so* especial, junta-se aos pronomes demonstrativos *zo*, *to*, *ho* e *kon* convertendo-os em adjectivos adverbiais *zoso*, *toso*, *hoso*, *koso*. A diferença que existe entre os dois é, que um junta-se a quasi tôdas as palavras, ao passo que o outro (o adverbial) só se junta a estes 4 pronomes; e é uma espécie de diminutivo, ao passo que o outro não. Além disto podem empregar-se os dois simultaneamente na mesma palavra mas com funções diversas e conformes com a natureza particular de cada um; ex.: *hoso* desta maneira, *hososo* como que ou quasi desta maneira; *toso* daquelle modo, *tososo* quasi daquelle modo. V. pag. 59 e seguintes.

XXVI

Do aumentativo e diminutivo

Em regra tanto os aumentativos como os diminutivos se formam em concani por meio de comparação de um objecto com outro que lhe é superior ou inferior; ex.: *to vhadlo rûkh* êle é uma grande árvore. Esta afirmação, falando de um homem por exemplo, quer dizer

que se trata de quasi um gigante (alto e grôso como uma árvore). *Āntōn yēk khāmbō koso manis*, António é um homem como uma coluna, isto é, forte ou grôso como ela; *teñ ghar nhōy to ghād* aquilo não é casa, é capoeira.

Todavia existem nesta língua desinências aumentativas e diminutivas, de que em caso restrito poderão fazer uso pessoas experimentadas. Assim para aumentativos lembra-me o processo da passagem de certos vocábulos do seu género feminino para masculino em *o*; ex.: *De takli* f. a cabeça, *taklo* cabeça grande; de *khardi* cabeça de animais pequenos *khardo*; de *madki* panela *madko* panelão; de *khāndi* raminho, *khāndo* grande ramo.

Quanto a diminutivos há mais variedade e são relativamente mais numerosos. Além da passagem de nomes masculinos para o género feminino em *i*, a fim de os tornar diminutivos como de *kuñvlo*, *kuñvli* jaca pequenina; de *dāñdo* pau, *dāñdi* pausinho ou rasoira; de *āñbo* manga, *āñbli* manguinha; de *tōl* gafanhoto, *tōli* gafanhotozinho.

Também se formam diminutivos por meio de sufixos *ko* e *lo* (m), *ki* e *li* (f), *keñ* e *leñ* (n), *kāl* e *aṭ* (n), ex.: *chedo* rapaz, *chedko* fedelho ou rapazinho; *peñdo* molho, *peñdko* ou *peñdkāl* molho pequeno; *pādo* boi *pādko*, *pād-kulo* ou *pādkāl* bezerro e assim *salad* canastra *saldulo*; *koñbo* galo, *koñblo*; *uñdir* rato, *uñdirlo*; *āñbo* mangueira, *āñbulo*. Não raras vezes tais sufixos são depreciativos.

Mais ex.: *pādi* vitela, *pādki* e *pādkuleñ* vitelinha; *māñdāk rā*, *māñdki* ranzinha; *āñbo* mangueira, *āñbuli* pequena mangueira; *pañas* jaca, *pañsāl* pequena jaca; *kadem* alguidar, *kādāl* alguidarinho; *ghodo* cavalo, *ghōdkāl* ou *ghōdkeñ* cavalo pequeno ou imprestável; *cheduñ* rapariga, *chedkāl* rapariga ou fedelho; *faḍ* courela, *faḍkul* terreno sem importância; *vāg* tigre, *vāgaṭ* tigrezinho; *pil* frango, *pilkaṭ* frangainho.

A respeito dos sufixos diminutivos *kulo*, *kuli* e *kāl* cfr. os vocábulos latinos masculinos *fratēculus*, *flōsculus*, *versiculus*; — femininos *matēcula*, *virgūncula*, *dōmūncula*; — neutros *corpūsculum*, *vīsculum*; — e os adjetivos *dulcīculus*, *minūsculus*.

Ainda há outros sufixos diminutivos como *kāt*: *bharī* feixe, *bharkāt*; *pāl* raiz, *pālkaṭ* raizinha; etc. *Bakāl* significa

gatarraão, não sendo diminutivo, porque ali *kul* não é sufixo, mas simples desinência.

Faz ainda diminutivos o sufixo *rũm*; ex.: *gãy* vaca, *gãygrũm* vitela; *leĩk* filho, *leĩkrũm* filhinho.

Há alguns nomes neutros que com a sua passagem para o género feminino tornam-se diminutivos; ex.: *dor* n. cabo ou corda grossa, *dôrĩ* f. guita ou cordel; *talẽm* lago, *talĩ* lagôa, *fhalẽm* táboa, *fhalĩ* tabela; *potẽm* saco, *põtĩ* saquinho.

Desejo aqui mencionar também uma outra espécie de diminutivos. Refiro-me ao sufixo especial, *so*, *xĩ*, *xem*. Este sufixo, atenuando ou apoucando o significado e outras vezes convertendo a certeza em dúvida das palavras a que vai junto, exerce até certo ponto o papel de diminutivo.

Há ainda outra fôrma de diminutivo por meio do sufixo *sâr* que pela sua acção junto dos vocábulos parece participar da mesma natureza de *so*: *kãlo* preto, *hãlsâr* tirante a preto; *dhavo* branco, *dhavsâr* alvacentos; *tãmb-đo* encarnado, *tãmb-sâr* quási encarnado.

XXVII

Dos comparativos e superlativos

Há-os de superioridade, de inferioridade e de igualdade. *Paras*, *van*, *haun*, *aykĩ*, *pãxi*, *pakxiĩm* e *mukhâr* são as partículas mais usadas na formação das duas primeiras classes dos comparativos.

As partículas *paras*, *van*, *haun*, *aykĩ*, *pãxi*, *pakxiĩm* significando *do que* ou *mais do que* formam o comparativo sem dependência de qualquer outra partícula e se juntam geralmente ao tema do nome que serve de comparação; ex.: *rãtiparas đĩs baro* o dia é melhor do que a noite; *chedyãvan chedũm gunest*, a rapariga é mais virtuosa do que o rapaz; *chedvã aykĩ chedđo vhadđo* o rapaz é maior do que a rapariga. Aqui as partículas comparativas juntaram-se aos temas *rãti*, *chedyã* e *chedvã* e não se empregou qualquer outra partícula auxiliar.

Quando estas partículas são empregadas junto de adjectivos possessivos ou genitvais o respectivo tema

fica na terminação feminina; ex.: *majê paras mazo ist gi-rêst*, o meu amigo é mais rico do que eu; *tâchê pakxâm tâchê bâyê bari*, a mulher d'ele é melhor do que ele.

Não sucede outro tanto com *mukhâr* que significa *na frente* ou *diante de*, sendo preciso de ordinário o auxílio de *adik* para a formação do comparativo. Além disto a partícula *mukhâr* emprega-se como um nome junto do adjectivo genitival, em que se transforma previamente o primeiro termo de comparação, podendo ser caso circunstancial; ex. *Pedruchyâ mukhâr Ândrâ adik baro*, André é melhor do que Pedro (trad. lit. em presença de Pedro André é mais bom). *Majyâ mukhâr to koñ nhôy*, elle não vale nada diante de mim.

Não conheço nenhum adjectivo concani que tenha forma própria de comparativo ou superlativo à excepção de *vâyê* mau, cujo comparativo é *pâxê*, peor.

Neste particular o concani afastou-se do sânscrito que tem desinências próprias de comparativos e superlativos.

Os comparativos de igualdade formam-se com o auxílio das partículas *bhâxên*, *parim*, *bâri* que exprimem modo ou dos adjectivos *koso*, *zoso*, *toso*, *hoso* e seus derivados; ex.: *Ântonichê chal bâyê bari*, o andar de António é como o de uma mulher; *ghodyâ bhâxên dhâmvtâ*, corre (veloz) como um cavalo; *sumkat koxêm udâ*, salta (ligeiro) como camarão; *zoxêm zhâl toxêm pfal*, assim como é a árvore assim é o fruto.

Há mais uma maneira de os termos se compararem sem o emprêgo de qualquer partícula. Consiste em fazer sobressair apreciando ou depreciando uma coisa dentre duas ou muitas. Se os termos de comparação são só dois forma-se um comparativo; se são muitos um superlativo. Por exemplo, prèguntando a dois estudantes: *tumchê bhitar koñ barem xiktâ?* qual dentre vós estuda melhor? Nesta frase o adjectivo *barem* embora positivo na forma, é comparativo pela relação que estabelece entre dois estudantes; se, pelo contrário, os rapazes eram muitos então *barem* passando a significar o melhor de todos constitui um superlativo.

Outro exemplo: *Khumychê vât lâgim?* qual dos caminhos é mais breve? Sem necessidade de qualquer partí-

cula comparativa exprime-se aqui bem o pensamento e conforme os caminhos são dois ou mais, assim temos *lāgīm* representando o papel de um comparativo ou superlativo.

Formam-se outros superlativos antepondo ao adjetivo qualificativo as palavras *bhav*, *zabar* e *chad*; ex.: *majī māñy bhav barī* minha mãe é muito boa; *teñ chēdām zabar rupest*, aquela rapariga é muito formosa; *ho bhurgo chad huxyār* este pequeno é muito esperto.

Há ainda uma outra espécie de superlativos formados com a repetição de certas formas advérbiais, tais são: *pais pais* muito longe ou cada vez mais longe; *lāgīm lāgīm* cada vez mais perto; *vēgīm vēgīm* muito depressa; *lhau lhau* muito devagar etc., formados de *pais* longe, *lāgīm* perto, *vēgīm* depressa, *lhau* mansamente. *Tām atām pais pais bhoñvtāy* você agora anda muito arredio; *vēgīm vēgīm chal* anda muito ligeiro.

XXVIII

Dos verbos

Os verbos concanis são: quanto a sua função principais e auxiliares; quanto a sua acção activos e neutros, transitivos e intransitivos; quanto a sua conjugação regulares ou irregulares, defectivos e unipessoais; quanto a sua natureza primitivos e derivados.

Os verbos activos da língua concani são conjugados nos seus tempos perfeitos com o auxílio do caso instrumental *hāmveñ*, *tuñveñ*, *tāñeñ*, *majyāñ*, *tuñyāñ*, *Pedrūñ* etc. em vez de *hām*, *tuñ*, *to* etc., como se fossem passivos. Há quem entenda que semelhante construção não é passiva, mas activa objectiva; ex.: eu comi uma galinha, *hāmveñ yek kōmbi khēli*; José trouxe dez sardinhas, *zujen dha tārle hādlyāt*; o visinho tinha construído uma casa, *xezāryāñ yek ghar bāmdulleñ*. Nestes exemplos o sujeito não é representado pelo nominativo *hām*, *zujē*, *xezārī*, mas pelo caso instrumental *hāmveñ*, *zujen* e *xezāryāñ*.

Dá-se nesta língua a particularidade desconhecida entre as línguas europeias de os seus verbos em alguns

tempos serem ao mesmo tempo conjugáveis e declináveis, isto é, tem as três desinências como os adjectivos de 1.^a classe, tendo portanto além da concordância verbal com o sujeito em número e pessoa, uma concordância adjectival das flexões masculina, feminina e neutra com o mesmo sujeito; ex.: *hām̃v khatāloṃ, līm̃, leṃ* eu comia; a 1.^a forma do verbo pertence a *hām̃v* masculino, a 2.^a a *hām̃v* feminino e a 3.^a ao neutro efectuando-se a concordância portanto em género, número e pessoa. Esta particularidade só se dá em alguns tempos.

Nos tempos perfeitos porém existem duas concordâncias diversas, sendo uma do verbo com o agente *em pessoa* e a outra do verbo com o objecto *em género e número*; ex.: *Hām̃veṃ nāsto khelo* eu comi o almoço. Há aqui a dupla concordância de *khelo* com *hām̃veṃ* em pessoa e com *nāsto* em género e número. *Tineṃ tin bhākryō bhāzlyōt*, ela assou três apas (tortas). Neste exemplo o verbo vai para a 3.^a pessoa por causa do instrumental estar na mesma pessoa e tem a flexão feminina plural, porque *bhākryō* é plural feminino. Se nestes dois exemplos substituirmos o instrumental pela segunda pessoa *tuṃveṃ* logo os verbos mudarão de flexão para a 2.^a pessoa *khelōy* e *bhāzlyōy*.

Veremos nas respectivas conjugações que a 1.^a pessoa da maior parte dos tempos dos verbos concanis têm flexões nasaladas. Entendem alguns gramáticos que assim era também no latim antigo; ex.: *laudoṃ, laudavim, laudaverom* nos três tempos presente, pretérito perfeito e futuro perfeito, bem como nos futuros imperfeitos dos verbos com temas em *ā* e *e*, tendo caído com o tempo a nasal. Só dois verbos constituem excepção e são *sum* com os seus compostos e *inquam*.

Julgo que esta nazalação é o vestígio do pronome pessoal respectivo cujo tema é *ma*. O facto do P.^o T. Estevam dar à 2.^a pessoa cocani a flexão *ssi* (*soditalossi, nidetāssi* buscavas, dormes) mais me arreiga a convicção de que tais flexões concanis correspondem aos pronomes pessoais da 1.^a e 2.^a pessoa como as gregas *mi* e *si*; *dido mi, dido si*.

A enunciação de qualquer verbo faz-se pela sua forma

do infinito: *Chĩntãmk* pensar, *karũmk* fazer, *divũmk* dar, *khãvũmk* comer. O tema de um verbo é a parte radical que fica, suprimida a parte flexiva *uĩk*: *chĩnt*, *kar*, *di*, *khã*. Como se vê. em alguns casos desaparece a consoante intermédia.

XXIX

Da conjugação dos verbos

A conjugação dos verbos concanis tem pequena diferença de uns para outros e por isso quasi se pode considerar uma só. Para os conjugar, procurado o tema, junte-se-lhes a respectiva flexão (vide pag. 123-124, Quadro n.º 4). Na conjugação negativa o caso é um tanto mais difícil, por quanto umas vezes a partícula negativa vai no princípio da forma verbal e outras no fim e outras ainda se intercala; ex.: *asonãslom* não costumava estar, *karchonãslom* não havia de fazer.

O verbo substantivo *Asũmk* — Ser ou Estar

Modo Indicativo — tempo presente (a)

<i>Haĩv asãĩ</i> — Eu estou etc.	<i>Amĩ asãĩv</i>
<i>tũĩ asãĩ</i>	<i>tumĩ asãĩ</i>
<i>to</i> }	<i>te</i> }
<i>tĩ</i> } <i>asã</i>	<i>tyõ</i> } <i>asãĩ</i>
<i>teĩ</i> }	<i>tĩĩ</i> }

(a) Na prática não se emprega este tempo no sentido de *ser*, mas só de *estar*. No 1.º caso ou é oculto: *Pedrũ baro* Pedro é bom, ou é substituído por *vartavũmk*: *Pedrũ vartavũ baro*, Pedro é bom. No 2.º caso o verbo é sempre expresso: *Pedrũ baro asã* Pedro está bom.

Presente consuetudinário

<i>Haĩv astãĩ</i> . Eu costume	<i>Amĩ astãĩv</i>
estar etc.	
<i>tũĩ astãĩ</i>	<i>tumĩ astãĩ</i>
<i>to</i> }	<i>te</i> }
<i>tĩ</i> } <i>astã</i>	<i>tyõ</i> } <i>astãĩ</i>
<i>teĩ</i> }	<i>tĩĩ</i> }

Pretérito imperfeito consuetudinário

<i>Hām̃v āstāloṃ, āstālīṃ, āstāleṃ.</i> Eu costumava estar etc.	<i>Āmī āstālyāṃv</i>
<i>tūṃ āstāloṃ, āstālīy, āstāleṃy</i>	<i>tumī āstālyāt</i>
<i>to āstālo</i>	<i>te āstālet</i>
<i>tī āstālī</i>	<i>tyō āstālyōt</i>
<i>teṃ āstāleṃ (a)</i>	<i>tīm āstālīm̃t</i>

(a) De ordinário a forma neutra da 1.ª pessoa dos tempos tri-formes tem pouco uso neste como noutros verbos: *Hām̃v āstāleṃ*, *Hām̃v kartāleṃ* poucas pessoas o dizem. Não falo dos neutros da construção objectiva.

Outro imperfeito consuetudinário

<i>Hām̃v āsoṃ.</i> Eu costumava estar etc.	<i>Āmī āsoṃv</i>
<i>tūṃ āsoṃy</i>	<i>tumī āsot</i>
<i>to</i> } <i>āso</i>	<i>te</i> }
<i>tī</i> }	<i>tyō</i> }
<i>teṃ</i> }	<i>tīm</i> }

Pretérito perfeito (que também é usado por imperfeito)

<i>Hām̃v āsloṃ, līṃ, leṃ.</i> — Eu estive, eu estava etc.	<i>Āmī āslyāṃv.</i> — Nós estivemos ou nós estávamos
<i>tūṃ āsloṃ, līy, leṃy</i>	<i>tumī āslyāt</i>
<i>to āslo</i>	<i>te āslēt</i>
<i>tī āslī</i>	<i>tyō āslyōt</i>
<i>teṃ āsleṃ</i>	<i>tīm āslīm̃t</i>

Pretérito mais que perfeito ¹

<i>Hām̃v āslolōṃ, lolīṃ, loleṃ.</i>	<i>Āmī āslolyāṃv</i>
— Eu tinha estado, etc.	

¹ A forma do pretérito mais que perfeito é a mesma do pretérito perfeito repetida. *Āslolōṃ* = *āsloṃ* + *āsloṃ* caindo a 1.ª parte *ās* por economia e a 1.ª nasalação *ṃ*, porque a nasalação da 1.ª pessoa está representada pela 2.ª forma *lolōṃ*. Em algumas partes de Gôa a forma *āsloṃ* contrae-se em *āsulloṃ* como se vê da conjugação seguinte. Na província de Bardês as formas fem. e neut. dos tempos em *aloṃ* e *oloṃ* modificam-se em *ēlīṃ* e *eleṃ*: *āsloṃ*, *āsleṃ*, *kartaloṃ*, *kartēlīṃ* e *karteleṃ*.

<i>tũm asloloŷ, loloŷ, loleĩy</i>	<i>tumĩ aslolyāt</i>
<i>to aslolo, ti asloli, teĩ as-</i>	<i>te aslolet, tyo aslolyōt, tĩm</i>
<i>loleĩ</i>	<i>asloliĩt</i>

Ou

<i>Hãĩv asulloĩ, asulliĩ, asul-</i>	<i>Ãĩ asullyãĩv.</i>
<i>leĩ. Eu tinha estado etc.</i>	
<i>tũm asulloŷ, asully, asulleĩy</i>	<i>tumĩ asullyāt</i>
<i>to asullo</i>	<i>te asullet</i>
<i>ti asulli</i>	<i>tyo asullyōt</i>
<i>teĩ asulleĩ</i>	<i>tĩm asulliĩt</i>

Futuro Imperfeito

<i>Hãĩv astaloĩ, astaliĩ, as-</i>	<i>ãĩ astalyãĩv</i>
<i>taleĩ. Eu estarei ou hei-</i>	
<i>-de estar, etc.</i>	
<i>tũm astaloŷ, astaliy astaleĩy</i>	<i>tũm astalyāt</i>
<i>to astalo</i>	<i>te astalet</i>
<i>ti astali</i>	<i>tyo astalyōt</i>
<i>teĩ astaleĩ</i>	<i>tĩm astaliĩt</i>

Futuro perfeito

<i>Hãĩv asulloĩ, asulliĩ, asul-</i>	<i>ãĩ asullyãĩv zãyt</i>
<i>leĩ zãyt. Terei estado</i>	
<i>etc.</i>	
<i>tũm asulloŷ, asully, asulleĩy</i>	<i>tumĩ asullyāt zãyt</i>
<i>zãyt</i>	
<i>to asullo</i>	<i>te asullet zãyt</i>
<i>ti asulli</i>	<i>tyo asullyōt zãyt</i>
<i>teĩ asulleĩ</i>	<i>tĩm asulliĩt zãyt</i>

Ou asloloĩ, asloliĩ, asloleĩ zãyt; tũm asloloŷ, asloliy, asloleĩy zãyt etc.

Futuro condicional simples

<i>Hãĩv astoĩ, astĩĩ, asteĩ.</i>	<i>ãĩ astyãĩv</i>
<i>Eu estaria etc.</i>	
<i>tũm astoŷ, astiy, asteĩy</i>	<i>tumĩ astyāt</i>
<i>to asto</i>	<i>te astet</i>
<i>ti astĩ</i>	<i>tyo astyōt</i>
<i>teĩ asteĩ</i>	<i>tĩm astĩĩt</i>

Futuro condicional perfeito

Hãmv *ástalo ásulloñ, ástali* *ami ástale ásullyãmv*
ásullñ, ástaleñ ásullem.

Eu teria estado etc.

tãmv *ástalo ásulloy, ástali* *tumi ástale ásullyât*
ásully, ástaleñ ásullemy
to ástalo ásullo *te ástale ásullet*
ti ástali ásulli *tyô ástalyô ássulyôt*
tem ástaleñ ásullem *tñm ástaliñ ásullñmt*

Futuro potencial simples

Hãmv *asan.* Poderei estar *ami ásañv*

tãmv *asxi* etc. *tumi ássxyât*

to } *ásat* *te* } *ástit*
ti } *tyô* }
tem } *tñm* }

Futuro potencial composto

Hãmv } *majyãm* } *ásuñyet ou ásuñye-*
tãmv } *tujyãn* } *tã, tenho facul-*
to } *tãchyãn* } *dade de estar*
ti } etc. }
tem }

Modo conjuntivo — Presente

Ásũm, esteja (nas três pessoas do singular).

Ásũmv ou *ásũmñi*, estejam (nas três pessoas do plural).

NOTA — Suponho que *ásũmñi* é composto de *ásuñk* e *dívũñk*, deixar estar.

Futuro

Hãmv, *tũm*, *to* *áslyâr* ou *Hãmv asan zãlyâr*, se eu estiver, etc.
tãmv *asxi zãlyâr*, etc.

Locuções verbais

Ásuñk Estar
Ásũn Estando, tendo estado
Ástãñãm Ao estar
Áscho, chi, chem De estar ou que deve estar
Áschyak Para estar
Áschyã pãsũn Por amor de estar
Áschyãparĩm Em atitude de estar
Ástõch Depois de estar
Ástalo, li, lem Que estava
Ásto, ti, tem Que está, que tem

Este verbo tem às vezes a significação de — ter. — Neste caso o nome predicativo faz de sujeito e o sujeito assume a forma de dativo; Ex.: *Mãkã laz ástã*, eu tenho vergonha.

Násuṁk — Não estar

Modo Indicativo — Tempo presente

<i>Hāṁv nām</i> não estou, etc.	<i>Āmī nām̄v</i>
<i>tūṁ nām̄y</i>	<i>tumī nām̄t</i>
<i>To</i> }	<i>te</i> }
<i>tī</i> } <i>nām̄</i>	<i>tyō</i> } <i>nām̄t</i>
<i>teṁ</i> }	<i>tīm̄</i> }

Presente consuetudinário

<i>Hāṁv āsanām̄</i> , não costumo estar, etc.	<i>Āmī āsanām̄v</i>
<i>tūṁ āsanām̄y</i>	<i>tumī āsanām̄t</i>
<i>to</i> }	<i>te</i> }
<i>tī</i> } <i>āsanām̄</i>	<i>tyō</i> } <i>āsanām̄t</i>
<i>teṁ</i> }	<i>tīm̄</i> }

Pretérito imperfeito

<i>Hāṁv āslonām̄</i> , <i>āslinām̄</i> , <i>ā-</i> <i>leṁnām̄</i> eu não estava, etc.	<i>Āmī āslenām̄v</i>
<i>tūṁ āslonām̄y</i> , <i>āslinām̄y</i> , <i>ā-</i> <i>leṁnām̄y</i>	<i>tumī āslenām̄t</i>
<i>to āslonām̄</i>	<i>te āslenām̄t</i>
<i>tī āslinām̄</i>	<i>tyō āslyōnām̄t</i>
<i>teṁ āsleṁnām̄</i>	<i>tīm̄ āsliṁnām̄t</i>

Pretérito imperfeito consuetudinário

<i>Hāṁv āsonāsloṁ̄</i> , <i>āsonāslīm̄</i> , <i>āsonāsleṁ̄</i> , não costumava estar, etc.	<i>Āmī āsonāslyām̄v</i>
<i>tūṁ āsonāslōy</i> , <i>āsonāslīy</i> , <i>āsonāsleṁ̄y</i>	<i>tumī āsonāslyāt</i>
<i>to āsonāslo</i>	<i>te āsonāslet</i>
<i>tī āsonāslī</i>	<i>tyō āsonāslyōt</i>
<i>teṁ āsonāsleṁ̄</i>	<i>tīm̄ āsonāslīm̄t</i>

Pretérito perfeito remoto

<i>Hãmv nâsloĩ, nâsliĩ, nâs-</i> <i>leĩ, eu não estive, etc.</i>	<i>Âmĩ nâslyãĩv</i>
<i>tũĩ nâslõy, nâsliy nâsleĩy</i>	<i>tumĩ nâslyãt</i>
<i>to nâslo</i>	<i>te nâslet</i>
<i>tĩ nâsli</i>	<i>tyõ nâslyõt</i>
<i>teĩ nâsleĩ</i>	<i>tĩĩ nâsliĩt</i>

Pretérito perfeito próximo

<i>Hãĩ asũĩknãĩ, eu não te-</i> <i>nho estado, etc.</i>	<i>Âmĩ asũĩknãĩv</i>
<i>tũĩ asũĩknãĩy</i>	<i>tumĩ asũĩknãĩt</i>
<i>to</i> }	<i>te</i> }
<i>tĩ</i> }	<i>tyõ</i> }
<i>teĩ</i> }	<i>tĩĩ</i> }
<i>asũĩknãĩ</i>	<i>asũĩknãĩt</i>

Pretérito mais que perfeito

<i>Hãmv nâsulloĩ, nâsullĩĩ, nâ-</i> <i>sulleĩ, eu não tinha</i> <i>estado, etc.</i>	<i>Âmĩ nâsullyãĩv</i>
<i>tũĩ nâsullõy, nâsulliy, nâ-</i> <i>sulleĩy</i>	<i>tumĩ nâsullyãt</i>
<i>to nâsullo</i>	<i>te nâsullet</i>
<i>tĩ nâsulli</i>	<i>tyõ nâsullyõt</i>
<i>teĩ nâsulleĩ</i>	<i>tĩĩ nâsullĩĩt</i>

Ou

Hãmv nâsloloĩ, liĩ, leĩ
tũĩ nâslolõy, liy, leĩy
to nâslolo, etc.

Futuro imperfeito

<i>Hãmv nâstaloĩ, nâstaliĩ, nâ-</i> <i>staleĩ, não estarei, etc.</i>	<i>Âmĩ nâstalyãĩv</i>
<i>tũĩ nâstalõy, nâstaliy, nâ-</i> <i>staleĩy</i>	<i>tumĩ nâstalyãt</i>
<i>to nâstalo</i>	<i>te nâstalet</i>
<i>tĩ nâstali</i>	<i>tyõ nâstalyõt</i>
<i>teĩ nâstaleĩ</i>	<i>tĩĩ nâstaliĩt</i>

Ou

Hamv aschondam, aschindam, aschindam
 to aschondam
 ti aschindam
 tem aschindam
 tum aschondam, aschindam, aschindam
 te aschondam
 tyo aschindam
 tim aschindam

Futuro perfetto

Hamv aslonam, aslonam, as-
 lemdam zagt, naõ terei

(a) estado, etc.

tum aslonam, aslonam, as-
 lemdam zagt

to aslonam
 ti aslonam
 tem aslonam
 tum aslonam, aslonam, as-
 lemdam zagt

Futuro condicional simples

Hamv astondam, astindam, as-
 temdam, naõ estaria, etc.

tum astondam, astindam, as-
 temdam

to astondam
 ti astindam
 tem astindam

tum astondam, astindam, as-
 temdam

Futuro condicional perfetto

Hamv aschondam, aschindam, aschindam

tum aschondam, aschindam, aschindam

haviã de estar, etc.

tum aschondam, aschindam, aschindam

aschindam

to aschondam

ti aschindam

tem aschindam

(a) Outra forma:

Hamv aschondam zagt

tum aschondam zagt

to, ti, tem, aschondam zagt

Ami aschondam zagt

tum aschondam zagt

te, tyo, tim aschondam zagt

Futuro potencial simples

*Hām̃v nāsan**tuṁ nāsx̃i**to**tī**teṁ**nāsat**Āmī nāsaṁv**tumī nāsx̃yāt**te**tyō**tīm̃**nāstīt*

Futuro potencial composto

Hām̃v āsanāṁ zāyn, pode-

rei não estar, ou talvez

não esteja

*tuṁ āsanāṁ zāx̃i**to**tī**teṁ**āsanāṁ zāyt**Āmī āsanāṁ zāṁv**tumī āsanāṁ zāx̃yāt**te**tyō**tīm̃**āsanāṁ zātīt*

Modo conjuntivo — Presente

*Hām̃v nāsūṁ**tuṁ āsum̃nākā**to**tī**teṁ**nāsūṁ**Āmī nāsūṁv**tumī āsum̃nākāt**te**tyō**tīm̃**nāsūṁv*

Futuro

Hām̃v, *tuṁ*, *to* *nāsx̃yār* ou *hām̃v nāsan zālyār*, se não estiver
tuṁ nāsx̃i zālyār, etc.

Locuções verbais

Nāsūṁk ou *āsanāṁ zāvūṁk**Nāstānāṁ* ou *āsonāstānāṁ**Nāsūn**Nāschyāk* ou *āsanāṁ zāvūṁ-*
*chyāk**Āsanāṁ zāvūṁchyā pāsūn**Nāstōch**Nāslolo*, *leḷi leleṁ* ou *nā-*
sullo, *lī*, *leṁ**Nāsto*, *tī*, *teṁ*

Não estar

Não estando

Não tendo estado

Para não estar

A fim de não estar

Quando não estiver

Que não estava

Que não está

Zâvuĩk — Ser, Suceder, tornar-se

Modo Indicativo — Tempo Presente

<i>Hãĩv zâtãĩ</i>	<i>Âĩ zâtãĩv</i>
<i>Tãĩ zâtãy</i>	<i>Tumĩ zâtãt</i>
<i>to</i> } <i>zâtã</i>	<i>te</i> } <i>zâtãt</i>
<i>tĩ</i> }	<i>tyõ</i> }
<i>teĩ</i> }	<i>tĩĩ</i> }

Pretérito Imperfeito

<i>Hãĩv zâtãlom̃, zâtãlĩĩ zã- tãlẽĩ</i>	<i>Âĩ zâtãlyãĩv</i>
<i>tũĩ zâtãlõy, zâtãly, zãtãlẽĩy</i>	<i>tumĩ zâtãlyãt</i>
<i>to zâtãlo</i>	<i>te zãtãlet</i>
<i>tĩ zãtãli</i>	<i>tyõ zãtãlyõt</i>
<i>teĩ zãtãlẽĩ</i>	<i>tĩĩ zãtãlĩĩt</i>

Pretérito perfeito remoto

<i>Hãĩv zãlom̃, zãlĩĩ, zãlẽĩ</i>	<i>Âĩ zãlyãĩv</i>
<i>tũĩ zãlõy, zãly, zãlẽĩy</i>	<i>tumĩ zãlyãt</i>
<i>to zãlo</i>	<i>te zãlet</i>
<i>tĩ zãli</i>	<i>tyõ zãlyõt</i>
<i>teĩ zãlẽĩ</i>	<i>tĩĩ zãlĩĩt</i>

Pretérito perfeito próximo

<i>Hãĩv zãlãm, zãlyãm, zãlãm</i>	<i>Âĩ zãlyãĩv</i>
<i>tũĩ zãlãy, zãlyãy, zãlãmỹ</i>	<i>tumĩ zãlyãt</i>
<i>to zãlã</i>	<i>te zãlyãt</i>
<i>tĩ zãlyã</i>	<i>tyõ zãlyãt</i>
<i>teĩ zãlãm</i>	<i>tĩĩ zãlyãmĩt</i>

Pretérito mais que perfeito

<i>Hãĩv zãlloĩ, zãllĩĩ, zãlleĩ</i> ou <i>zãloloĩ, lĩĩ, leĩ</i>	<i>Âĩ zãllyãĩv</i>
<i>tũĩ zãllõy, zãlly, zãlleĩy</i>	<i>tumĩ zãllyãt</i>
<i>to zãllo</i>	<i>te zãllet</i>
<i>tĩ zãlli</i>	<i>tyõ zãllyõt</i>
<i>teĩ zãlleĩ</i>	<i>tĩĩ zãllĩĩt</i>

Futuro imperfeito

<i>Hãnv zâtalom̃, zâtalĩm̃, zâ- taleĩm̃</i>	<i>Âmĩ zâtalyãm̃v</i>
<i>tũm̃ zâtaloy, zâtalĩy, zâtaleĩy</i>	<i>tumĩ zâtalyât</i>
<i>to zâtalô</i>	<i>te zâtalet</i>
<i>tĩ zâtalĩ</i>	<i>tyô zâtalyôt</i>
<i>teĩ zâtaleĩ</i>	<i>tĩm̃ zâtalĩm̃t</i>

Futuro perfeito

<i>Hãnv zâlãm̃, zâlyãm̃, zâlãm̃</i>	<i>Âmĩ zâlyãm̃v zâyt</i>
<i>tũm̃ zâlây, zâlyây, zâlãm̃y</i>	<i>tumĩ zâlyât zâyt</i>
<i>to zâlã</i>	<i>te zâlyât</i>
<i>tĩ zâlyã</i>	<i>tyô zâlyât</i>
<i>teĩ zâlãm̃</i>	<i>tĩm̃ zâlyãm̃t</i>

Futuro condicional simples

<i>Hãnv zâtom̃, zâtĩm̃, zâteĩ</i>	<i>Âmĩ zâtyãm̃v</i>
<i>tũm̃ zâtôy, zâtĩy, zâteĩy</i>	<i>tumĩ zâtyât</i>
<i>to zâto</i>	<i>te zâtet</i>
<i>tĩ zâtĩ</i>	<i>tyô zâtyôt</i>
<i>teĩ zâteĩ</i>	<i>tĩm̃ zâtĩm̃t</i>

Futuro condicional perfeito

<i>Hãnv zâtalô aslom̃, zâtalĩ</i>	<i>Âmĩ zâtale aslyãm̃v</i>
<i>aslm̃, zâtaleĩ asleĩ</i>	
<i>tũm̃ zâtalô asloy, zâtalĩ asly,</i>	<i>tumĩ zâtale aslyât</i>
<i>zâtaleĩ asleĩy</i>	
<i>to zâtalô aslo</i>	<i>te zâtale aslet</i>
<i>tĩ zâtalĩ asli</i>	<i>tyô zâtalyô aslyôt</i>
<i>teĩ zâtaleĩ asleĩ</i>	<i>tĩm̃ zâtalĩm̃t aslm̃t</i>

Futuro potencial

<i>Hãnv zâyn</i>	<i>Âmĩ zãm̃v</i>
<i>tũm̃ zâxĩ</i>	<i>tumĩ zâxyât</i>
<i>to</i>	<i>te</i>
<i>tĩ</i>	<i>tyô</i>
<i>teĩ</i>	<i>tĩm̃</i>

Hām̃v, tūm̃, to zāruṁyet ou
Majyān, tujyān, tāchyān, zāruṁyet ou zāruṁyetà

Za tām Zāyāt tumī
Zāvum̃ ou zāvum̃dī, to, ti, zāvum̃dī te, tyō, tīm
tēm

Hām̃v, tām̃, to zāvām̃ *Ām̃i, tum̃i, te zāvām̃v ou zā-
vum̃dī*

Futuro

Hām̃v, tuṁ, to zālyār ou hām̃v zāyn zālyār, tuṁ zāxi zālyār etc.

<i>Zavum̃k</i>	<i>Zavum̃chya pásun</i>
<i>zavun</i>	<i>zavum̃chya parim̃</i>
<i>zatanam̃</i>	<i>zatoch</i>
<i>zata astanam̃</i>	<i>zallo, li, lem̃ ou</i>
<i>zavum̃cho, chi, chem̃</i>	<i>zalo, lolu, lolem̃</i>
<i>zavum̃chya k</i>	<i>zato, ti, tem̃</i>

CÓNEGO JOSÉ DE SANTA RITA E SOUSA

(Continued)

ADVERTENCIA. — Desta gramática vai ser tirada separata.

LUGARES SELECTOS DA BIBLIOTECA COLONIAL PORTUGUESA

FRANCISCO MANTERO

A MÃO DE OBRA EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE

(Pág. 39 a 44)

1910

Condições gerais da vida proporcionada aos trabalhadores. — As considerações que fazemos são tôdas referentes às propriedades exploradas pelos europeus ou por indígenas ilustrados, e pelos seus descendentes ou sucessores, que têm mantido o regime civilizador por aqueles implantado; as explorações dos «forros» e de outros pequenos cultivadores indígenas, realizando-se por uma forma rudimentar, e imperfeitamente trabalhadas pelos próprios donos e pelas suas famílias, tendem a desaparecer, absorvidas pelas explorações progressivas, e constituem já excepções, de que julgamos não nos devermos ocupar.

Deve aqui dizer-se que, na ilha de S. Tomé, como na do Príncipe, não há empresas ou estabelecimentos industriais, fabrís ou manufactureiros; apenas se exercem as pequenas indústrias, artes e ofícios, e o comércio inerente aos agrupamentos humanos de reduzida população.

A indústria agrícola é a mola propulsora de tôda a vida e movimento nas duas ilhas. Unidas sob a mesma direcção política e administrativa, cada uma delas constitui uma pequena colónia, dividida em numerosas explorações individuais. Quer uma, quer outra, oferecem aos trabalhadores oriundos dos países tropicais, que são os mais resistentes à acção deprimente do clima, condições de vida superiores àquelas que lhes proporcionam as regiões de procedência.

O clima é, sem dúvida, hostil aos europeus: mas para os africanos, em vista dos confortos que completam as condições sanitárias, é muito melhor que o do hinterland de Angola, de onde provém a maior parte dos serviços importados em S. Tomé. Não estão aqui expostos aos cinco grandes flagelos que impiedosamente dizimam as populações continentais da África equatorial, — o sono ¹, as bexigas ², o venéreo, o alcoolismo e as guerras.

Depois, os recursos higiênicos e a assistência médica, as bem fornecidas farmácias e as enfermarias confortáveis, que se encontram em todos os centros de trabalho, garantem, sob o ponto de vista sanitário, todos os cuidados indispensáveis à conservação da saúde e ao tratamento na doença.

Ocupando os dias em trabalho moderado, tendo alimentação sã e suficiente, boas habitações onde se abrigarem, e encontrando facilmente distração, nos dias e horas de descanso, conforme os seus costumes, nas danças e na vida das sanzalas com os seus conterrâneos, despreocupados dos encargos da família que correm por conta dos proprietários, os trabalhadores encontram nesta província condições de vida tranqüila e, por assim dizer, feliz.

Adquirem elementos de civilização, podem fazer economias, constituir família e preparar melhor futuro do que se tivessem ficado nas regiões selvagens dos seus países de origem.

Natureza do trabalho. — Como já dissémos, nas duas ilhas de S. Tomé e Príncipe, está já arroteado uma grande parte do sólo, próprio para a exploração agrícola, a qual consiste, principalmente, na cultura de cacau, cultivan-

¹ Nas nossas ilhas a moléstia do sono só existe na parte norte da Ilha do Príncipe; onde está sendo enérgicamente combatida com excelente resultado, pela destruição da tsé-tsé, que só há naquela região, mas que já raramente se encontra, e pelo isolamento dos atacados, esperando-se, com bom fundamento, vê-la extinta em breve.

² Depois que, por imposição regulamentar, se tornou obrigatória a vacina, a varíola epidémica desapareceu das ilhas, e quando aparece algum caso é geralmente esporádico e sem gravidade.

do-se também o café, a cana sacarina, a borracha, a quina, o côco, a palmeira, a banana, a fruta-pão e outros frutos de consumo local.

Ainda está, porém, distante do seu termo o aproveitamento das terras virgens, e em geral todos os anos se ampliam as plantações com o arroteamento de novos tratos de terreno. Precede a cultura, como acto preparatório indispensável, a derrubada do alteroso mato, que vegeta espontaneamente nos terrenos incultos.

Por via de regra, este trabalho, um dos mais rudes que a agricultura exige, não é feito em muitas roças pelos serviçais adstritos a cada propriedade. São em geral os «angolares», indígenas descendentes dos pretos de Angola, a quem já tivemos ocasião de aludir, que se instalaram em S. Tomé quando na costa da ilha naufragou, em 1540, um navio carregado de escravos, homens robustos e refractários ao trabalho assalariado, que se encarregam de derrubar as florestas por contratos de empreitada, porque, ciosos dos seus hábitos nómadas, preferem ao regime metódico e permanente dos serviçais, o trabalho de ocasião, executado conforme lhes apraz. Quando se empregam neste trabalho os serviçais contratados, escolhem-se os mais robustos.

Em seguida prepara-se o terreno, procede-se à abertura das covas e à plantação, esboçam-se os caminhos que mais tarde hão de dar serventia às plantações, e, periodicamente, acode-se ao tratamento das plantas, pela sua poda e pela limpeza do terreno; depois faz-se a colheita dos frutos, o seu transporte para os terreiros, o preparo dêles, a condução para o porto de embarque.

O transporte braçal está geralmente banido na grande maioria das roças. Linhas Decauville, de tracção animal ou a vapor, linhas aéreas e veículos tirados por gado vacum ou muar, estão preparados para auxiliar o desempenho desse pesado e importante serviço de exploração, dentro das propriedades, e destas para os portos de embarque. A via marítima é também largamente aproveitada para os transportes, havendo um vapor de cabotagem, com 300 toneladas de arqueação, que faz quatro viagens mensais, em volta de S. Tomé, e vários rebocadores parti-

culares, destinados a rebocar os numerosos lanchões ocupados nos serviços de carga.

Pontes-cais privativas, nos portos de cada roça, completam o serviço marítimo, evitando aos trabalhadores a entrada dentro de água e o esforço de agüentar as cargas.

Condições de prosperidade actual e futura da província. — Podem dizer-se razoavelmente satisfatórias as condições actuais de prosperidade da província, não obstante a carestia da mão de obra, derivada da permanente dificuldade no engajamento de trabalhadores, e os pesadíssimos impostos cobrados pelo govêrno e pelo município.

Mas se a situação, encarada no seu aspecto geral, pode ser considerada satisfatória, já não sucede o mesmo em relação a um grande número de explorações.

Os proprietários das roças antigas, em que se iniciaram as plantações, e os daquelas que se seguiram, durante o primeiro período do renascimento agrícola da colónia, montaram todos os seus serviços numa época em que os encargos eram muito menores, já pagaram os capitais que o crédito lhes forneceu, e têm em plena produção uma grande parte das suas plantações; custeiam, portanto, com uma despesa proporcionalmente menor as suas explorações, e apuram uma soma de rendimentos consideravelmente maior. A situação desses proprietários é desafogada.

Não sucede o mesmo com aqueles que começaram mais tarde.

A aquisição dos terrenos, que nos primeiros tempos se fazia por valor insignificante, passou a ser muito cara, e tôdas as despesas agrícolas se elevaram fabulosamente.

Feitas quasi tôdas com dinheiro fornecido pelo crédito, tendo custado caríssimo o terreno, sendo também caríssimas as construções, e havendo grande demora no desenvolvimento e na plena produção do cacau, as modernas propriedades, que são as mais numerosas, atravessam uma situação financeira difícil, agravada pela actual grande baixa de preço do cacau que, a prolongar-se por muito tempo, forçará o Estado a diminuir os impostos, se quiser evitar a ruína dos agricultores e as graves

consequências de tal desastre, para elles e para o Tesouro.

A história dos últimos 30 anos ensina-nos, porém, que as flutuações do mercado de cacau são periódicas, e que aos períodos de baixa se sucedem outros de alta e assim sucessivamente.

Consiste na repetição destes fenómenos a principal esperança da moderna agricultura de S. Tomé e Príncipe, como auxílio para vencer o período crítico da sua menor idade; não havendo razão para crêr que tais fenómenos se não repitam, é bem fundada a opinião de que às nossas ilhas está reservado um futuro brilhante, dada a fertilidade sem igual do seu solo; e por que, na sua faina de acelerar os resultados, o agricultor não pára, multiplicam-se as plantações anualmente, as dos anos anteriores crescem e frutificam com abundância, a produção aumenta de ano para ano, e a qualidade aperfeiçoa-se constantemente.

As últimas providências decretadas pelo governo da metrópole, tendentes a facilitar e regularizar o engajamento de serviçais, das quais se espera, com bem fundadas razões, provisão de braços e, conseqüentemente, melhoria nas condições de mão de obra, devem contribuir poderosamente para atenuar as dificuldades de muitos agricultores, e assegurar a crescente prosperidade da colónia.

É certo que, seguindo a lição e o exemplo dos colonizadores portugueses de S. Tomé e Príncipe, tão injustamente hostilizados nos últimos tempos, talvez pela inveja que a prosperidade da sua agricultura desperta, outros centros de produção dos mesmos géneros se têm criado em colónias doutros países, como já tivemos occasião de referir, os quais lançam nos mercados grande quantidade de produtos, em concorrência com os de S. Tomé, tendo esse facto já determinado, e no futuro poderá determinar, estacionamento ou baixa de preços. Mas, paralelamente, também se observa que o consumo mundial do seu principal produto, o cacau, tende a aumentar numa proporção extraordinária, como o demonstra o mapa que acompanha esta memória.

Parece-nos pois que, atenta a existência incontestável

de um solo privilegiado, sendo evidente a capacidade modelar de colonização e exploração dos nossos cultivadores, servida pelos processos de trabalho mais aperfeiçoados; estando em via de execução as novas disposições que regulam o engajamento dos trabalhadores; e presidiendo ao aproveitamento da actividade dos serviços sentimentos humanitários, todos os factores de prosperidade se reúnem para que esta província mantenha, no futuro, o lugar proeminente já conquistado entre as mais florescentes colónias similares, se os tradicionais inimigos da província de S. Tomé e Príncipe, os filantropos ingleses (*sic*) não conseguirem destruir, por qualquer modo, essa prosperidade, e se derem tréguas à campanha de ruína e descrédito em que recentemente se têm empenhado, sob pretexto dum humanitarismo que nem a Inglaterra nem nenhum outro país pratica com mais generosidade do que os cultivadores de S. Tomé e Príncipe.

Condições económicas do trabalho. — Em vista da permanente escassez de trabalhadores, pelas razões, já referidas do desenvolvimento das plantações, e correlativa necessidade de os importar constantemente, e sendo avultadas as despesas a que obriga o recrutamento de imigrantes, seu transporte, alimentação, vestuário, assistência médica, habitações e salário a dinheiro, constituindo tudo a remuneração dos serviços que elles são chamados a prestar, o trabalho custa caro.

Nos termos do último regulamento geral da emigração de trabalhadores para S. Tomé e Príncipe, de 17 de Julho de 1909, o seu salário mensal nunca será inferior a 2\$500 réis para os homens, e a 1\$800 réis para as mulheres, sendo em geral superior, e havendo trabalhadores que vencem 4\$000 até 9\$000 réis. Metade d'este salário é pago mensalmente, aos interessados, no primeiro domingo seguinte ao mês a que elle respeita, ou na segunda-feira immediata, e a outra metade é entregue directamente pelos patrões no cofre de repatriação, criado pelo mesmo regulamento, ficando aí em depósito e reservado para ser entregue na chegada às suas terras, a cada um dos trabalhadores repatriados a quem pertença; a entrada no cofre é feita anualmente, depois de se terem deduzido os

adiantamentos legais, que tiverem sido feitos no acto dos contratos, e as pensões legais que houverem sido pagas às famílias dos contratados.

Sobre os aludidos salários acrescem, para o patrão, os encargos de alojamento, em edificios construídos segundo as prescrições estabelecidas pelas autoridades, sustento, vestuário, hospitalização, tratamento conveniente nas enfermidades, e as despesas de passagem da ida e do regresso ao ponto de procedência. Tendo, portanto, os proprietários de fazer tôdas estas despesas, e estar prevenidos com tôdas as coisas indispensáveis à vida, — géneros, mercadorias e artefactos de vária espécie, e também médico e botica, facilmente se compreende que, numa colónia em que tudo o que se consome é importado de países longínquos, visto que ali só se colhe um restritíssimo número de produtos agrícolas, e estes são, na sua generalidade, de exportação, — café, cacau, côco, etc., etc., os fornecimentos e o pessoal necessários à administração das propriedades, só se obtem à fôrça de dinheiro.

Condições de existência dos trabalhadores. — A existência dos serviçais de ambos os sexos, nas fazendas, decorre serena, entre a monotonia do trabalho material e os folgares próprios de gente em estado de civilização imperfeita.

O clima, nem sempre benigno para os europeus, não é tão desfavorável aos africanos, e, antes, apresenta sensível vantagem, comparado com o de algumas regiões onde os trabalhadores são recrutados; o trabalho é metódico e moderado, e o tratamento — habitação e alimentos é, sem dúvida, muito melhor nas roças do que na vida desordenada e selvagem dos sertões.

Ao romper da manhã, o sino da fazenda desperta os moradores, e às 6 horas dá-se começo à tarefa quotidiana.

A's 8 horas o trabalho é interrompido para recommençar às 8 $\frac{1}{2}$, depois de feita a primeira refeição, interrompendo-se novamente às 11 $\frac{1}{2}$ que é a hora do almoço. Os serviçais recebem e comem os seus alimentos, e passadas duas horas voltam novamente ao trabalho, até ao pôr do

sol, que em S. Tomé e Príncipe é, invariavelmente, às 6 horas da tarde.

Ao sol posto, quando acaba o trabalho, apresentam-se todos debaixo de fórmã, no terreiro da fazenda, para receberem a comida da tarde, e, dado o sinal de dispersar, retiram-se para a sanzala, onde comem, entretendo-se depois a conversar e dançar, até ao toque do sino, que às 9 horas anuncia a hora do repouso. Nos dias de folga, em que habitualmente lhes é permitido recolherem mais tarde, é frequente entreterem-se organizando grandes ba-tuques, seu divertimento predilecto, dando expansão aos seus sentimentos de alegria, por meio de danças e gestos desconcertantes, cantos e gritos acompanhados de tambores, atroando os ares numa algazarra ensurdecedora.

Nenhuns cuidados os preocupam, relativamente à sua subsistência ou de suas famílias, visto que todos se acham a cargo dos patrões, os quais, como já se disse, além da habitação, do salário em dinheiro, e da passagem da ida e regresso aos portos de onde procedem, lhes fornecem alimentos três vezes ao dia, cozinhados ou em géneros para os cozinharem eles próprios, à sua escolha, bem como roupa, habitação higiénica, tratamento médico, farmácia e dietas.

Gozam também os trabalhadores das seguintes vantagens:

Têm o direito de sair, sem licença, das plantações para representar à autoridade contra infracções dos seus contratos ou contra maus tratamentos; nos processos a que essas representações dêem motivo, que são sumários e de rápida solução, não pagam custas e têm advogado gratuito, assim como nos processos-crimes em que incorram, em que os assiste o curador geral; não estão sujeitos ao serviço militar nem pagam impostos; recebem dos plantadores gratificações de bom comportamento, o ensino da vida agrícola e de artes e officios, hospitalidade na velhice ou quando fisicamente se tornarem incapazes de trabalhar, bem como sustento, vestuário, habitação e tratamento médico para os filhos; no conselho e no exemplo dos patrões, encontram estímulo para o abandono da

religião gentílica, preparando-se para serem baptizados os serviçais e suas famílias, apadrinhando-os os patrões nestes actos solenes do cristianismo, promovendo a supressão da poligamia e a constituição da família, e inculcando-lhes hábitos de temperança até ao completo abandono do vício alcoólico. E as leis e regulamentos em vigor e execução não permitem, nem mesmo às autoridades, os castigos corporais ou de supressão de alimentos.

Com estas vantagens e regalias, e com o interesse e apoio paternal que encontram em todos os mais actos da sua vida, tanto da parte dos patrões, como do curador, os trabalhadores gozam duma existência relativamente invejável, e por isso, ao terminarem os seus contratos, usufruindo um bem-estar que estavam longe de encontrar nas terras onde nasceram, os indígenas angolenses preferem fixar a sua residência nas ilhas a regressar a Angola e dos de Cabo Verde, Cabinda e Moçambique, países de organização social mais avançada, uns ficam, outros vão visitar as suas famílias, regressando muitos passado algum tempo, e levando as suas mulheres ¹.

¹ Para a roça Água Izé já regressaram bastantes trabalhadores de Quelimane (Moçambique), recentemente repatriados, trazendo consigo as suas mulheres. A emigração de Moçambique para S. Tomé, iniciou-se há ano e meio, aproximadamente.

MEMORANDA
DO
JARDIM COLONIAL DE LISBOA
X
NOTAS DO JARDIM COLONIAL

Plantas e Sementes — Durante o mês de Maio foram recebidas as seguintes sementes:

474 — Cambucá	}	Do Rev. D. Amaro van Emelen — S. Paulo — Brasil.
475 — Ingá		
476 — Kaki		
477 — <i>Opuntia</i> sp.		
478 — Maracujá-mirin		
479 — <i>Citrullus vulgaris</i>	}	Do Ex. ^{mo} Sr. Dr. A. Cesar de Noronha — Funchal — Madeira.
480 — Maracujá amarelo		
482 — <i>Artocarpus integrifolia</i>	}	Do Rev. D. Amaro van Emelen — S. Paulo — Brasil.
483 — Ata (?) <i>Aratircum</i> (?)		
484 — Magnolia		
485 — Kaki		
486 — Aroeira		
487 — <i>Rhipsalis</i>	}	Do Ex. ^{mo} Sr. Dr. Nogueira de Lemos.
488 — <i>Vitis</i> , sp. indígenas de Angola		
489 — <i>Khaya Senegalensis</i>	}	Do Ex. ^{mo} Sr. José da Silva Gonçalves.
490 — <i>Dioscorea batatas</i>		
491 — <i>Luffa cylindrica</i>	}	Do Ex. ^{mo} Sr. Joaquim Viégas da Graça Espírito Santo — Bissau — Guiné.
492 — <i>Carica papaya</i>		
493 — <i>Khaya</i> sp.		
494 — <i>Parinarium excelsum</i> Sab.		
495 — <i>Afzelia</i> sp.		
496 — <i>Albizzia</i> sp.		
497 — <i>Cajanus indicus</i>		

Observações sobre aclimação — Pela primeira vez floresceu, em meados do mês, um dos abacateiros cultivados ao ar livre. Infelizmente, grande parte das flores tem caído, e o tempo não lhe vai correndo propício. Dos algodoeiros de Colômbia, já em 3 anos de vegetação ao ar livre, apenas um resistiu aos rigores da estação corrente. Das manihot utilíssima, uma apenas se encontra ao ar livre com fraca vegetação neste momento.

Consultório: Consulta n.º 4

S. Mateus — Pico, 16 de Maio de 1926.

Sr. Director do Jardim Colonial de Lisboa

Interessado pela cultura do *phormium tenax* que destino aproveitar para a manipulação de fibra, venho pedir a V. S.^a se digne fornecer-me tôdas as informações que se relacionem com o plantio e cultura da dita planta, escolha de terreno, épocas de plantação e corte, etc.

Desde já sumamente grato, com a maior consideração me subscrevo

De V. S.^a

Mt.º At.º Ven. Obg.

J. I. Garcia de Lemos Jr.

Resposta:

A planta em questão tem decidida afeição pelos terrenos vulcânicos. A sua plantação faz-se por sementes ou pela plantação dos rhisomas. No primeiro caso empregam-se as sementes *frescas*, em viveiros constituídos em boa terra leve bem mobilizada e nivelada, dispondo-as em sulcos de 0^m,02 de profundidade e distanciados de 0^m,45, cobrindo-as depois levemente. Ao fim de um ano, as plantas podem ser levadas para os lugares definitivos na plantação. No caso do aproveitamento dos rhisomas, que é o mais freqüente, devem evitar-se os provenientes de plantas que acabam de frutificar, e nunca aproveitar a parte central de uma planta velha.

Preparado o terreno convenientemente, no outomno deve proceder à plantação das pequenas plantas do viveiro ou dos rhisomas dispostos em linhas à distância de 1^m,50 e, entre si, na linha, à distância de 1 metro. Claro que estas distâncias dependem da inclinação do terreno e de outras circunstâncias de carácter local, exposição aos ventos dominantes etc., podendo o compasso ser reduzido respectivamente a 1 metro e 0^m,90.

Convém, entre cada série de 10 linhas de plantação, deixar umas faixas de cerca de 3 metros de largo para o serviço de colheita das fôlhas. Ao fim de 3 anos deve ter a espadana o seu completo desenvolvimento, apresentando cada pé uma média de 36 folhas de 2^m a 2^m,50 e cerca de 20 rebentões.

Temperaturas e Humidade nas Estufas no mês de Maio de 1928

Datas	Estufa n.º 1				Estufa n.º 2				Estufa n.º 3				Estufa n.º 4				Estufa n.º 5				Estufa n.º 6				Estufins		Ar livre	
	Temp.		Humid.		Temp.		Humid.		Temp.		Humid.		Temp.		Humid.		Temp.		Humid.		Temp.		Humid.		Máxima	Mínima	Máxima	Mínima
	Máxima	Mínima	Manhã	Tarde	Máxima	Mínima	Manhã	Tarde	Máxima	Mínima	Manhã	Tarde	Máxima	Mínima	Manhã	Tarde	Máxima	Mínima	Manhã	Tarde	Máxima	Mínima	Manhã	Tarde				
1	26	12	95	90	25	10	90	82	26	13	95	84	29	14	90	81	27	12	90	78	30	15	92	84	28	15	23	10
2	26	12	90	87	25	10	90	80	26	12	95	82	27	12	89	80	26	10	82	75	30	13	88	80	28	15	23	6
3	22	10	95	88	20	9	90	75	21	10	97	80	21	11	97	77	21	9	90	78	24	12	92	81	29	13	19	6
4	25	10	95	80	24	10	90	81	24	12	95	84	27	14	93	79	24	10	85	74	30	15	88	78	23	12	19	9
5	24	12	90	83	23	11	90	80	23	12	95	82	25	13	89	80	23	12	89	71	28	14	89	75	30	14	19	9
6	24	13	92	85	22	11	85	75	23	13	89	80	22	14	90	78	22	10	80	70	23	14	83	79	27	13	18	6
7	25	12	85	73	24	11	85	72	24	12	75	70	27	12	90	80	24	12	81	78	29	14	80	78	27	13	20	11
8	25	13	95	85	23	12	85	71	25	13	97	80	27	14	90	73	23	13	79	66	33	16	90	75	29	13	22	12
9	23	14	90	82	21	12	90	80	21	13	95	85	21	14	93	78	22	13	83	71	24	16	89	80	30	16	19	12
10	23	11	94	83	21	10	88	81	22	11	97	84	23	12	90	80	25	10	88	68	25	13	89	79	22	16	19	8
11	26	14	95	81	23	12	89	75	24	14	90	82	24	14	88	73	25	14	85	67	29	16	88	75	24	14	22	12
12	28	12	90	82	26	11	80	74	27	12	93	84	29	14	90	81	29	13	72	60	36	15	80	77	27	16	24	10
13	29	14	89	79	26	13	80	71	28	14	92	83	32	15	90	82	33	15	78	61	37	17	82	73	32	15	27	12
14	28	14	95	80	26	12	85	73	27	14	97	85	27	15	90	79	25	14	90	67	34	16	80	74	35	16	25	12
15	27	13	95	83	25	11	85	76	27	13	96	81	28	14	96	83	24	13	90	73	36	16	81	70	31	16	23	10
16	27	13	90	82	25	11	87	74	26	11	91	80	26	12	93	78	26	12	92	75	32	15	90	81	34	16	22	9
17	26	12	90	85	24	10	90	72	27	12	89	78	27	13	91	77	24	12	88	70	35	15	90	79	30	15	22	12
18	25	11	80	72	25	10	72	70	25	11	85	77	27	12	72	65	22	12	62	37	15	78	78	31	15	20	9	
19	26	12	94	70	24	11	88	72	25	12	90	78	27	13	93	73	23	12	88	65	33	16	89	79	33	16	21	9
20	26	14	90	75	23	12	87	70	24	14	91	79	24	14	93	75	25	14	92	68	29	16	90	79	27	16	22	12
21	27	12	90	77	26	11	85	73	26	12	90	77	27	13	93	70	24	12	80	60	35	16	86	78	27	16	22	8
22	27	12	90	79	25	10	80	78	26	12	90	78	28	13	89	69	23	12	72	57	33	16	80	77	20	16	21	10
23	26	10	85	70	24	10	70	70	25	11	85	76	26	11	89	73	21	10	69	50	34	14	70	70	29	15	25	8
24	26	10	90	78	25	10	87	72	25	10	80	75	28	11	80	73	25	11	72	60	33	14	80	75	30	14	24	7
25	27	11	90	80	25	10	87	73	27	11	92	77	28	12	90	72	27	12	80	68	34	15	90	78	30	14	26	8
26	26	13	89	76	26	11	85	70	27	13	90	74	29	14	90	70	28	13	69	65	32	16	88	76	31	15	29	11
27	30	13	92	78	28	11	87	71	30	13	89	72	31	14	92	72	31	14	70	64	35	16	86	78	30	16	25	11
28	27	15	93	75	26	13	80	72	27	15	88	73	28	15	90	70	26	13	72	61	31	17	87	73	33	16	24	12
29	26	13	92	73	25	13	82	70	27	13	88	70	30	14	92	72	25	13	74	63	32	16	79	70	30	17	25	12
30	28	12	90	70	26	11	85	68	27	13	86	72	27	13	93	74	27	13	72	60	35	16	80	72	30	16	25	10
31	25	12	89	69	24	12	84	66	25	13	87	71	26	13	89	70	25	12	70	62	31	15	82	72	32	15	24	9

SERVIÇOS DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Aquisição de materiais para a Repartição Técnica das Águas de Luanda

A pedido do Governo Geral de Angola, encomendou esta Agência Geral vários contadores e outro material para as águas de Luanda.

Mangueiras de lona para o pôrto do Lobito

Seguiram para Angola 250 metros de mangueira de lona para o pôrto do Lobito, na importância de 4.230\$00, adquiridos por esta Agência Geral.

Exposição Íbero-Americana de Sevilha

Concursos

No intuito de tornar mais conhecidas as ilhas de S. Tomé e Príncipe, onde a acção colonizadora de Portugal encontra, sob certos aspectos, a sua melhor e mais eloquente demonstração, concorrendo, assim, para a propaganda da nossa obra colonial, que convém activar e desenvolver;

1.º É aberto um concurso para uma monografia de S. Tomé e Príncipe, destinada à propaganda desta Província na Exposição Íbero-Americana de Sevilha.

2.º Será concedido o prémio de 5.000\$00 ao melhor trabalho apresentado, que passará à propriedade do Governo da Colónia que o poderá publicar em português e noutras línguas.

3.º O concurso termina no dia 15 de Julho d'este ano.

4.º A classificação das monografias apresentadas será feita por um júri nomeado pelo Governador.

5.º Os concorrentes entregarão os seus trabalhos na Direcção dos Serviços de Administração Civil, até o dia 15 de Julho próximo, em sobrescrito fechado, sobre o qual será escrita uma divisa para o identificar. Esse sobrescrito será acompanhado de outro, também fechado e

com igual divisa, dentro do qual será declarado o nome do autor.

6.º Dos sobrescritos contendo os nomes dos autores só será aberto o correspondente à monografia premiada.

7.º A monografia será escrita sob uma forma literária elegante e própria para a propaganda da Província, dando especial realce à agricultura e à forma como os serviços vivem e são tratados, e versará os seguintes assuntos:

Descrição geográfica, geológica da Província, clima;

Resumo histórico;

Cidades, povoações, portos, vias de comunicação e meios de transporte;

População, raças, mão de obra;

Agricultura;

Comércio e indústria;

Assistência médica.

8.º A monografia, depois de impressa, deve dar não mais de 150, nem menos de 100 páginas em 8.º

Direcção dos Serviços de Administração Civil em S. Tomé, 13 de Abril de 1928. — O Director, *Sebastião José Barbosa*.

1.º É aberto um concurso para uma colecção de 20 fotografias, destinadas à propaganda da Província na Exposição de Sevilha.

2.º Um júri nomeado pelo Governador apreciará e classificará os trabalhos apresentados ao concurso.

3.º Será concedido um prémio de 3.000\$00 à melhor colecção apresentada, que passará, por êsse facto, à propriedade do Governo da Província, que a poderá publicar e reproduzir como entender, para o que o concorrente premiado deverá entregar os respectivos clichés.

4.º O Governador da Província poderá também adquirir por 200\$00 a propriedade de qualquer cliché pertencente às colecções não premiadas.

5.º Os concorrentes entregarão as fotografias na Direcção dos Serviços de Administração Civil, até o dia 15 de julho próximo, em envólucro fechado, sobre o qual será escrita uma divisa para o identificar. Esse envólucro

será acompanhado de um sobrescrito fechado e com igual divisa, dento do qual será declarado o nome do autor.

6.º Dos sobrescritos contendo os nomes dos autores só será aberto o correspondente à fotografia premiada.

7.º Os assuntos das fotografias são obrigatoriamente os seguintes:

1.º Vista da Baía de Ana Chaves tirada do fundeadoiro;

2.º Fortaleza de S. Sebastião;

3.º Um aspecto interessante da Cidade de S. Tomé;

4.º Hospital Central;

5.º Caminho de Ferro;

6.º Uma estrada;

7.º Vista de conjunto das instalações duma roça das mais importantes;

8.º Um hospital de roça;

9.º Grupo de serviços duma roça;

10.º Serviços trabalhando na plantação;

11.º Um combóio de roça;

12.º Uma ponte-cais de uma roça;

13.º Instalação para secagem do cacau;

14.º Cacaueiro em frutificação;

15.º Tipos de naturais de S. Tomé (homens e mulheres);

16.º Paisagem de montanha;

17.º Um rio;

18.º Paisagem na costa;

19.º Embarcações indígenas;

20.º Lancha à vela para carga.

Direcção dos Serviços de Administração Civil em S. Tomé, 13 de Abril de 1928: — O Director, *Sebastião José Barbosa*.

Relação dos portugueses (europeus e assimilados) falecidos nos distritos abaixo indicados, durante o ano de 1926, com discriminação dos nomes, idades, estado, filiação, naturalidade, profissão, causa da morte e data do óbito.

Mossâmedes

1—Adelaide de Freitas, 30, viúva, José de Sousa, Chibia, cancro no útero, 21 de Outubro; 2—Adolfo de

Araujo, 37, casado, Maria de Araujo, Vila Verde, tuberculose, 4 de Janeiro; 3 — Adolfo de Oliveira Gerardo, 34, casado, Augusto O. Gerardo, Pederneira, marítimo, 8 de Abril; 4 — Albano Pais de Almeida, 29, solteiro, Albano Pais de Almeida, Mangualde, condenado, tuberculose, 26 de Maio; 5 — Albertina do Carmo, 25, casada, Manuel Diogo Nóbrega, Albufeira, doméstica, sífilis, 26 de Abril; 6 — Alice Freitas de Sousa, 2, Amadeu José de Sousa, Sá da Bandeira, perniciosa, 6 de Junho; 7 — António Marques, 50, casado, José Marques, Madeira, comerciante, cirrose, 15 de Abril; 8 — António da Silva Balhão, 22, solteiro, Manuel da Silva Balhão, Valongo, perniciosa, Dezembro; 9 — Arlando Pereira de Quadros, 1, José Augusto Quadros, Pôrto, perniciosa, 16 de Julho; 10 — Augusto José Reis de Figueiredo, 63, casado, Augusto José dos Reis, Pôrto, industrial, pleuresia purulenta, 8 de Março; 11 — Augusto Pinto da Mota, 28, solteiro, Severiano J. P. da Mota, Carnide, comerciante, biliosa, 30 de Abril; 12 — Áurea do Carmo F. Alípio, 31, casada, José Pedro Fernandes, Mossâmedes, doméstica, tuberculose, 31 de Outubro.

13 — Carlos Rodrigues, 2, Francisco José Rodrigues, Sá da Bandeira, meningite, 7 de Abril; 14 — Catarina Francisco Milho, 2, Joaquim D. M. Júnior, Humpata, perniciosa, 27 de Abril; 15 — Clotilde Fragata de Almeida, 3, João Agostinho de Almeida, Mossâmedes, perniciosa, 10 de Junho; 16 — Cremilda Garção, 18 meses, Vila Arriaga, anemia palustre, Março.

17 — Domingos, 11 meses, Serafim da Silva, Mossâmedes, bronquite, 20 de Abril.

18 — Emídio de Figueiredo, 4 meses, Camilo da Silva, Mossâmedes, atrepsia, 10 de Outubro; 19 — Emídio de Figueiredo, 31, solteiro, Emídio de Figueiredo, Oliveira do Hospital, pedreiro, queimaduras, 17 de Setembro,

20 — Fernando dos Santos, 2, Augusto dos Santos, Mossâmedes, intercolite, 7 de Maio; 21 — Fernando da Silva, 4, Camilo da Silva, Mossâmedes, atrepsia, 10 de Outubro; 22 — Felipe Alberto, 9, Alberto Opperman, Humpata, biliosa, 28 de Junho; 23 — Florência de Jesus Santos, 35, casada, Joaquim Mendes Peitudo, Avelar,

doméstica, 29 de Agosto; 24—Floriano António Saraiva, 30, casado, João António Saraiva, Meda, agricultor, biliosa, 7 de Abril; 25—Francisco de Sousa Pereira, 52, casado, João Viegas Pereira, Olhão, pernicioso, 30 de Junho.

26—Henrique Dalberth Costa, 35, solteiro, Delfina de Jesus, Pôrto Alexandre, marítimo, pneumonia, 18 de Agosto; 27—Henrique Pestana Costa Santos, 2, Manuel da Costa Santos, Mossâmedes, pneumonia, 3 de Agosto; 28—Hilário Malheiro, 26, solteiro, Campanhã, soldado, 18 de Agosto.

29—João, 1 mês, Mário Trabulo, Mossâmedes, 31 de Julho; 30—João Bento dos Santos, 54, casado, António Bento dos Santos, Olhão, industrial, bronco-pneumonia, 1 de Agosto; 31—João da Silva Jardim, 54, casado, Maria Júlia da Silva, Madeira, pescador, cancro no estômago, 1 de Julho; 32—Joaquim Alves, 60, casado, Joaquim José Alves, Olhão, marítimo, pneumonia, 4 de Novembro; 33—José, 12, José Paixão, Mossâmedes, febre palustre, 13 de Janeiro; 34—José Calão, 33, casado, António Calão, Olhão, marítimo, perfuração dos intestinos, 24 de Março; 35—José Ferreira de Sousa, 23, solteiro, Álvaro de Sousa, Pôrto, comerciante, mal de Bright, 16 de Abril; 36—José Ferreira Vala, 36, casado, José Ferreira Vala, Oliveira do Bairro, febre palustre; 37—José Jorge da Rosa, 53, casado, Jacinto Jorge, Buarcos, proprietário, biliosa, 9 de Abril; 38—Júlio Mateus, 2, António Martins, Mossâmedes, angina, 21 de Fevereiro.

39—Luís, 1 mês, Luís Miguel dos Reis, Mossâmedes, 24 de Julho.

40—Manuel Augusto de S. Sousa, 59, Dâmaso M. da Silva e Sousa, Mossâmedes, agricultor, lesão cardíaca, Agosto; 41—Manuel da Silva Madeira, 60, solteiro, Paulo da Silva, Santarem, ferroviário, arteriosclerose, 30 de Outubro; 42—Marcelina de Jesus Lage, 37, casada, José Joaquim Lage, Vila Chã, doméstica, infecção puerperal, 14 de Novembro; 43—Maria, 9 meses, Mossâmedes, coqueluche, Janeiro; 44—Maria Amélia Inácio Guerra, 17, solteira, Francisco A. Guerra, Mossâmedes, doméstica, tuberculose, 4 de Março.

45 — Vergílio Dalberth e Costa, 18, solteiro, Paulo Dalberth Costa, Pôrto Alexandre, empregado no comércio, peste bubónica, 28 de Dezembro.

Congo

1 — António, 13 meses, Higino Cordeiro dos Santos, Lunda, 21 de Agosto; 2 — António Simões Dias, 53, Constância A. A. C. Correia, comerciante, síncope cardíaca, 9 de Dezembro.

3 — Belmiro Moreira dos Santos, 26, divorciado, Belmiro Moreira Santos, Pôrto, funcionário público, bronco-pneumonia, 29 de Abril; 4 — Bernardino, 16 meses, Augusto da Cruz, M. do Zombo, septicémia, 25 de Dezembro.

5 — Eduardo H. R. Pinto de Carvalho, 7 meses, Macão, Maio; 6 — Eduardo da Silva Meirinho, 33, casado, Pedro da Silva Meirinho, Lisboa, enfermeiro, 28 de Abril; 7 — Elisa Silveiras Manso, 33, casada, José Silveiras Mendes, Lardosa, doméstica, peritonite, 24 de Setembro.

8 — João Luís Alves, 22, José António Alves, Macedo de Cavaleiros, biliosa, Junho; 9 — João de Sousa Varandas, 36, casado, Santarem, pneumonia, Abril; 10 — José de Carvalho Bastos, 36, casado, Celorico de Basto, Março.

11 — Orlando Oliveira Rodrigues, 23, solteiro, Alpiano Rodrigues, Extremoz, funcionário público, síncope cardíaca, 10 de Junho.

Cubango

1 — Américo Barreto Costa, 14, Américo Sales Costa, Lisboa, biliosa, Março; 2 — Caetano S. Pinto da Rocha, 30, Joaquim de S. Pinto da Rocha, Lisboa, funcionário público, pneumonia, 6 de Outubro; 3 — David Ferreira, condenado, tuberculose, 3 de Junho; 4 — Manuel Gaspar, condenado, paludismo, 3 de Maio; 5 — Manuel Semedo, 31, Moita, condenado, pernicioso, Fevereiro; 6 — Maria de Lourdes A. M. E. S., 21, casada, Carlos Augusto Machado, Lisboa, doméstica, 23 de Julho.

Luchazes

1 — José Lopes Ribeiro, 39, solteiro, Bailundo, Abril; 2 — Manuel Lopes Ferreira, 29, solteiro, Francisco Lopes Ferreira, Paranhos de Ceia, biliosa, Março.

Zaire

1—Antônio Maria Lage Júnior, 70, casado, Sintra, sapateiro, 2 de Maio; 2—Antônio Silva, casado, enfermeiro, tuberculose, 31 de Dezembro; 3—Artur de Almeida, casado, Antônio de Almeida, Lisboa, sapateiro, congestão cerebral, 16 de Janeiro; 4—Fernando de Castro, 5, Abílio de Sousa Castro, Cabinda, anemia palustre, 3 de Março; 5—Fernando José Martins, 45, solteiro, Francisco José, Santa Marinha da Costa, comerciante, biliosa, 14 de Junho; 6—João Baptista, 37, solteiro, Eduardo Augusto, Sernancelhe, empregado no comércio, suicídio, 7 de Junho; 7—João José Alves, 43, solteiro, José Antônio Alves, Barcelos, padre, paludismo, 11 de Fevereiro.

Moxico

1—Afonso Teixeira, 27, solteiro, Delfina da Conceição Teixeira, Arouca, funcionário público, Agosto; 2—Alfredo Alvaro Gamboa, 40, solteiro, comerciante, 4 de Junho; 3—Ana F. de Jesus Gorjão Gomes, 3, Manuel Gomes, Vila Luso, pneumonia, 21 de Março; 4—Georgina da Silva Gonçalves, 28, casada, José Silva Gonçalves, Certã, doméstica, parto prematuro, 10 de Dezembro; 5—Herbert de Azevedo, 7, Herbert de Azevedo, Lisboa, Agosto; 6—Manuel de Jesus, 38, solteiro, Margarida de Jesus, Castelo Branco, biliosa, 13 de Maio; 7—Maria, José de Figueiredo e Silva, Huambo, 23 de Novembro; 8—Maria da Silva Pereira, 40, solteira, Manuel da Silva Pereira, Certã, comerciante, 31 de Dezembro; 9—Moisés dos Santos Gonçalves, 23, solteiro, Manuel Gonçalves, Castelo Branco, comerciante, 20 de Fevereiro; 10—Remo Augusto Macedo, 2, Rémulo Macedo, Moxico, pernicioso, 28 de Maio; 11—Salvador José Machado, 40, Antônio José Machado, Guimarães, oficial do exército, suicídio, 19 de Março; 12—Vergílio Tavares da Fonseca, 4 meses, Joaquim Tavares da Fonseca, Lobito, Agosto.

Blé

1—Adelino Martins Vilaça, 20, solteiro, José da Silva Vilaça, Braga, empregado no comércio, biliosa, 23 de Abril; 2—Aduzinda Jesus Santos Duarte, 20, casada,

Manuel de Jesus Gomes, Passos da Serra, doméstica, 5 de Junho; 3 — Arlindo Ladeira, 14, Coimbra, septicémia, Fevereiro; 4 — Armanda Marques Guimarães, 30, doméstica, 15 de Junho; 5 — Augusto Alvares Ferreira, 44, casado, José António Correia, Chaves, perniciososa, 3 de Dezembro; 6 — Carvalho e Correia, Dezembro; 7 — Deolinda Alves Loureiro, 7, José Maria Loureiro, Buarcos, febre infecciosa, 4 de Abril; 8 — Deolinda Sousa Cardoso, 26, solteira, doméstica, 28 de Outubro; 9 — Eduardo Augusto P. de Almeida, 21, solteiro, Eduardo de Almeida, Melgaço, funcionário público, pneumonia, 28 de Março; 10 — Francisco António Calheiros, 55, casado, Manuel Calheiros, Braga, agricultor, perniciososa, 28 de Setembro; 11 — Francisco Xavier Araujo Santos, 72, viúvo, Eugénio de Araujo Santos, Lisboa, oficial do exército, senilidade, 31 de Julho; 12 — Glória, 2, Silva Pôrto, 2 de Setembro; 13 — João de Sousa Braga, 11, Avelino de Sousa Braga, Malanje, descarga eléctrica, 2 de Novembro; 14 — Joaquim André Cunha, 26, casado, Joaquim Cunha, Fundão, empregado agrícola, 22 de Junho; 15 — José Esteves, 38, «chauffeur», blenorragia, 14 de Dezembro; 16 — Manuel, 1 mês, Luanda, Fevereiro; 17 — Manuel Diogo dos Santos, 40, solteiro, Joaquim dos Santos, Guarda, comerciante, 9 de Março; 18 — Maria de Lourdes V. Veiga, 2, Silva Pôrto, septicémia, Março; 19 — Zulmira A. P. Teixeira Neves, 33, casada, Luciano C. B. Teixeira, Lisboa, doméstica, úlcera no estômago, 20 de Abril.

Malanje

1 — Albano Carneiro Franco, 32, solteiro, António Carneiro Franco, F. de Castelo Rodrigo, funcionário público, desastre, 8 de Setembro; 2 — Alvaro dos Santos, 55, casado, Venâncio dos Santos, Amoreiras, maquinista, cancerose, 5 de Maio; 3 — António Baptista Petroles, Almeirim, Setembro; 4 — António Correia, 20, solteiro, Joaquim Correia, Malanje, pedreiro, 11 de Março; 5 — António da Costa Serra Júnior, 32, solteiro, António da Costa Serra, Ceia, empregado no comércio, biliosa, 13 de Fevereiro; 6 — António Gomes de Almeida, 28, solteiro, Porfírio Augusto Gomes, Vila Franca da Serra, comer-

ciante, hepatite, 24 de Maio; 7—António Gouveia, 33, casado, Josefa de Jesus, Carregueira, comerciante, biliosa, 24 de Fevereiro; 8—António de Jesus Mantas, 5, António Mantas, Vila Real, pernicioso, 3 de Maio; 9—António João Martins, 21, solteiro, João Martins, Malanje, comerciante, pneumonia, 22 de Maio; 10—Armando Dias Rosário, 22, solteiro, António Dias Rosário, Lisboa, vadio, mal de Bright, 5 de Maio.

11—Carlos de Carvalho, 26, solteiro, João Espírito Santo, Lisboa, fundidor, biliosa, 26 de Março; 12—Carlos Lima Maia, Lisboa, pneumonia, Agosto; 13—Casimiro Ferreira Fontes, 31, solteiro, Manuel Ferreira Fontes, Santarém, biliosa, 25 de Abril; 14—Correia Simões, 4, Correia Simões, Malanje, diarreia, 1 de Março; 15—Custódio João Fernandes, 42, solteiro, Bernardino José Fernandes, Matozinhos, 11 de Janeiro; 16—Domiciano dos Santos Rosa, Malanje, Outubro; 17—Domingos, 1 mês, Álvaro Mendonça, Malanje, pneumonia, 3 de Março; 18—Domingos Francisco, 11 meses, Joaquim Francisco, Malanje, 8 de Maio; 19—Eduardo de Azevedo A. Moreira, 17 meses, Eduardo Ataíde Moreira, Malanje, 4 de Março; 20—Eduardo Ribeiro, 17 meses, Fernando Ribeiro, Malanje, 20 de Março; 21—Esmeralda, 6 meses, Gaspar Pinto, Malanje, diarreia, 1 de Fevereiro; 22—Eva Carolina Fernandes Pimentel, 6, Eva de Almeida e Sousa, Luanda, pernicioso, 14 de Abril; 23—Fernando C. Gameiro, Malanje, Dezembro; 24—Firmino Pereira, Lisboa, congestão cerebral, Setembro; 25—Florentino da Silva, 43, solteiro, Manuel da Silva, Vinhós, funcionário municipal, 5 de Junho; 26—Fortunato, 8, Eduardo Neves, Malanje, pneumonia, 25 de Maio; 27—Francisco Patrocínio, Figueira da Foz, Julho; 28—Guilhermina Soares, 35, casada, Joaquim da Silva, Tôres Novas, doméstica, biliosa, 9 de Fevereiro; 29—João António Domingos, Belem, Julho; 30—João Augusto Marques da Silva, 11, António José S. P. de Almeida, Lisboa, bilioso, 16 de Março; 31—João Domingos Seródio, 30, solteiro, bilioso, 16 de Março; 32—Joaquim Moreira Ferreira, 30, solteiro, Manuel A. C. Ferreira, Lisboa, anemia, 21 de Março; 33—Joaquim Vieira da Costa, 3 me-

ses, Francisco da Costa, Malanje, pernicioso, 15 de Março; 34—José Júlio, 4, Júlio, diarreia, 26 de Março; 35—José Vieira Lino Júnior, 5, José Vieira Lino, Santa Comba Dão, bilioso, 1 de Fevereiro; 36—Júlia Vieira Lino, 8 meses, José Vieira Lino, Xissa, pernicioso, 8 de Abril; 37—Laurentino da Costa Oliveira, 25, solteiro, S. Pedro da Cova, comerciante, pernicioso, 14 de Fevereiro; 38—Luís Alves da Costa Pina, 17, solteiro, Álvaro da Costa Pina, Pinhel, empregado bancário, hepatite, 16 de Junho; 39—Luisa, Cipriano Santos, Malanje, 21 de Fevereiro; 40—Luisa Fernsandes, 50, solteira, Joaquim Fernandes, Malanje, doméstica, 15 de Maio; 41—Luzília Gomes Pinto, 3 meses, Aníbal Gomes Pinto, Malanje, 21 de Maio; 42—Manuel do Carmo Ferreira, 47, viúvo, Vila Real, funcionário público, pneumonia, 8 de Janeiro; 43—Manuel José Ferreira David, 80, solteiro, Francisco José Ferreira David, Duque de Bragança, agricultor, 12 de Junho; 44—Manuel Moreira, Penajóia, pneumonia, Agosto; 45—Maria, 6 meses, Malanje, enterite, 17 de Fevereiro; 46—Maria Barbosa Ferreira Martins, 28, casada, Urbano de Albuquerque, Souto de A. da Beira, doméstica, bilioso, 1 de Abril; 47—Maria José, 23, Manuel Ferreira, Malanje, diarreia, 12 de Abril; 48—Rosalina Costa Branco, 22, solteira, Francisco da Costa Branco, Quissol, doméstica, 5 de Fevereiro; 49—Rosalina dos Prazeres Montes, 7, António Montes, Vila Real, 9 de Janeiro; 50—Tomás Conde, 37, solteiro, José Joaquim Conde, Chaves, ferroviário, tuberculose, 23 de Janeiro.

Lunda

1—Alfredo dos Santos, 36, solteiro, José Maria dos Santos, Penamacor, carpinteiro, hemorragia, Outubro; 2—Emília da Conceição Marques, 6, Lourenço Marques, Fevereiro; 3—Maria, 1, Congulungo, Março; 4—Martin Biham, 27, solteiro, Henry Biham, Caconda, empregado da Companhia de Diamantes, bronco-pneumonia, Novembro; 5—Muária, 18, Congulungo, Março.

**Mapa sinóptico do movimento obituário
nos distritos abaixo indicados durante o ano de 1926**

Causa da morte	Sexo masculino			Sexo feminino			Total geral
	Maiores	Menores	Total	Maiores	Menores	Total	

Mossâmedes

Anemia.....	—	—	—	—	1	1	1
Angina.....	—	1	1	—	—	—	1
Atrepsia.....	—	2	2	—	—	—	2
Biliosa.....	3	1	4	—	—	—	4
Bronquite.....	—	1	1	—	—	—	1
Cancro.....	1	—	1	1	—	1	2
Cirrose.....	1	—	1	—	—	—	1
Coqueluche.....	—	—	—	—	1	1	1
Desastre ou suicídio.....	2	—	2	—	—	—	2
Febre palustre.....	1	1	2	—	—	—	2
Infecção puerperal.....	—	—	—	1	—	1	1
Lesão cardíaca.....	1	—	1	—	—	—	1
Mal de Bright.....	1	—	1	—	—	—	1
Meningite.....	—	1	1	—	—	—	1
Perniciosa.....	2	1	3	—	3	3	6
Peste bubônica.....	—	1	1	—	—	—	1
Pleurisia.....	1	—	1	—	—	—	1
Pneumonia.....	3	1	4	—	—	—	4
Sífilis.....	—	—	—	1	—	1	1
Tuberculose.....	2	—	2	1	1	2	4
Doenças diferentes.....	3	3	6	1	—	1	7
Total.....	21	13	34	5	6	11	45

Congo

Biliosa.....	1	—	1	—	—	—	1
Peritonite.....	—	—	—	1	—	1	1
Pneumonia.....	2	—	2	—	—	—	2
Septicémia.....	—	1	1	—	—	—	1
Síncope cardíaca.....	2	—	2	—	—	—	2
Doenças diferentes.....	2	2	4	—	—	—	4
Total.....	7	3	10	1	—	1	11

Cubango

Biliosa.....	—	1	1	—	—	—	1
Paludismo.....	1	—	1	—	—	—	1
Perniciosa.....	1	—	1	—	—	—	1
Pneumonia.....	1	—	1	—	—	—	1
Tuberculose.....	1	—	1	—	—	—	1
Doença indeterminada.....	—	—	—	1	—	1	1
Total.....	4	1	5	1	—	1	6

Causa da morte	Sexo masculino			Sexo feminino			Total geral
	Maiores	Menores	Total	Maiores	Menores	Total	

Zaire

Anemia palustre.....	—	1	1	—	—	—	1
Biliosa.....	1	—	1	—	—	—	1
Congestão cerebral.....	1	—	1	—	—	—	1
Paludismo.....	1	—	1	—	—	—	1
Suicídio.....	1	—	1	—	—	—	1
Tuberculose.....	1	—	1	—	—	—	1
Doença indeterminada.....	1	—	1	—	—	—	1
Total.....	6	1	7	—	—	—	7

Moxico

Biliosa.....	1	—	1	—	—	—	1
Parto.....	—	—	—	1	—	1	1
Perniciosa.....	—	1	1	—	—	—	1
Pneumonia.....	—	—	—	—	1	1	1
Suicídio.....	1	—	1	—	—	—	1
Doenças diferentes.....	3	2	5	2	—	2	7
Total.....	5	3	8	3	1	4	12

Bié

Biliosa.....	—	1	1	—	—	—	1
Blenorragia.....	1	—	1	—	—	—	1
Desastre.....	—	1	1	—	—	—	1
Febre infecciosa.....	—	—	—	—	1	1	1
Perniciosa.....	2	—	2	—	—	—	2
Pneumonia.....	1	—	1	—	—	—	1
Senilidade.....	1	—	1	—	—	—	1
Septicémia.....	—	1	1	—	1	1	2
Úlcera.....	—	—	—	1	—	1	1
Doenças diferentes.....	3	1	4	3	1	4	8
Total.....	8	4	12	4	3	7	19

Malanje

Anemia.....	1	—	1	—	—	—	1
Biliosa.....	5	2	7	2	—	2	9
Cancro.....	1	—	1	—	—	—	1
Congestão cerebral.....	1	—	1	—	—	—	1
Desastre.....	1	—	1	—	—	—	1
Diarreia.....	—	2	2	1	1	2	4
Enterite.....	—	—	—	—	1	1	1
Hepatite.....	1	1	2	—	—	—	2
Mai de Bright.....	1	—	1	—	—	—	1
Perniciosa.....	1	2	3	—	2	2	5
Pneumonia.....	4	2	6	—	—	—	6
Tuberculose.....	1	—	1	—	—	—	1
Doenças diferentes.....	3	4	12	2	3	5	17
Total.....	25	13	38	5	7	12	50

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

CONCURSO

Para conhecimento dos interessados se faz público que está aberto concurso perante esta Direcção Geral dos Serviços Centrais, pelo prazo de cento e vinte dias, contados desde a data da publicação do presente anúncio no *Diário do Governo*, para provimento de uma vaga de professor efectivo do 7.º grupo do Liceu de 5 de Outubro, de Lourenço Marques.

Os requerimentos dos concorrentes deverão ser instruídos com os documentos a que se refere o artigo 272.º e suas alíneas do regulamento de instrução secundária da Metrópole, aprovado pelo decreto N.º 7:558, de 18 de Junho de 1921.

Os concorrentes que dentro do referido prazo não apresentem os documentos em ordem serão excluídos sem aviso.

Direcção Geral dos Serviços Centrais, 18 de Maio de 1928.—O Director Geral, *Ernesto de Vasconcelos*, vice-almirante.

(Do *Diário do Governo* n.º 118, 2.ª série, de 21 de Maio de 1928).

Colônia de Angola

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E HIGIENE

Número de Formações sanitárias do Estado nos diferentes distritos desta Colônia

FORMAÇÕES	DISTRITOS												SOMA
	Luanda	Benguela	Mossamedes	Huíla	Moxico	Bié	Cuanza-Sul	Cuanza-Norte	Malanje	Lunda	Congo	Zaire	
Hospitais para europeus	—	—	—	—	—	1 (a)	2 (a)	—	—	1 (a)	1 (a)	1 (a)	6
Hospitais mixtos	2	1	1	3	—	—	1	3	1	—	—	—	14
Hospitais para indígenas	1	—	—	—	—	—	1	—	—	1 (a)	—	—	3
Pavilhão de isolamento	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Lazareto	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Enfermarias	—	3	1	—	—	1	1	—	—	1	3	—	10
Sanzalas-enfermarias	—	1	—	—	1	2	1	1	—	—	1	—	7
Ambulâncias	1	10	2	6	6	5	7	4	2	2	4	2	51
Posto de socorros	4	3	—	1	—	—	2	—	—	—	1	—	11
Laboratório de análises clínicas bacteriológicas, bro- matológicas, toxicológicas e de parasitologia....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Depósito central de medicamentos	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Depósitos distritais de medicamentos	—	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11
Farmácias dos hospitais	2	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	2	15
Soma	14	20	6	13	9	11	17	10	5	7	12	8	132

(a) Em construção.

Provincia de Angola
Resumo dos Serviços de Assistência durante o ano de 1927

	Número de sanzaes visitadas	Total de consultas e tratamentos a indígenas	Varíola		Varíoloides, Alastrim e Varicela Número de casos	Vacinações		Peste		Boubas (Plan)		Moléstias venéreas Número de casos	Moléstia do sono Número de casos	Atoxilizações Número	Sezonismo Número de casos	Moléstias transmissíveis mais vulgares						
			Número de casos	Número de óbitos		Total	Resultado positivo	Número de casos	Número de óbitos	Número de casos	Curas					Lepra	Tuberculose	Bilharzia	Gripe	Pneumonia	Disenteria	Outras
Luanda	82	48.837	7	—	20	4.236	—	—	—	330	311	144	172	2.776	377	5	54	78	367	114	—	201
Benguela.....	98	34.284	—	—	4	7.838	1.276	3	—	10	7	225	1	550	360	—	3	—	167	67	13	269
Bié.	10	11.383	—	—	42	4.601	3.400	—	—	—	—	27	—	—	70	—	2	1	198	12	1	33
Congo.	22	50.086	112	2	3	9.872	922	—	—	310	54	64	1.097	2.198	545	5	5	1	279	36	—	248
Cuanza-Norte.	552	56.663	2	—	6	15.784	10.959	—	—	782	615	97	1.404	283.234	274	28	23	26	197	51	70	162
Cuanza-Sul....	22	30.475	18	—	36	4.215	1.808	—	—	37	32	108	315	149	108	4	12	91	178	77	2	383
Huíla	4	16.993	—	—	—	2.650	23	—	—	585	—	404	—	—	151	—	4	45	112	7	—	9
Lunda	1	22.352	—	—	—	2.851	1.407	—	—	56	2	180	12	25	304	4	6	—	230	16	187	1 717
Malanje.....	39	3.493	—	—	10	23.120	75 %	—	—	19	—	19	3	—	21	—	3	2	35	8	—	—
Mossâmedes..	9	7.979	—	—	42	959	286	—	—	31	26	236	10	3	197	1	26	—	—	—	2	118
Moxico	97	44.535	—	—	—	1.760	539	—	—	12	12	376	—	—	181	2	4	—	503	33	27	78
Zaire	96	23.509	3	1	—	1.907	76	—	—	179	25	154	789	3.915	195	10	2	53	55	3	—	1
Total.....	1.027	350.589	142	3	163	79.793	20.696	3	—	2.351	1.084	2.040	3.813	292.850	2.783	59	114	297	2.321	424	302	3.160

Lourenço Marques

Estatística Económica (Trabalho e Desemprego)

Em 29 de Fevereiro último, o número de desempregados inscritos na Repartição de Estatística era de 209.

Durante o mês de Março inscreveram-se 60 desempregados, sendo:

Agricultores.....	2
Carpinteiros.....	3
Empregados comerciais.....	10
Funcionários públicos.....	3
Guarda-livros.....	4
Pintores.....	3
Serralheiros.....	8
Serventes.....	9
Outras profissões.....	18

Empregaram-se no mês de Março 11 desempregados com as seguintes profissões:

Agricultor.....	1
Capataz.....	1
Carpinteiros.....	2
Empregados comerciais.....	3
Pedreiros.....	3
Serralheiro.....	1

Retiraram de Lourenço Marques 4, sendo:

Empregados comerciais.....	2
Ex-factor dos C. F. L. M.	1
Serralheiro.....	1

O número de desempregados ficou, pois, em 254, sendo 162 europeus, 24 indianos, 13 mestiços e 55 africanos.

Dos desempregados que obtiveram colocação, eram 9 europeus e 2 africanos e dos que retiraram de Lourenço Marques eram 3 europeus e 1 mestiço.

Província de Cabo Verde

Vias de comunicação existentes na Colónia

ILHAS	1926		1927			
	Número de quilómetros existentes		Número de quilómetros construídos		Número de quilómetros reparados	
	Estradas	Caminhos	Estradas	Caminhos	Estradas	Caminhos
Sant'Iago	78,000	193,000	11,800	—	53,500	—
Fogo	72,000	150,000	20,000	—	25,000	—
Brava	9,870	17,000	—	—	9,870	10,000
Santo Antão	33,900	151,000	6,110	10,000	14,200	102,000
S. Vicente	30,886	—	24,658	—	—	—
S. Nicolau	10,422	15,000	2,000	—	10,422	15,000
Sal... ..	—	—	—	—	—	—
Boa Vista	—	51,300	—	—	—	51,300
Maio	—	39,000	0,500	—	—	39,000
Soma	234,028	616,300	65,068	10,000	112,492	217,300

S. Tomé e Príncipe
Mapa das mercadorias produzidas ou manufacturadas na Provincia,
exportadas pela Alfândega de S. Tomé e Pôsto de Despacho do Príncipe, durante o ano de 1927

Designação das mercadorias	Destino	Unidades	S. TOMÉ		PRÍNCIPE	
			Quantidades	Valores	Quantidades	Valores
Aguardente.....	Portugal.....	Litro	80	190\$00	—	—
	Angola.....	»	595	2.100\$00	—	—
	Guiné.....	»	47.721	84.780\$00	—	—
Azeite de palma.	Portugal....	Kg.	225.410	575.330\$22	15.682	39.785\$19
	Angola.....	»	136	369\$60	—	—
	Bélgica.....	»	12.076	32.815\$96	—	—
Banana sêca.....	Fernando Pó	»	3.295	7.216\$25	—	—
	Portugal.....	»	6.200	7.620\$00	45	90\$00
Borracha.....	Portugal.....	»	1.295	3.225\$00	64	1.280\$00
	Holanda.....	»	7.578	22.734\$00	—	—
Cacau.....	Portugal.....	»	15.486.864	75.445.414\$29	1.000.692	5.355.171\$53
	Holanda.....	»	280.292	1.309.741\$32	—	—
Café.....	Portugal.....	»	269.198	2.012.686\$03	21.313	175.865\$60
	Holanda.....	»	16.142	115.414\$98	—	—
Coconote.....	Portugal.....	»	2.997.316	4.419.045\$25	395.480	588.476\$56
Conchas.....	Angola.....	»	37	110\$00	—	—
Cola.....	Portugal.....	»	23.298	25.954\$40	281	562\$00
Copra.....	Portugal.....	»	222.042	431.904\$74	121.019	233.865\$22
	Portugal.....	Número	1.424	224\$00	165	276\$90
Côcos.....	Angola.....	»	4.727	1.102\$00	—	—
	Guiné.....	»	380	100\$00	—	—
	Portugal....	Kg.	96	158\$00	30	60\$00
Farinha de mandioca.....	Angola.....	»	6	12\$00	—	—
	Portugal.....	M. 3	70.684	19.963\$60	0,746	422\$60
Madeira em bruto.....	Angola.....	»	30.819	10.565\$30	—	—
	Cabo Verde..	»	113.005	45.771\$00	7,000	3.750\$00
Quina.....	Portugal....	Kg.	29.088	84.144\$00	—	—
Rícino.....	Portugal.....	»	7.852	7.927\$08	—	—
	Angola.....	»	54.400	121.850\$00	—	—
Sabão.....	Cabo Verde..	»	41.990	95.670\$00	—	—
Upa.....	Moçambique..	»	1.250	3.000\$00	—	—
	Portugal.....	»	326	870\$00	—	—

Província da Guiné

Mapa das seis principais mercadorias importadas
durante o ano de 1927

Mercadorias	Unidades	Quantidades	Valores
Bebidas fermentadas.....	Litro	953.482	3:163.347\$05
Cola (fruto colonial)	Quilo	38.487	710.986\$20
Géneros alimentícios	»	3:167.440	5:581.556\$54
Material de construção. f..	»	2:412.572	1:627.110\$82
Tabaco em folha.....	»	182.820	1:899.870\$00
Tecidos	»	348.094	9:257.168\$86

Mapa dos seis principais produtos exportados
durante o ano de 1927

Produtos	Unidades	Quantidades	Valores
Amendoim:			
Para portos nacionais...	Quilo	993.281	889.715\$24
Para portos estrangeiros	»	19:991.751	17:943.391\$00
Total.....		20:985.032	18:833.106\$24
Amêndoa de palma:			
Para portos nacionais...	»	5:482.337	6:620.175\$00
Para portos estrangeiros	»	4:505.742	5:706.495\$20
Total.....		9:988.079	12:326.670\$20
Borracha:			
Para portos nacionais...	»	2.148	12.888\$00
Para portos estrangeiros	»	77.885	468.587\$00
Total.....		80.033	481.425\$00
Cêra:			
Para portos nacionais...	»	4.779	43.011\$00
Para portos estrangeiros	»	29.513	265.617\$00
Total		34.292	308.628\$00
Couros:			
Para portos nacionais...	»	153.132	918.732\$00
Para portos estrangeiros	»	40.926	245.556\$00
Total		194.058	1:164.288\$00
Óleo de palma:			
Para portos nacionais...	»	142.424	284.048\$00
Para portos estrangeiros	»	213.907	483.732\$00
Total		356.331	767.780\$00

Mapa sinóptico do movimento emigratório para as colônias portuguesas da África no mês de Março de 1928

DESIGNAÇÃO	SEXOS						DESTINO					Total geral
	Masculino			Feminino			Cabo Verde	Guiné	Angola	S. Tomé e Príncipe	Moçambique	
	Maiores	Menores	Total	Maiores	Menores	Total						
Colonos e repatriados.....	7	4	11	13	5	18	1	1	9	1	17	29
Passageiros do Estado.....	56	19	75	26	23	49	2	7	45	10	60	124
Com guia da Companhia de Moçambique...	6	2	8	5	2	7	—	—	—	—	15	15
Com guia da Companhia do Niassa.....	1	—	1	1	—	1	—	—	—	—	2	2
Por conta dos próprios e com guias de diversas procedências.....	—	—	234	—	—	81	25	7	172	12	99	315
Total.....	—	—	329	—	—	156	28	15	226	23	193	485

Observações

Não se acham incluídos neste mapa: 16 praças deportadas, 90 praças em serviço do Estado, 12 condenados a degredo, sendo um do sexo feminino, 3 vadios, a mulher e um filho dum condenado, os quais todos embarcaram com destino a Luanda.

Movimento de recortes de jornais portugueses e estrangeiros durante o mês de Maio de 1928

Entidades a quem são enviados recortes	Jornais Portugueses		Jornais estrangeiros			
	Colónias Portuguesas		Colónias Portuguesas		Administração colonial doutros países	
	Fôlhas	Recor- tes	Fôlhas	Recor- tes	Fôlhas	Recor- tes
S. Ex. ^a o Ministro das Colónias.	—	—	35	107	—	—
Agência Geral das Colónias	150	886	36	124	1	2
Presidente da Delegação Portu- guesa à Sociedade das Nações.	210	334	—	—	—	—
Embaixador de Portugal em Lon- dres	106	164	—	—	—	—
Delegação Portuguesa à Socieda- de das Nações	106	167	—	—	—	—
Governo da Província de Cabo Verde	20	35	—	—	—	—
Governo da Província da Guiné.	18	23	4	7	—	—
Governo da Província de S. Tomé e Príncipe	23	54	—	—	—	—
Alto Comissariado da República em Angola	73	154	5	8	—	—
Governo Geral da Província de Moçambique.....	66	156	16	76	—	—
Direcção do Porto e dos Caminhos de Ferro de L. Marques	121	283	—	—	—	—
Governo Geral do Estado da Índia	28	47	—	—	—	—
Governo de Macau.....	29	50	—	—	—	—
Governo do Distrito Autónomo de Timor.....	15	21	—	—	—	—
Total	965	1.879	96	322	1	2

Distribuição gratuita do Boletim da A. G. C. (Maio)

	Continente e Ilhas	Colónias	Estrangeiro	TOTAL
Altos Comissariados e Governos do Ultramar		300		300
Estabelecimentos de ensino superior e secundário.....	125			125
Jornais e Revistas Portugueses	29	18		47
Jornais e Revistas Estrangeiros.....			87	87
Legações e Consulados Portugueses ..			105	105
Legações e Consulados Estrangeiros..	46			46
Outros estabelecimentos e entidades..	102	3	85	190
Soma.....	302	321	277	900

LEGISLAÇÃO COLONIAL

ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA, Presidente da República Portuguesa: faço saber aos que a presente Carta de Confirmação e Ratificação virem que, aos quinze de Abril de mil novecentos e vinte e oito, foi assinado em Roma um Protocolo entre Portugal e a Santa Sé regulando a circunscrição das Dioceses, a nomeação dos Bispos e a dupla jurisdição de que trata a Concordata de 1886 relativa ao Padroado de Portugal no Oriente, Protocolo cujo teor é o seguinte:

Acôrdo entre a Santa Sé e a República Portuguesa

A Santa Sé e o Governo Português, reconhecendo as dificuldades que apresenta a execução da Concordata de 1886, em consequência das profundas modificações ocorridas tanto em Portugal como na vida religiosa das Índias, especialmente depois da guerra, concordaram em regular a circunscrição das Dioceses, a nomeação dos Bispos e a dupla jurisdição de que trata a referida Concordata; e nomearam Plenipotenciários: por parte da Santa Sé, Sua Eminência o Cardial Pedro Gasparri, Secretário de Estado de Sua Santidade, e por parte do Governo Português, Sua Excelência o Dr. Augusto de Castro Sampaio Côrte-Real, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, para assinarem, sob reserva de ratificação, o seguinte Protocolo:

ART. I

A Arquidiocese de Goa, à qual anda anexo o título de patriarcal, é alargada:

- a) com a possessão portuguesa de Damão, ao norte de Bombaim;
- b) com a ilha de Diu, sobre a costa de Kathiavar.

Assim o Arcebispo será denominado: Arcebispo de Goa e Damão.

ART. II

A parte da Diocese de Damão que não fica encorporada na Arquidiocese de Goa será anexada à Diocese de Bombaim, a qual manterá a sua actual organização eclesiástica.

ART. III

O Arcebispo de Bombaim será alternadamente de nacionalidade portuguesa e britânica, e terá jurisdição sobre todo o território da Arquidiocese, aumentado como fica dito.

Os párocos portugueses das duas igrejas de S. Francisco Xavier e Nossa Senhora da Glória, em Bombaim, serão camaristas secretos de Sua Santidade *durante munere*.

ART. IV

A Santa Sé e o Governo Português declaram-se de acôrdo para modificar os limites da Diocese de São Tomé de Meliapor, de modo a assegurar da melhor forma a continuidade do território em que se exerce a jurisdição episcopal.

Nestes termos, serão desanexadas da diocese de São Tomé de Meliapor as 14 paróquias dispersas no território das Dioceses de Trichinopolis e Tuticorin (costa da Pescaria) e seis paróquias dispersas no território das Dioceses de Dacca e Calcutá.

A Diocese de São Tomé de Meliapor conservará os dois territórios contíguos de São Tomé (junto a Madrasta e em parte dentro de Madrasta) e de Tanjore (mais ao sul) e as cinco paróquias dispersas na cidade de Madrasta.

Para as compensações territoriais e pessoais a dar à Diocese de S. Tomé de Meliapor, a Santa Sé e o Governo Português, tomadas as necessárias e oportunas informações e tendo em vista os princípios que inspiram a presente convenção, especialmente com respeito às condições jurídicas, demográficas e políticas, estabelecerão um acôrdo dentro de oito meses a contar da entrada em vigor do presente Protocolo. Sòmente depois de decorridos os referidos oito meses se fixarão com Bula os novos limites da Diocese de S. Tomé de Meliapor.

ART. V

O presente Protocolo refere-se unicamente à jurisdição episcopal e não à propriedade dos bens, dos tesouros artísticos, das escolas, etc., portugueses, que continuarão a ser propriedade das entidades às quais actualmente pertencem.

O clero das paróquias portuguesas continuará igualmente a ser português.

ART. VI

No provimento das sés de Goa, Cochim, S. Tomé de Meliapor e Macau:

a), a Santa Sé, depois de consultar, conforme as praxes usuais da Cúria Romana, os Bispos da Província por intermédio do Delegado Apostólico da Índia e respectivamente da China, escolherá o candidato português mais idóneo para dirigir a Diocese;

b) por intermédio de Mons. Nuncio Apostólico de Lisboa ou da Legação de Portugal junto do Vaticano, a Santa Sé transmitirá confidencialmente a Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa o nome do candidato escolhido;

c) o Presidente da República, se o candidato não oferecer dificuldade de ordem política, apresentará oficialmente o nome à Santa Sé;

d) presume-se afirmativa a resposta do Presidente da República à consulta da Santa Sé se não chegar dentro de dois meses, a contar do dia da entrega da respectiva comunicação;

e) as duas Altas Partes Contratantes pôr-se-ão de acôrdo, por cada vez, para a publicação contemporânea da nomeação, que deverá permanecer secreta até ao termo dos actos oficiais.

ART. VII

No provimento das sés de Bombaim, Mangalor, Quilon e Trichinopolis:

a) a Santa Sé, escolhido o candidato mais idóneo, fá-lo-á conhecer por intermédio de Mons. Nuncio, ou da Legação de Portugal junto do Vaticano, ao Presidente da República;

b) o Presidente da República fará oficialmente a apresentação do dito candidato no período de um mês, e a nomeação publicar-se-á na forma acima prevista na alínea e) do artigo precedente.

ART. VIII

Fora do território da própria Diocese os fiéis dependerão do Ordinário local, segundo o Direito Canónico.

ART. IX

Considera-se sem efeito qualquer cláusula contrária ao presente Protocolo contida em outros documentos, leis ou notas diplomáticas.

Augusto de Castro Sampaio Corte Real.

Accordo fra la Santa Sede e la Republica del Portogallo

La Santa Sede e il Governo Portoghese, avendo riconosciuto le difficoltà che presenta l'esecuzione del Concordato del 1886, a causa delle profonde modificazioni avvenute, sia in Portogallo sia nella vita religiosa delle Indie, specialmente dopo la guerra, si sono messi d'accordo per regolare la circoscrizioni delle Diocesi, la nomina dei Vescovi e la doppia giurisdizione, delle quali tratta il citato Concordato; ed hanno nominato Plenipotenziari: per parte della Santa Sede, Sua Eminenza il Signor Cardinal Pietro Gasparri, Segretario di Stato di Sua Santità e per parte del Governo Portoghese, Sua Eccellenza il Signor Dottor Augusto de Castro Sampaio Corte-Real, Inviato Straordinario e Ministro Plenipotenziario, per firmare, sotto riserva di ratificazione, il Protocollo seguente:

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

ART. I

L'Archidiocesi di Goa, cui rimane annesso il titolo patriarcale, viene ingrandita:

a) coll'aggiunta del possedimento portoghese di Damão, a nord di Bombay;

b) coll'aggiunta dell'isola di Diu, sulla costa di Kathiavar.

L'Arcivescovo perciò sarà denominato: Arcivescovo di Goã e Damão.

ART. II

La parte della Diocesi di Damão che non resta incorporata nell'Archidiocesi di Goa, sarà annessa all'Archidiocesi di Bombay, la quale mantiene la sua attuale organizzazione ecclesiastica.

ART. III

L'Arcivescovo di Bombay sarà alternativamente di nazionalità portoghese e britannica, e avrà giurisdizione su tutto il territorio dell'Archidiocesi, ingrandito come sopra.

I parroci portoghesi delle due chiese di S. Francesco Saverio e Nostra Signora della Gloria in Bombay, saranno camerieri segreti di Sua Santità *durante munere*.

ART. IV

La Santa Sede e il Governo Portoghese si dichiarano d'accordo per modificare i limiti della Diocesi di San Tommaso di Meliapor, in modo da assicurare nella miglior forma la continuità del territorio su cui si esercita la giurisdizione episcopale.

Perciò vengono tolte alla diocesi di S. Tommaso di Meliapor le 14 parrocchie sparse nel territorio delle Diocesi di Trichinopoly e Tuticorin (costa della Pescheria), e le sei parrocchie sparse nel territorio delle Diocesi di Dacca e di Calcutta.

La Diocesi di S. Tommaso di Meliapor conserverà i due territori continui di San Tommaso (presso Madras e in parte dentro Madras) e di Tanjore (più al sud), e le cinque parrocchie sparse nella città di Madras.

Per i compensi territoriali e personali da darsi alla Diocesi di San Tommaso di Meliapor, la Santa Sede e il Governo Portoghese, assunte le necessarie e opportune informazioni, e tenuto conto dei principii che informano la presente convenzione, specialmente in riguardo alle condizioni giuridiche, demografiche e politiche, si metteranno d'accordo dentro otto mesi dalla entrata in vigore del presente Protocollo. Soltanto trascorsi i detti otto mesi saranno stabiliti con Bolla i nuovi limiti della diocesi di San Tommaso di Meliapor.

ART. V

Il presente Protocollo si riferisce solamente alla giurisdizione episcopale, e non alla proprietà dei beni, dei tesori artistici, delle

- scuole, ecc. portoghesi, che continueranno ad essere proprietà degli enti ai quali attualmente appartengono.

Il clero della parrocchie portoghesi continuerà ugualmente ad essere portoghese.

ART. VI

Nella provvista delle sedi di Goa, Cochim, S. Tommaso di Meliapor e Macao :

a) la Santa Sede, dopo aver consultato, secondo la prassi consueta della Curia Romana, i Vescovi della provincia per il tramite del Delegato Apostolico dell'India o, rispettivamente, della Cina, sceglierà il candidato portoghese più idoneo per dirigere la Diocesi ;

b) per il tramite di Mgr. Nunzio Apostolico di Lisbona o della Legazioni del Portogallo presso il Vaticano, la Santa Sede trasmetterà confidenzialmente a Sua Eccellenza il Presidente della Repubblica Portoghese il nome del candidato scelto ;

c) il Presidente della Repubblica, se il candidato non offre difficoltà di ordine politico, ne presenterà ufficialmente il nome alla Santa Sede ;

d) si presume affermativa la risposta del Presidente della Repubblica alla consulta della Santa Sede, nel caso non venga entro due mesi, a contare dal giorno della consegna della relativa comunicazione ;

e) le due Alte Parti Contraenti si metteranno d'accordo volta per volta per la pubblicazione contemporanea della nomina, che dovrà rimanere segreta fino al compimento degli atti ufficiali.

ART. VII

Nella provvista delle sedi di Bombay, Mangalor, Quilon e Trichinopoly :

a) la Santa Sede, scelto il candidato più idoneo, lo farà conoscere per il tramite di Mgr. Nunzio o della Legazione di Portogallo presso il Vaticano al Presidente della Repubblica ;

b) il Presidente della Repubblica farà ufficialmente la presentazione di detto candidato nello spazio di un mese, e la nomina si pubblicherà nella forma prevista dal capoverso e) dell'articolo precedente.

ART. VIII

Fuori del territorio della propria Diocesi i fedeli dipendono dall'Ordinario del luogo, secondo il Diritto Canonico.

ART. IX

Si considera senza effetto qualsiasi clausola contraria al presente Protocollo contenuta in altri documenti, leggi o note diplomatiche.

Roma, quindici aprile 1928. — *Pietro Cardinale Gasparri.*

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Visto, examinado e considerado quanto se contém no presente Protocolo, aprovado por decreto com força de lei de 23 de Abril de 1928, é, pela presente Carta, o mesmo Protocolo confirmado e ratificado, assim no todo como em cada uma das suas cláusulas e estipulações, e dado por firme e válido para produzir os seus devidos efeitos e ser inviolavelmente cumprido e observado.

Em testemunho do que a presente Carta vai por mim assinada e selada com o selo da República.

Dada nos Paços do Governo da República, aos 24 de Abril de 1928. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António Maria de Bettencourt Rodrigues*.

As ratificações foram trocadas em Roma no dia 3 de Maio de 1928.

(*Diário do Governo* — N.º 102 — 1.ª série — Sábado 5 de Maio de 1928).

Do Diário do Governo

Maio de 1928.

- Dia 9 — N.º 105 — I série — Decreto N.º 15.449, determinando que, a partir de 1 de Julho de 1928, seja posta em circulação na colónia de Angola a nova moeda, expressa em angolaes, criada pelos decretos N.ºs 12.124 e 14.921.
- Dia 11 — N.º 107 — I série — Portaria N.º 5.372, suspendendo a execução do decreto n.º 13.651, na parte referente a emigração de indígenas da colónia de Moçambique para os territórios da União da África do Sul, durante o período de negociações, mantendo-se em vigor o regime actual durante o mesmo período.
- Dia 12 — N.º 108 — I série — Portaria N.º 5.374, esclarecendo dúvidas suscitadas sobre a forma de se liquidar aos funcionários civis, magistrados e oficiais de justiça coloniais o tempo de serviço prestado ao Estado para efeitos da incidência, sobre a pensão de aposentação, da percentagem de 3 por cento por cada ano além de dez, estabelecida pelo decreto N.º 5.824.
- Dia 16 — N.º 111 — I série — Bases para uma Convenção acordadas entre o Ministro das Colónias da República Portuguesa e o Ministro dos Caminhos de Ferro e Portos da União da África do Sul, como representantes dos respectivos Governos.
- Dia 18 — N.º 113 — I série — Decreto N.º 15.490, aprovando a organização dos correios e telégrafos coloniais.
— Decreto N.º 15.491, autorizando o governador geral da colónia de Moçambique a fazer concessões por aforamento de terrenos de 2.ª classe situados na área do antigo distrito de Gaza.

Dos Boletins provinciais

Cabo Verde

Boletim N.º 14, de 7 de Abril

Diploma legislativo N.º 122, de 30 de Março, rectificando algumas referências inexatas no Regulamento da Contribuição Industrial e respectiva tabela de taxas fixas aprovadas pelos diplomas legislativos provinciais N.º 46, de 11 de Dezembro de 1926 e N.º 1, de 24 de Março de 1927.

Boletim N.º 15, de 14 de Abril

Diploma legislativo N.º 125, de 2 de Abril, aprovando a organização dos Serviços Telégrafo-Postais da Colónia de Cabo Verde.

S. Tomé

Suplemento ao N.º 15, do Boletim de 16 de Abril

Diploma legislativo N.º 31, de 16 de Abril, elevando ao décuplo as multas estabelecidas nos Diplomas Legislativos N.ºs 2 e 3, de 24 de Janeiro de 1922.

— Diploma legislativo N.º 32, de 16 de Abril, modificando a forma de cobrança e arrecadação das multas por transgressão de regulamentos de administração.

Boletim N.º 15, de 21 de Abril

Portaria N.º 36, de 19 de Abril, aprovando a tabela das taxas de licenças camarárias do concelho de S. Tomé.

Guiné

Boletim N.º 14, de 7 de Abril

Portaria N.º 38, de 3 de Abril, aprovando e mandando pôr em execução a tabela dos valores mínimos dos principais produtos de exportação para o 2.º trimestre de 1928.

Boletim N.º 15, de 14 de Abril

Portaria N.º 39, de 10 de Abril, aperfeiçoando a portaria N.º 144, de 3 de Dezembro de 1927, que estabeleceu as condições a que devem satisfazer os indivíduos da raça negra ao dela descendentes para serem considerados assimilados aos europeus e para ficarem isentos dos preceitos especiais aplicáveis aos indígenas.

Angola

SERVIÇOS DE COLONIZAÇÃO

Diploma legislativo do Alto Comissariado, n.º 704

1 — Certos aspectos da situação económica e política de Angola vêm, desde há muito, indicando a necessidade de iniciar e manter, com persistente método, o povoamento da Colónia por indivíduos

da raça portuguesa que nela se fixem e nela desenvolvam as suas inigualáveis qualidades de adaptação e de realização civilizadora.

A acuidade do problema todos a sentem; e os transcendentes e complexos resultados, que se esperam da sua solução, consideram-se definitivos e irremovíveis no campo da soberana dominação do território e da alforria económica da nacionalidade.

Para a efectivação deste grande objectivo lufada na Costa Ocidental de África, pela criação de um forte e consistente agregado étnico português, servido por uma desembaraçada e farta economia, privada e pública, é necessário aproveitar todos os elementos sociais capazes de verterem nesta patriótica obra a gota do seu esforço e definir, com precisão e clareza, a cooperação que o Estado deve dar-lhes.

O Estado associa à sua acção a das actividades particulares por intermédio das Empresas que se constituírem, nos termos da lei, para a instalação de colonos, mas chama a si, como lhe cumpre, o primeiro lugar.

Se o não fizer, nada conseguirá, porque os capitais aproveitáveis não estão industriados em empreendimentos desta natureza e, se a eles vierem, fá-lo-ão timidamente e desapoitados de organização conveniente.

A intervenção do Estado é ainda necessária porque só elle pode diminuir ao mínimo as enormes dificuldades que rodeiam o empreendimento e fazer coincidir os trabalhos de colonização com as grandes obras de fomento, que são a única base sólida do seu sucesso.

2—Entre todas as grandes dificuldades, que o problema de povoamento apresenta, sobreleva a falta duma forte actividade económica da Colónia que solicite a colonização livre e a absorva.

Se ela existisse, não se veria, desconsoladoramente, a emigração portuguesa correr, como caudal de energia viva da Nação, para o Brasil e para a América do Norte, e não cairiam no vazio, sem significação, todos os falazes propósitos de a desviar para as Colónias.

A criação do ambiente económico modificador desta perigosa situação é função do Estado e este só pode intervir, eficazmente, através da colonização ou povoamento oficial.

3—Não são cabidas explanações didácticas sobre os diversos métodos de colonização oficial.

Os métodos delineados no presente Estatuto Orgânico dos Serviços de Colonização, compreendendo-se lógica e intuitivamente, assentam em princípios de carácter etnológico e profissional que estão ao alcance de todos.

Garante-se a homogeneidade de recrutamento e aproveitam-se inicialmente as populações mais sedentárias da Metrópole, vindo, no fim, as do norte, mais atreitas à deslocação, é certo, mas sempre dispostas à libertação do trabalho da terra.

O exame do movimento urbanista e emigratório português demonstra o acerto da prioridade que se dá, na instalação, às populações do sul.

As restantes virão depois, quando a ambiência lhes proporcionar não só a aplicação aos trabalhos da terra, mas também às outras actividades correlativas, tanto do seu agrado.

A localização dos centros de colonização é sistematizada e feita segundo um critério bio-físico sólido e indiscutível.

Dependendo o sucesso das tentativas de colonização essencialmente do colono, rodeou-se o seu recrutamento das maiores garantias, e, se são chamados a participar, na obra, condenados e orfãos, é porque se torna necessário mostrar ao mundo que compreendemos as modernas doutrinas criminalologistas, quanto aos primeiros, e que cultivamos os dignificantes princípios de solidariedade humana, quanto aos segundos.

Ainda se procura, como claramente se deduz do texto, organizar sólidamente a nova sociedade portuguesa de Angola, dando-lhe o apoio eterno da massa rural trabalhadora e o sólido esteio político da burguesia agrícola, representada pelos colonos singulares ou individuais, em que são incluídos os funcionários aposentados da Colónia e aqueles que nela prestem serviço efectivo há mais de quinze anos.

A especialíssima capacidade destes últimos é palpável e o seu aproveitamento constitui uma tentativa de justa compensação ao seu esforço dado à Colónia.

Do resto, falam claramente as disposições do Estatuto Orgânico dos Serviços de Colonização.

4—Sendo a área presumivelmente colonizável de Angola de cem mil quilómetros quadrados superior à do Continente, é lícito supor que nela se possam instalar alguns milhões de habitantes.

É necessário que êsses habitantes sejam portugueses e que, para glória da grei, guardem, nas paragens distantes em que se fixarem, as qualidades imortais da raça e as transmitam, engrandecidas, através dos séculos.

São estas as esquemáticas intenções do Governo da Colónia.

O Alto Comissário da República, em Angola, considerando o disposto na Base XII das Bases Orgânicas dos Serviços da Agricultura, aprovadas pelo diploma legislativo do Alto Comissariado, n.º 565, de 23 de Junho de 1927, e usando das faculdades de Poder Executivo que lhe são conferidas pelos decretos com força de lei, n.ºs 12:467 e 13:685, respectivamente de 11 de Outubro de 1926 e de 26 de Maio de 1927, determina :

Artigo 1.º — É aprovado o Estatuto Orgânico dos Serviços de Colonização, anexo a êste diploma.

Art. 2.º — Fica revogada a legislação em contrário.

As autoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento e a execução dêste diploma competir, o cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nêle se contém.

Alto Comissariado da República, em Angola, Luanda, 9 de Março de 1928. — O Alto Comissário, ANTÓNIO VICENTE FERREIRA.

ESTATUTO ORGÂNICO DOS SERVIÇOS DE COLONIZAÇÃO

CAPÍTULO I

Dos fins da colonização

Artigo 1.º — A Colonização de Angola por colonos de origem portuguesa tem como objectivos essenciais :

- 1.º — Iniciar a exploração fundiária sistemática do solo ;
- 2.º — Criar na Colónia uma vida económica própria, que solicite naturalmente a colonização livre e lhe dê garantias ;
- 3.º — Assegurar à raça portuguesa a perpetuidade do seu domínio político sobre o território.

Art. 2.º — São órgãos executores dos trabalhos de colonização :

- 1.º — O Estado ;
- 2.º — As Empresas legalmente constituídas para esse fim, trabalhando em colaboração com o Estado.

CAPÍTULO II

Dos métodos da colonização oficial

SECÇÃO I

PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 3.º — Os Serviços de Colonização usarão normalmente dois métodos na instalação e fixação de colonos :

- 1.º — O da colonização colectiva que tem por fim estabelecer aldeias de operários rurais metropolitanos ;
- 2.º — O da colonização singular que tem por fim o estabelecimento de agricultores, independentemente de qualquer princípio de aldeamento.

Art. 4.º — A unidade de acção geográfica, climática e económica dos Serviços de Colonização é a *Zona de Colonização*.

§ 1.º — As Zonas de Colonização são extensões de terrenos, situadas na área das grandes unidades geo-climáticas da Colónia, que ofereçam garantias à adaptação integral da raça portuguesa ao meio.

§ 2.º — As Zonas de Colonização serão apenas definidas por limites geográficos, tendo em consideração :

- 1.º — As suas condições climatéricas e de salubridade ;
- 2.º — A fertilidade averiguada do solo ;
- 3.º — A abundância de águas para irrigação ;
- 4.º — Os transportes fáceis e económicos, assegurados por caminho, de ferro, estradas, cursos de águas navegáveis e portos fluviais ou oceânicos.

Art. 5.º — A unidade de acção, sob o ponto de vista social, dos Serviços de Colonização, é a *Família*.

§ 1.º — As famílias de colonos, a recrutar na Metrópole, serão constituídas por elementos selectos, sob os pontos de vista morfológico, fisiológico, psíquico e moral, e conterão, pelo menos, um indivíduo que saiba ler, escrever e contar correctamente.

§ 2.º — As famílias de colonos serão exclusivamente provenientes do meio agrícola e serão preferidas aquelas que sejam mais conhecedoras das indústrias rurais e caseiras das regiões de origem e que tenham maior número de filhos.

§ 3.º — O recrutamento de famílias de colonos será feito em todas as províncias continentais e ilhas adjacentes, de maneira a darem, no conjunto, a representação completa da constituição etnográfica da população portuguesa.

Art. 6.º — Os Serviços de Colonização farão reconhecer previamente todas as regiões da Colónia, presumivelmente colonizáveis, por meio de *Missões de Reconhecimento*, normalmente constituídas por um engenheiro agrônomo, por um médico e por um agrimensor.

Art. 7.º — As Missões de Reconhecimento têm por objectivo averiguar das condições referidas no § 2.º do artigo 4.º e propôr os limites geográficos das Zonas de Colonização a fixar nas regiões reconhecidas.

Art. 8.º — As Missões de Reconhecimento ao terminarem os seus trabalhos apresentarão relatório detalhado, donde constem todos os elementos que habilitem os Serviços de Colonização ao início dos trabalhos de instalação propriamente ditos.

§ 1.º — No estudo das regiões reconhecidas serão tomados em linha de conta todos os trabalhos realizados anteriormente por quaisquer serviços do Estado e que concorram para o seu aperfeiçoamento.

§ 2.º — Cabe aos Serviços de Colonização a compilação e sistematização de todos os trabalhos a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 9.º — Só serão permitidos trabalhos referentes a colonização, por parte do Estado ou das Empresas particulares, nas regiões que tenham sido objecto do reconhecimento referido no artigo 6.º, e posteriormente delimitadas e classificadas como Zonas de Colonização.

Art. 10.º — Os serviços de reconhecimento serão orientados de maneira a fixarem-se, inicialmente, as seguintes Zonas de Colonização :

1.ª — *Zona de Colonização de Benguela*, constituída pelos terrenos utilizáveis das circunscrições civis da Ganda, Lépi, Huambo, Bailundo e Caconda ;

2.ª — *Zona de Colonização de Cuanza-Sul*, constituída pelos terrenos utilizáveis das circunscrições civis do Libôlo, Quibala, Seles e Amboim ;

3.ª — *Zona de Colonização do Bié*, constituída pelos terrenos utilizáveis das circunscrições civis do Bié, Andulo e Alto Cuanza ;

4.ª — *Zona de Colonização da Huila*, constituída pelos terrenos utilizáveis das circunscrições civis do Lubango, Humpata e Chibia ;

5.ª — *Zona de Colonização de Malanje*, constituída pelos terrenos utilizáveis das circunscrições civis de Malanje, Pungo Andongo e Duque de Bragança.

SECÇÃO II

COLONIZAÇÃO COLECTIVA

Art. 11.º — Logo que seja limitada e fixada uma Zona de Colonização, será organizada uma *Missão Rural de Colonização*, das referidas no artigo 63.º, privativa dessa Zona, que nela se estabelecerá e realizará os trabalhos prévios seguintes :

a) Escolha dos locais para instalação definitiva de dez aldeias de operários rurais metropolitanos ;

b) Apresentação do projecto de aproveitamento de águas para rega dos terrenos de cultura de cada aldeia ;

c) Elaboração dos projectos definitivos dos casais agrícolas a adoptar em cada aldeia, tendo em muita consideração os hábitos e costumes regionais dos colonos que os vão habitar ;

d) Realização das obras de saneamento indicadas pelo médico da Missão de Reconhecimento ou pela autoridade sanitária local ;

e) Instalação de um armazém geral para materiais de construção e mantimentos ;

f) Instalação de oficinas gerais de carpinteiro, marceneiro e ferreiro, fornos de cal, de tijolo e de telha, quando as condições locais o aconselhem e permitam ;

g) Apresentação aos Serviços de Colonização do plano geral de todos os trabalhos referidos nas alíneas anteriores e respectivo orçamento.

§ único. — Esses trabalhos devem ser realizados progressivamente, de modo que permitam a instalação sucessiva dos núcleos.

Art. 12.º — Na escolha de locais, a que se refere a alínea a) do artigo anterior, ter-se-á em consideração :

a) A proximidade de vias de comunicação e das sedes da Administração Civil local ;

b) O bom e económico aproveitamento das águas de rega ;

c) A maior fertilidade dos terrenos ;

d) As melhores condições sanitárias.

Art. 13.º — Nos locais escolhidos para as dez aldeias, a que se refere a alínea a) do artigo 11.º, serão demarcados terrenos que constituirão reservas do Estado, delimitadas por marcos de alvenaria em que serão inscritas as iniciais R. C. (Reservas de Colonização) e que terão uma área mínima de 1:000 hectares, correspondente a dez casais agrícolas.

Art. 14.º — Demarcadas as reservas, a que se refere o artigo anterior, serão estas divididas em lotes com área aproximada de 100 hectares, levantando-se logo a respectiva planta parcelar em que figurem todos os lotes, devidamente numerados.

§ único. — Não serão demarcadas reservas com área superior a 5:000 hectares, correspondentes a cinquenta casais agrícolas.

Art. 15.º — À maneira que forem sendo construídos, em cada um dos lotes, os respectivos casais agrícolas, e logo que nestes se instalem colonos agricultores, serão aqueles cadastrados a favor do

ocupante, mas os títulos de propriedade plena só serão passados quando o ocupante tiver satisfeito as cláusulas dos contratos a que se refere o artigo 20.º.

SECÇÃO III

RECRUTAMENTO DOS COLONOS

Art. 16.º—As famílias de colonos, obedecendo aos requisitos expressos no artigo 5.º, são recrutadas pelos Serviços de Colonização na Metrópole, por intermédio da *Agência de Recrutamento*, a que se refere o artigo 72.º, observando esta nas suas operações as seguintes regras:

1.ª—As famílias serão recrutadas, sempre que as condições locais o permitam, em grupos correspondentes aos núcleos iniciais das aldeias que se forem sucessivamente instalando numa determinada Zona de Colonização;

2.ª—A instalação dos núcleos nas Zonas de Colonização e o recrutamento dos respectivos colonos, na Metrópole, terão, tanto quanto fôr possível, a seguinte ordem:

a) Núcleo estremenho, recrutado nos distritos de Santarém, Setúbal e Leiria e na parte rural do de Lisboa;

b) Núcleo algarvio, recrutado no distrito de Faro;

c) Núcleo açoreano, recrutado nos distritos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta;

d) Núcleo madeirense, recrutado no distrito do Funchal;

e) Núcleo alentejano, recrutado nos distritos de Évora, Beja e Portalegre;

f) Núcleo beirão, recrutado nos distritos de Castelo Branco e Guarda;

g) Núcleo beirão, recrutado no distrito de Viseu;

h) Núcleo duriense, recrutado nos distritos de Coimbra e Aveiro e na parte rural do do Pôrto;

i) Núcleo transmontano, recrutado nos distritos de Vila Real e Bragança;

j) Núcleo minhoto, recrutado nos distritos de Braga e Viana do Castelo.

3.ª—O número inicial de famílias a recrutar para cada núcleo será indicado à Agência de Recrutamento pelos Serviços de Colonização, que o poderá elevar sucessivamente até ao máximo de cinquenta famílias, mantendo-se sempre, para cada um, a mesma origem regional de recrutamento;

4.ª—A todos os chefes de família, que se apresentem como pretendentes a colonos, será dado completo conhecimento das condições em que será instalado na Colónia, não podendo prosseguir as operações do seu recrutamento sem que tenham aceite e assinado a minuta do contrato, a que se refere o artigo 20.º;

5.ª—As famílias recrutadas conduzirão das suas terras natais, sempre que seja possível, as pequenas alfaías agrícolas características da sua região a que estejam habituadas, e as máquinas e uten-

sílios das pequenas indústrias rurais, que habitualmente exerçam e explorem;

6.^a — Constituído um núcleo, como fica referido, a Agência de Recrutamento promoverá o transporte dos seus componentes das terras de origem para Lisboa, e o seu albergue até ao embarque para a Colónia;

7.^a — O embarque será feito nos navios, previamente designados pelos Serviços de Colonização, e o desembarque terá lugar nos portos da Colónia, também previamente designados por aqueles Serviços;

8.^a — Os núcleos de colonos, ao desembarcar, serão recebidos por um agente dos Serviços de Colonização, que os albergará durante a sua permanência no porto de desembarque e os acompanhará em seguida ao local onde vão ser instalados, apresentando-os ao chefe da Missão Rural de Colonização respectiva.

SECÇÃO IV

INSTALAÇÃO DOS COLONOS

Art. 17.^o — Ao chegarem aos locais de instalação, será distribuído a cada família um casal agrícola, constituído por:

a) Uma casa rural com todas as dependências necessárias a uma pequena exploração agrícola;

b) Um trato de terreno de 100 hectares desbravado e semeado num quarto da sua área;

c) As alfaias e ferramentas agrícolas necessárias à exploração intensiva da área, que lhe é entregue, desbravada e semeada;

d) Os gados que forem considerados necessários ao trabalho agrícola do casal e ao estabelecimento da exploração pecuária, que a região aconselhe;

e) Um pequeno fundo de exploração em dinheiro para fazer face às despesas do grangeio do casal durante o primeiro ano do seu estabelecimento como colono.

Art. 18.^o — O Estado concorrerá para a instalação dos colonos dos núcleos de colonização com:

a) A casa e dependências agrícolas;

b) As despesas de irrigação e desbravamento de 25 hectares de terreno;

c) As alfaias e ferramentas agrícolas necessárias à exploração intensiva daqueles 25 hectares;

d) As sementes e os gados de criação e de trabalho;

e) O mobiliário;

f) Um fundo de exploração em dinheiro.

Art. 19.^o — São concedidos a título gratuito os subsídios constantes das alíneas a), b) e c) do artigo anterior, e a título de empréstimo, a reembolsar pelo Estado, os constantes das alíneas d), e) e f) do mesmo artigo

Art. 20.^o — No acto da sua instalação, cada chefe de família fará

um contrato definitivo com o Estado, por intermédio dos Serviços de Colonização, donde constem os direitos e obrigações, assumidos pelas duas partes contratantes, considerando-se especialmente:

- a) As concessões feitas pelo Estado a favor do colono e a fórmula dêste a resgatar;
- b) O regime jurídico a que ficam submetidos os bens imobiliários que constituam o casal;
- c) O regime administrativo, técnico e disciplinar a que fica submetida a acção dos colonos.

Art. 21.º — Os contratos, a que se refere o artigo anterior, serão feitos perante o chefe da Missão Rural de Colonização respectiva, que nele outorgará como representante dos Serviços de Colonização, ficando arquivado o original na sede da Missão e enviado o duplicado aos Serviços de Colonização.

Art. 22.º — Quando os colonos instalados demonstrarem, pela sua inaptidão profissional ou mau comportamento social, a sua incapacidade de adaptação ao regime dos núcleos, serão expulsos sem direitos a qualquer indemnização, seja de que natureza fôr, mas serão repatriados se assim o requererem.

SECÇÃO V

ELEMENTOS SUBSIDIÁRIOS DA COLONIZAÇÃO COLECTIVA

Art. 23.º — São elementos subsidiários da colonização colectiva:

- a) Os Orfanatos Agrícolas;
- b) As Colónias Penais Agrícolas.

Art. 24.º — Os Orfanatos Agrícolas têm por missão o recolhimento dos orfãos da raça branca existentes na Colónia ou enviados pelos estabelecimentos de assistência oficial e particular da Metrópole, promovendo a sua educação num sentido essencialmente agrícola, a fim de serem instalados como colonos agricultores, depois de constituírem legalmente família.

Art. 25.º — Os Orfanatos Agrícolas serão instalados directamente pelo Estado ou, sob o patrocínio dêste, por instituições particulares de carácter pedagógico e de assistência reconhecidas pelo Estado.

Art. 26.º — Para a instalação das famílias de colonos provenientes dos Orfanatos Agrícolas serão adoptados os métodos concertados entre os Serviços de Colonização e a Direcção dos Orfanatos de origem.

Art. 27.º — As Colónias Penais Agrícolas serão constituídas por condenados da Metrópole, cumprindo pena de degredo em Angola, e funcionarão como estabelecimentos de preparação de colonos agricultores a instalar, logo que demonstrem uma completa adaptação ao regime das aldeias em que vão ingressar.

Art. 28.º — Haverá três tipos de Colónias Penais Agrícolas:

- a) Colónias para condenados casados e cuja família esteja na Colónia ou seja mandada vir da Metrópole;
- b) Colónias para condenados solteiros;
- c) Colónias para condenadas solteiras.

§ único. — Desde que se constituam famílias com elementos provenientes das Colónias, designadas nas alíneas b) e c), serão transferidas para as Colónias indicadas na alínea a).

Art. 29.º — A instalação e o funcionamento dos Orfanatos Agrícolas e das Colónias Penais Agrícolas serão objecto de regulamentos especiais a elaborar pelos Serviços de Colonização, de acôrdo com as instituições que sejam chamadas a instalar os primeiros e com as entidades que superintendem nos serviços prisionais, quanto às segundas.

SECÇÃO VI

COLONIZAÇÃO SINGULAR

Art. 30.º — Em cada Zona de Colonização, serão demarcados, por iniciativa do próprio chefe da Missão Rural, ou a requerimento de interessados, lotes de terra para organização de herdades agrícolas médias, em conformidade com as características agrológicas e económicas da região.

Art. 31.º — Estas herdades, cuja localização é independente do aldeamento a que está submetida a colonização colectiva, serão estabelecidas e desenvolvidas pelas Serviços de Colonização até entrarem em plena produção para serem entregues, mediante contrato especial, aos colonos que nelas desejarem instalar-se com o fim de adquirir a sua posse plena.

Art. 32.º — O contrato especial, a que se refere o artigo anterior tenderá sempre para a alienação a favor do colono das terras e mais instalações da herdade, depois de cumpridas as suas cláusulas.

Art. 33.º — A posse plena das herdades, estabelecidas nos termos do artigo 30.º, poderá ser adquirida por:

a) Compra directa ao Estado;

b) Por arrendamento, tomando-se a renda como amortização.

Art. 34.º — São pessoas idóneas para requererem o estabelecimento de herdades nos termos do artigo 30.º, e para firmarem os contratos a que se referem os artigos 31.º, 32.º e 33.º os agricultores da Metrópole, casados ou viúvos e divorciados, com filhos, e que demonstrem possuir o capital necessário para a aquisição da herdade ou para a manutenção da sua exploração; conforme os casos referidos nas alíneas a) e b) do artigo anterior.

Art. 35.º — Quando as pessoas idóneas, a que se refere o artigo anterior, quizerem compartilhar da instalação da sua herdade, ser-lhes-á demarcado o terreno para a instalação da herdade e os Serviços de Colonização facultar-lhes-ão subsídios para a construção de casas e dependências agrícolas, desbravamento de terras e irrigação, para a aquisição do mobiliário, máquinas e alfaias agrícolas, para a compra de gados e reprodutores, lavrando-se também contrato especial em que serão aceitas por parte do colono as condições da amortização dos subsídios a reembolsar pelo Estado.

Art. 36.º — Os subsídios serão de natureza gratuita ou a título de empréstimo ou de reembolso, sendo em geral os primeiros desti-

nados a construção de casas, desbravamento de terras e irrigação e todos eles calculados em conformidade com os recursos de que o colono disponha.

Art. 37.º — Além dos colonos que desejarem instalar-se nas Zonas de Colonização, serão considerados nas mesmas condições os cidadãos portugueses de raça branca instalados há mais de dois anos na Colónia, fora das Zonas de Colonização, e que requeiram o seu estabelecimento como colonos agricultores nos locais aonde se encontrem.

Art. 38.º — A estes colonos, antigos residentes, aproveitarão todos os benefícios garantidos por este diploma aos colonos, referidos no artigo 34.º.

Art. 39.º — A organização dos processos, que digam respeito à instalação dos colonos, de que trata esta secção, cabe aos Serviços de Colonização, mediante requerimento do interessado, acompanhado por atestado que prove a sua qualidade de antigo agricultor na Metrópole ou na Colónia, conforme os casos dos artigos 34.º e 37.º, certidão de casamento e declaração do quantitativo de capital de que pode dispor para a sua instalação.

§ 1.º — O atestado, provando a sua qualidade de antigo agricultor, será passado pela autoridade administrativa do concelho ou circunscrição, aonde o colono exerceu a sua actividade agrícola.

§ 2.º — A declaração dos capitais disponíveis será acompanhada por informação da casa bancária, considerada idónea, em que esteja feito o seu depósito em espécie ou em valores realizáveis a pronto.

Art. 40.º — Quando os colonos, antigos residentes em Angola, não dispuserem de capital, mas ofereçam valores, constituídos por melhoramentos realizados nas terras de que sejam meros ocupantes ou para cuja ocupação e exploração tenham obtido licença, serão esses valores considerados como substituindo aquele.

Art. 41.º — Logo que os Serviços de Colonização recebam os documentos a que se refere o artigo 39.º e os considere em ordem, requisitará à Direcção dos Serviços da Agrimensura, a demarcação definitiva dos terrenos em que o colono deseja instalar-se e mandá-los-á vistoriar pelo chefe da Missão Rural de Colonização, se se tratar dos colonos referidos no artigo 34.º, ou por um delegado técnico da Direcção dos Serviços da Agricultura, se se tratar dos colonos referidos no artigo 37.º.

§ único. — Nas demarcações definitivas, a que se refere este artigo, será seguido o processo técnico autorizado pelo artigo 4.º do diploma legislativo do Alto Comissariado, n.º 633, de 22 de Setembro de 1927.

Art. 42.º — Feitas as demarcações e as vistorias, será organizado pelos Serviços de Colonização um projecto sumário das instalações e a respectiva estimativa orçamental, consignando-se nesse projecto os subsídios a conceder ao colono, a sua natureza, em conformidade com o disposto no artigo 36.º, e as cláusulas bases do contrato a realizar entre o colono e o Estado.

Art. 43.º — Aprovado pelo Governador Geral o projecto e mais condições referidas no artigo anterior, será o processo dado por concluso e requisitar-se-ão, seguidamente, à Junta Central de Crédito Agrícola, para serem satisfeitas pelo Fundo de Colonização, as verbas correspondentes aos subsídios concedidos ao colono, abrindo a cada colono a respectiva conta sob as rubricas: *Crédito a título gratuito* e *Crédito a título de empréstimo*, conforme os casos.

Art. 44.º — Os créditos a título de empréstimo serão amortizados, sem juro, no prazo de cinco anos, a contar do terceiro da instalação do colono a quem forem concedidos.

Art. 45.º — Concluídas as operações de instalação referidas nos artigos anteriores, os Serviços de Colonização requisitarão à Direcção dos Serviços da Agrimensura a passagem a favor dos colonos dos títulos definitivos correspondentes às áreas de terrenos que por elles tiverem sido ocupados.

Art. 46.º — Nesses títulos será lançada a verba *Colonização* e serão enviados aos Serviços de Colonização que só os entregará ao colono, depois dêste ter cumprido tôdas as cláusulas do contrato que tenha feito com o Estado para a sua instalação.

SECÇÃO VII

ELEMENTOS SUBSIDIÁRIOS DA COLONIZAÇÃO SINGULAR

Art. 47.º — Os elementos subsidiários da colonização singular são os funcionários públicos civis e militares, aposentados, e os que, estando em efectividade de serviço, contem mais de quinze anos nessa situação.

Art. 48.º — Aos funcionários aposentados são concedidas, mediante requerimento, as mesmas regalias que pelos artigos anteriores são atribuídas aos colonos de carácter singular.

Art. 49.º — A pensão de reforma do funcionário substitui o capital ou os valores a que se referem o artigo 34.º e § 2.º do artigo 39.º.

Art. 50.º — Aos funcionários na efectividade de serviço, com mais de quinze anos nessa situação, é permitido requererem a sua instalação como colonos agricultores, nas mesmas condições em que essa faculdade é dada aos funcionários aposentados, devendo passar, logo que seja deferida superiormente a sua pretensão, à situação de efectividade, fora do quadro, com 50 % da totalidade dos seus vencimentos.

Art. 51.º — Quando os funcionários, a que se refere o artigo anterior, atingirem o limite de idade, ou completarem o tempo de serviço necessário para a reforma ordinária, passarão à situação de aposentados, contando se, para todos os efeitos, o tempo que decorreu desde a sua passagem à situação de colono agricultor.

Art. 52.º — Os funcionários que desejarem instalar-se como colonos agricultores, nos termos dêste diploma, assinarão um contrato com o Estado, análogo ao que é imposto na secção anterior aos outros colonos singulares.

Art. 53.º — Se os mesmos funcionários, depois de instalados, desistirem da ocupação e exploração das terras que-lhes forem concedidas, reverterão a favor do Estado tôdas as benfeitorias, máquinas, ferramentas e alfaías agrícolas e reembolsarão por uma só vez o Estado do fundo de exploração, que dêle tenham recebido em dinheiro.

§ 1.º — Se não fizerem o reembolso como fica determinado neste artigo, passarão a descontar 50 % da pensão da reforma ou de todos os vencimentos, conforme se tratar de funcionários aposentados ou em serviço.

§ 2.º — As importâncias descontadas pela aplicação dêste artigo constituem receita do Fundo de Colonização.

Art. 54.º — Em caso de morte do funcionário, as obrigações assumidas por êste no contrato de instalação transmitem-se com a propriedade, revertendo esta para o Estado com todos os móveis de natureza agrícola, se os herdeiros deixarem de cumprir aquelas obrigações.

CAPÍTULO III

Da aquisição do direito de posse dos casais e do seu regime civil

Art. 55.º — São condições para a aquisição do direito de posse plena sôbre os terrenos que sejam ocupados pelos colonos:

a) A compra directa ao Estado nos termos da alínea a) do artigo 33.º.

b) A amortização total, nos termos da alínea b) do mesmo artigo;

c) O cumprimento das cláusulas dos contratos especiais a que se referem os artigos 20.º, 35.º, 36.º, 42.º e 52.º.

Art. 56.º — Verificadas as condições do artigo anterior, serão entregues os títulos definitivos de propriedade plena aos ocupantes dos terrenos.

Art. 57.º — Os bens imobiliários, obtidos pelos colonos, em virtude da aplicação dêste diploma, constituem um casal de família juridicamente inalienável, indivisível e impenhorável, excepto nos casos de expropriação por utilidade pública ou execução por dívidas ao Estado.

Art. 58.º — São também isentas de execução por dívidas, que não sejam ao Estado, as máquinas, gado e alfaías que se destinem à lavoura do casal.

Art. 59.º — Sôbre o casal de família ou qualquer dos prédios que abranger não se poderá constituir, sob pena de absoluta nulidade, hipoteca ou qualquer dos onus enumerados no § 2.º do artigo 949.º do Código Civil.

§ único. — Exceptuam-se as hipotecas estabelecidas por lei a favor da Fazenda Nacional.

Art. 60.º — O regime de casal de família e as suas garantias caducam por morte dos seus primeiros possuidores, mas a sua instituição mantém-se a favor dos sucessores, se estes a requererem ao Juízo de Direito respectivo, no acto das partilhas.

Art. 61.º — A instituição de casal de família será regulada por especial na parte que diz respeito à sua sucessão, quando se verificar a hipótese da parte final do artigo anterior.

Art. 62.º — Por morte dos colonos e de suas mulheres sem descendentes, os casais agrícolas reverterão para o Estado para serem entregues a outros colonos.

CAPÍTULO IV

Das Missões Rurais de Colonização

Art. 63.º — As Missões Rurais de Colonização são os órgãos executores de todos os trabalhos dentro das Zonas de Colonização, depois destas devidamente reconhecidas e delimitadas.

§ único. — A organização e o funcionamento das Missões Rurais de Colonização obedecerão normalmente às seguintes regras:

1.ª — São chefiadas, de preferência, por engenheiros agrônomos, na falta destes, sê-lo-ão por médicos-veterinários com o curso de Agricultura e por agricultores diplomados;

2.ª — Os chefes de Missão são assistidos, permanente ou eventualmente, por engenheiros civis, agrimensores, médicos veterinários, delegados de Saúde e regentes agrícolas, sendo um destes nomeado adjunto do chefe para o substituir durante os seus impedimentos;

3.ª — Dispõem normalmente de um contabilista, destinado à organização e manutenção duma escrita em que se mencionem todas as despesas realizadas pela Missão Rural e a sua divisão pelos diferentes casais agrícolas que se forem montando, abrindo uma conta para cada um, de maneira a saber-se o seu custo exacto;

4.ª — Logo que esteja instalado, pelo menos, um grupo em cada Zona, a respectiva Missão Rural de Colonização constrói em local central uma enfermaria com dispensário médico e uma escola com internatos para a educação dos filhos dos colonos de toda a zona;

5.ª — Nestas escolas será ministrada aos alunos a instrução primária, agricultura elementar, práticas agrícolas e artes e ofícios, para o que haverá as competentes oficinas;

6.ª — Presta aos colonos toda a assistência técnica e administrativa e serve lhes de intermediário em todas as suas relações com os Poderes Públicos;

7.ª — As Missões Rurais assalariam e instalam em cada núcleo um colono, com o mínimo de seis anos de prática agrícola na região, que será o delegado permanente do chefe da Missão no núcleo e que terá por função esclarecer os colonos sobre as épocas das sementeiras que, sob as condições especiais do clima, a prática tem demonstrado serem as mais apropriadas às várias culturas; ministrar aos colonos o conhecimento das várias modificações que, por motivo do especial regime pluvioso da Colónia, pelo modo de trabalhar do indígena e ainda por outras várias causas, se torna necessário fazer nos processos culturais usados na Metrópole; esclarecer

os colonos sobre os usos e costumes dos indígenas e servir-lhes de intérprete e mediano; regular a distribuição das águas de rega; servir, enfim, aos colonos de mentor e de consultor sobre os vários assuntos agrícolas que só com uma demorada prática em Angola se podem conhecer;

8.^a — As Missões Rurais montam em cada núcleo um parque de máquinas de lavoura mecânica e de debulha para uso colectivo dos colonos de todo o núcleo, e bem assim oficinas de moagem e de manipulação de mercadorias derivadas dos produtos agrícolas colhidos;

9.^a — Dispõem de uma granja experimental que pratique as demonstrações culturais necessárias à ilustração dos colonos, e receba em estágio os que forem chegando à respectiva zona de colonização, enviados pelos serviços de recepção, instalados nos portos de desembarque;

10.^a — Promovem a venda de todos os produtos e mercadorias deles derivadas, de cada núcleo, por intermédio das delegações regionais da Agência Comercial dos Produtos Agrícolas;

11.^a — Requisitam aos Serviços de Colonização os fundos para ocorrer às despesas com pessoal e com materiais de qualquer natureza necessários aos trabalhos de instalação, que lhe forem cometidos, instruindo sempre as requisições com mapas discriminados de pessoal e de materiais;

12.^a — Para cada oficina e depósitos de materiais a que se refere o artigo 11.^o haverá um registo de entrada e saída de matérias primas e materiais, que permita o conhecimento exacto, em qualquer altura, das quantidades entradas, saídas e existentes;

13.^a — As Missões Rurais de Colonização enviam semestralmente aos Serviços de Colonização a conta pormenorizada das despesas feitas durante cada semestre, devidamente documentadas e esclarecidas por mapas respeitantes ao movimento de pessoal e dos materiais;

14.^a — Mensalmente enviam um pequeno relatório que refira o andamento dos trabalhos e dêem notícia de todos os factos ocorridos na sua condução e cujo conhecimento habilite os Serviços de Colonização a intervir quando o julgar conveniente.

Art. 64.^o — Junto de cada Missão Rural de Colonização, será constituído um «Patronato» dos colonos instalados na respectiva zona, do qual farão parte:

- a) As autoridades administrativas;
- b) Os médicos;
- c) Os professores;
- d) Os missionários;
- e) Os agricultores.

§ único. — A organização dos «Patronatos» cabe aos Serviços de Colonização.

Art. 65.^o — Os «Patronatos» coadjuvarão as Missões Rurais na sua delicada função de assistência integral aos colonos e serão presididos pelos respectivos Chefes de Missão.

§ único. — Os planos de acção dos «Patronatos» serão submetidos à apreciação dos Serviços de Colonização.

CAPÍTULO V

Da Organização dos Serviços Officiais de Colonização

SECÇÃO I

SERVIÇOS E SUA CLASSIFICAÇÃO

Art. 66.º — Os Serviços Officiais de Colonização compreendem genericamente, conforme o disposto na Base XII das Bases Orgânicas dos Serviços de Agricultura, aprovadas pelo diploma legislativo do Alto Comissariado, n.º 565, de 23 de Junho de 1927:

- 1.º — A propaganda e o recrutamento dos colonos na Metrópole;
- 2.º — O transporte e recepção dos colonos;
- 3.º — A instalação dos colonos;
- 4.º — A assistência técnica, sanitária e administrativa às Colónias.

SECÇÃO II

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 67.º — Para executar os serviços, enumerados na secção anterior, e manter os métodos oficiais, prescritos neste diploma, garantindo a sua continuidade, é criada a Repartição dos Serviços de Colonização.

§ único. — A Repartição dos Serviços de Colonização é o organismo previsto no § 5.º da Base III, das Bases Orgânicas dos Serviços da Agricultura, na parte respeitante à colonização europeia.

Art. 68.º — Os Serviços da Repartição dividem-se em:

- a) Serviços Centrais;
- b) Serviços Externos.

§ 1.º — Aos Serviços Centrais cabe a execução dos trabalhos respeitantes:

- a) À propaganda e recrutamento dos colonos;
- b) Ao transporte e recepção dos colonos;
- c) Ao expediente, contabilidade e arquivo.

§ 2.º — Aos Serviços Externos cabe a execução dos trabalhos respeitantes:

- a) À instalação dos colonos;
- b) À assistência às colónias.

Art. 69.º — Os Serviços Centrais serão distribuídos e executados por duas Secções:

- a) Secção de Propaganda, compreendendo os serviços referidos nas alíneas a) e b) do § 1.º do artigo anterior;
- b) Secção de Secretaria, compreendendo os serviços referidos na alínea c) do mesmo § e artigo.

Art. 70.º — Os Serviços Externos são executados pelas Missões Rurais de Colonização, referidas no capítulo IV.

Art. 71.º — Os serviços de propaganda e recrutamento de colonos na Metrópole serão cometidos, de início, à Agência Geral das Colónias e às Companhias de Navegação portuguesas, que mante-

nham carreiras regulares para a Colónia e que desejem cooperar com o Estado na obra de colonização.

§ único. — Estas entidades agirão dentro da orientação e instruções que lhes forem transmitidas pela Repartição dos Serviços de Colonização.

Art. 72.º — Quando fôr julgado necessário e oportuno será montada em Lisboa pela Repartição dos Serviços de Colonização uma Agência de Recrutamento própria, ficando desde já autorizada a nomeação de um funcionário idóneo para auxiliar o transporte, o albergue e o embarque, em Lisboa, dos colonos, e para fiscalizar os actos de recrutamento e de transporte realizados pelas Companhias de Navegação.

Art. 73.º — O recrutamento na Metrópole obedecerá sempre e absolutamente às requisições feitas pelos Serviços de Colonização, que terá sempre em vista o escrupuloso cumprimento da doutrina expressa nos artigos 5.º, 16.º e 75.º.

Art. 74.º — Sobrelevará em tôdas as operações de recrutamento a cuidadosa inspecção médica às famílias que se apresentem como candidatas a colonos, devendo essa inspecção médica ser feita, a pedido da entidade recrutadora, pela Junta de Saúde das Colónias, que funciona no Hospital de Medicina Tropical de Lisboa, ou pelos sub-delegados de Saúde dos concelhos onde residirem aquelas.

Art. 75.º — Os documentos a apresentar pelo chefe de família, que desejar ser recrutado como colono, são :

- a) Certidão de casamento ;
- b) Certificado de registo criminal ;
- c) Certidões de nascimento dos filhos ;
- d) Certificado da sua qualidade de agricultor ou operário rural agrícola, passado pela autoridade administrativa do concelho da sua naturalidade ou residência.

§ 1.º — Apresentados os documentos a que se referem as alíneas deste artigo, farão a prova perante a entidade recrutadora de que pelo menos uma pessoa de família sabe lêr, escrever e contar.

§ 2.º — Cumpridas as formalidades anteriores, os candidatos a colonos serão mandados submeter à inspecção médica, devendo ser preenchido pelo médico ou pela Junta que a efectuar, o questionário a que se refere a alínea d) do artigo 87.º.

§ 3.º — Todos os documentos, enumerados anteriormente, serão enviados à Repartição dos Serviços de Colonização, que os examinará e dará oportunamente a ordem para o embarque dos colonos a que disserem respeito, indicando o navio em que êle deve ser feito e o pôrto do desembarque na Colónia.

Art. 76.º — A propaganda dos Serviços de Colonização, será feita por pequenas monografias de carácter essencialmente económico, que demonstrem as vantagens reais da instalação e indiquem de uma maneira sumária tudo quanto o pretendente a colono deve conhecer e tem de praticar para vir instalar-se em Angola.

Art.º 77. — A tôdas as entidades encarregadas do recrutamento

serão fornecidos os planos de instalação progressiva de colonos para que estes possam escolher os locais, que, por qualquer motivo, melhor convenham aos interesses particulares, guardando sempre a execução dos métodos oficiais, atrás referidos.

Art. 78.º — A par dos actos de propaganda e esclarecimento, anteriormente referidos, a Repartição dos Serviços de Colonização promoverá por meio da imprensa e todos os outros meios de publicidade ao seu alcance a divulgação dos trabalhos em curso e dos resultados nêles obtidos.

Art. 79.º — Na sua obra de propaganda e esclarecimento, deverá a Repartição dos Serviços de Colonização procurar o apoio e a colaboração das Câmaras Municipais e Juntas de freguesia da Metrópole para o que lhes remeterá todos os elementos necessários.

Art. 80.º — Ao funcionamento da Repartição dos Serviços de Colonização serão aplicadas permanentemente as disposições dos artigos 103.º, 104.º, 105.º e 106.º da Carta Orgânica desta Colónia, devendo, quando subsistir o regime do Alto Comissariado, despachar directamente com o Secretário Provincial da Agricultura e corresponder-se directamente com todas as demais Direcções e Repartições em objecto do seu serviço.

SECÇÃO III

PESSOAL E SUA ADMISSÃO

Art. 81.º — A Repartição dos Serviços de Colonização será dirigida superiormente por um chefe de Repartição, devendo recair a sua nomeação em pessoa reconhecidamente idónea, que tenha, pelo menos, quatro anos de serviço na Colónia, preferindo os funcionários que tenham exercido funções de igual ou superior categoria.

§ único. — Os vencimentos do Chefe da Repartição serão os constantes do Grupo 3.º do Tipo B da Tabela A das Tabelas de Vencimentos, anexas ao decreto do Alto Comissariado, n.º 237, de 16 de Fevereiro de 1923, modificadas pelas disposições da portaria provincial n.º 44, de 4 Abril de 1924.

Art. 82.º — O restante pessoal do quadro da Repartição é constituído por:

- 2 chefes de secção, com a categoria de segundos oficiais ;
- 2 aspirantes ;
- 1 dactilógrafa.

§ único — A nomeação destes funcionários é feita pelo Governador Geral, sob proposta do Chefe da Repartição, devendo ser escolhidos, de preferência, funcionários adidos ou disponíveis nos demais Serviços da Colónia.

Art. 83.º — O Chefe dos Serviços de Colonização terá permanentemente dois adjuntos contratados, sendo um Médico higienista e um Inspector dos serviços de instalação de colonos.

Art. 84.º — Além dos adjuntos, será contratado todo o pessoal necessário para a organização e funcionamento das Missões Rurais

de Colonização, sendo êsse pessoal constituído por engenheiros civis, engenheiros agrónomos, médicos, médicos-veterinários, agricultores diplomados, regentes agrícolas, agrimensores, contabilistas e enfermeiros.

§ único. — O contrato dos funcionários referidos neste artigo poderá ser feito dentro dos quadros dos diversos serviços da Colónia, ou fora dêles, mas recaindo sempre em pessoas que tenham, pelo menos, dois anos de permanência nela.

Art. 85.º — Será assalariado o pessoal destinado aos trabalhos de campo, de oficinas e armazéns, e de construções das Missões Rurais de Colonização, sendo constituído, em regra, por operários e artistas das várias profissões, capatazes e pessoal trabalhador indígena.

§ 1.º — Serão assalariados, também, os colonos mentores, a que se refere a regra 7.ª do artigo 63.º, e os serventuários indígenas necessários ao serviço interno da Repartição.

§ 2.º — O pessoal assalariado será admitido pelos chefes das Missões Rurais de Colonização, mediante proposta dêstes feita à Repartição e devidamente informada pelo Inspector adjunto.

§ 3.º — Os serventuários da Repartição serão assalariados pelo próprio Chefe.

SECÇÃO IV

ATRIBUIÇÕES DO PESSOAL

Art. 86.º — Ao Chefe da Repartição dos Serviços de Colonização compete :

- a) Dirigir superiormente os serviços cometidos à sua Repartição, distribuindo a sua execução pelas secções dos Serviços Centrais e pelos seus adjuntos ;
- b) Organizar, segundo as directivas do Govêrno Geral da Colónia e das disposições dêste diploma, os planos de execução dos trabalhos a realizar, tendo especialmente em consideração aqueles que digam respeito às Missões Rurais de Colonização ;
- c) Inspeccionar superiormente todos os serviços dependentes da sua Repartição e velar cuidadosamente pelo seu metódico desenvolvimento e cabal realização ;
- d) Inspeccionar os trabalhos realizados pelas Empresas de Colonização e velar pelo exacto cumprimento dos contratos celebrados entre estas e o Estado.

Art. 87.º — Ao Médico adjunto compete :

- a) Elaborar as instruções, que, sob o ponto de vista sanitário, tenham de ser dadas aos médicos das Missões de Reconhecimento, a que se refere o artigo 6.º, aos chefes das Missões Rurais de Colonização, aos médicos, delegados de Saúde das circunscrições em que haja trabalhos de instalação de colonos, e aos próprios colonos ;
- b) Colaborar intimamente com o Chefe da Repartição em todos os trabalhos que digam respeito ao recrutamento, transporte e re-

cepção dos colonos e em todos os assuntos de natureza sanitária que respeitem aos Serviços de Colonização em geral;

c) Inspeccionar localmente e amiudadas vezes as instalações dos colonos para averiguar de tôdas as ocorrências sanitárias, providenciando, e verificar a maneira como são cumpridas as instruções de natureza sanitária dimanadas da Repartição;

d) Organizar um questionário de carácter clínico a preencher pelas entidades médicas que fizerem a inspecção sanitária a que se refere o artigo 74.º

§ único. — O médico adjunto poderá ser requisitado à Direcção dos Serviços de Saúde e Higiene ou contratado directamente pela Repartição dos Serviços de Colonização, recaindo neste caso o contrato em pessoa reconhecidamente idónea.

Art. 88.º — Ao inspector adjunto dos serviços de instalação de colonos compete:

a) Verificar junto das Missões Rurais de Colonização a maneira como são executadas as directivas e instruções superiores em tudo que diga respeito à instalação dos colonos;

b) Inspeccionar cuidadosamente os serviços de recepção dos colonos, do seu transporte dos portos de desembarque para a sede das Missões Rurais de Colonização e da sua distribuição pelos núcleos respectivos;

c) Inspeccionar o andamento dos trabalhos das Missões Rurais de Colonização e as respectivas contas de despesas;

d) Promover a cooperação de todos os elementos locais na obra da instalação dos colonos;

e) Colaborar com o Chefe da Repartição em todos os trabalhos d'ele dependentes, e que lhe forem delegados, especialmente nos serviços externos referidos no artigo 68.º.

§ único. — O Inspector adjunto será um funcionário civil ou militar, requisitado aos Serviços de que esteja dependente, ou será contratado directamente pela Repartição dos Serviços de Colonização, recaindo neste caso o contrato em pessoa reconhecidamente idónea.

Art. 89.º — Aos chefes de secção compete:

a) Dirigir e executar os serviços cometidos à sua Secção;

b) — Colaborar com o Chefe da Repartição em todos os demais serviços, que este determine.

Art. 90.º — Aos Chefes das Missões Rurais de Colonização, além das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 17.º, 21.º, 30.º, 41.º, 63.º, 65.º, e § 2.º do artigo 85.º, compete:

a) Superintender em todos os serviços a executar dentro da sua respectiva zona e que digam respeito à instalação dos colonos e sua assistência;

b) Exercer acção disciplinar sobre todo o pessoal que esteja sob as suas ordens;

c) Executar as instruções e planos de trabalho, dimanados da Repartição;

d) Velar pela boa harmonia e disciplina social dos colonos, propondo a expulsão dos núcleos daqueles que se mostrarem inadaptáveis à sua situação de colonos agricultores, conforme o disposto no artigo 22.º;

e) Orientar e determinar o trabalho dos seus adjuntos e dos demais assessores, de modo a que todos colaborem harmônica e intensivamente nas obras a realizar.

CAPÍTULO VI

Da aplicação do Fundo de Colonização

Art. 91.º — O Fundo de Colonização que, nos termos do diploma legislativo do Alto Comissariado, n.º 592, de 13 de Julho de 1927, é arrecadado e distribuído pela Junta Central do Crédito Agrícola, fará face às seguintes despesas e encargos:

a) Vencimentos e salários do pessoal contratado e assalariado dos Serviços de Colonização;

b) Despesas realizadas com o recrutamento e transporte de colonos;

c) Despesas realizadas pelas Missões Rurais de Colonização com a instalação dos seus serviços próprios e dos núcleos de colonos;

d) Subsídios a colonos a título gratuito e de empréstimo;

e) Percentagens de vencimentos dos funcionários, referidos no artigo 50.º;

f) Subsídios para a instalação de Orfanatos Agrícolas e Colónias Penais Agrícolas;

g) Pagamento de subsídios ou garantias de juro concedidos a Empresas de Colonização.

Art. 92.º — Os processos respeitantes às requisições de fundos destinados a fazer face aos encargos, descritos no artigo anterior, serão organizados e dados por conclusos ao Director dos Serviços da Agricultura que sobre eles despachará.

Art. 93.º — Colhido o despacho do Director dos Serviços de Agricultura e sendo este de concordância, fará a Repartição dos Serviços de Colonização a requisição respectiva à Junta Central de Crédito Agrícola, que as satisfará por meio de cheque passado a favor do chefe da Repartição.

Art. 94.º — Quando a Colónia estiver submetida ao regime do Alto Comissariado, o despacho e a requisição de fundos, a que se referem os dois artigos anteriores, serão atribuições do Secretário Provincial da Agricultura.

Art. 95.º — Das requisições constará sempre a aplicação que vai ser dada às verbas que delas constarem.

Art. 96.º — A aplicação dos fundos, a que se refere o artigo anterior, será discriminada da seguinte maneira:

a) Pessoal;

b) Recrutamento e transportes;

- c) Missões Rurais de Colonização ;
- d) Subsídios a colonos a título gratuito ;
- e) Subsídios a colonos a título de empréstimo ;
- f) Percentagens de vencimentos dos funcionários referidos no artigo 50.º ;

g) Subsídios para a instalação de Orfanatos Agrícolas e Colónias Penais Agrícolas ;

h) Subsídios a Empresas de Colonização.

§ 1.º — Os subsídios constantes das alíneas d) e e) são concedidos individualmente.

§ 2.º — A requisição de subsídios, a título de empréstimo, será acompanhada [do plano de amortização concertado entre o colono e a Repartição dos Serviços de Colonização.

Art. 97.º — A Repartição dos Serviços de Colonização e a Junta Central do Crédito Agrícola escriturarão tôdas as requisições, abrindo contas especiais sob cada uma das rubricas referidas no artigo anterior.

§ único. — Estas duas contas serão conferidas semestralmente pelo Chefe da Repartição dos Serviços de Colonização e pelo Gerente Geral do Crédito Agrícola.

Art. 98.º — A Repartição dos Serviços de Colonização organizará, por anos económicos, até 31 de Dezembro seguinte, a sua conta geral de receita e despesa, devidamente documentada, para ser enviada à Direcção dos Serviços de Fazenda para ajustamento e ao Tribunal Administrativo, Fiscal e de Contas para julgamento.

§ único. — A receita a inscrever na conta da receita e despesa é constituída pelas verbas orçamentais e pelas que forem recebidas do Fundo de Colonização.

Art. 99.º — As disposições dêste capítulo substituem as dos artigos 103.º, 105.º, 106.º e 107.º, do Título VII, do diploma legislativo do Alto Commissariado, n.º 592, de 13 Julho de 1927.

CAPÍTULO VII

Das Empresas de Colonização

Art. 100.º — É autorizada a constituição de Empresas portuguesas, destinadas a promover a fixação de colonos agricultores no território da Colónia.

Art. 101.º — A constituição das Empresas de Colonização, referidas no artigo anterior, obedecerá às seguintes condições :

1.ª — Terem a sua sede em Angola e renunciarem a qualquer fôro diferente do da Colónia, em tudo que respeite às concessões que obtiverem do respectivo Governo Geral e aos pleitos que delas possam derivar ;

2.ª — Aprovação, por parte do Governo da Colónia, dos seus estatutos ;

3.ª — Disporerem de um capital realizado no mínimo de 6.000 contos angolanos ;

4.^a — Aprovação, por parte do Governo da Colónia, por intermédio dos Serviços de Colonização, dos planos dos trabalhos que se propuserem realizar;

5.^a — Exercer a sua actividade dentro das Zonas de Colonização fixadas e delimitadas pelo Governo da Colónia;

6.^a — Celebrarem com o Governo da Colónia contratos em que se fixem as obrigações e direitos das duas partes e se estabeleça duma forma clara e precisa a cooperação recíproca das mesmas.

Art. 102.^o — O Governo da Colónia poderá, quando as circunstâncias o aconselharem, comparticipar na constituição do capital das Empresas de Colonização, ficando bem entendido que a parte do Estado nunca excederá metade do capital da Empresa.

Art. 103.^o — Os planos de realização de trabalhos, referidos na condição 4.^a do artigo 101.^o, indicarão:

1.^o — O número de famílias que a Empresa se propõe instalar;

2.^o — A Zona ou Zonas de Colonização em que pretende fazê-lo

3.^o — O prazo máximo em que se obriga a concluir as operações de instalação;

4.^o — Modelo do contrato que deseje estabelecer com os colonos agricultores a instalar.

Art. 104.^o — Nos contratos referidos no número 4.^o do artigo anterior serão indicados taxativamente:

1.^o — As terras concedidas aos colonos e os termos da sua alienação a favor destes;

2.^o — A concessão de passagens da Metrópole para a Colónia, habitação, alfaías agrícolas, sementes, gados e alimentação durante, pelo menos, o primeiro ano;

3.^o — Nas condições de reembolso das despesas feitas com as concessões, referidas no número anterior, o reembolso será sempre deferido para o terceiro ano da instalação de cada colono;

4.^o — A obrigatoriedade de assistência médica e farmacêutica, técnica e económica aos colonos e suas famílias.

§ único. — É autorizada a parçaria agrícola na exploração das terras concedidas pelas Empresas aos colonos, devendo a parte líquida da exploração, que couber à Empresa, ser considerada como amortização dos encargos referidos no n.^o 2.^o.

Art. 105.^o — A instalação dos colonos agricultores pelas Empresas de Colonização obedecerá aos princípios de aldeamento de recrutamento seguidos pelo Estado na colonização colectiva.

§ único. — É no entanto concedido às Empresas o direito de preparar agricolamente lotes de terrenos para os vender a colonos livres ou singulares.

Art. 106.^o — O Governo da Colónia de Angola, além da participação no capital social, que pode dar, como ficou referido no artigo 102.^o, obriga-se a:

1.^o — Garantir às Empresas a ocupação de terrenos com uma área dupla do total das áreas atribuídas, conforme o disposto no

n.º 1.º do artigo 104.º, às famílias que tenha de instalar por força de contrato feito com o Estado ;

2.º — Pagar às Empresas um subsídio anual fixado no contrato celebrado entre estas e o Estado ou dar uma garantia de juro ao capital social da Empresa durante um determinado período de tempo ;

3.º — Isentar as Empresas dos direitos aduaneiros que incidirem sobre os materiais de construção, alfaías e máquinas agrícolas, sementes e reprodutores, que forem necessários ao aproveitamento agrícola dos terrenos concedidos.

§ 1.º — A área de terreno a atribuir a cada colono agricultor, para os efeitos do n.º 1.º, não poderá exceder 100 hectares.

§ 2.º — Os prazos durante os quais serão concedidos os subsídios, garantias de juros e isenções a que se referem, respectivamente, os n.ºs 2.º e 3.º não poderão ir além de dez anos.

Art. 107.º — O Governo Geral da Colónia poderá entregar às Empresas de Colonização os trabalhos de instalação de colonos agricultores dentro de uma ou mais Zonas de Colonização, limitando-se, neste caso, a acordar com aquelas, pelos Serviços de Colonização, os planos de trabalhos a realizar.

Art. 108.º — As Empresas de Colonização facultarão sempre à inspecção e exame do chefe da Repartição de Colonização ou dos seus delegados todos os trabalhos de instalação de colonos que realizem e todos os demais actos que digam respeito aos contratos, que tenham firmado com o Estado.

Art. 109.º — Quando o Fundo de Colonização não possa fazer face integralmente aos encargos provenientes dos subsídios e garantias de juro, concedidos por contrato com o Governo Geral da Colónia, será inscrita no orçamento a verba necessária para sua satisfação.

CAPÍTULO VIII

Das disposições gerais e transitórias

Art. 110.º — Todos os assuntos de carácter técnico-agrícola, que interessem aos Serviços de Colonização, serão submetidos pela Repartição dos Serviços respectivos à apreciação da Direcção dos Serviços da Agricultura, que, no prazo de dez dias, dará o seu parecer.

§ único. — No caso do parecer, a que se refere este artigo, não ser dado no prazo de dez dias, tornar-se-ão executórios os projectos da Repartição dos Serviços de Colonização.

Art. 111.º — Os processos técnicos, respeitantes à demarcação de reservas de colonização e do seu parcelamento e ao cadastro dos lotes ocupados por colonos, serão executados pelos agrimensores da Direcção dos Serviços da Agrimensura ou pelos agrimensores contratados pela Repartição dos Serviços de Colonização, mas a sua organização e arquivo far-se-á sempre naquela Direcção.

§ único. — A Direcção dos Serviços da Agrimensura fornecerá à

Repartição dos Serviços de Colonização cópias dos processos técnicos para serem juntos aos processos respeitantes à instalação de cada colono.

Art. 112.º — A Repartição dos Serviços de Colonização procederá ao recenseamento de todos os agricultores portugueses de raça branca, instalados na Colónia, para o que recorrerá às autoridades administrativas e às Missões Rurais de Colonização.

§ único. — Do recenseamento feito serão enviadas cópias, anualmente, à Direcção dos Serviços da Agricultura e à Direcção dos Serviços de Administração Política e Civil.

Art. 113.º — Os vencimentos do pessoal do quadro da Repartição dos Serviços de Colonização serão aqueles que estiverem ou forem fixados por lei aos funcionários da mesma categoria dos restantes Serviços Públicos da Colónia.

Art. 114.º — Enquanto não houver pessoal técnico suficiente para a constituição das Missões Rurais de Colonização, poderão ser chamados ao seu serviço os funcionários técnicos aposentados, que estacionem na Colónia e disponham ainda de condições físicas que permitam o seu aproveitamento.

Art. 115.º — Consideram-se instaladas, para todos os efeitos, como Missões Rurais de Colonização as actuais Missões de Colonização do Cuanza-Sul, criada pela portaria provincial n.º 43, de 24 de Janeiro de 1927, e de Benguela, criada pela portaria provincial de 29 de Dezembro de 1927, publicada no *Boletim Oficial* n.º 53, 2.ª série, de 31 do mesmo mês e ano, devendo reorganizar desde já os seus serviços em conformidade com as disposições d'este diploma.

Art. 116.º — A Missão Rural de Colonização da Zona de Colonização da Huila promoverá, quando fôr instalada, o recenseamento dos antigos colonos agricultores, existentes na sua área; o melhoramento das suas instalações agrícolas; o fornecimento das máquinas, alfaia e ferramentas agrícolas de que necessitar; o maior e melhor aproveitamento das águas para rega; e a constituição de casais agrícolas para os descendentes dos colonos.

§ 1.º — Só depois de realizados estes trabalhos de recooperação e assistência é que poderão ser instalados novos colonos vindos da Metrópole.

§ 2.º — Para o melhoramento das actuais instalações dos colonos agricultores da Zona da Huila e para a fixação dos seus descendentes na indústria agrícola poderão ser adquiridas, pelas verbas do Fundo de Colonização, as terras e casais agrícolas que tenham sido ocupadas por outros elementos, nacionais ou estrangeiros, que se tenham retirado ou venham a retirar daquela Zona.

Art. 117.º — Serão inscritas no Orçamento Ordinário, para o biénio de 1927-1929, as verbas necessárias ao pagamento dos vencimentos do pessoal do quadro da Repartição dos Serviços de Colonização e das suas despesas de expediente e instalação.

O Alto Comissário da República e Governador Geral de Angola,
ANTÓNIO VICENTE FERREIRA.

REPARTIÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLONIZAÇÃO

Mínuta do contrato entre o colono agricultor e o Governo de Angola

A) O Governo de Angola pelos Serviços de Colonização obriga-se a dar *gratuitamente* a cada chefe de família metropolitana, que venha a instalar-se em Angola, como colono agricultor, o seguinte:

Primeiro: — Passagem de terceira classe em Caminho de Ferro, para si e sua família, da terra da sua naturalidade até Lisboa e desta cidade até ao porto de desembarque em Angola;

Segundo: — Hospedagem no porto de desembarque em Angola até à partida para a Missão Rural de Colonização a que vá pertencer;

Terceiro: — Uma casa para habitação e dependências agrícolas;

Quarto: — Cem hectares de terreno, sendo vinte e cinco hectares desbravados e irrigados;

Quinto: — Duas charruas, uma grade, seis enxadas, três picaretas, três pás e a demais ferramenta que o chefe da Missão entenda necessária.

B) O Governo de Angola pelos Serviços de Colonização obriga-se a fornecer a título de *empréstimo*, para ser reembolsado, o seguinte:

Primeiro: — Dôze cabeças de gado de tracção e duas vacas;

Segundo: — As sementes que o colono entenda necessárias e o chefe da Missão julgue conveniente semear;

Terceiro: — Mobiliário, constituído por uma cama de casal completa e as demais necessárias, conforme o número de pessoas de família, — os lavatórios considerados indispensáveis, — uma mesa de casa de jantar e seis cadeiras;

Quarto: — Um abono de oitocentos escudos, entregue na terra da naturalidade do colono, para despesas de viagem;

Quinto: — A importância de dôze mil e quinhentos escudos, pagos durante o primeiro ano da instalação, em Angola, do colono, como fundo de exploração agrícola;

Sexto: — Seis homens indígenas contratados como auxiliares de trabalhos.

O reembolso das importâncias em dinheiro e dos valores em gados, sementes e mobiliário, concedidos a título de empréstimo, começará a ser feito no terceiro ano da instalação do colono na respectiva Missão Rural, descontando como reembolso a terça parte do produto total da sua colheita até completo pagamento da importância em dinheiro e valores, dispendida pelo Estado.

Os salários aos trabalhadores indígenas, recrutados pelos agentes do curador a requisição dos chefes das Missões Rurais de Colonização, como se fôsem para obras do Estado, serão pagos pelos colonos, e estas importâncias serão enviadas pelo chefe da respectiva Missão Rural de Colonização ao agente do curador a cuja área pertençam os indígenas, no momento da sua repatriação.

C) O Governo de Angola estabelece para o casal agrícola o seguinte regime jurídico:

Os bens imobiliários, constitutivos do casal, formam um casal de família inalienável, indivisível e impenhorável, excepto nos casos de expropriação por utilidade pública ou execução por dívidas ao Estado.

São também isentas de execução por dívidas, que não sejam ao Estado, as máquinas, gado e alfaías que se destinam à lavoura do casal.

Sobre o casal de família ou qualquer das prédios que abranger, não se poderá constituir, sob pena de absoluta nulidade, hipoteca ou qualquer dos onus enumerados no parágrafo segundo do artigo novecentos e quarenta e nove do Código Civil, exceptuando-se as hipotecas estabelecidas por lei a favor da Fazenda Nacional.

Os bens imobiliários, que constituem o casal de família, reverterão para o Estado com a morte do colono e de sua mulher sem descendentes.

O colono entra na propriedade plena do casal agrícola: *primeiro*: se a tiver comprado directamente ao Estado; — *segundo*: se a tiver arrendado, quando o somatório das rendas, consideradas como amortização, tiverem atingido o valor das despesas feitas com a propriedade do Estado; — *terceiro*: quando tiverem satisfeito todas as condições de reembolso estabelecidas na presente minuta de contrato.

Em qualquer dos três casos enumerados será entregue ao colono o título definitivo de propriedade perfeita dos terrenos ocupados.

D) O colono obriga-se para com o Governo de Angola a obedecer ao chefe da Missão Rural de Colonização a que pertencer e aos funcionários superiores dos Serviços de Colonização, e a acatar todas as suas indicações de natureza agrícola, sanitária, social e disciplinar, emitidas em harmonia com o Estatuto dos Serviços e regulamentos em vigor, sujeitando-se, no caso de inaptidão profissional ou mau comportamento social, insusceptíveis de modificação e absolutamente comprovados, à expulsão da aldeia de que faça parte, com direito apenas à sua repatriação.

Todas estas condições do contrato, que aceito inteiramente, depois de as ter ouvido lêr em voz alta, assino-as na presença do agente do recrutamento..., e das duas testemunhas..., que comigo também assinam, sendo elas as bases do contrato definitivo que realizarei em Angola, em conformidade com as disposições do Estatuto Organico dos Serviços de Colonização, aprovado pelo diploma legislativo do Alto Comissariado da República, em Angola, N.º 704, de 9 de Março de 1928, cujo diploma, publicado em separata, me foi entregue neste acto.

Lisboa... Assinatura do agente do recrutamento... Assinatura do colono... Assinaturas de duas testemunhas...

Boletim N.º 16, de 21 de Abril

Diploma legislativo N.º 755, de 2 de Março, aprovando o Regulamento do Ensino Primário e Geral, com os Programas da Escola Primária e as respectivas Instruções Pedagógicas.

Portaria N.º 75, de 17 de Abril, fixando o câmbio em moeda de Angola, das moedas dos países das mercadorias, importadas nas casas fiscais aduaneiras da Colónia, no trimestre de 12 de Maio a 12 de Agosto de 1928.

Boletim N.º 17, de 28 de Abril

Diploma legislativo n.º 2, de 20 de Abril, suspendendo a execução do diploma legislativo do Alto Comissariado, N.º 681, que determinou várias providências para evitar a invasão da febre amarela; dissolvendo a Comissão de Saneamento da Cidade de Luanda, e determinando que sejam rigorosamente mantidas, sob a responsabilidade consignada nos regulamentos sanitários, todas as medidas adoptadas pelas Delegações de Saúde e referida Comissão de Saneamento.

Moçambique*Boletim N.º 11, de 17 de Março*

Portaria N.º 683, de 29 de Fevereiro, mandando aplicar na vila do Chinde, na parte exequível, as instruções a que se refere a portaria N.º 570, de 31 de Agosto de 1927, sobre a assistência sanitária aos indígenas que trabalham na ponte-cais, estâncias de madeiras e armazéns.

Boletim N.º 12, de 24 de Março

Diploma legislativo N.º 58, de 24 de Março, concedendo diversas facilidades de ordem burocrática e financeira à Comissão encarregada de organizar e executar o plano de representação da Colónia nas Exposições de Sevilha e de Paris e determinando que seja oportunamente nomeado um delegado da Colónia para vigiar a remessa dos produtos, dirigir os serviços de representação da Colónia nos locais das exposições e acompanhar até final todos os serviços relativos a essa representação.

Portaria N.º 684, de 29 de Fevereiro, prorrogando por seis meses o prazo para a instalação e laboração da indústria do fabrico de amido, goma e tapioca.

Portaria N.º 688, de 24 de Março, alterando as disposições que regulam os serviços do porto no sentido de se consentir na atracação de navios mais cedo, do que advêm vantagens para o porto e companhias de navegação, e fixando as taxas a cobrar fora das horas regulamentares.

Boletim N.º 13, de 31 de Março

Diploma legislativo N.º 62, de 31 de Março, isentando de quaisquer emolumentos, selos, contribuições ou impostos todos os documentos, actos e contratos destinados a operações de crédito para obras de irrigação ou drenagem, e isentando também de custas e selos todos os processos derivados das operações de crédito referidas.

Dos Boletins da Companhia de Moçambique

Boletim N.º 7, de 2 de Abril

Ordem N.º 5654, declarando que continuam abertas ao comércio e colheita da borracha indígena, até ao fim do ano de 1928, tôdas as florestas do território administrado pela Companhia de Moçambique.

Boletim N.º 9, de 1 de Maio

Ordem N.º 5669, alterando a classificação das circunscrições do território e fixando o número de empregados que nelas prestam permanentemente serviço.

COTAÇÃO DOS PRODUTOS COLONIAIS NA PRAÇA DE LISBOA

Médias referidas às semanas que findaram nos dias
abaixo indicados

GÉNEROS	Unidades	MAIO DE 1928			
		5	12	19	26
Açúcar (ramas).....	1 k.	1\$00	10\$0	1\$00	1\$00
Algodão.....	»	11\$25	11\$25	11\$75	12\$00
Almeidina.....	»	—	—	—	—
Amendoim.....	15 k. ^{os}	30\$00	30\$00	28\$50	28\$50
Borracha Ambriz 1. ^a	1 k.	4\$75	4\$75	4\$75	4\$00
» » 2. ^a	»	3\$25	3\$25	3\$25	3\$00
» Luanda e Benguela 1. ^a	»	4\$50	4\$50	4\$50	4\$00
» Luanda e Benguela 2. ^a	»	3\$50	3\$75	3\$50	3\$75
Cacau escolha.....	15 k. ^{os}	49\$75	50\$00	50\$00	53\$50
» fino.....	»	99\$50	100\$00	100\$00	101\$50
» paiol.....	»	89\$50	90\$00	90\$00	91\$00
Café Ambriz.....	»	96\$50	97\$50	104\$75	112\$00
» Cazengo.....	»	92\$50	95\$00	102\$75	110\$00
» Encoge.....	»	94\$00	96\$25	103\$75	111\$00
» Novo Redondo....	»	117\$50	119\$50	123\$00	127\$50
» S. Tomé.....	»	160\$00	160\$00	175\$00	170\$00
Cêra.....	1 k.	15\$40	15\$40	15\$70	15\$60
Coconote.....	15 k. ^{os}	32\$50	32\$50	33\$00	33\$00
» da Guiné.....	»	33\$00	33\$00	33\$00	33\$00
Couros Benguela.....	1 k.	14\$15	13\$00	13\$80	14\$20
» limpos.....	»	14\$00	14\$50	15\$40	15\$60
Farinha de amido.....	»	\$60	\$60	\$60	—
» de mandioca....	»	\$60	\$60	\$60	—
Feijão escolha.....	15 k. ^{os}	9\$00	9\$00	9\$00	—
» mistura.....	»	6\$50	6\$50	6\$50	—
Gergelim.....	»	27\$75	29\$25	28\$50	28\$50
Goma capolo.....	1 k.	3\$00	3\$10	3\$15	3\$30
» branca de 1. ^a	»	3\$35	3\$15	2\$70	2\$85
» mixta.....	»	1\$75	1\$50	\$90	1\$05
» preta.....	»	\$50	\$80	\$40	\$50
Melaço.....	»	\$20	\$20	\$20	—
Milho.....	»	\$89	\$92	\$99	1\$00
Óleo de palma mole....	15 k. ^{os}	47\$50	47\$50	48\$75	49\$50
» » rijo.....	»	50\$00	50\$00	48\$75	52\$50
Rícinos.....	»	27\$00	27\$00	27\$00	27\$00

INFORMAÇÕES E NOTÍCIAS

Bases para uma Convenção acordadas entre o Ministro das Colónias da República Portuguesa e o Ministro dos Caminhos de Ferro e Portos da União da África do Sul, como representante dos respectivos Governos

Lisboa — Maio, 1928.

Bases para a Convenção entre o Governo Português e o Governo da África do Sul

TRABALHO INDÍGENA

I

O Governo Português autorizará o recrutamento e subsequente repatriação de trabalhadores indígenas nos territórios da colónia de Moçambique, sob directa administração do Estado, para serem empregados nas minas de ouro e de carvão e indústrias correlativas, da província do Transvaal da União da África do Sul, nas termos e condições, e em harmonia com as facilidades e acordos em vigor actualmente e que não forem alterados pela Convenção a celebrar, não sendo esse recrutamento autorizado ao norte do paralelo 22.º de latitude sul e evitando-se tanto quanto praticamente fôr possível que sejam recrutados indígenas que tendo estado previamente nas minas se não tenham demorado pelo menos seis meses na colónia, depois do seu regresso do Transvaal.

Um funcionário português exercerá as funções de curador dos indígenas portugueses na União da África do Sul, sobre os quais terá toda a competência dos funcionários consulares e bem assim a que fôr fixada na Convenção para cumprimento das disposições desta.

II

O presente número de indígenas portugueses empregados nas minas do Transvaal será progressiva e proporcionalmente reduzido nos cinco anos subsequentes à assinatura da Convenção, até ao contingente máximo de 80:000.

III

Os contratos dos trabalhadores indígenas portugueses serão por um período não superior a doze meses (313 dias úteis), mas os trabalhadores poderão recontratar-se ou renovar os seus contratos por um período ou períodos não excedentes a seis meses (156 dias úteis). O período máximo de serviço não excederá, em caso algum, dezoito meses.

IV

Será condição obrigatória do recrutamento de indígenas portugueses estipular-se que metade do salário fixado no contrato nos últimos três meses do período inicial e durante o período de recontrato seja retida para ser paga somente na colônia de Moçambique na ocasião de regresso dos trabalhadores às suas terras.

V

Os trabalhadores indígenas portugueses que ao terminarem os contratos de serviço nas minas do Transvaal, quer tenham entrado na União com passaporte, quer tenham obtido esse passaporte do curador, legalizando assim a sua situação, deixem de regressar à colônia de Moçambique, serão considerados residentes clandestinos da União da África do Sul, sendo-lhes aplicável o regulamento dos imigrantes. O curador terá competência para, de acordo com a Repartição dos Negócios Indígenas da União, adiar ou dispensar em casos especiais as disposições deste artigo.

O indígena português, identificado como tal, e que se encontre na União sem estar munido de passaporte português validado ou revalidado, será considerado imigrante clandestino.

VI

Pelos indígenas e pelos patrões que os empregarem serão pagos emolumentos e taxas em importâncias a fixar, nos casos que forem especificados na Convenção.

VII

Os espólios dos indígenas portugueses que tiverem sido empregados nas minas e bem assim as compensações referentes a esses indígenas serão entregues às autoridades portuguesas quando não sejam encontrados os respectivos herdeiros ou beneficiários, e o seu produto será aplicado exclusivamente a benefício da população indígena de Moçambique.

VIII

As autoridades de Moçambique poderão fornecer passaportes especiais aos indígenas que desejem emigrar, para serem empregados nas minas, independentemente da intervenção dos agentes de recrutamento, mediante acordo entre as Repartições dos Negócios

Indígenas das Partes Contratantes, sendo o número desses indígenas incluído no contingente fixado na base II.

IX

Expirado o prazo da Convenção, será a base V aplicável a todos os indígenas portugueses que estejam empregados nas minas do Transvaal, continuando o curador a exercer as suas funções até à repatriação desses indígenas.

PORTO E CAMINHO DE FERRO

X

a) O Governo da União da África do Sul concorda em assegurar à Administração do Caminho de Ferro de Lourenço Marques uma percentagem no tráfego de além-mar igual àquela que presentemente é importada pelo porto de Lourenço Marques, com destino à área do Transvaal conhecida pelo nome de «zona de competência do Transvaal», nomeadamente uma percentagem de 50 a 55 por cento, devendo o detalhe das disposições a tomar ser acordado entre os dois Governos.

Da percentagem de tráfego de além-mar será excluído o tráfego destinado às autoridades civis, militares e ferroviárias;

b) A divisão das tarifas entre a Administração dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques e a Administração dos Caminhos de Ferro da África do Sul no tráfego entre a União e as estações dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, em ambas as direcções, será regulada por disposições a tomar por acordo entre as duas Administrações, nos termos da Convenção.

XI

Se decorridos seis meses depois de entrar em vigor a Convenção ou decorridos períodos sucessivos de seis meses se verificar que a percentagem na tonelagem do tráfego de além-mar transportado pela via de Lourenço Marques para a zona de competência do Transvaal é superior à ou inferior à percentagem referida na base X, então, no primeiro caso, a Administração dos S. A. R. e no segundo caso a Administração dos C. F. L. M. terá o direito de reclamar o necessário reajustamento cujo detalhe será acordado entre as duas respectivas Administrações.

XII

A não ser que por outra forma seja mutuamente acordado entre a Administração dos C. F. L. M. e a Administração dos S. A. R., as tarifas do tráfego remetido das estações dos S. A. R. para Lourenço Marques para exportação por via marítima, que não seja para a África do Sul ou para a South-West Africa, serão baseadas nas ta-

rifas ferroviárias prescritas para o tráfego de exportação transportado a iguais distâncias dentro da União para qualquer dos seus portos, devendo as referidas tarifas ser divididas na base de milhagem depois de retiradas as taxas terminais para cada Administração.

As imposições de qualquer natureza no pôrto de Lourenço Marques pelo embarque e outros serviços que incidam sobre esta espécie de tráfego não devem exceder as mais baixas taxas impostas sobre tráfego similar exportado por qualquer pôrto da União.

XIII

As Partes Contratantes concordam em não tomar disposições ou introduzir medidas tendentes a anular as disposições tomadas nesta Convenção.

XIV

a) Reconhecendo-se que é desejável promover a exportação pelo pôrto de Lourenço Marques, fica assente em princípio que o governo da colónia de Moçambique instituirá um conselho consultivo cuja função será apenas a de estudar e recomendar os melhores meios para favorecer a exportação do tráfego oriundo da parte da União naturalmente servida pelo pôrto de Lourenço Marques.

b) Em relação a todos os assuntos que afectam as duas Administrações, tais como acordos sobre material circulante, movimento de combóios, etc., o director dos caminhos de ferro de Lourenço Marques e o director geral dos caminhos de ferro da África do Sul consultar-se hão recíproca e livremente e todos estes assuntos farão objecto de acordos periódicos entre as suas Administrações.

XV

O Governo da União da África do Sul toma sobre si o encargo de quando o território conhecido pelo nome de Suazilândia fôr incorporado na União solicitar do Railways and Harbours Board da União considerar e relatar acerca da questão de facilidades ferroviárias no território da Suazilândia incluindo uma ligação ferroviária com a linha portuguesa que se dirige àquele país.

XVI

Reconhecendo a amizade e interesses existentes entre Moçambique e a União, o Governo da União da África do Sul toma o encargo de, se ou quando solicitado pelo governo de Moçambique e em quaisquer negociações que tenha por conveniente entabolar com qualquer companhia de navegação, empregar os meios que julgue razoáveis para discutir a posição de Lourenço Marques, em relação à União, como pôrto de importação e exportação de tráfego oriundo da parte da União que elle serve.

ALFÂNDEGAS E INTERCÂMBIO COMERCIAL

XVII

Em relação à alfândega e intercâmbio comercial acordam os dois Governos nos seguintes princípios:

a) Reciprocidade de tratamento de nação mais favorecida, reservando-se cada Governo contratante o seu pleno direito de protecção para os seus produtos;

b) Admissão livre de direitos na União de certos e especificados produtos de Moçambique em troca de semelhante tratamento para certos e especificados produtos da União quando importados em Moçambique;

c) Liberdade do comércio de trânsito;

d) Aceitação dos valores de origem para efeito de direitos sobre as mercadorias importadas pela União dos armazéns sob regime especial aduaneiro em Lourenço Marques (*ex-bond*);

e) Pagamentos ao governo de Moçambique relativos às mercadorias trazidas pelos trabalhadores indígenas, que regressam à colónia das minas ou das indústrias mineiras da província do Transvaal.

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

XVIII

A vigência da Convenção será por um período de dez anos, a contar da troca de ratificações, continuando o Convénio em vigor até ser denunciado, por qualquer das Partes Contratantes, com um ano de aviso prévio, podendo no entanto, a pedido de qualquer delas, fazer-se a revisão das cláusulas da Convenção cinco anos depois da ratificação. Não havendo acordo sobre a revisão acima referida o Convénio expirará no prazo de seis meses, a contar da data da notificação.

XIX

A Convenção, projectada nestas bases, será celebrada e executada na União da África do Sul no decurso de quatro meses a partir de 1 de Junho de 1928, e entrará em vigor até ser ratificada, observando-se as estipulações constantes dos acordos existentes, modificados por estas bases, enquanto não se concluir a Convenção, no caso imprevisto de se demorarem as negociações além do prazo fixado.

XX

Todas as divergências que se suscitarem relativas à interpretação ou à execução da Convenção e que não sejam resolvidas por negociações directas entre os dois Governos serão submetidas a arbitragem, nomeando o Governo Português para esse efeito seu árbitro o juiz Presidente do Tribunal da Relação de Moçambique e o

Governo da União da África do Sul o Juiz Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da União. Se êstes dois magistrados não chegarem a acôrdo escolherão um árbitro de desempate, e se não houver entendimento sôbre esta nomeação o presidente do Tribunal Permanente de Justiça Internacional da Haia será solicitado para indicar o árbitro de desempate. O julgamento far-se há *exæquo et bono* e nos mais termos do compromisso arbitral que se há-de celebrar para cada caso.—*J. Bacelar Bebiano — C. W. Malon.*

**Heads of agreement for the purpose of drawing up a
Convention accepted by he Honourable the
Acting Minister of Colonies of the Portuguese Republic and the Honourable the
Minister of Railways and Harbours Union
of South Africa on behalf of their respective Governments**

Lisbon — May, 1928

MATTERS AFFECTING NATIVES

ARTICLE I

The Portuguese Government will authorise the recruiting and subsequent repatriation of native labour within the territories of the Colony of Mozambique under its direct Administration for employment in gold and coal mining industries of the Transvaal Province of the Union of South Africa upon such terms and conditions, and in accordance with such facilities and arrangements as have heretofore been observed, saving insofar as these conditions may be modified by the contemplated Convention, provided that no recruiting shall be authorised in the area north of the parallel latitude twenty-two degrees south and provided further that as far as is reasonably practicable no native previously employed upon the mines shall be engaged within a period of six months from the completion of such antecedent contract.

A Portuguese Official will undertake the functions of curator of Portuguese natives in the Union of South Africa and will have in respect of such natives the powers and authorities of consular officers and in addition the powers and authorities that may be conferred upon him by the Convention in fulfilment of its clauses.

ARTICLE II

The number of Portuguese natives at present employed upon the Transvaal mines shall be progressively and proportionately reduced during the five years succeeding the signature of the Convention to a maximum complement of eighty thousand.

ARTICLE III

The contracts of Portuguese native labourers shall not extend for a longer period than twelve months (three hundred and thirteen shifts) but such labourers may re-engage themselves or extend their contracts for a further period or periods up to an additional six months (one hundred and fifty-six shifts). The maximum period of service shall not in any case exceed eighteen months.

ARTICLE IV

It shall be a condition of the recruitment of Portuguese native labourers that one-half of the contract rate of pay during the final three months of the initial term of contract and during any period or periods of re-engagement shall be retained as deferred pay and shall be paid out only in the Colony of Mozambique upon the return of the labourers to their homes.

ARTICLE V

Portuguese native labourers who upon the termination of their services in the Transvaal mines (whether they entered the Union under passport or obtained their passports in the Union from the curator thus legalising their position) fail to return to the Colony of Mozambique shall be regarded as clandestine residents of the Union of South Africa and in this connection the provisions of the Immigrants Regulation Act shall be applied: provided that in order to meet special cases it shall be competent for the curator after consultation with the Union Department of Native Affairs to postpone or dispense with the requirement of this article.

Any Portuguese native who can be identified as such within the Union, and who is not in possession of a valid and current Portuguese pass shall be regarded as a prohibited immigrant.

ARTICLE VI

Fees and payments to an amount to be agreed upon shall be due by native labourers and their employers as specified in the Convention.

ARTICLE VII

The assets in the estates of all Portuguese natives employed upon the mines together with any compensation money due in respect of such natives shall, where the heir or beneficiary cannot be traced, be handed to the Portuguese authorities for exclusive application to the welfare of the native population of Mozambique.

ARTICLE VIII

When by arrangement between the Native Affairs Department of the Contracting Powers the Authorities of Mozambique provide for the emigration of natives who wish to proceed to employment

on the mines without the intervention of any recruiting agency, a special passport shall be brought into use, but the number of such natives shall fall within the quota prescribed under article two.

ARTICLE IX

Upon the expiration of the Convention the terms of article five shall apply in respect of all Portuguese natives then employed by the Transvaal mines and the curator shall continue his functions pending the repatriation of such natives.

PORT AND RAILWAY MATTERS

ARTICLE X

a) The Government of the Union of South Africa agrees to secure to the C. F. L. M. Administration a percentage of sea-borne traffic equal to that at present imported through the port of Lourenço Marques for that portion of the Transvaal known as the Transvaal Competitive Area, namely from fifty per cent to fifty-five per cent, the detailed arrangements to be arrived at between the two Governments; sea-borne goods traffic shall exclude traffic for the civil, military and railway authorities.

b) The division of railway rates between the C. F. L. M. Administration and the S. A. R. Administration on traffic carried between the Union and the C. F. L. M. stations in both directions shall be regulated by arrangements made between both Administrations, in terms of the Convention.

ARTICLE XI

If, six month after the Convention is set in force or in successive periods of six months, it is verified that the percentage of tonnage of sea-borne traffic conveyed via the Lourenço Marques route for the Transvaal Competitive Area is in excess of, or lower than, the percentage referred to in Article ten, then in the case of the former the S. A. R. Administration, and in the case of the latter, the C. F. L. M. Administration shall have the right to claim the necessary adjustment, the detailed arrangements to be agreed upon by the respective Administrations.

ARTICLE XII

Unless otherwise mutually agreed upon between the C. F. L. M. Administration and the S. A. R. Administration, the rates on traffic consigned from S. A. R. stations to Lourenço Marques for export overseas beyond South or South-West Africa shall be based on the railway tariffs prescribed for export traffic carried like distances within the Union to any Union port, and such rates shall be divided between the two Administrations on a mileage basis after terminal allowances to each Administration have been deducted from the rates.

The charges of all descriptions at the Port of Lourenço Marques for shipping and other services on such traffic shall not exceed the lowest charges on similar traffic exported through any Union Port.

ARTICLE XIII

The parties to the Convention agree not to take steps or introduce measures likely to nullify the arrangements arrived at.

ARTICLE XIV

a) Recognising the desirability of promoting exports through the port of Lourenço Marques, it is agreed in principle that an Advisory Board shall be established by the Government of Mozambique whose functions shall only be to consider and advise as to the best means of furthering the export of traffic from that portion of the Union naturally served by the port of Lourenço Marques.

b) With regard to all matters affecting the two Administrations, such as the question of working agreements for rolling stock, trains working, etc., the Director of C. F. L. M. and the General Manager of the S. A. R. Administration shall consult freely and all such matters shall form the subject of agreement from time to time between the respective Administrations.

ARTICLE XV

The Government of the Union of South Africa undertakes if and when the territory known as Swaziland is incorporated in the Union, to request the Railways and Harbours Board of the Union to consider and report upon the question of railway facilities in the territory of Swaziland, including the provision of railway connection with the Portuguese line in the direction of that country:

ARTICLE XVI

Recognising the friendship, and interests, of Mozambique with the Union, the Government of the Union of South Africa undertakes, if and when requested by the Mozambique Government, in any negotiations it may have with any Shipping Company to take such steps as may be reasonable to discuss the position of Lourenço Marques in its relation to the Union as a harbour dealing with import and export traffic of that portion of the Union served by that port.

CUSTOMS AND COMMERCIAL INTERCOURSE

ARTICLE XVII

The Customs and Commercial intercourse portion of the Convention, to be on the following basis:

- 1) Reciprocal most-favoured nation treatment, reserving to the

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÔNIAS

contracting Governments full rights of protection for their own products.

2) Admission duty free into the Union of certain specified products of Mozambique in exchange for similar treatment to certain specified products of the Union when imported into Mozambique.

3) Freedom of intransit trade.

4) Acceptance of overseas values for duty purposes in the case of goods imported into the Union of South Africa ex bond at Lourenço Marques.

5) Payments to the Mozambique Government in respect of goods brought by native labourers returning to that Colony from mining industries in the Transvaal.

MISCELLANEOUS

ARTICLE XVIII

The Convention to be in force for a period of ten years from the date of exchange of ratification and shall continue until either Contracting Party gives to the other one year's notice of intended determination: provided however that five years after ratification it shall be open to either Contracting Party to call for a revision of terms, whereupon in default of mutual agreement the Convention shall lapse within six months after notification.

ARTICLE XIX

The Convention contemplated under these articles shall be drawn up and executed in South Africa within a period of four months from the 1st of June, 1928, and shall be operative pending ratification, but in the case of unforeseen delay in the conclusion of the Convention, the existing arrangements, as modified in terms of these Heads of Agreement, shall continue.

ARTICLE XX

Any dispute that may arise relative to the interpretation or the carrying out of the Convention, and that cannot be settled by direct negotiation between the two Governments shall be submitted to arbitration and to this the Portuguese Government will appoint as referee the Judge President of the Court of Appeal of Mozambique, and the Government of the Union of South Africa will appoint the Chief Justice of the Supreme Court of South Africa. If the judges aforesaid are unable to reach a joint decision they shall together elect an umpire, but if no appointment can be mutually agreed to by them the nomination of the umpire shall be referred to the President of the High Court of International Justice of the Hague who shall be requested to make the necessary appointment. The procedure shall be *ex-aequo et bono* and in accordance with the submission of terms that shall be agreed upon in respect of each particular case. — *J. Bacelar Bebianno — C. W. Malan.*

Semana das Colónias de 1928

Discurso de S. Ex.^a o Ministro das Colónias na sessão de encerramento

O interesse que a Semana das Colónias despertou este ano, à atenta concorrência que cada uma das suas conferências obteve, vieram de novo demonstrar, duma maneira bastante concludente, visto que nem o interesse diminuiu nem o concurso do público deixou de ser mais completo, que a ideia dessa jornada surgiu na hora própria e correspondeu a instantes necessidades de propaganda e de cultura.

O interesse pelo nosso Ultramar desenvolve-se manifestamente. Tanto assim que a Semana das Colónias, cuja iniciativa nasceu na Sociedade de Geografia, instituição a que se vinculam tantíssimos patrióticos empreendimentos da nossa terra e que guarda inúmeros dos mais nobres e elevados documentos do nosso passado de nação colonizadora, — longe está, felizmente, de ser uma manifestação isolada. Com os progressos dum tal interesse, que não poucos factos estão afirmando, e que pode e deverá vir a ser o terreno apropriado à formação daquele espírito, daquela mentalidade colonial que os pioneiros da iniciativa, agora renovada, se dão como finalidade da boa vontade que empenham — teve ocasião de justamente congratular-se, dirigindo-se aos estudantes presentes, na última sessão da Semana das Colónias, o sr. Conde de Penha Garcia, presidente daquela Sociedade.

Não seria, pois, licito desanimar na acção, em face dos resultados obtidos e que não podem ser mais lisongeiros, se se tiver em conta que, até há poucos anos, nem sempre a grande massa do público mostrou compreender ou interessar-se pelo esforço pacífico das nossas colónias, habituada quasi exclusivamente à visão duma África teatro de brilhantes sucessos de penetração militar, mais acessíveis à sua emotividade. O caminho até agora percorrido deixa antever um êxito próximo e completo pelo que respeita à educação do público, à generalização do interesse colonial a todas as classes da sociedade portuguesa.

*
* *
*

Dignou-se honrar a Semana das Colónias, acompanhando-a carinhosamente, S. Ex.^a o Ministro interino das Colónias, que assim renovou à patriótica iniciativa o alto testemunho de apreço e de solidariedade dos Poderes Públicos, tendo, na sessão de encerramento, pronunciado a seguinte patriótica alucção:

Sr. presidente da Sociedade de Geografia e Meus Senhores :

Quis o destino que me fôsse distribuída este ano a incumbência de agradecer a V. Ex.^{as} o poderoso e precioso concurso que uma

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

vez mais a Sociedade de Geografia, pela palavra eloqüente e douta de associados seus, vem prestando à causa das nossas colónias.

É com muito prazer que o faço; e V. Ex.^{as} que me conhecem e sabem que tenho dedicado o melhor do meu esforço às colónias portuguesas, decerto avaliam a intensidade e sinceridade do meu aplauso a todos os que por elas têm a dedicação que eu próprio sinto.

Desejaria alargar-me em considerações mais pormenorizadas sobre as nossas colónias. A minha interinidade na pasta que agora ocupo impede-me de tal fazer e de definir, embora a traços ligeiros, pontos de vista de ordem política, e de mencionar aspectos de administração que em meu entender deveriam ser incluídos nas colónias portuguesas.

A causa colonial é duma importância muito grande; as colónias constituem hoje para nós um largo campo aberto à actividade lusitana, onde as energias do nosso povo encontram sempre motivos de expansão; são assim como que um prolongamento, no hemisfério do sul, da terra portuguesa.

Amá-las e defendê-las de todas as ambições, é nosso dever, e ninguém melhor do que aqueles que, como eu, passaram nelas sucessivos anos da sua vida, reconhecem esta profunda necessidade.

A elas estão ligadas recordações da vida dum grande número de portugueses; poucas famílias haverá em Portugal que pelas colónias não tenham feito um sacrifício. Um filho, um pai, um parente, um amigo, no esforço de as desenvolver, por lá ficou, em algumas delas; longe dos seus e da sua terra, morreu.

As colónias têm assim para nós uma atracção sentimental também; não é, pois, apenas o interesse, embora justo da exploração dos seus recursos naturais que nos pode levar a defendê-las, a aca-
rinhá-las.

O nosso próprio sentimento de nação livre e independente obriga-nos a considerá-las como uma parte integrante da nossa terra.

A vida colonial é uma vida intensa, cheia de emoções novas, preenche de momentos de grande alegria e grande prazer, de mistura com momentos difíceis e angustiosos.

A natureza, duma fecundidade sem par no mundo, oferece-nos espectáculos instrutivos. Educam o nosso espírito, tornam-nos fortes e rendem-nos a crença nas qualidades dos nossos antepassados.

Muitas vezes, nas enormes solidões de Angola, em noites de profundo silêncio, sob um céu coroado de miríades de estrélas, formando as mais belas constelações do universo, muitas vezes eu me puz a pensar nesse passado de luta e tenacidade, tão cheio de rasgos de ousadia, de centelhas de bom senso!

Em parte alguma se sente melhor o orgulho de ser português como nas selvas africanas, por entre os perigos dos seus descampados enormes, das suas densas florestas, dos seus rios torrenciais e caudalosos.

Tem-se afirmado levemente que as nossas colónias não acompanham o desenvolvimento progressivo das de outros países.

É erro grave, suspeito ou de pessoas ignorantes.

Em 1917, quando pela primeira vez tomei contacto com a nossa província de Angola, tive a impressão de que assim era. Nessa época, porém, grande número de colónias estrangeiras não ultrapassavam em bem-estar e conforto a rica colónia da costa Ocidental Portuguesa. E para se avaliar do vertiginoso progresso que de então a esta parte se tem feito nos sertões angolanos basta citar um simples facto, bem elucidativo, bem claro.

No desempenho duma missão científica em 1918 necessitei de três meses, a quasi totalidade dos quais foi gasta em viagem. Em 1923, tendo necessidade de voltar ao mesmo local, pude desempenhar a minha missão em pouco mais duma semana, incluindo viagem.

É que a mão firme dos portugueses desbravara a civilização grande parte dos sertões angolanos.

Abrindo estradas, importando caminhões, construindo pontes, o esforço nacional continuara firmemente a obra de ocupação dos antepassados. E hoje Angola tem uma rede de estradas que se estende a mais de 25.000 quilómetros e que permitem a ligação rápida entre as suas principais regiões.

A rede ferroviária, incipiente sem dúvida, não nos envergonha contudo e pode comparar-se com a de outras colónias similares. Há em Angola construídos para cima de 2.200 quilómetros. A rede telegráfica e telefónica atinge já 10.000 quilómetros, sem contar com a rede rádio-telegráfica constituída por 18 estações que estabelecem uma apertada rede sobre todo o solo da província.

Os portos com que a natureza a dotou são dos melhores e de mais importância da África Ocidental

O Lobito, sobretudo, testa do Caminho de Ferro de Benguela, que tuga o mar com a mais importante região cuprífera do mundo, a Catanga, tem um futuro assegurado e próspero e representa por si só um poderoso incentivo à colonização do vasto planalto do Huambo. Já Catanga ocupa o sexto lugar entre os produtores mundiais de cobre. Produzindo 18.600 toneladas em 1920, exportou em 1927 88.000 toneladas, contribuindo assim com 6 por cento do consumo mundial. Se se disser que as reservas mineiras da Catanga, só em cobre; se elevam a 77 milhões de toneladas com o teor de 6,9 por cento Cu, ter-se-á a noção do futuro tráfego pelo porto do Lobito.

Em 1926, cerca de 80 por cento de cobre era transportado através da África do Sul; o resto era transportado por Dar-es-Salam.

A riqueza da Catanga, que tem sua natural saída pelo Lobito, não se limita porém e apenas a cobre. Cobalto, rádio, estanho e outros minérios importantes como ouro, os diamantes são dignos subsidios do cobre. E todos estes produtos serão canalizados de futuro e em grande parte pelo porto do Lobito.

Assim, o Lobito será no futuro poderosíssimo auxiliar da eco-

nomia angolana, facilitando a saída dos produtos naturais da larga zona de influência que serve, melhorando e desenvolvendo a produção agrícola e pecuária já digna de registo e de largos proventos no futuro.

O pôrto tem hoje 225 metros de cais, além da ponte do caminho de ferro, que prestou valiosos serviços no passado. O projecto prevê importantíssimos melhoramentos a introduzir, conforme as necessidades futuras. Mas a actividade portuguesa na costa ocidental não se limita apenas ao campo restritamente de interesses materiais. A assistência ao indígena, intensificada nos últimos anos, representa um passo gigantesco no progresso da colónia e é um formidável desmentido aos que, deturpando a verdade, pretendem vêr incúria e desleixo por toda a parte. Em 1927 foram feitas 1.322 visitas médicas a sanzalas indígenas, que originaram 344.591 consultas e tratamentos, 74.563 vacinas contra a varíola e 292.825 atoxilações contra a doença do sono.

São estes números, na sua simplicidade esmagadora, o melhor libelo contra os que, falseando os factos, se insurgem contra o pseudo atraso dos nossos serviços de saúde coloniais e a melhor prova do amor e carinho com que olhamos os povos dos nossos domínios.

Mas a actividade portuguesa não se limita apenas a Angola, como todos sabem. Os distintos conferencistas da Semana das Colónias brilhantemente mostraram os resultados do esforço português em outros pontos do nosso vasto império colonial.

Sob diversos pontos de vista ele foi encarado com justeza e com brilho. Os seus aspectos científicos e económicos foram analisados com competência e honestidade por Monsenhor Couto, o dr. Carriço, dr. Penha Garcia, o engenheiro Lopes Galvão e o agrónomo A. Cortesão.

A todos eu dirijo as minhas saudações e em nome do Governo eu testemunho o meu profundo agradecimento pelos trabalhos e contribuições que trouxeram à apreciação dos que se interessam pelo desenvolvimento colonial português.

A vida dos homens, como a vida das nações, é uma contínua e intensa luta. Os que melhor souberem valorizar as suas energias mais profunda influencia poderão exercer na sua época. A vida das colónias portuguesas tem sido, através dos séculos, teatro dum combate formidável, com rasgos de heroicidade, com momentos de abnegação e angústia.

Mas de todo esse esforço pertinaz, constante, resultou para Portugal um vasto império, com relíquias sagradas que todos temos o dever de respeitar.

A Sociedade de Geografia é o templo da nossa religião colonial. É aqui nestas salas cheias de gloriosos trofeus do passado e de provas vivas da nossa actividade colonial que se entoam os melhores hinos e se desenvolvem os melhores projectos do nosso futuro colonial.

Como português que os acasos da vida lançaram de muito novo

para o sertão africano; como profissional que tem a consciência de desinteressadamente ter trabalhado para o seu progresso, e como ministro das Colónias, eu patenteio à Sociedade de Geografia o meu preito de gratidão pela sua obra patriótica. Já ela foi reconhecida oficialmente, quando em sessão solene sua ex.^a o sr. Presidente da República lhe conferiu a honra da comendã da Torre e Espada.

Nunca são, porém, demasiados os votos de prosperidade que se façam pela Sociedade que tão esforçadamente defende uma parte importante do património nacional.

Ao sr. Conde de Penha Garcia coube, por assim dizer, a tarefa de prefaciá as conferências na sessão de inauguração,—lendo-se noutra parte dêste número do nosso *Boletim* a alocução.

*
* *
*

A Semana das Colónias, que se estendeu de 23 a 28 de Maio, foi constituída pelas seguintes conferências: «O cosmógrafo Fernando Vaz Dourado e a sua obra,» por monsenhor Gustavo Couto; «A investigação científica em matéria colonial,» pelo professor da Universidade de Coimbra, sr. dr. Luís Carriço; «O fomento da cultura indígena na moderna política colonial,» pelo sr. dr. José de Penha Garcia; «A rede ferro-viária de Moçambique em relação às possibilidades da colónia,» pelo engenheiro sr. coronel Lopes Galvão; «A Colonização das Ilhas de S. Tomé e Príncipe,» pelo comandante José de Sousa e Faro; «A Guiné como colónia de plantação e de comércio,» pelo Agente Geral das Colónias, sr. dr. Armando Zuzarte Cortesão.

De entre estes trabalhos da Semana das Colónias, o *Boletim* possivelmente publicará alguns.

Comissão de Defesa e Propaganda Colonial

Sua transformação em «União Portuguesa do Ultramar»

Referindo-nos noutro lugar à Semana das Colónias escrevemos, neste mesmo número do *Boletim*, que não é já, felizmente, única aquela manifestação dum interesse mais vivo e consciente pelo nosso ultramar.

A propaganda colonial intensifica-se, ao mesmo tempo que se dilata o campo da sua acção e os efeitos obtidos pelo que respeita à educação do nosso meio, vão sendo de forma a alimentar as melhores esperanças sobre a finalidade em vista.

É a «bola de neve» a que sugestivamente aludiu, falando da pro-

paganda, na última conferência da Semana Colonial, o sr. Conde de Penha Garcia.

Aí está, entusiástica, confiante, forte de valor moral a Comissão de Defesa e Propaganda Colonial, embora se trate dum núcleo de organização ainda recente, a que, desde o começo, têm prestado o patrocínio do seu patriotismo o sr. dr. António José de Almeida, antigo e venerando Presidente da República, êsse grande colonial, estadista e português que é o general Norton de Matos, o dr. Alberto Osório de Castro, fino espírito de homem de letras, que às colónias tem dado também muito da sua actividade, e o comandante Francisco de Aragão e Melo, antigo governador do Zaire, esforçado e inteligente obreiro da colonização nacional!

Tão frutuoso tem sido o esforço até ao momento dispendido, tão bem têm calado no espírito público as ideias, as sugestões, os ensinamentos vulgarizados na série de conferências já realizadas quer em Lisboa quer fora da capital, noutros pontos do país, que aquele núcleo, com acêrto, pensa em ultrapassar os propósitos de ocasião que haviam presidido à sua organização, — transformando-se numa nova colectividade de carácter permanente: a União Portuguesa do Ultramar.

Não temos senão motivo para felicitar-nos por um tão significativo facto. Ele diz, na verdade, de igual modo do patriotismo e das qualidades de acção dos homens que primeiramente conceberam o núcleo, que não afrouxaram no desinteressado e difícil empenho empreendido e da excelente permeabilidade do terreno em que a acção tem sido exercida.

Foram as seguintes as conferências levadas a efeito até ao momento em que redigimos esta nota:

«Importância das colónias para a economia geral da nação», do sr. dr. Américo Chaves de Almeida; «Valor político e geográfico de Tete», do tenente-coronel sr. Sousa e Silva; «A província da Guiné», do comandante sr. Carlos Aprá; «Importância política dos portos portugueses de África», do comandante sr. Aragão e Melo; «A província de Timor», do sr. Silveira Fernandes; «Sobre as ilhas de Cabo Verde», do sr. José Osório de Oliveira; «O império colonial português e a vida internacional», do sr. dr. Celestino Soares.

Acham-se também anunciadas conferências dos srs. engenheiro Amando de Seabra, sobre o valor agrícola da província de S. Tomé e Príncipe; Campos Cruz, que se ocupará do comércio colonial na balança comercial da nação e em comparação com os demais países coloniais; e dr. Sousa Teles, que dirá sobre o valor e a origem das riquezas geológicas de Angola.

Algumas das conferências têm sido também repetidas no Ateneu Comercial do Porto e na Associação Académica de Coimbra.

Portugal no Extremo Oriente

Estrada de Macau-Seac-ki

A acção política do actual Governador Geral sr. dr. Tamagnini Barbosa

A chamada questão da zona neutra em Macau é hoje, felizmente, uma questão arrumada,

Tratava-se de alguma coisa que só a muita paciência dos Portugueses suportaria e que para os nossos brios não deixa de apresentar mais de um aspecto irritante.

Em face das informações do actual Governador sr. dr. Artur Tamagnini Barbosa, o mologrado comandante João Belo, ao tempo gerindo a pasta das Colónias, enviou àquele distinto funcionário instruções tendentes ao termo de semelhante situação. Longe estava de tratar-se duma tarefa fácil e o achar-se hoje resolvida deve-se à habilidade política desenvolvida pelo Governador Geral de Macau.

Há mais de dois anos que às portas do Cêrco um grande bando de Chineses, mais ou menos afectos ao Comunismo, havia acampado, — o que — tanto pelas miseráveis barracas a que se acolhia, como pela bandeira que hasteava, constituía um espectáculo tão inconveniente como vexatório.

Oportunamente, chamou o sr. dr. Tamagnini Barbosa a atenção do Governo de Cantão para este estado de coisas, sugerindo o afastamento para mais longe dos principais agitadores sobre quem recaíam responsabilidades de certos graves incidentes produzidos em tempos na nossa Colónia, não sem que, no entanto, facultasse o domicílio em Macau à maior parte dessa gente, à qual não seria justo tornar extensivas as mesmas responsabilidades e que na chamada zona neutra se conservava possivelmente, por pressão dos agitadores, embora não lhe fôsse de todo desagradável manter-se livre de qualquer fiscalização ou ingerência por parte das autoridades portuguesas.

Mas o Governo de Cantão, que já por quatro ou cinco vezes se declarara disposto a ordenar um inquérito — de novo respondeu, prometendo mais uma vez fazê-lo levar a efeito.

Havendo concluído os trabalhos de construção do primeiro troço da estrada de Macau a Seac ki, empreendimento de larga importância política e comercial, para o qual muito e eficazmente havia concorrido o sr. dr. Tamagnini Barbosa, sempre zeloso dos interesses económicos, do desenvolvimento da Colónia cujo governo lhe foi confiado, o Governador Chinês de Seac-ki e o comandante militar de Heung-Shan, distrito vizinho de Macau, foram na devida altura cumprimantar aquele alto funcionário e convidá-lo para a cerimónia da inauguração, a que desejavam imprimir a maior solenidade.

Agradeceu S. Ex.^a o convite, mas fazendo-o não deixou logo de

declarar que a sua presença dependia de as autoridades chinesas pôrem termo à vergonha da zona neutra.

A atitude tão digna como enérgica do sr. dr. Tamagnini Barbosa obteve, desta vez, o desejado efeito. E assim, nas vésperas da inauguração, o acampamento que em frente das portas do Cêrco vergonhosamente se desenvolvera, era disperso, não sem que fôssem capturados os principais agitadores. Dêste modo a inauguração da estrada teve a honrá-la a presença do sr. Governador de Macau.

E já agora, que nos ocupamos da acção internacional do sr. dr. Tamagnini Barbosa, não é descabido relembra as visitas de alta significação política que ultimamente têm sido feitas a Macau, como a do Governador de Hong-Kong, Cecil Clementi, a do comandante do navio de guerra italiano *Sebastiano Caboto*, e principalmente a de Sir Cecil Lapson, ministro da Gran-Bretanha em Pequim, visitas estas que mostram a importância que têm atingido as relações entre a nossa Colónia de Macau e algumas potências estrangeiras.

Por isso a acção política do sr. dr. Tamagnini Barbosa tão patriótica e conseqüentemente digna de louvor, não podia deixar de ser registada com menção especial, nas páginas do nosso *Boletim*, ao fazer-se a notícia da inauguração da estrada de Seac-ki.

A estrada deve achar-se inteiramente concluída no fim do corrente ano, e terá uma extensão de 150 lis ¹. Constitui um meio de comunicação de muito valor, entre Macau e a região de Heung-Shan até Seac-ki, capital dêste distrito, ao qual está ligada pelo istmo das Portas do Cêrco, e representa a satisfação, após, principalmente, o mólogro do caminho de ferro para Cantão, de uma velha aspiração.

Inauguração solene do primeiro trôço da estrada

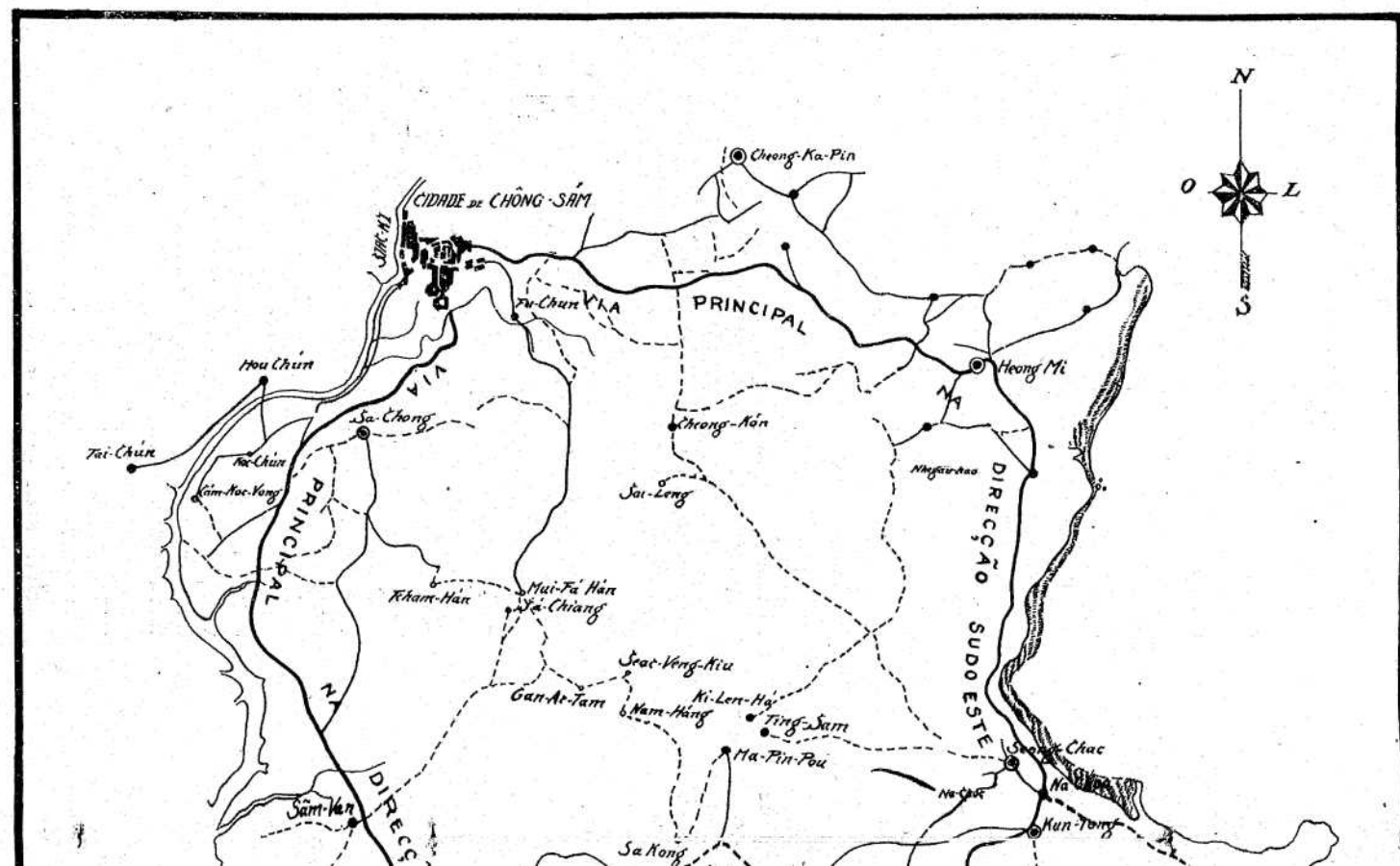
A inauguração do primeiro trôço da estrada de Macau-Seac-ki efectuou-se no domingo, 9 de Março.

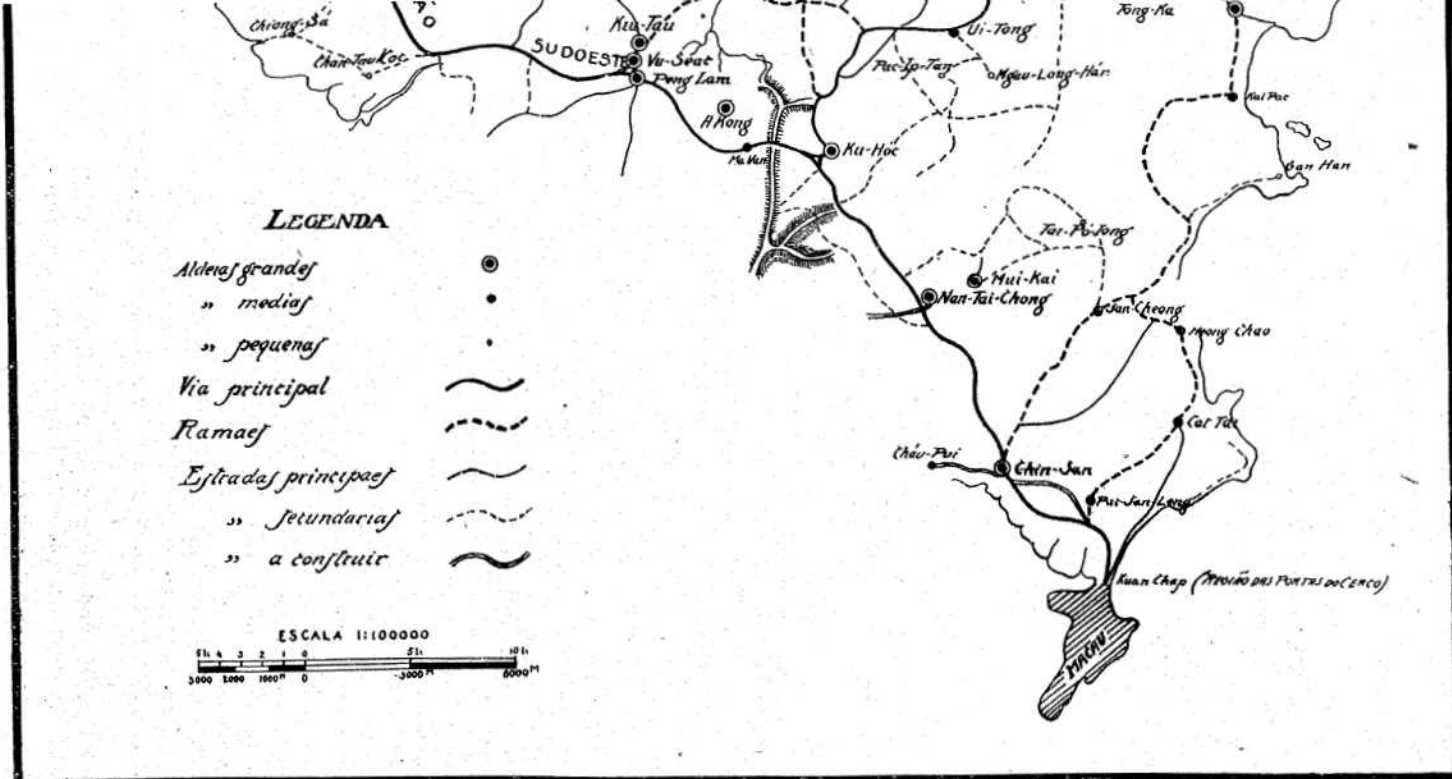
Logo de manhã uma imponente procissão chinesa saíu de Chin San, em que figuravam três dragões e outros símbolos, tendo chegado a Macau antes do acto solene da inauguração.

Centenas de pessoas, aproveitando a formosura do dia, passeavam a pé, em bicicleta e de automóvel, ao longo das oito milhas de estrada já completa.

A cerimónia da inauguração teve começo às quinze horas, vendo-se num pavilhão, que havia sido levantado junto ao cais, S. Ex.^a o Governador, acompanhado de sua esposa e filha; S. Ex.^a o Governador de Hong-Kong, Sir Cecil Clementi, então hóspede do sr. dr. Tamagnini Barbosa, os representantes dos distritos de Cheng San e numerosos convidados.

¹ Cada *li* equivale a m. 567 ou seja 2/5 da milha.





Traçado das estradas entre Seac-hi e Kuan-Chap (região das Portas do Cêrco)

O acto da inauguração da estrada

Feitos os cumprimentos, o sr. Governador de Macau pronunciou o seguinte discurso, que *A Patria*, jornal daquela nossa colónia, considera como um dos melhores títulos que consagram a acção inteligente e patriótica daquele alto funcionário :

«Minhas Senhoras e meus Senhores : É com verdadeira alegria que venho hoje aqui celebrar a abertura do primeiro trço de estrada de Macau-Seac-ki, empreendimento que a Macau e à região confinante de Heung-Shan deve trazer enormes benefícios.

A Macau pela utilização do seu porto; a Heung-Shan pela valorização que terão os seus produtos com a maior facilidade em serem exportados.

É uma festa de paz e de confraternização e, por isso, para mim particularmente grata.

Macau verá realizada, com a construção desta estrada, uma das suas aspirações e um dos seus objectivos para que está apetrechando o seu porto: valorizar-se a si, servindo o *hinterland*.

Aspiração legítima que foi também um dos meus pensamentos dominantes desde que aqui estive em 1918 e 1919, governando a Colónia, e que agora tenho a satisfação de inaugurar.

Com esta ligação mais íntima de Heung-Shan e Macau estou certo que todos lucraremos, não só sob o ponto de vista dos benefícios materiais, mas também porque desapareceram mal entendidos, e, conhecendo-nos melhor, mais nos apreciaremos.

Como Governador da Colónia felicito a Companhia que tomou a peito tal empreendimento, especialmente os srs. Sheng-Tsé Sheung e Hée-Cheong, e asseguro-lhe que terá sempre, dentro do justo e do razoável, todo o apoio de que precisar.

Ao Govêrno de Liang-Kuang, aqui tão dignamente representado pelos srs. Pang-Hwui, Cheok-Hong-Sin, dr. Cheang-Ho e dr. Yung, eu endereço os meus cumprimentos e louvores pelas facilidades dadas à Empresa, no que demonstra o bom espírito de paz e cooperação que orienta a sua inteligente política, a que Macau tem correspondido e corresponderá com toda a boa vontade.

Nisso não faz mais do que manter a tradição, pois, pela cooperação com chineses, combatendo a pirataria, é que a nós — os portugueses, os primeiros europeus vindos à China — foi doado Macau.

Aqui, assim, nos estabelecemos durante séculos, servindo de único intermediário, no inter-câmbio intelectual e comercial, entre o Ocidente e o Oriente.

A todas as autoridades vizinhas, principalmente ao sr. Leong-Hung-Kong e Tang-Shao-Yee, e a todos que se dignaram aqui vir, dando, com a sua presença, brilho a esta festa, os meus agradecimentos.

Meus Senhores : Não podemos esquecer a gentileza de Sir Cecil Clementi, muito ilustre Governador de Hong-Kong e de sua estre-

mosa espôsa, Lady Clementi, que honrando-me e a minha mulher com uma visita, embora muito particular, aceitaram o nosso convite e compartilham desta festa, dando-lhe graça e maior interesse. A S. Ex.^{as} afirmo que tenho mais um motivo de reconhecimento a juntar a outros de que já sou, gratamente, devedor.

Meus Senhores: Bebamos pelas prosperidades da Companhia que, com a sua iniciativa, veio estreitar mais solidamente os laços de grande amizade que há tantos anos ligam Portugal e a China, nação esta a quem desejamos uma nova era de tranqüila paz e de perpétua felicidade.»

Respondeu ao discurso de S. Ex.^a o Governador de Macau, o sr. Cheng-Tzé-Sheung, director da Companhia, que disse esperar que o empreendimento não tarde a desfazer todos os equívocos que nos últimos tempos se tem produzido.

Cerimónia comemorativa no templo chinês de Chin-San

O cortejo pôs-se a caminho depois das Portas do Cêrco, onde se procedeu à cerimónia da inauguração da estrada, cabendo a honra de cortar a fita que a atravessava, a uma filhinha do sr. Chan Wing On; prosseguindo o cortejo para Chin San, onde no templo construído por Lan Sai-Kut, se pronunciaram diversos discursos, entre os quais há a registar os de S. Ex.^{as} o Governador de Macau e de Hong Hong, tendo sido pronunciado em chinês o de Sir Cecil Clementi.

S. Ex.^a o Governador de Macau disse que não esperava voltar a falar, mas que, a isso rogado, reputava uma honra tornar a falar sobre o assunto.

Referiu-se ao agradável efeito que a cerimónia fez entre os portugueses e que era com prazer que confirmava as agradáveis impressões que aquele dia da inauguração do 1.º trôço da estrada Macau-Seac-ki lhe deixava. Disse que as relações entre Macau e Chung Shan foram sempre as mais íntimas e que se sentia feliz em pensar que Macau poderia vir a auxiliar esta região importante do Sul da China. E podia ainda afirmar em nome do Govêrno de Macau que a amizade do povo português pelo chinês era grande.

Para Macau esta estrada significa muito. O desenvolvimento desta importante região do Kwangtung e em especial de Seac-ki por meio da sua ligação com Macau, contribuirá para a riqueza de Chung San. Assegura aos seus ouvintes que os chineses pacíficos e com vontade de trabalhar serão sempre bem recebidos em Macau para eles estarão sempre as portas abertas.

S. Ex.^a disse ainda que esperava que a China em breve viria a gozar dum periodo de paz e prosperidade e que os portugueses, como verdadeiros amigos dos chineses, estavam sempre dispostos a recebê-los de braços abertos quando êles vêm como amigos.

S. Ex.^a terminou o seu discurso dando um viva à República Chinesa.

S. Ex.^a o Governador de Hong-Kong pronunciou também um pequeno discurso em chinês, começando por dizer que aquele dia era um grande dia para Chung San. Para êle, orador, Chung San era um lugar de interesse especial. Era uma região para êle pouco conhecida mas bastava ser o lugar onde nasceu Sun Yat-sen para lhe despertar interesse especial.

«O Dr. Sun Yat sen, disse Sir Cecil, considerar-se-ia feliz se hoje pudesse assistir à inauguração, duma estrada através da sua terra natal.

S. Ex.^a felicitou a seguir os autores do arrojado empreendimento e disse que estavam ali reunidos nesse dia os representantes de três nações, China, Portugal e Inglaterra, para se congratularem com êles pela inauguração da nova estrada.

Disse ainda que esperava que a nova estrada viesse a estender-se até Cantão e terminou dando vivas à Inglaterra, a Portugal e à China.

O Professor Chan agradeceu a todos os oradores as amáveis referências feitas ao povo chinês e disse que a nova estrada representa um grande empreendimento.

Era um meio de comunicação sem rival. «Uma estrada, disse êle, é de valor essencial para uma nação, é a própria vida dessa nação, pois que os homens têm que se vestir, comer, viver e mover-se e são as estradas que satisfazem esta última necessidade. As estradas representam movimento e o movimento é a vida dum país. Esta estrada de Chung Shan dará grande importância a êste distrito.

Tambem falou o sr. Chang Tze-Cheung, director da Companhia, que agradeceu aos portugueses a honra que davam aos chineses, interessando-se pelo desenvolvimento da nova estrada e acrescentou que a boa vontade mostrada na sua construção deve ser um motivo para que se esqueçam as dificuldades e mal entendidos dos últimos anos.

Referiu-se às relações seculares de amizade entre Portugal e a China e disse que a inauguração da nova estrada era mais um laço a unir os dois povos. A estrada, disse êle, é um canal de boa vontade, um meio de manter e desenvolver a boa amizade entre os dois países e assim tem um grande futuro diante de si. Das Portas do Cêrco poder-se há pssar para o território china com toda a facilidade e deste modo se conseguirá a aproximação e a boa harmonia entre ambos os povos.

Agradeceu a S. Ex.^a o Governador de Hong-Kong por ter acedido em honrar aquela cerimónia histórica com a sua presença, bem como a S. Ex.^a o Governador de Macau pelo apoio que sempre prestou à Companhia. Terminou bebendo pelas prosperidades de Portugal, Inglaterra e China.

Aos convidados foi servido depois um elegante chá.

Regresso do Governador de Hong-Kong

Sir Cecil Clementi regressou nesse mesmo dia a Hong-Kong.

depois de dar, a bordo da lancha «Cinatti», uma volta pelas
ilhas de S. Ex.^a, partiu de tarde, em companhia dum seu filho para Hong-
Kong. S. Ex.^a esteve alguns dias hospedada no Palácio do Govêrno,
de S. Santa Sancha.

Sôbre a importância económica da estrada

A sub-prefeitura de Heung Shan que abrange 9 circunscrições,
também conhecida modernamente por Cong-Shan, em tributo de
homemagem ao iniciador do movimento nacionalista chinês, Sun-
Yat-Sen, tem uma superfície de cêrca de 1.200 quilómetros quadra-
dos. O seu solo fertilíssimo é formado por extensos plainos de alu-
viões carregados pelos grandes rios Sikiang, Pekiang, e Tungkiang
em cujo delta comum se acham esta e numerosas ilhas e mouchões. É
além disso talada por uma intrincada rede de canais e braços, al-
guns deles navegáveis por barcos ribeirinhos.

Os centros mais populosos demoram ao norte, sendo, além
de Seac-ki, Tai-Vang-Po, Sio-Lam e Tam-Chao e outros. Ao Norte
e pelo Oeste liga-se esta sub-prefeitura, respectivamente, com as
de Shum-Tak, que tem por capital Tai-Leong, e Sam-Wui que in-
clui o pôrto do Tratado, Kong-Mun, testa do Caminho de ferro da
região de San-Ning e o pôrto de maior tráfego do rio de Oeste.

A sub-prefeitura de Shum-Tak tem uma população de 1 milhão
de habitantes e é o maior centro produtor de casulos de seda da
provincia de Kuang-Tung.

A de San-Wui tem 1.200.000 almas e produz com abundância
muitos produtos agrícolas.

Por esta ligeira descrição se avalia a grande influência que a
abertura ao tráfego da Estrada de Seac-ki tem para Macau, podendo
servir, daqui a alguns anos, de ampla justificação ao prolongamento
do Caminho de ferro, que entesta em Kong-Mun, até Seac-ki e,
possivelmente, até Macau.

Feira e exposição comercial em Macau

Por iniciativa da Santa Casa da Misericórdia de Macau deve
realizar-se, no próximo outono, sob o patronato do ilustre Gover-
nador daquela Colónia sr. Artur Tamagnini Barbosa, uma Feira de
caridade e exposição comercial.

Este empreendimento despertou tal interesse, tanto em Macau
como em vários pontos do Extremo Oriente, que levou os promo-
tores a dar a este certame um carácter internacional de modo a
proporcionar facilidades para que nessa Exposição sejam represen-
tados não só os produtos da Metrópole e Colónias como ainda de
vários outros centros comerciais e industriais estrangeiros.

A Feira de Caridade e Exposição Comercial de Macau pretende

atingir um duplo objectivo: angariar recursos para que esta Benemérita Instituição, que o espírito de altruismo da gente lusitana fundou nestas longínquas paragens do Extremo Oriente nos meados do século XVI, possa alargar a esfera de sua acção no que diz respeito a Obras de Caridade; e fazer de um modo prático a Propaganda de Macau sob vários aspectos para despertar a atenção do mundo comercial e industrial, pondo em foco a sua actividade, os seus progressos, a importância que ela pode vir a ter na sua situação geográfica como centro distribuidor de mercadorias para o seu riquíssimo *hinterland*, o grande esforço que os portugueses estão empregando para o levantamento da Colónia e duma maneira geral mostrar ao mundo o muito que nós temos feito e o que estamos fazendo para o ressurgimento dos territórios sob a gloriosa bandeira portuguesa.

A exposição terá lugar em Macau, no vasto campo de Mong-Há, que se presta admiravelmente para este fim, não só por ser muito pitoresco, como ainda por estar situado num local de fácil acesso. As empresas comerciais e industriais poderão ter os seus «stands» particulares. Haverá também uns pavilhões gerais destinados aos pequenos industriais que não estejam nas condições de ter «stands» próprios.

Já se acha instalado no rés-do-chão da Santa Casa da Misericórdia o «Bureau» da Exposição, no qual trabalham pessoas de conhecida competência, organismo este que prestará todos os esclarecimentos e facilidades aos expositores, e a cujo cuidado deverão ser enviados todos os artigos destinados para a Exposição.

Escusado se torna encarecer as vantagens que possam advir de um certame desta natureza que será indubitavelmente um importante factor de propaganda de Portugal e Colónias, contribuindo ao mesmo tempo para beneficiar as indústrias locais e criar novos interesses. As óptimas relações que presentemente existem entre Macau e Hong-Kong e Sul da China, graças à política de atracção seguida pelo Governo da Colónia, a facilidade de comunicações com os territórios circunvizinhos de Macau, proporcionada pela abertura da nova estrada Macau-Seac-ki, muito concorrerão para Macau uma extraordinária afluência na ocasião da Exposição.

A comissão promotora tem interesse em conseguir a participação dos produtores nacionais e das firmas negociadoras de artigos portugueses, que nos mercados do Extremo Oriente possam encontrar expansão para os seus objectivos, motivo porque se recomenda esta iniciativa à boa atenção dos organismos orientadores das classes interessadas.

Inauguração da luz eléctrica em Coloane

Pelas seis horas e meia da tarde do dia 7 de Abril embarcámos num gasolina para assistir à inauguração da luz eléctrica na ilha

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

de Coloane, importante melhoramento que muito honra quem o levou a cabo, o sr. Tenente Carmona.

A água não era para grandes travessias porque o motor de vez em quando lembrava-se de beijar o leito do mar produzindo um ruído parecido com o de trovão longínquo.

Chegámos a Coloane quasi às oito horas; faltava apenas um quarto de hora. Fomos os últimos a chegar, apesar de os primeiros a sair. Mistério que as vias travessas por onde andámos podem suficientemente explicar.

Às oito horas mais ou menos.

Coloane está às escuras. Diz alguém que é para se sentir melhor a lei dos contrastes. E assim devia ser. Não se compreendia mesmo que a luz funcionasse momentos antes da sua inauguração. A casa do motor está rodeada de pessoas convidadas, entre as quais se notam as mais categorizadas entre o elemento civil e militar.

S. Ex.^a o Governador, acompanhado de Sua Ex.^{ma} Esposa, entra. O momento aproxima-se. A mão da Sr.^a D. Maria Ana Acciaïoli Tamagnini comprime o botão e... Coloane ilumina-se. Efeito esplêndido. O contraste efectivamente não podia ser maior. O sr. Tenente Carmona é efusivamente cumprimentado por tódas as pessoas. S. Ex.^a o sr. Governador tem palavras de aprêço e carinho para o seu magnífico trabalho.

Depois vem a inauguração do projector que vai esparzindo a vila com o seu feixe de luz branca e clara.

A *Comandante Talone* acende também o seu e começa a fazer *pendant* com o comparsa de terra. Parecia um combate singular de gigantes com um só olho. Só eles se podiam fixar. Nós, os pigmeus, ficávamos logo deslumbrados. Ainda tentamos olhar... mas, momentos depois, arrependidos da nossa audácia sacrílega, retiramos os olhos. Desistimos.

Numa sala da casa do comando serve-se, a seguir, uma taça de *Champagne*. Fala em primeiro lugar o sr. Coronel Veiga, Director das Obras Públicas que exalta o significado tão alevantado daquele acto, insignificante na aparência. Salienta a particularidade de o material empregado na instalação eléctrica ser quasi todo português, o que constitui uma grande vantagem para o nosso mercado. Termina bebendo pelas prosperidades da Colónia de Macau e fazendo votos para que ela continui muito tempo sob a sábia e prudente administração de S. Ex.^a o sr. Governador.

Toma depois a palavra o sr. Capitão Arez. É militar. Discursa em períodos curtos. O seu pequenino brinde gira todo em volta do melhoramento importante que representa a inauguração da luz eléctrica.

S. Ex.^a o sr. Governador fala por fim. Mostra a grande satisfação que sente naquele momento, dizendo que são aquelas solenidades as que lhe dão mais prazer, porque representam um passo à frente para o bem da Colónia. O seu programa delineado e lido no Ministério das Colónias, está sendo lenta mas constantemente exe-

cutado, graças à boa vontade e prestimoso auxílio dos funcionários de que se rodeou. Os governadores coloniais, afirma com muita razão S. Ex.^a, devem permanecer nas colónias bastantes anos, os suficientes ao menos para cumprirem o seu programa. Promete patrocinar a ligação telefónica entre as ilhas da Taipa e Coloane e a cidade de Macau, terminando por prestar homenagem ao sr. Tenente Carmona, ao sr. Comandante Militar Ten. Coronel Lobato e ao sr. Capitão Arez, comandante da guarnição de Coloane que a esta ilha tem dedicado o melhor de seus esforços.

Tinha terminado a parte oficial da inauguração. Começava agora a parte recreativa: três números de canto executado a duas vozes, se não estamos em êrro, por alguns soldados indígenas: *A Portuguesa, Maria da Rocha e Lágrima Celeste*. A reportagem dos cantos faz-se em poucas palavras: baixos esplêndidos, tenores sofríveis e entoação razoável. Os baixos merecem referência especial pelo bem marcado dum solo da *Lágrima Celeste*.

Cá fora os europeus comentavam os africanos. A eterna luta ou rivalidade entre os dois continentes!

A partida aproxima-se. Os convidados, cumulados de gentilezas pelo sr. Capitão Arez e demais oficiais da guarnição, descem a rampa que os conduziu ao embarcadouro.

Trocamos então algumas palavras com o sr. Tenente Carmona.

Está satisfeito. A ligação telefónica, diz-nos, deve ser em breve uma realidade, se o cabo que nós veio pelo «Pero de Alenquer» estiver em bom estado; é questão de dragagens que se poderão levar a efeito num mês ou em dois. Se o cabo estiver deteriorado, manda-se vir outro de Portugal.

Os gasolinas começam a ser ocupados. Tomamos lugar num, que logo segue rumo a Macau. Mal, porém, tinha navegado alguns metros vai esbarrar contra uma lancha pequena. Gritos de senhoras, palavras de encorajamento dos homens, exame de avarias que, felizmente, não foram quasi nada, comentários a isto, repreensões àquilo e a viagem continua. Fôra a nota romântica. Não havia razão para susto.

E entre o ruído ensurdecador do motor e o doce embalo da vagamacia e carinhosa nos viemos aproximando de Macau. Chegámos às 9 e meia da noite, ou, como se diz modernamente, às 21 e meia.

Os pensamentos de todos os viajantes cifravam-se numa coisa apenas: correr depressa a casa e jantar.

Houve até quem perdesse um jantar de cerimónia. Com as horas ninguém manga. Vão-se embora e não dizem: eu espero por ti.

O autor destas linhas chegou a casa, mas o cozinheiro já se tinha recolhido. Atirou-se a duas fatias de pão com manteiga e ceou. Souberam-lhé a mel. A fome é o melhor dos aperitivos, não resta dúvida. Impossível se nos torna dar o nome de tódas as pessoas que assistiram à inauguração. Dizemos, pois, simplesmente, que vimos em Coloane os nossos mais distintos funcionários, tanto civis como militares.

Aqui apresentamos os nossos mais sinceros parabens a S. Ex.^a o Sr. Governador por mais êste sinal do progresso macaense, ao sr. Terente Carmona, empreendedor inteligente e de iniciativa, ao sr. Comandante Militar da Taipa e Coloane, Ten. Coronel Lobato, ao sr. Capitão Arez, comandante da guarnição de Coloane e à Província de Macau.

(Do jornal *A Pátria*, de Macau)

Padroado Português do Oriente

A propósito dum artigo no «Boletim da Agência Geral das Colónias»

Na imprensa de Macau, sob o título Offício dirigido a Sua Ex.^a o Ministro das Colónias, lê-se o seguinte documento da autoria de S. Ex.^a Rev.^{ma} o sr. D. José da Costa Nunes, Bispo daquela diocese :

O n.º 32 do *Boletim da Agência Geral das Colónias* começou a publicar um extracto do Relatório dos principais serviços prestados em Macau desde Dezembro de 1918 a Março de 1927 pelo Sr. Almirante Hugo de Lacerda Castelo Branco, a quem esta Colónia deve assinalados serviços.

Como êste Relatório, que acabo de ler, é apresentado a V. Ex.^a e nêle se fazem referências ao Padroado Português no Extremo-Oriente, permita-me V. Ex.^a que eu venha desfazer dois equívocos em que labora o illustre autor do dito Relatório.

S. Ex.^a, que é, aliás, um admirador e defensor do Padroado, como bem o mostra nas referências que lhe faz, afirmou, contudo, estas duas cousas, que não desejo passem em julgado :

Primeira — «Em volta de Macau é onde, sob o aspecto português, menos efectiva é a acção (dos missionários); há missões, para noroeste, até Siu-Hing, mas em regra sob bandeira que não é portuguesa e onde os missionários raramente são portugueses.»

Segunda — «Uma outra deficiência me tem impressionado, o não raro desconhecimento da língua chinesa, pelos padres.»

Vamos à primeira asserção.

O Ex.^{mo} Sr. Almirante Hugo de Lacerda deve referir-se ao distrito de Heungshan, onde desde há alguns anos trabalhavam quatro missionários salesianos, não portugueses.

Ultimamente, porém, êstes missionários foram substituídos por clero nacional.

Deixe-me, porém, V. Ex.^a prestar-lhes, como português, a minha homenagem pelo muito que êles fizeram em prol dos interesses de Macau.

Digo mais. Padres portugueses não poderiam ter realizado, como êles, uma obra tão útil, sob o ponto de vista nacional.

Explico a V. Ex.^a o paradoxo, que o é simplesmente na aparência.

O Heungshan foi sempre, por mais que o neguem, o centro de todas as campanhas contra nós. Tanto na Capital do distrito como nas outras cidades e aldeias, o nome português era odiado, tão odiado que, se lá tivéssemos clero nacional, não somente a sua acção se tornaria infrutuosa mas ainda corriam grave perigo as suas vidas, particularmente nos momentos, — e frequentes êles foram — de maior exaltação contra esta Colónia.

Em tais circunstâncias, inteligentemente andou o meu antecessor, entregando a evangelização do Heungshan a clero estrangeiro, mas não tão estrangeiro que não votasse a Portugal um enternecido carinho. Um desses missionários, mesmo, residiu largo tempo em Portugal, onde aprendeu a nossa língua e se habituou a amar as nossas cousas. Dêle se serviu muitas vezes o próprio Sr. Almirante Hugo de Lacerda para desfazer campanhas contra nós, originadas em Siaky, e defender pontos de vista, que interessavam directamente a Macau.

Êsses resultados conseguiam-se, sobretudo, por intermédio dum diário chinês, publicado naquela cidade, diário dirigido por um católico muito ligado aos missionários de Heungshan.

Podia eu apresentar a V. Ex.^a inúmeros factos comprovativos da acção benéfica, sob o aspecto português, dos padres salesianos, que até há pouco tiveram a seu cargo as missões de Heungshan. Não desejo, porém, alongar-me demasiado nesta exposição.

Basta que se saiba terem êles contribuído poderosamente para mudar a opinião e preconceitos dos chineses contra nós e criado em volta do nome português uma atmosfera de simpatia, jámais perdendo qualquer oportunidade para combaterem as tendências agressivas dos habitantes da região, sempre prontos a hostilizar-nos. Se, em vez de estrangeiros, fôsemos êles portugueses, desconfiar muito e inclino-me mesmo a crer que teriam carreado ódios profundos sobre as nossas missões, dada — repito — a circunstância de o distrito vizinho ter sido sempre o foco de todas as agitações anti-portuguesas.

«Mas, se assim é, melhor seria não os ter substituído» — dir-se há.

É que a situação mudou. Além disso, a Sociedade Salesiana, a quem a Santa Sé confiou ultimamente importantes missões do Oriente, necessita dum grande número de missionários.

Dai, a medida tomada pela autoridade eclesiástica de Macau, medida que vem tornar infundamentada a deficiência, aliás explicável pelas razões expostas, que o Ex.^{mo} Sr. Almirante Hugo de Lacerda notou nas missões do Padroado.

Diz ainda S. Ex.^a que «há missões para noroeste, até Siu-Hing, mas em regra sob bandeira que não é portuguesa e onde os missionários raramente são portugueses». Lamento que S. Ex.^a, antes de fazer esta afirmativa, não se tivesse informado melhor, porque a

verdade é esta: à excepção dos missionários a que me referi, todos os missionários europeus que trabalham no território chinês sob a jurisdição do Prelado de Macau são portugueses, auxiliados por padres chineses, os quais, com uma única excepção, também portugueses são, visto terem nascido em Macau.

De resto, afirmar que as missões, hoje, devem estar sob uma determinada bandeira, é tocar um assunto muito melindroso, que me abstenho de tratar agora.

Talvez o Sr. Almirante Lacerda se queira referir ao facto de os missionários portugueses europeus, que evangelizam a antiga Prefeitura de Siu-Hing, composta de 12 distritos, estarem registados num consulado estrangeiro e não no consulado português de Cantão.

Respondendo a este ponto, transcrevo parte dum relatório que há tempos enviei a V. Ex.^a

«Nenhum europeu, como V. Ex.^a sabe, pode viver no interior da China, sem estar registado num consulado. Mas como os jesuitas portugueses, que trabalham nas minhas missões estabelecidas em território chinês, foram desnacionalizados por uma lei da República, não podem, por esse facto, ser registados no consulado português de Cantão.

Resultado: tiveram de recorrer, com grande assombro do respectivo consul, ao consulado de França, para se colocarem debaixo da sua protecção:

«Não é triste, muito triste, que compatriotas nossos, tão bons portugueses como V. Ex.^a e eu, sejam forçados, aqui às portas de Macau, a andar mendigando duma nação estrangeira a protecção que o seu País lhes nega?

«Não é desairoso para Portugal, aos olhos de nacionais e estrangeiros, tratar assim uma classe de portugueses, que aí para o interior da China está servindo as Missões do Padroado com um zelo, competência e patriotismo que — asseguro-o a V. Ex.^a com perfeito conhecimento de causa — por ninguém podem ser excedidos?»

Está, pois, explicado o motivo por que os referidos missionários da Prefeitura de Siu-Hing não podem estar registados no consulado português de Cantão.

Passemos agora a examinar a segunda asserção, que se desfaz com números.

Em Macau e nas missões portuguesas do interior da China trabalham 48 missionários. Pois 38 destes missionários conhecem a língua chinesa, havendo somente 10, portanto, que a não falam ou falam mal.

Estes últimos, porém, exercendo o seu ministério apenas entre portugueses, não necessitam de saber chinês ou necessitam tanto como qualquer outro português, que aqui viva.

Perante isto, acho não ter fundamento a deficiência apontada pelo Sr. Almirante Lacerda, que naturalmente se limitou a reproduzir uma velha acusação anónima, embora na melhor das intenções.

Concluo, dando conhecimento a V. Ex.^a de que vou publicar este officio, visto o referido relatório também ter sido dado à publicidade.

Saúde e Fraternidade;

Paço Episcopal em Macau, 10 de Abril de 1928.

Ex.^m Sr. Ministro das Colónias.

(ass.) José da Costa Nunes, bispo de Macau.

A Guiné Portuguesa

Destruindo erradas apreciações sobre a sua situação política e económica

No n.º 40, de Dezembro findo, publicou *L'Afrique Occidentale Française* (Bulletin de l'Armée d'Afrique) um longo artigo de Mr. Eduard de Martonne, chefe do Gabinete Militar do Governador Geral da A. O. F. que contém comentários e apreciações sobre a situação política e económica da nossa colónia da Guiné, menos verdadeiras, impondo a competente rectificação. O mais edificante trazimos para elucidação:

«A Guiné Portuguesa, capital Bolama, superfície de 36.100 quilómetros, população aproximada 289.000 habitantes, entre o Senegal e a Guiné Francesa. País naturalmente rico, dotado pela natureza com uma rede fluvial navegável, que elimina a necessidade de estradas e vias férreas, mas ainda insufficientemente explorada e sem a população devidamente submetida».

Fazendo-se eco dos reparos que lhe foram feitos pelo referido artigo, aliás logo do seu immediato conhecimento, o Governador da Guiné Portuguesa, major de infantaria sr. António Leite de Magalhães solicitou ao Cônsul da França, residente na capital da colónia, para avaliar da injusta apreciação de Mr. de Martonne à nossa administração, habilitando-o com o seu insuspeito e valioso documento para certificar ao autor do artigo publicado em *L'Afrique Occidentale Française* que uma reconsideração se impunha, repondo as coisas na sua devida posição.

O sr. Hostains, Cônsul da França em Bissau, respondeu com a carta que reproduzimos, onde nobremente se confessa o valor da obra colonizadora de Portugal na Guiné.

«De boa vontade exponho a V. Ex.^a a minha opinião. Creio que o autor do artigo se baseou para o escrever em dados errados ou que deixaram de ser exactos desde há 10 ou 15 anos. Resido há 10 anos na Guiné Portuguesa; tenho-a percorrido bastantes vezes em todos os sentidos e declaro que as diversas raças que a povoam,

estão pacificadas e ao mesmo tempo submissas e obedientes, tanto quanto é possível.

A prova mais evidente desta submissão e obediência está, a meu vêr, na facilidade com que se recrutam os milhares de serviçais com que se pôde construir a rede de estradas, creio que única nesta parte de África, que existe na colónia e que tinha em 1926 mais de 3.500 km. de extensão.

Não me parece exacto dizer-se que, devido à rede fluvial da colónia, sejam desnecessárias as estradas e os caminhos de ferro. Julgo que com dados estatísticos se provaria que o tráfico aumentou muito, em relação ao que havia quando os cursos de água eram o único meio de exportação e importação de mercadorias, desde a construção da rede de estradas.

A ponte de Cumeré, depois de concluída, será talvez a obra de arte mais importante de toda a África Ocidental; a execução de semelhante programa de trabalho é, evidentemente, incompatível com uma situação política e económica como a que descreve o autor do artigo.

Julgo também inexacto atribuir à Guiné Portuguesa uma população de 289.000 habitantes; creio que estaria mais próximo da verdade atribuindo-lhe o dôbro.

E, infelizmente para nós, uma grande parte desta população emigrou das regiões circunvizinhas; e temos que acreditar que se se fixou aqui é porque se sente melhor que em qualquer outra parte. Resumindo, certifico que a Guiné Portuguesa está perfeitamente pacificada e que se encontra num período de grande desenvolvimento que, embora diminuído de momento por diversas circunstâncias, continuará a alargar logo que tais circunstâncias desapareçam.

Permita-me V. Ex.^a que, ao terminar-lhe afirme ser minha convicção de que o sr. tenente-coronel de Martonne, oficial ilustre, muito conhecido entre nós pelos seus profundos conhecimentos de geodésia, de magnetismo telúrico e, em geral, de tudo o que se relacione com a medida da circunferência terrestre, não teve certamente nenhuma intenção desagradável ao escrever a frase que maguou V. Ex.^a Esta frase não teve, com certeza, outra origem que não fôsem os dados errados de que o autor se serviu.

Aceite V. Ex.^a os protestos da minha mais alta consideração. (ass.) *Ed. Hostains.*»

Dêste documento e dos que lhe deram origem foram enviadas cópias ao sr. Cônsul de Portugal em Dakar, para mostrar ao autor do discutido artigo o erro dos seus conhecimentos sobre a situação da Guiné, onde, desde a implantação da República, se vem fazendo uma obra que enche de justificado orgulho o nosso coração de portugueses.

Registrando este facto, onde se verifica a zelosa intervenção do Governador da nossa colónia, desejamos, como nos cumpre, acen-tuar quanto errada foi a apreciação e que não só o desenvolvimento

material e económico da Guiné Portuguesa não é inferior ao das colónias francesas circunvizinhas, como a submissão dos seus povos é tão perfeita que em nenhuma possessão de África se encontra população mais obediente.

A indústria do cimento em Moçambique

O *Noticias*, de Lourenço Marques, publicou há tempos algumas informações sobre a fábrica de cimento de Portland, sita na Matola, que, por interessantes, registamos e que àquele periódico foram dadas pelo gerente do mesmo estabelecimento fabril, o engenheiro sr. Abel de Noronha e Andrade.

A fábrica dispõe hoje não só de maquinismos moderníssimos, (que dispensam quasi totalmente a intervenção da mão do homem, desde que as matérias primas são lançadas nos aparelhos de transporte ou lavagem até à sua transformação em cimento, pronto para entrega ao público) mas também de excelente matéria prima. A cal a sílica e a alumina, são os três principais componentes do cimento que, sob a forma de calcários e de argilas, se encontram abundantemente espalhados por todo o Mundo. Estes óxidos misturam-se e combinam-se por formas várias durante o processo de fabrico, obedecendo às leis químicas precisas, que regem a manufactura, para se poder obter um produto do tipo normal. Foi desde que se descobriu que certas argilas, ricas em sílica, e contendo alumina e cal, eram aglutinantes hidráulicos de primeira ordem, que na indústria do cimento se manifestou um progresso notável, transformando-a numa das maiores do Mundo.

O calcário para a fábrica da Matola, vem das pedreiras de Mangulane, próximo de Chinhuanine, em combóios especiais, que se fazem três vezes por semana, trazendo cada um em média 200 tons. de pedra; a pedreira é explorada pela fábrica e nela se empregam dois brancos e uma centena de indígenas. Na fábrica, propriamente dita, empregam-se trezentos empregados e operários, e uns duzentos indígenas em serviço permanente. Quanto à argila, é extraída próximo da fábrica e trazida para o amassadouro em combóios de vagonetas puxadas por um guincho a vapor. A matéria prima empregada é sujeita a análises rigorosas e periódicas; assim, além de frequentes amostras enviadas da pedreira, da pedra vinda em cada vagão são colhidas amostras, as quais são imediatamente analisadas, evitando-se, por esta forma, o emprêgo de calcário com menos de 75 e 80 por cento de carbonato cálcio e contendo mais do que certa percentagem de magnésia; a argila extraída é igualmente examinada de hora a hora, antes de ser misturada com o calcário.

A capacidade do fabrico varia entre 50 a 70 quilos de cimento por minuto (ou 3 a 4 toneladas por hora) isto é, 800 a 1.000 sacos por dia, que infelizmente não são totalmente consumidos pelo mercado por causa da crise de dinheiro.

Tôda a instalação da fábrica é movida por meio de electricidade. A energia é produzida na central privativa que dispõe de um tubo-alternador «Brush Jungströs» de 1.100 KW. produzindo uma corrente de 525 volts, além de um pequeno alternador auxiliar que funciona quando a turbina está em preparação e pode fazer funcionar a fábrica por secções. O vapor para a turbina provém de caldeiras «Babcock & Wilcook» trabalhando, a cêrca de 200 lbs., empregando carvão pulverizado e alimentadas mecanicamente. A tiragem é natural, tendo a chaminé de cimento armado cêrca de 60 metros de altura. O ar comprimido necessário às diversas secções é produzido em instalação especial composta de 2 compressores Polysius. O forno, os moinhos, os transportadores e compressores, etc., têm motores independentes.

De todo o cimento que sai colhem-se amostras sôbre os quais novos ensaios se fazem nos laboratórios.

Na Beira e em Joanesburgo acha-se óptimo o cimento da Matola. Simplesmente trata-se de um produto que na União é objecto duma indústria poderosa; daí ser a União um mercado fechado ao cimento da Matola. Quanto ao mercado da Beira a sua conquista deverá ser uma possibilidade próxima, não obstante a concorrência alemã.

Colocação do tabaco colonial na Metrópole

Os agricultores e industriais de tabaco das colónias portuguesas de Moçambique e Angola vêm há alguns anos solicitando do Governo da República a colocação da sua produção na Metrópole, aspiração que tem sido sempre mais ou menos prejudicada com o regime de tabacos vigente em Portugal. Entre as diferentes representações que têm sido endereçadas pelos interessados ao Governo conta-se a presente, do Sindicato Agrícola de Quelimane, que desejamos arquivar nas páginas do nosso *Boletim*, não só por traduzir aspirações dignas de ponderação no momento em que o país precisa evitar importações do estrangeiro, quando tenha valores nacionais, mas também por conter elementos estatísticos e observações de carácter económico, muito úteis para o fomento das colónias portuguesas.

O *Sindicato Agrícola de Quelimane*, onde estão filiados a quasi totalidade dos chamados «pequenos agricultores do Distrito», vem pedir a esclarecida atenção e o patrocínio de V. Ex.^a para o assunto que passa a expôr:

1.º — A cultura de tabaco no Distrito de Quelimane constitui hoje a base da actividade da maior parte dos agricultores nacionais. Ela é considerada como a que mais ao alcance está dos modestos pecúlios e a que mais rapidamente poderá promover o desenvolvimento de extensas zonas do Distrito fora da faixa litoral, assegurando determinadas facilidades.

2.º — O primeiro mercado que os agricultores do Distrito, como os da Colónia, têm procurado abastecer é o interno.

As fábricas da Província produziram, em média, no último decénio, 239.622 quilos de tabaco manipulado, tendo alcançado em 1926 279.311 quilos. 37 %, em média, da produção tem sido exportada, principalmente, para as possessões portuguesas (Angola), registando o último ano a expedição de 150.760 quilos (54 %).

Para esta laboração têm ido as fábricas buscar ao estrangeiro, mercê de determinadas condições, 103.396 quilos de fôlha, em média, anualmente, o que representa 9/20 da sua produção.

Calcula-se que a indústria da Província, na base em que trabalha, não precise adquirir no mercado interno, presentemente, mais de 250 toneladas de fôlha. A produção actual é já bastante superior ao consumo da Colónia e sabe-se que os seus clientes externos, num período próximo, reduzirão consideravelmente as suas encomendas.

3.º — O Distrito de Quelimane, cultivando, em 1925-26, 763 hectares, produziu 306 toneladas de tabaco em fôlha. No ano agrícola de 1926-27 as colheitas em Moçambique, excluídos os territórios das companhias majestáticas, não devem afastar-se muito das 500 toneladas. No Distrito o tipo de tabaco cultivado é o «*Virginia*», sêco em estufas providas de tubos onde circula ar quente.

Por consequência, na hora actual, à produção da Província, como à do Distrito, só resta o recurso da exportação, o que, de resto, já tem sucedido em anos anteriores em pequena escala e em condições pouco animadoras.

4.º — Procurando mercados para o seu tabaco, os agricultores de Quelimane, como certamente os de Moçambique, olham em primeiro lugar para a sua Pátria.

Portugal deve precisar de perto de 4.000 toneladas de tabaco em fôlha para o seu consumo. Para o obter tem de recorrer ao estrangeiro, onde deixará à roda de 800.000 libras esterlinas. Que uma parte, ao menos, desta importante verba entre nas nossas colónias é, com absoluta certeza, o desejo de todos os bons portugueses.

5.º — Segundo o actual regime de tabacos em vigor em Portugal, «aos tabacos em folha importados das colónias e das ilhas adjacentes é concedida uma redução de 10 % nos direitos aduaneiros». Estando êstes fixados em 1\$40 ouro por quilo, o bonus dado é de 140\$00 ouro por tonelada (um pouco mais de £ 31.0.0.). Êste diferencial é considerado diminuto para assegurar o conveniente desenvolvimento da cultura do tabaco em Moçambique e promover a sua colocação na Metrópole, onde terá que concorrer com fornecedores de longa data experimentados no abastecimento do país, sobretudo nesta fase inicial em que a respectiva indústria agrícola se encontra de tudo desajudada.

6.º — A Inglaterra, país onde a produção dispensa a constante protecção da lei, que entre nós se requere em todos os ramos de actividade, concede presentemente aos tabacos produzidos nos domínios uma redução de, aproximadamente, 25 % nos respectivos direi-

tos aduaneiros. Este *bonus* totaliza por tonelada métrica £ 225 ou £ 252, conforme a percentagem de humidade excede ou não 10 %. Portanto, o tabaco das colónias britânicas goza na sua metrópole um favor pautal séptuplo ou óctuplo do que, em idênticas condições, Portugal concede. Assim, o Reino Unido regista este triunfo:

Tabaco importado das colónias

Em 1913	£ 2:371.000
Em 1920	£ 18:310.007
Em 1926	£ 29:994.292

contribuindo para as suas exigências, que neste último ano fôram de perto de 89.000 toneladas.

7.º — Só a grave crise financeira que Portugal vem atravessando pode explicar a minguada protecção que aos tabacos coloniais foi dispensada: tão melindrosa a crise que nem pôde respeitar-se a doutrina da base XXXV das Bases Orgânicas da Administração Colonial. Mas a Economia Nacional aconselha a que se estimule a produção de tabaco nas Colónias e se promova a sua colocação no Continente, emancipando-nos até onde possível fôr do estrangeiro.

Ora, não consentindo o Erário na diminuição dos impostos aduaneiros actualmente cobrados, é evidente que uma maior protecção aos tabacos coloniais só poderá conseguir-se pelo aumento de direitos. Este, relacionado com questões várias, só é possível observadas certas condições.

8.º — O *bonus* a estabelecer deverá ser máximo nesta primeira fase e diminuir à medida que o tabaco colonial fôr acorrendo a Lisboa e ganhando firmeza o respectivo comércio.

Admitindo que no país entrem em 1928 *quatro mil* toneladas de fôlha, o Estado cobrará 5.600 contos, ouro, de impostos alfandegários, menos tantas vezes 140\$00, ouro, quantas toneladas naquêle número provierem das colónias.

Se se adoptar o regime de facilidades aduaneiras a seguir enunciadas, promover-se-á a concorrência dos tabacos coloniais ao abastecimento da Metrópole. Cifram-se elas em conceder-se-lhes uma redução nos direitos de:

50 % em 1928 e enquanto o montante de tabaco colonial importado no país não ultrapassar 533 toneladas;

35 % no ano seguinte àquele em que a importação houver ultrapassado 533 toneladas e enquanto não fôr além de 760 toneladas;

25 % no ano imediato àquele em que a importação tiver excedido 760 toneladas e enquanto não fôr além de 1.066 toneladas;

20 %, análogamente, enquanto a importação não tiver galgado 1332 toneladas;

15 %, análogamente, até 1.773 toneladas;

10 % para as quantidades que anualmente excederem os limites

fixados em harmonia com os diferenciais marcados, bem como para as importações superiores a 1.773 toneladas.

Bastaria, finalmente, ratear as quantidades indicadas pelas colónias; proporcionalmente às suas produções, que pelos respectivos Serviços de Agricultura poderiam, provavelmente, ser indicadas.

Os *bonus* concedidos nos termos expostos são inteiramente cobertos pelo aumento de 10 centavos, ouro, nos direitos aduaneiros presentemente em vigor, fixando-se estes, por conseguinte, em 1\$50, ouro, por quilo. (V. Nota.)

9.º — O direito alfandegário sobre o tabaco em folha, cobrado actualmente, é 16 vezes superior ao que vigorava antes da desvalorização da moeda nacional. Como esta é representada por 21, 1, conclui-se que o fumador está presentemente beneficiado pelo que respeita a este encargo e favorecido continuará.

Vendendo-se ao público o quilo de tabaco manipulado a 64 escudos e alguns centavos mais (preço à data da régie provisória que precedeu o contrato de arrendamento das fábricas do Estado) passaria a custar, segundo o esquema diferencial proposto (N.º 8), um pouco mais de 66 escudos, isto é, sofreria um aumento de perto de 1/30 do actual valor. Por consequência, o agravamento do custo do tabaco pelo aumento sugerido dos direitos aduaneiros não pode dar motivo, segundo parece, a qualquer perturbação do respectivo comércio nem a preocupações de ordem social.

10.º — O Estado cobrará sempre receitas superiores às actuais. Com efeito, só quando as importações atingirem os limites fixados cada ano, o total de direitos aduaneiros se manterá igual ao que se cobraria com o regime vigente. Mesmo nesta hipótese, no entanto, o imposto «ad valorem» sofrerá sempre um ligeiro aumento, bem como se dará a elevação proporcional dos impostos sobre os tabacos manipulados.

Sucede ainda que a tonelagem a que no regime proposto se aplicará o diferencial de 10 % será necessariamente menor que nas condições actuais, o que traduz aumento de receita também. De resto, não é muito provável que em curto prazo as colónias consigam colocar na Metrópole as quantidades de tabaco previstas. A garantia da solução apresentada servirá favoravelmente, contudo, para garantir encargos que a expansão e melhoramento da indústria agrícola virão determinar com o fim do abastecimento do país.

11.º — Os diferenciais propostos, conquanto possam parecer elevados, num exame superficial, dão ainda uma margem de lucro consideravelmente distante do que obtêm os plantadores dos domínios britânicos. Vimos que uma tonelada de tabaco em folha desta origem (N.º 6) paga em Londres de direitos menos 250 £ que outra proveniente do estrangeiro. Entre nós, com o *bonus* máximo de 50 %, a redução dos direitos não atinge £ 167 e desce para £ 83 quando aquele fôr de 25 %.

Pelo exposto, espera o *Sindicato Agrícola de Quelimane* que o Governo da República se empenhará em procurar uma solução para

o problema dos tabacos coloniais, em termos análogos aos indicados (N.º 8) e nesta exposição fundamentados, em moldes que contribua para a prosperidade nacional, atendendo os que na Africa Portuguesa mourejam, pelo seu interesse particular, sem dúvida, mas também por uma Pátria Maior.

Saude e Fraternidade.

Quelimane, sede do Sindicato, Novembro de 1927.

A Sua Excelencia o Ministro das Finanças — Lisboa.

A Direcção

A. Caldeira Ribeiro ,

(Nota.) — Para o cálculo dos direitos a estabelecer em função da quantidade de tabaco colonial entrado na Metrópole, com certo diferencial, partimos da expressão

$$I = (T - C) \cdot D + C \cdot d \dots\dots\dots (1)$$

na qual

I — representa o montante do imposto aduaneiro cobrado com os direitos em vigor sobre o tabaco em fôlha importado ;

T — o número de quilos de tabaco em fôlha importados no país ;

C — o número de quilos de tabaco em fôlha importados das colónias, ao qual é concedido um *bonus* ;

D — o imposto a estabelecer por quilo de tabaco em fôlha importado do estrangeiro ;

d — o imposto a estabelecer por quilo de tabaco em fôlha importado das colónias,

e que traduz, analiticamente, este princípio imperativo ;

«A totalidade dos direitos aduaneiros cobrados actualmente pelo tabaco em fôlha importado não deve diminuir pela concessão de qualquer *bonus* a idêntico produto importado das colónias.»

Se na expressão 1 representarmos *d* em função de *D* fazendo

$$d = m \cdot D$$

poderemos, substituindo *d* pelo seu valor, e resolvendo a equação em ordem a *D*, escrever

$$D = \frac{I}{(T - I - m) C} \dots\dots\dots (2)$$

onde *I - m* é a relação do *bonus* concedido para o imposto sobre o tabaco estrangeiro, visto ser

$$I - m = \frac{D - d}{D} \dots\dots\dots (3)$$

A fórmula 2 pode ainda simplificar-se se designarmos por δ (delta) o valor *I - m*. Será

$$D = \frac{I}{T - \delta C} \dots\dots\dots (4)$$

Discutindo ligeiramente a fórmula 4 apura-se que o imposto dependerá da quantidade de tabaco colonial importado e do diferen-

cial que se lhe estabelecer. Se estas duas quantidades forem reguladas de forma a manter-se sensivelmente constante o producto δC , evitar-se-á o inconveniente de ter de alterar o impôsto a cada modificação da importação e *bonus* respectivo.

Portanto, à medida que as colónias forem aumentando anualmente as suas remessas de fôlha para Lisboa, o diferencial irá sendo proporcionalmente reduzido. Seguindo este critério, admitimos que o mercado metropolitano toleraria sem embaraços o aumento de 10 centavos, ouro, sobre os direitos aduaneiros do quilo de tabaco em fôlha importado do estrangeiro, fixando-o em 1\$50, ouro. Entrando com estes valores na fórmula 4, resolvida em ordem a δC , achamos para este producto o valôr aproximado de 266,6.

Fazendo δ

$$\begin{aligned} &= \frac{1}{2} \text{ (ou } 50 \text{ \%)} \text{ vem } C = 533 \text{ toneladas} \\ &= \frac{7}{20} \text{ (ou } 35 \text{ \%)} \text{ » } C = 760 \text{ »} \\ &= \frac{1}{4} \text{ (ou } 25 \text{ \%)} \text{ » } C = 1066 \text{ »} \\ &= \frac{1}{5} \text{ (ou } 20 \text{ \%)} \text{ » } C = 1332 \text{ «} \\ &= \frac{3}{20} \text{ (ou } 15 \text{ \%)} \text{ » } C = 1773 \text{ »} \end{aligned}$$

Uma festa de instrução em Angola

De iniciativa dos respectivos professores, realizou-se há tempos na Escola Luís de Camões, de Sá da Bandeira, uma tocante festa dedicada aos amigos da mesma escola e da sua Caixa Auxiliar, — festa que teve a honrá-la a presença do Governador do Distrito, sr. major Bento Roma.

Além duma sessão solene, faziam parte da celebração uma alocução e saudação à Bandeira pelos alunos, distribuição de fatos a alunos pobres, recitativos, cantos, coros e danças pelas crianças, tendo, no final, a directora da Escola Luís de Camões, Sr.^a D. Irene Bettencourt de Medeiros Portela, pronunciado a seguinte alocução:

«Senhor Governador,
minhas Senhoras e meus Senhores:

Antes de fecharmos esta modestíssima festa devo agradecer a vossas excelências o terem acorrido ao meu convite, dando-me, a mim e à minha escola, a alta honra da sua comparência.

Dois objectivos tive em mira quando imaginei realizar esta festa: primeiro, festejar esta data sobre tôdas sacrossanta, de tão dôces e universais tradições, que, até na própria guerra, os beligerantes interrompiam as suas lutas cruéis para, enterrados na neve, poderem

elevar o pensamento a Deus e concentrar o coração na terna salidade da família ausente; segundo, fazer perante os vossos olhos a demonstração da utilidade das *Caixas Escolares*, instituição de mutualismo infantil de que só agora, depois de a pôr em prática, eu mesma abrangei por completo o verdadeiro e profundo alcance.

Há tempos foi esta escola visitada por um homem superiormente inteligente, que deixou a seguinte nota nas impressões da sua visita: «O que mais me encanta neste estabelecimento é a forma amorável como nele foi resolvido o problema da obrigatoriedade do ensino».

Dir-vos-ei, senhores, que a forma como foi resolvido consistiu na criação, dentro da própria escola, do auxílio aos alunos necessitados, indo mais longe que o próprio Estado no seu amparo e no reconhecimento do direito à instrução para todos.

Mas a nossa ambição não está ainda satisfeita e só nos daremos por contentes no dia em que na escola pudermos organizar uma cantina que forneça às crianças com insuficiência de meios uma refeição diária.

É natural que eu amanhã, juntamente com os outros professores, vos vá bater à porta ainda uma vez, para darmos mais êsse passo no sentido do aperfeiçoamento da escola. E só vos peço que façais justiça à pureza das nossas intenções e que acolheis com a bondade de que sempre tendes usado aqueles que só têm em mira a realização duma obra meritória.

.....
Estamos atravessando, meus senhores, uma época de rude egoísmo, contra o qual devemos lutar por todos os meios, sob pena de vermos subverter uma civilização de séculos. À escola cumpre em especial essa função.

Foi por isso, meus senhores, que eu vos pedi para virdes à nossa escola dar o vosso aplauso a esta obra das crianças, que tão poucas lições de incitamento moral encontram na vida moderna.

Vistes a sua alegria, o entusiasmo com que saúdaram a Bandeira que é e será o símbolo augusto da Pátria, entidade que só morrerá se nós não soubermos dominar o sentimento de duro egoísmo de que vos falei. Pátria e Bandeira foram por elas exaltadas, unindo a ideia ao símbolo, na mesma legítima e racional aliança que sempre encontraram na alma dos nossos heróis para por elas darem sangue e vida.

.....
Tudo isto, meus senhores, é obra delas, dos seus sentimentos naturais, da sua espontânea tendência para o bem. Nós, os professores, apenas temos aproveitado essa natural inclinação, canalizando-a e orientando-a. E, todos os meses, a trôco dum beijo ou de uma palavra acolhedora, êles lá trazem o seu pequenino óbulo e, como formigas esparsas, vão construindo com a sua *Caixa Auxiliar* uma obra de beleza e solidariedade.

A festa de hoje é a festa da sua pequenina instituição de amor.

Dizia Rousseau que «tudo é bom ao sair das mãos de Deus». E eu, meus senhores, ao fim de 32 anos de trabalho, tendo-me passado pelas mãos centenas e centenas de crianças, posso felizmente dizer, como o grande filósofo, que na alma da criança tenho sempre encontrado um fundo estrutural de bondade e beleza. É a vida, a dura vida que, como um cardo espinhoso, rasga o véu puro das suas ilusões, tornando-as más e vingativas.

Cumpre pois cultivar êsse substractum de candura multiplicando às crianças a oportunidade da prática do bem.

Ora a importância máxima das Caixas Auxiliares, benemérita instituição criada na colónia de Angola pelo não menos benemérito e grande amigo da Escola e das crianças, sr. capitão Sousa Dias, reside, ainda mais que nos benefícios materiais que delas resultam, na oportunidade constante de proporcionar às crianças um prazer moral. São grandes os benefícios recebidos pela Caixa Auxiliar, dádivas de toda a natureza, por meio das quais a população desta nobre terra me faz chegar, dia a dia, a aprovação pela obra realizada. Mas, minhas Senhoras, é muito mais importante ainda o pequenino óbulo mensal confiado à criança, trazido pela criança, entregue pela criança, dando-lhe a noção de quanto pode o esforço associado, a economia das migalhas, a perseverança no futuro.

Criancinhas! Aquilo que ali está é vosso, é para vós, porque é a vossa obra! Foi feito com amor, com boa vontade, com muita tenacidade, com muita fé. Dali saíram alegrias, risos, felicidades!

Por isso vos peço que nunca esqueçais êste dia e que graveis bem estas palavras na vossa memória, palavras que a vossa professora, já prestes a despedir-se de vós, vos vai dizer:

Amai a vossa Pátria, mãe amantíssima de nós todos e que todo o português deve procurar engrandecer e honrar!

Amai a vossa Bandeira, na qual estão esculpidos os símbolos representativos das origens e das tradições nacionais.

Amai a vossa Família, núcleo essencial da virtude e da honra, célula elementar e sagrada da vida da nacionalidade!

Amai a vossa Escola, onde se iniciou a vossa verdadeira vida social, onde encontrastes os primeiros amigos, onde começastes a criar a vossa verdadeira personalidade!

E agora, meus filhos, numa exaltação vibrante das vossas almas juvenis, numa emoção erguida e purificada, juntando no vosso pequenino coração Pátria, Bandeira, Família e Escola, gritai comigo, gritai, meus filhos:

Viva Portugal!»

A *Província de Angola*, fazendo a reportagem de tão educativa festa, refere que a alocução da Sr.^a D. Irene de Medeiros Portela foi coroada com muitas palmas, e felicita o corpo docente da Escola Luís de Camões, «que tão alto põe o seu mister.»

Fazendo-lhe merecida referência nas páginas dêste *Boletim*, temos por propósito mostrar a que beneméritas mãos está confiada a instrução infantil nas Colónias Portuguesas.

Epidemiologias em Angola

Durante o mês de Janeiro de 1928, registaram-se, em Angola, os seguintes casos de doenças contagiosas:

Peste — Nenhum.

Variola — 10 casos, no distrito de Cuanza-Sul.

Tinha — 4 casos no distrito do Congo.

Varioloides, Varizela e Alastrim — 26 casos, assim distribuídos, por distritos: Luanda, 5; Cuanza-Sul, 2; Benguela, 3; Mossâmedes 3; Congo, 12; Bié, 1.

Gripe — 266 casos: Zaire, 5; Luanda, 15; Cuanza-Sul, 2; Benguela, 8; Mossâmedes, 14; Congo, 99; Lunda, 9; Moxico, 40; Huíla, 5; Cuanza-Norte, 25; Malanje, 12; Bié, 32.

Pneumonia e Bronco-pneumonia — 44 casos: Zaire, 2; Luanda, 6; Cuanza-Sul, 6; Benguela, 7; Mossâmedes, 3; Congo, 8; Moxico, 4; Cuanza-Norte, 2; Malanje, 3; Bié, 2.

Meningite — 1 caso, no distrito do Congo.

Tuberculose — 34 casos; Luanda, 14; Cuanza-Sul, 2; Benguela, 7; Mossâmedes, 4; Congo, 2; Lunda, 1; Huíla, 1; Bié, 3.

Disenteria — 57 casos: Luanda, 6; Cuanza-Sul, 2; Benguela, 5; Mossâmedes, 14; Congo, 12; Moxico, 4; Huíla, 5; Cuanza-Norte, 7; Bié, 2.

Febre tifóide e paratifoide — 2 casos, no distrito de Cuanza-Sul.

Sarampo — 70 casos: Luanda, 4; Cuanza-Sul, 3; Benguela, 1; Mossâmedes, 52; Huíla, 6; Malanje, 4.

Septicémia puerpurial — 2 casos: Benguela 1; Huíla, 1.

Febre recorrente — 14 casos: Congo, 9; Lunda, 5.

Béri-béri — 2 casos em Luanda.

Tétano — 3 casos; Luanda, 2; Mossâmedes, 1.

Lepra — Nenhum.

Tripanosomíase — 151 casos: Zaire, 4; Luanda, 31; Cuanza-Sul, 1; Congo, 70; Cuanza-Norte, 6; Malanje, 1.

Difteria — Nenhum.

Pian — 106 casos: Zaire, 26; Luanda, 53; Cuanza-Sul, 3; Congo, 15; Moxico, 4; Cuanza-Norte, 5.

Ankilostomíase — 27 casos: Luanda, 10; Congo, 14; Moxico, 3,

Poludismo — 675 casos: Zaire, 47; Luanda, 105; Cuanza-Sul, 65; Benguela, 66; Mossâmedes, 76; Congo, 121; Lunda, 14; Moxico, 11; Huíla, 66; Cuanza-Norte, 57; Malanje, 25; Bié, 22.

F. Biliosa — 17 casos: Zaire, 1; Luanda, 2; Cuanza-Sul, 5; Benguela, 2; Congo, 2; Malanje, 5.

Doenças sifilíticas — 442 casos: Zaire, 20; Luanda, 60; Cuanza-Sul, 12; Benguela, 47; Mossâmedes, 39; Congo, 18; Lunda, 12; Moxico, 166; Huíla, 41; Cuanza-Norte, 2; Malanje, 2; Bié, 23.

Bilharzia — 38 casos: Luanda, 2; Huíla, 5; Cuanza-Norte, 31.

Sarna — 56 casos: Luanda, 6; Congo, 50.

Tosse convulsa — 2 casos no Bié.

A mortalidade na província de S. Tomé e Príncipe

No seu número 4.º, Vol. VI, série V, «The Antislavery Reporter and Aborigenes Friend» faz afirmações sobre a mortalidade em S. Tomé, interpretando os números publicados no *Boletim Oficial* a seu modo e concluindo que as condições em que vivem os trabalhadores não são satisfatórias.

Ora a verdade é bastante diferente.

Segundo as estatísticas feitas pela Curadoria Geral dos Serviços de S. Tomé, a mortalidade nos cinco anos de 1923 a 1927, entre o pessoal de raça negra, empregado nas roças, foi de 27,6 por 1.000. Neste número está incluída a mortalidade das crianças e os acidentes de trabalho.

Como se sabe, nos países africanos, a mortalidade das crianças de 1 a 10 anos é muito elevada e isso aumenta muito a taxa da mortalidade. Vão ser feitas novas estatísticas em que serão separados os adultos das crianças, para se poder bem avaliar a mortalidade entre o pessoal trabalhador e poder comparar com a mortalidade noutros países tropicais, onde há grandes núcleos de trabalhadores. A taxa, assim rectificada, ficará muito abaixo de 20 por 1.000.

A assistência médica em S. Tomé é superior à que existe em qualquer colónia estrangeira, como tem sido reconhecido por todos os que têm visitado a Colónia. O trabalho em que são aplicados os negros é ao ar livre, quasi sempre à sombra do arvoredo e portanto bastante mais higiénico que o das minas em que os nossos pretos de Moçambique são empregados no *Rand e na Rodésia*. As habitações e alimentação são muito melhores do que têm na Europa muitos trabalhadores brancos.

Pode-se afoitamente afirmar que os trabalhadores pretos que estão em S. Tomé seriam vítimas duma maior taxa de mortalidade nos países de origem.

A comparação com o que acontece com os naturais da Província é bastante prova. Estes não vão trabalhar para as roças e são, na sua maioria, muito refractarios a qualquer trabalho; vivem em condições pouco higiénicas.

A taxa de mortalidade em toda a Província, incluindo os trabalhadores, é de 40 por 1.000. Como um terço da população é de naturais que não trabalham nas roças, a taxa de mortalidade dos naturais é de 60 por 1.000.

Esta taxa é elevadissima e preocupa muito o Governo, mas ninguém a pode atribuir ao trabalho nas plantações. Pelo contrário, verificar-se-à que, se os naturais trabalhassem nas plantações, teriam mais vida.

As causas de tão grande mortalidade são a ociosidade e os males a esta inerentes, como sejam o alcoolismo, a prostituição, as más condições higiénicas e a deficiência de alimentação.

Esforça-se o Governo para levar ao trabalho os nativos, mas as medidas verdadeiramente eficazes não têm sido tomadas, precisa-

mente para evitar a especulação daqueles que, em vez de orientarem a sua filantropia pelo interesse real dos indígenas, a orientam só para nos guerrearem injustamente.

Para terminar o alcoolismo, está já decretado que cesse o fabrico de aguardente em 31 de Dezembro de 1929, e está o Governo no firme propósito de não prolongar o prazo do fabrico nem mais um dia, embora isso venha a causar pesados prejuizos a uns poucos agricultores e às finanças da Província. Deve-se notar que S. Tomé não está incluído na zona da Convenção de St. Germain-en-Laye e que o Governo Português, apesar disso, movido por intuitos humanitários e civilizadores, não se serve deste facto para permitir o fabrico e comércio de aguardente.

Uma larga assistência médica é dada aos indígenas de S. Tomé pelo Governo.

Os médicos do Governo percorrem todas as semanas os núcleos de população, prescrevem tratamentos e distribuem medicamentos aos indígenas que os procuram. Espera o Governo que, em breve prazo, os benefícios deste serviço se farão sentir, baixando a taxa da mortalidade infantil.

A explicação da grande percentagem de óbitos sem que no bilhete de enterramento conste o diagnóstico, é a seguinte :

Os nativos de S. Tomé, que constituem mais de um terço da população, e que não fazem parte do pessoal das roças, raras vezes terão o óbito verificado por um médico, pois que bem poucas vezes este é chamado a prestar-lhes socorro. Dêsses, a grande maioria é enterrada sem que no bilhete de enterramento possa constar a causa do óbito.

Raros serão os trabalhadores das plantações que faleçam sem assistência médica. Este facto só se dará em casos de morte súbita, em pequenas roças, onde não é obrigatório o serviço médico diário, e quando não seja possível chegar a tempo o médico que se encontra mais próximo.

Mas, muitos mais do que estes serão enterrados sem diagnóstico, por terem falecido em dia que não havia visita médica na roça respectiva e os enfermeiros não terem autoridade para classificar a causa da morte e passar a certidão de óbito. De resto, a lei não exige certificado de óbito passado por médico.

Não se pode, portanto, julgar que os falecidos registados com a nota «*sem diagnóstico*», não tenham tido assistência médica.

O serviço médico nas roças regula-se pelos seguintes preceitos :

Em todas as propriedades em que trabalhem mais de 10 serviçais há uma ambulância;

Empregando a roça mais de 50 serviçais, é obrigada a ter enfermarias;

As roças grandes têm hospitais;

Os patrões que tenham ao seu serviço mais de 1.000 serviçais devem fazê-los visitar diariamente; os que tiverem de 600 a 1.000,

três vezes por semana; e semanalmente os que tiverem menos de 600.

O Governo vigia rigorosamente que sejam cumpridas estas regras.

A presunção de que os serviçais sejam mal alimentados, só a pode ter quem tenha uma completa ignorância das condições de vida em S. Tomé ou quem esteja de má fé e não queira, ao menos, examinar as estatísticas.

Muitos milhões de bananeiras e de árvores de fruto espalhadas pelas plantações, fornecem milhares de toneladas de alimento rico em amido e açúcar.

Milhões de palmeiras dão o apreciado óleo de palma e côcos largamente usado na alimentação dos serviçais.

É grande o consumo de carne proveniente do gado criado na Colónia e importado de Angola.

Além disto importam-se para alimentação dos trabalhadores, por ano:

- 2.300 toneladas de arroz.
- 1.500 toneladas de feijão.
- 1.000 toneladas de farinha de milho.
- 2.500 toneladas de milho.
- 2.000 toneladas de peixe fresco.

Só os alimentos importados dão uma ração média de 730 gramas por dia ao serviçal.

A alimentação produzida na Colónia dá certamente o dobro.

Qualquer pessoa imparcial reconhecerá que são melhor alimentados os trabalhadores de S. Tomé do que grande parte dos trabalhadores da Europa.

Náutica e aeronáutica

Uma lição do Almirante Gago Coutinho

Por ocasião da abertura dos cursos de aviação do Aero Club de Portugal, em sessão solene a que presidiu o sr. general Vieira da Rocha, antigo ministro das colónias, o sr. almirante Gago Coutinho pronunciou um discurso, que constituiu de per si uma brilhante e erudita lição de história, em que se faz a aproximação do papel de Portugal, nas suas antigas viagens marítimas, com o que o nosso país tem desempenhado nos nossos tempos em matéria de navegação.

Principiou o ilustre almirante por se referir às experiências de Bartolomeu de Gusmão, de Montgolfier e de Santos Dumont e à máquina aeronáutica, ao balão de hidrogénio e ao dirigível com motor de explosão, depois do que se ocupou dos aeroplanos e das viagens notáveis, como a travessia da Mancha, do Mediterrâneo, da África e a viagem ao Japão e à Australia, bem como às que se realizaram depois da guerra, nomeadamente às travessias do Atlântico pelos americanos e por Alcock.

Tendo mostrado a analogia do papel moderno dos portugueses, com o que eles tiveram nas antigas navegações astronómicas, recordando as viagens ao Brasil e a Macau, o sr. almirante Gago Coutinho falou da de Franco e da de De Pinedo; das numerosas tentativas de 1927, dos êxitos e dos insucessos que, como o «American Girl» provou, devem ter sido, por vezes, devidos a erros de navegação, e mostrou a «sorte» de Lindbergh e o «azar» de Byrd. Aludiu ao vôo de Pinedo com o avião «Santa Maria» sobre o interior da América e lembrou os «récords» batidos pelo «Argos»: 2:600 quilómetros em 18 horas, navegando de noite por estrelas e não dependendo de navios nos portos.

Ocupou-se da travessia do Pacífico, para Honolulu, por Maitland, do «vôo extraordinário de Costes e Le Brix», dos «récords» desportivos de altitude, de pêso e de velocidade; dos êxitos da «avionette» e do vôo sem motor, e, no campo da aviação comercial, abordou o problema das carreiras transatlânticas, insolúvel para a América do Norte e de possível realização para a do Sul.

Em seguida, o orador expôs a razão dos estudos de aviação em Portugal e os fins dos cursos do Aêro Club, apresentando o seu programa, que será dividido em secções de pilotagem, motores, electricidade e telegrafia aêro-dinâmica, navegação estimada e astronómica, medicina, direito e turismo.

Tratando da analogia histórica do Passado, tanto em Marinha como em Aviação, Gago Coutinho demonstrou que o culto do Passado, não nos deve servir de pretexto para nos não calarmos mais, mas para nos convenceremos de que somos capazes de fazer alguma coisa em concorrência com os outros povos. A nossa «modestia» no passado, deixou na sombra o valor das viagens de Bartolomeu Dias, Gama, Cabral e Magalhães; enaltecendo a descoberta da América, considerou charlatão Colombo, afirmando que havia falta de base nas suas propostas, mentira na sua descoberta da variação da agulha; nos seus contos da Terra em forma de «pera» nos seus vampiros, nas suas sereias; no Sol do Equador que queimava os navios; afirmando ainda a sua ignorância em matéria de observações astronómicas. Com os portugueses aprendera o regime dos ventos no Atlântico, que lhe permitiu ir para oeste, sem receio de encontrar ventos contrários à volta. Aludiu à ignorância que êle atribuiu aos pilotos espanhóis, dizendo que não conheciam o movimento da estrela Polar nem a determinação da velocidade dos seus navios, e afirmou que foi dos portugueses que recebeu as informações sobre terras a oeste, mas que os portugueses, pela falta de relações escritas, ficam na sombra tudo se atribuindo a Colombo tal como sucede com a descoberta do Brasil, atribuída a Pinzon e a Vesputio.

No assunto de aëronáutica, a ignorância a respeito do papel dos portugueses repete-se. Até a prioridade da viagem astronómica nos é negada, apesar da travessia atlântica, só de noite, e, portanto por navegação astronómica. Contou o que se passou em Nova York com

o «placard» do «Times» onde, a par das viagens de Franco e Pinedo, faltavam as dos portugueses e brasileiros, lamentando que contra isso se não tivesse reclamado nem contra o anuário do «Daily Mail». Tratam-se os aviadores portugueses como outrora foi tratado o padre Gusmão. Santos Dumont é ignorado na América. Também lá afirmam que foi o «seu» Maitland quem primeiro praticou navegação aëro-astronómica no alto mar.

O sr. almirante Gago Coutinho terminou dizendo que o curso do Aëro Club vai procurar, com uma propaganda técnica, espalhar os conhecimentos de aviação em Portugal e mostrar aos portugueses o papel que estamos desempenhando actualmente, idêntico ao dos navegadores portugueses de há quatro séculos.

Mérito colonial para as mulheres

A pena brilhante do doutor Chaves de Almeida, distinto ornamento da imprensa colonial portuguesa, trouxe para este jornal, recentemente, um eloquente exemplo do interesse da Bélgica pelo seu Congo — extensa lição de actividade dessa admirável Nação — exaltando o propósito do rei Alberto em desejar inaugurar pessoalmente o Caminho de Ferro de Catanga a Leopoldville. Novo exemplo nos proporciona trazer para estas colunas mais um desses *exemplos admiráveis* que merecem a nossa meditação e também uma incondicional adopção.

O exemplo vem agora da França. Trata-se dum acto de absoluta justiça às mulheres francesas que trocam o solo da Pátria pelas inóspitas paragens dos domínios ultramarinos, pretendendo-se completar todo o esforço dessa corrente, cada vez mais intensa, para interessar a mulher na acção colonizadora.

Os franceses compreendem, muito bem, que o estímulo dado aos homens com a concessão de louvores e condecorações deve ser extensivo às abnegadas companheiras dos funcionários e dos colonos, participantes de todas as vicissitudes da atribulada vida colonial; e de quantas, voluntariamente, ingressam lá, com a sua valiosa e dignificadora cooperação, nas várias modalidades da obra de administração e assistência que os povos europeus mantêm nos seus domínios.

Vêm tomando vulto as providências dos Governos da França e da Bélgica, facultando todas as facilidades aos agentes e servidores para a constituição de famílias, oferecendo-lhes amparo, subsídios e interessando depois as mulheres nas escolas, nas maternidades, nas obras de assistência, explorando inteligentemente a benéfica influência feminina em várias obras sociais. Desta orientação, cujos resultados têm sido bastante animadores, sob vários aspectos, resultou a necessidade de galardoar determinadas dedicações e algumas excepcionais revelações, que seria injusto não ressaltar da mediocridade.

Essa reparação surgiu ao deputado Luís Proust, delegado do

Sudão e Alta Volta no Conselho Superior das Colónias, apresentando no Parlamento uma proposta de lei criando a Ordem do Mérito Colonial para as mulheres com permanência não inferior a 10 anos no Ultramar e que tenham contribuído eficazmente para o desenvolvimento da obra de colonização. *La Presse Coloniale* publica, num dos seus últimos números, o texto desse diploma que foi submetido à apreciação da Comissão da Argélia, Colónias e Protectorados, para ser tomada na devida consideração.

Permite-nos esta manifestação de política colonial com eloquente significado, suggestionar a sua adaptação para as nossas províncias ultramarinas. Portugal, mais que a França, a Bélgica, a Inglaterra e a Holanda, tem nos seus domínios fulgurantes afirmações desta natureza. Na Índia Portuguesa, em Angola, Macau, Cabo Verde e Moçambique — para não citar as nossas oito possessões — quantos exemplos de abnegação e perseverança da Mulher Portuguesa ficaram sem prémio e incitamento ?!

Mas esta Província tem, mais do que nenhuma outra, pelos seus fundamentos estruturalmente nacionais, pelo carácter dos seus núcleos de colonização, pela especial feição do povoamento dos seus planaltos, nobres exemplos, dos tais *exemplos admiráveis*. Por isso entendemos que de Angola deve partir a iniciativa e muito propositadamente na imprensa da Província, neste jornal, levantamos o brado desta reparação que se impõe! Ocorre-nos o exemplo dessas velhinhas que em Angola permaneceram dezenas de anos criando primeiro os filhos e depois os netos, numa santa missão que o nosso egoísmo apaga. Lembra-nos essa tarefa sacrossanta de certas professoras, como D. Irene Portela, de Sá da Bandeira (*trinta e dois anos de magistério*), fazendo brotar a luz nos pequeninos cérebros que desabroçam para a Vida. Recorda-nos as esquecidas irmãs de caridade, cheias de misticismo, cumprindo a sua cruzada de educadoras e enfermeiras, no Enclave, no Congo, em Malanje e no Sul, olhos postos em Deus, pedindo piedade para os que as agravam. Surge à nossa memória a cooperação das médicas e enfermeiras, dando-nos o dulcíssimo conforto dos seus carinhos, disputando a sua quota parte na tarefa colossal da assistência. E não esquecemos, ao escrever estas linhas, a consoladora impressão que se sente, após uma viagem no mato, encontrar algures um lar hospitaleiro onde a mulher marca a nota eloquente da expansão e adaptação da Raça. Quem não o experimentou ?

Nós, homens, temos sido injustos para as nossas companheiras da vida atribulada e nómada das colónias, que nos amparam nos momentos de desânimo e caem ao nosso lado roídas pelo impudismo! Serviços distintos e relevantes para uns, valor e mérito para outros, exemplar comportamento para os restantes. E das mulheres falou agora, em França, Luís Proust...

Providência dum alto significado moral, não tem entre nós a embaraçá-la qualquer escolha de ordem material. Precisa sómente tomar corpo e vir, possivelmente através das afirmações da colónia,

até as instâncias superiores. Doutra maneira perde-se no tumultuar indiferente da imprensa metropolitana, no ambiente egoísta que gerou o Decreto 86 de 1926 e legislação subsequente; ou na barreira hostil constituída pelos que, por não terem nunca saído a barra do Tejo, estão longe de avaliar o quanto devemos à Mulher Portuguesa, no Ultramar!

(De *A Província de Angola*, de 28 de Abril, artigo do Sr. Mimoso Moreira).

Homenagem a Fernão de Magalhães

Pela última reforma, amplamente administrativa, adoptada pelo seu actual Governo, o Chile conta, em vez de três províncias dezasseis territórios.

Um destes, o de Sysen, divide-se em cinco comunas; outro, o de Magalhães, em três departamentos, passando a capital, — a cidade de Punta Arenas, — a denominar-se Fernão de Magalhães, em homenagem ao grande navegador português que primeiro atravessou o estreito que abre passagem do Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico.

A Igreja católica na África do Sul

As estatísticas sobre a Igreja católica em toda a África do Sul dão os números seguintes: Um delegado apostólico, o arcebispo Gylenvijk, residindo, desde 1 de Maio de 1923, em Bloemfontein;

Nove vigários apostólicos: Cidade do Cabo, desde 1837; Pôrto Isabel, desde 1842; Natal, desde 1850; Basutolândia, Transvaal e Marianhill, desde 1922; Zuzulândia, desde 1923, e mais Orange, River e Kimberley.

Oito perfeições apostólicas: Transvaal-Norte; Rodésia; Cuinbebasien, Lydenburgo, Gariep-central; Suazilândia e Bechuanalândia.

Cerca de 350 igrejas e capelas, das quais 40 em honra do Sagrado Coração de Jesus; 50 em honra da Bem-aventurada Virgem Maria, sob diversos títulos; 3 de S. José; 15 de S. Francisco Xavier; 12 de S. Patrício; 12 de Santo António; 40 de S. João Baptista; 9 de S. Miguel; 9 de Santo Agostinho; 8 de S. Paulo; 4 de Santa Teresa e as restantes em honra de diversos santos.

Praticam o culto cerca de 400 sacerdotes, pertencendo, na sua maioria, a diversas ordens e congregações.

A unidade sindical entre os pretos

Em Kimberley, África do Sul, reuniram-se num Congresso os representantes dos 60.000 trabalhadores de cor que tinham enviado à Europa o seu secretário, o sr. Clément Kadalie, para acompanhar as sessões da Conferência Internacional do Trabalho, os do Con-

gresso Internacional de Amsterdão e estudar em Paris as organizações sindicais dos países europeus.

Como consequência do Congresso de Kimberley, foi resolvido pôr um Comité executivo à frente do agrupamento, com um presidente, dois vice-presidentes, um secretário geral, um tesoureiro, um delegado para a propaganda, um técnico encarregado das investigações documentais e publicações, e secretários regionais.

Os sindicatos amalgamados nos grupos locais pagarão uma quota semanal de 6 pence, tratando-se de operários das indústrias, e de 3 pence se se tratar de trabalhadores agrícolas e mulheres.

Diversos serviços de previdência e solidariedade foram criados na federação. Além disso, a federação dos trabalhadores indígenas da África do Sul assegurou o concurso por seis meses ou um ano de um organismo operário inglês, e mandará alguns jovens militantes seguir os cursos das escolas operárias superiores na Europa.

Finalmente, a Federação dos trabalhadores indígenas filiou-se na Central sul-africana dos trabalhadores brancos,

O comércio da França com as suas colónias

Durante o ano de 1927 fez a França com as suas colónias e protectorados um tráfico que se elevou a 14 biliões e 209 milhões de francos. Esta cifra representa um pouco mais de 13 % do comércio total da metrópole durante o mesmo período (108 biliões).

As importações das suas possessões para França elevaram-se a 46 biliões e 45 milhões, ou seja cerca de 11,5 % do total das importações da metrópole (52 biliões e 853 milhões).

As exportações francesas para as mesmas colónias atingiram 8 biliões e 164 milhões — ou seja 2 biliões e 119 milhões a favor da metrópole — e representam perto de 15 % das exportações totais da França (55 biliões e 225 milhões).

Só a África do Norte fez com a França 8 biliões e 933 milhões de permutas. Vendeu-lhe 3 biliões e 347 milhões e comprou-lhe 5 biliões e 586 milhões.

No conjunto das possessões francesas e pelo que se refere ao tráfico com a metrópole, a Algéria vem sempre à cabeça. Recebeu da França 3 biliões e 928 milhões de mercadorias e exportou 2 biliões e 552 milhões de produtos. No total, 5 biliões e 586 milhões, ou sejam 79 milhões a mais do que em 1926. Vem a seguir a Índochina com 1 bilião e 703 milhões, dos quais 1 bilião e 73 milhões de importações da França e 630 milhões de remessas para a metrópole. O terceiro lugar é ocupado pela A. O. F. — 844 milhões de vendas e 605 de compras. Total, 1 bilião e 449 milhões.

Segue-se Marrocos, com um tráfico de 1 bilião e 334 milhões, em que os compras da França são representadas por 389 milhões e as suas vendas por 945 milhões. Vem depois a Tunísia, que remeteu 406 milhões de produtos e comprou 713 milhões de artigos diversos. Ao todo, 1 bilião e 119 milhões.

Finalmente, Madagascar exportou 312 milhões de matérias primas para França e importou 340 milhões de produtos da metrópole. Total, 652 milhões.

Quanto às outras colônias, elevou-se também a seu tráfico com a metrópole, durante o ano findo, para 1 bilhão e 472 milhões, dos quais 560 milhões para as importações provenientes da metrópole e 912 milhões para as exportações.

Sob esta rubrica figuram a A. E. F., a Reunião, a Costa dos Somalis, os Estabelecimentos da Índia, a Nova Caledônia a Oceania francesa, a Martinica, Guadalupe, a Guiana, etc.

É preciso notar que em 1925 o tráfico França-Colônias tinha atingido o total de 11 bilhões e 311 milhões. O aumento em 1927 é portanto de 2 bilhões e 898 milhões.

Em 1926 o tráfico França-Colônias tinha-se elevado a 16 bilhões e 61 milhões.

A diminuição em 1927 é de 1 bilhão e 852 milhões; mas é necessário levar em conta, nestas cifras, a revalorização do franco, de 1926 a 1927.

A diminuição das permutas entre a França e as colônias em 1927 pois, é apenas aparente, se levarmos em conta os valores expressos em francos. Na realidade, o movimento comercial entre a metrópole e as suas possessões de além-mar aumentou sensivelmente, no ano findo, em tonelagem, e por conseguinte em importância geral.

(De *Les Annales Coloniales*).

A luta contra o paludismo

Entre os métodos empregados na luta contra o paludismo, uns visam a curar o mal já feito, os outros a impedir que ele se produza. É, portanto, conveniente estabelecer entre eles uma classificação para determinar a ordem de urgência, segundo a qual convirá proceder à sua aplicação.

Segundo o estudo dos srs. Sergeant, H. Foley, L. Parrot e A. Catenei, do Instituto Pasteur da Argélia, publicado no «Mouvement sanitaire», pode admitir-se que as medidas defensivas, tendentes a proteger os indivíduos contra a contaminação — o uso preventivo do quinino, as redes nas janelas das habitações, o mosquiteiro no leito, etc., — têm menos importância para o futuro da colectividade que os métodos ofensivos que tendam à exterminação radical do flagelo.

Se, portanto, se encarar o papel do Estado na profilaxia palustre, vê-se-á que os métodos ofensivos são da competência do Estado e que é necessária a sua autoridade para se proceder à sua aplicação.

Ora são esses métodos que tomamos em consideração neste artigo.

1.º — Quando, num lugar, o número das anopheles ultrapassa uma

determinada ordem de grandeza, toda a medida de protecção é illusória e ineficaz.

É, portanto, preciso colocar na base da profilaxia as medidas destinadas a impedir uma pululação excessiva das anopheles pela:

- a) Supressão das águas inúteis.
- b) Tratamento das águas úteis.

A engenharia hidráulica fixou:

a) *As águas inúteis formam albergues de anopheles* — O duplo carácter geral destas águas é estarem estagnadas e povoadas de vegetação densa. A estagnação da água é necessária à vida das larvas dos anopheles que a não ser assim seriam levadas pela corrente ou morreriam, no momento da metamorfose, na água agitada. A vegetação aquática fornece às larvas um alimento e também um abrigo contra a corrente, o vento e os seus inimigos (peixes, insectos, etc.).

Tais são as águas abandonadas a si mesmas: lagos, tanques, pântanos, poças, etc. Toda a intervenção do engenheiro que, num interesse agrícola ou industrial, disciplinar as águas selvagens ou fizer correr as águas estagnadas, servirá a causa da hygiene.

b) *As águas úteis não formam albergues de anopheles* — As águas correntes, canais de irrigação, levadas de moinhos, bem mantidas, etc., bem como as vastas colecções de águas profundas e sem vegetação flutuante nem emergente (barragens, reservatórios, cisternas, etc.), não constituem albergues de anopheles. As águas que não permanecem mais de quinze dias, isto é, durante tempo inferior ao necessário à evolução das larvas de anopheles, à superfície do solo, não constituem albergues perigosos.

Em conclusão, a hidráulica anti-paludosa tem dois objectivos:

a) No que diz respeito às águas inúteis, suprimi-las, aterrando os pântanos ou fazendo correr as águas.

b) No que diz respeito às águas úteis, impedi-las de permanecer durante mais de quinze dias no mesmo leito (alternância dos escoamentos, dupla rede, derramamento alternativo).

Se não se puder impedir que as águas permaneçam mais de quinze dias no mesmo leito, deve-se torná-las impróprias à vida das larvas, graças às diversas medidas anti-larvares.

Grandes medidas anti-larvares — Regularização dos cursos de águas, canalização do seu leito e atolamento dos poços.

Pequenas medidas anti-larvares — Corte das ervas e vegetação, envenenamento, lançamento de petróleo ou emprego de larvicidas.

Uma água domesticada, mal vigiada, torna-se um albergue de anopheles tão perigoso como o charco que substituiu.

2.º — Quando a população dos anopheles é mantida em limites suportáveis, pode encarar-se a medida que libertará definitivamente o território do paludismo: a cura dos antigos infectados, reservatório de virus.

A cura dos portadores de germens paludosos é função de dois factores:

a) O tratamento pelo quinino, ou qualquer outro medicamento activo — obra médica.

b) O reforço da resistência orgânica dos doentes por melhores condições económicas, sobretudo por uma melhor alimentação — obra civilizadora.

O quinino, por si só, não chega a dar a cura completa, desde que o organismo infectado se não defenda por si mesmo. O melhoramento do conforto, da alimentação, sobretudo, desempenha um papel muito importante na esterilização dos portadores de germens.

Nas primeiras experiências de profilaxia palustre tentadas na Argélia, ou regiões muito afastadas umas das outras, escolheram-se, entre as localidades que exigiam medidas de saneamento, aquelas onde um prévio inquerito epidemiológico revelara um elevado grau de endeminidade. Com esta dispersão de campanhas profiláticas, propunha-se um duplo objectivo :

Variar, primeiro, as condições das experiências, às quais eram submetidos os diferentes métodos estudados; criar, por outro lado, um grande número de regiões denominadas centros de demonstração que dessem à população «lições de coisas».

Mas a experiência demonstrou que numa localidade saneada, onde os antigos infectados foram curados, pode um reservatório de virus reconstituir-se, graças à vinda de virus estranhos pelas imigrações periódicas dos trabalhadores agrícolas, pela chegada de novos habitantes, casamentos, etc.

Assim, as aldeias saneadas num vasto país paludoso são como ilhas ameaçadas de todos os lados pelo refluxo do virus.

Pensa-se agora, portanto, que convém estudar as campanhas profiláticas, alastrando como a nódoa do azeite, de forma a conservar o resultado das curas obtidas à retaguarda de um «front» contínuo de protecção.

A acção do Estado, em matéria de profilaxia palustre, completa-se por uma obra de ensino e de propaganda anti-palustre; primeiro do que tudo, pelo ensino na escola, pela publicação de relatórios, brochuras e tratados, por conferências e demonstrações, etc.

Produção e mercado do cacau

De um artigo publicado pelo sr. Léon Olivier em *La Quinzaine Coloniale* :

«Foi a partir de 1895 que o consumo do cacau tomou um desenvolvimento particularmente importante. Com efeito, nessa época, os grandes países consumidores de hoje desempenhavam um papel relativamente fraco e os Estados Unidos, a Alemanha e a Inglaterra não ultrapassavam ainda o consumo anual de 10:000 toneladas.

Para dar uma idéa do desenvolvimento da produção do cacau, basta dizer-se que, de 65:000 toneladas em 1895, se passou a cerca

de 500:000, que tal é hoje a produção mundial, como a seguir se verifica :

Inglaterra	Costa do Ouro.....	220.000	
	Nigéria.....	35.000	
	Trindade.....	25.000	
	Granada.....	4.000	
	Jamaica.....	3.000	
	Ceilão.....	4.000	
			291.000
	Brasil (Baía)	65.000	
	Equador (Quijaquil)	30.000	
	Venezuela.....	25.000	
	S. Domingos e Haiti	25.000	
	França (Africa Ocidental, Antilhas e Novas Hébridas)...	25.000	
	Portugal (S. Tomé)	20.000	
	Espanha (Fernando Pó)	6.000	
	Costa Rica.....	5.000	
	Diversos	8.000	
			500.000

É para notar que as colónias inglesas atingem quasi três quintos da produção total do cacau e que os dois países maiores consumidores, Estados Unidos e Alemanha, que absorvem por si só mais de metade da produção mundial, não produzem um bago de cacau.

Durante o século XIX, a zona produtora do cacau desenvolveu-se, sobretudo, na América Central, Antilhas, Venezuela, Equador, Brasil e em África, na ilha de S. Tomé.

Durante o século actual, os elementos produtores modificaram-se sensivelmente, em particular benefício da África, que em 1895 apenas dava 7:000 toneladas, isto é, a produção de S. Tomé, quando hoje se pode avaliar em 300:000 toneladas, numeros redondos, a produção africana.

Quanto à América, apenas se verifica um progresso sensível no Brasil. Os outros países produtores têm a sua produção no mesmo pé e, em certos casos, diminuída.

O tratamento das pessoas mordidas por cobras

Da *Defesa Contra o Ofidismo*, do dr. Vital Brasil, extraímos a seguinte informação:

A primeira coisa a saber quando se trata de um caso de mordedura de cobra é se a cobra que mordeu é ou não venenosa; e, na hipótese de ser venenosa, a que espécie pertence. Acontece frequentemente que a cobra determinadora do acidente é morta ou

apanhada viva. Nesta hipótese não será difícil saber-se se a cobra é venenosa ou não, examinando-se a boca do ofídio. Quando se verifica que se trata de uma espécie não venenosa, o caso não requiere cuidados especiais dispensando mesmo qualquer tratamento.

Não sendo apanhada a cobra determinadora do acidente, poder-se-á ainda saber se a cobra é venenosa examinando-se a região mordida e observando-se os sintomas. As cobras venenosas determinam dois ferimentos puntórios, a pequena distância um do outro, apresentando-se exteriormente como dois pontos vermelhos do tamanho de uma cabeça de alfinete; às vezes vêm-se 4 ferimentos, mas apenas dois deles correspondem aos dentes de veneno e apresentam os caracteres indicados; os outros dois correspondem aos dentes do maxilar inferior, os quais são curtos e cortantes, determinando conseqüentemente ferimentos superficiais. As cobras não venenosas (aglifas e opistóglifas) determinam quatro séries de pequenos ferimentos, superficiais e sangrentos; as duas séries do centro correspondem aos dentes palatinos e as exteriores aos dentes maxilares.

Quando se sabe que se trata de uma cobra venenosa e se quer determinar a espécie a que pertence, para escolher o soro que deve ser aplicado, a coisa é, às vezes, fácil e outras extremamente difícil. O reconhecimento de certas espécies é muito fácil, mesmo para as pessoas pouco habituadas a verem ofídios. A cascavel por exemplo, todos a reconhecem pelo guizo ou chocalho. Quanto às diferentes espécies de *Lachesis* há muita confusão entre a gente do povo, em conseqüência da falta de fixação dos nomes vulgares pelos quais são designadas.

Quando não tenha sido vista a cobra venenosa ou não se possa fazer dela a diagnose de espécie, deve-se empregar o soro anti-ofídico. Quando se conhece a espécie mordedora, emprega-se: Para a cascavel, «*Crotalus terrificus*» o soro anti-crotálico e, na sua falta, o soro anti-ofídico. Para a jararaca «*L. lanceolatus*» e «*L. atrox*» e urutú ou coatiará «*L. alternatus*», o soro anti-botrópico ou o soro anti-ofídico. Para o coral «*Elaps frontalis*» e «*Elaps coralinus*» o soro anti-elapíneo. Em todos os outros casos o soro anti-ofídico.

O soro tem uma acção geral, não havendo, por conseqüência, necessidade de ser injectado na região ofendida. Deve antes escolher-se um ponto em que se possa fazer facilmente a injectão, isto é, onde haja pele facilmente distensível e tecido celular abundante. Várias são as regiões do corpo que oferecem estas condições. Aconselhamos contudo, a região interescapular. Escolhida a região, lava-se com um pouco de água e sabão e depois com um pouco de aguardente, para se limpar bem a pele e evitar se qualquer inflamação no ponto da injectão do soro. Para fazer-se a injectão pode empregar-se uma seringa esterilizável qualquer, de 10 ou 20 centímetros cúbicos de capacidade. Esteriliza-se a seringa fervendo-a em pequena quantidade de água, durante um quarto de hora. Feito isto, deixa-se arrefecer um pouco, parte-se a extremidade afilada da

ampola do soro, adapta-se uma das agulhas à seringa e, introduzindo-se no tubo de soro, aspira-se este lentamente, puxando-se o êmbolo da seringa. Entretanto, um ajudante introduz a agulha da seringa debaixo da pele na região escolhida e preparada como acima ficou indicado. Adapta-se então a seringa e injecta-se o conteúdo. Querendo repetir-se a injeção, deixa-se a agulha no mesmo ponto e com auxílio de outra agulha enche-se novamente a seringa. Terminada a injeção, a seringa deve ser lavada em várias águas. Este cuidado tem por fim evitar que o soro, que é uma boa cola, inutilize a seringa immobilizando o êmbolo.

Nos casos graves dever-se há iniciar o tratamento injectando-se 30 centímetros cúbicos de soro, podendo chegar a dose de 10 centímetros cúbicos, se o caso não parecer muito grave. Não haverá inconveniente em injectar-se maior quantidade de soro do que a necessária para neutralizar o veneno inoculado e não sendo possível determinar-se este factor, antes injectar-se soro de mais, do que de menos. O melhor meio para ajuizar de um caso é a observação dos sintomas e principalmente a rapidez com que estes se apresentam.

Iniciado o tratamento, deverá ser cautelosamente observado o doente, verificando-se as modificações sintomatológicas sob a influência de soro. Dentro das seis primeiras horas depois da injeção, as melhoras deverão ser bem pronunciadas, atingindo o máximo 12 horas depois. Se, depois de seis horas, nenhuma melhora fôr constatada, dever-se há empregar uma nova injeção de 10 ou 20 centímetros cúbicos. Em via de regra, as melhoras não se fazem esperar, sobretudo nos casos tratados oportunamente. A oportunidade do tratamento é, com efeito, um dos principais factores, senão o principal, para os resultados curativos. Quanto mais próximo do momento do acidente é feito o tratamento, maior é a probabilidade de triunfo rápido e completo.

O prazo em que se pode intervir utilmente, varia, naturalmente, com a sobrevivência que teria a vítima, a qual depende de vários factores, entre os quais, o mais importante é constituído pela dose de veneno inoculado. Nos casos em que a morte teria de dar-se dentro de 12 horas, a intervenção deverá ser imediata ou dentro das primeiras horas após o acidente. Se, pelo contrário, o caso é menos grave, tendo de dar-se o óbito 48 e mais horas depois do acidente, a injeção ainda poderá ser útil muitas horas depois.

Produção colonial

A Direcção dos Negócios Económicos do Ministério das Colónias da França comunicou ao Secretariado do Conselho Superior das Colónias uma nota do respectivo Ministério relativa à forma como deve ser orientada a produção colonial. Damos a seguir, na íntegra, essa nota:

No momento em que um esforço considerável está sendo empreendido pelas colónias, no sentido de assegurar, no mais breve prazo

possível, a valorização do seu solo, do seu sub-solo e das riquezas do litoral, parece ser conveniente, antes de deixar desprezar estes esforços meritórios, fazê-los convergir, seguindo um programa de conjunto baseado nos princípios gerais da economia política.

O desenvolvimento não coordenado da produção colonial poderá com efeito, atingir resultados negativos, acarretando perdas de tempo e de dinheiro, susceptíveis de desencorajar os colonos, administradores e capitalistas que, após uma campanha activa a favor das nossas colónias, se encontrarem dispostos a colocar nelas as suas disponibilidades. Por exemplo, dum desenvolvimento intensivo das culturas de baunilha e de pimenta não poderá, no estado actual de utilização destes produtos, resultar senão decepções. Poder-se-á dizer outro tanto de outros géneros coloniais mas só estes exemplos bastam para demonstrar a necessidade de uma directriz na organização da produção colonial.

Por outro lado, uma segunda consideração reforça esta necessidade de uma coordenação de esforços; a metrópole nunca admitiu a concorrência dos produtos coloniais na sua própria produção: o exemplo das aguardentes coloniais é um exemplo típico desta afirmação. Seria actualmente perigoso para uma colónia querer aumentar a produção do seu álcool e não parece que a mentalidade metropolitana se possa modificar se não dentro de uns largos anos.

A oportunidade da coordenação de esforços na produção colonial surge, portanto, como uma necessidade. Mas, no estabelecimento das directrizes a dar, para este efeito, as administrações coloniais, que regras convirá adoptar, que concepções de economia política deverão prevalecer no esforço a desenvolver?

Aqui, duas doutrinas se defrontam. Uma, mais generalizada, exige que as colónias tenham uma economia particular, independente da da Metrópole, conforme os hábitos das populações indígenas, suas tradições, condições de clima e de solo. A Indo-China, celeiro do arroz, deve continuar a especializar-se nesta cultura, mais do que em qualquer outra, melhorando-a para adquirir no mercado mundial uma reputação sem cessar crescente. A África Ocidental deve tornar-se o país de oleaginosas, amendoim, azeite de palma, que ali já dão notáveis resultados. É a doutrina da liberdade em matéria de economia colonial. A indústria e comércio metropolitanos devem adaptar-se às condições de produção colonial.

Esta é naturalmente a tese da maioria dos governos coloniais e a que corresponde melhor à colocação dos produtos das colónias. Encontra, de resto, poderosos argumentos a seu favor no sistema económico e comercial da Metrópole.

Recusando-se a proteger as matérias primas coloniais, a Metrópole autoriza implicitamente as colónias, às quais não dá o benefício da sua protecção, a colocarem a sua produção sem fazerem caso das necessidades das indústrias metropolitanas. Para que faria a Indo-China, por exemplo, um esforço notável para produzir borracha, se a Metrópole não aceita proteger a borracha indo-chi-

nesa? De resto, esta doutrina não é de forma alguma contrária aos interesses da França. Especializando-se nas categorias da cultura que melhor lhes convêm, as colónias chegarão a obter um predomínio notável nos países industriais com o fornecimento dos produtos destas culturas. As divisas estrangeiras, postas assim à disposição da economia nacional, exercerão necessariamente uma benéfica influência na balança geral das contas do país.

A outra tese, mais particularmente metropolitana, é naturalmente intervencionista. Considera a produção colonial função da produção metropolitana. A indústria francesa tem anualmente necessidade de milhares de toneladas de lã, algodão, juta, madeiras, carburantes, etc. Em lugar de consagrar os seus esforços a melhorar as condições das culturas actualmente renumeradoras, tais como o arroz, amendoim, etc, as colónias devem dirigir, principalmente, os seus esforços para a produção destas diferentes matérias primas necessárias à indústria e à alimentação da Metrópole. Devem poder num futuro próximo, fornecer-lhe todos estes produtos, a fim de a pôr ao abrigo de toda a possibilidade de «dumping» por parte dos anglo-saxões ou holandeses, actualmente senhores dos mercados de matérias primas, e para a libertarem de tributos financeiros que exercem sobre o seu câmbio repercussões nitidamente desfavoráveis. A França, cujo império colonial atinge a superfície dos Estados Unidos do Brasil, não deve ficar sob a vassalagem económica destes países que, respectivamente, lhe fornecem o algodão e o café. A não ser assim, continuará a sofrer os efeitos da política seguida pelo Brasil em matéria de valorização do café ou os malefícios do maltuzianismo económico que outros países praticaram ou venham a praticar, no futuro.

Tais são as duas principais teses que se defrontam.

Parece, portanto, indispensável que o Departamento das Colónias tenha, nesta matéria, uma doutrina que as administrações coloniais seriam convidadas a observar e que sustentariam a frente dos outros Departamentos Ministeriais cujas concepções poderão ser diferentes das suas.

Ponho todo o interesse em que esta questão seja objecto de um estudo profundo por parte da secção económica do Conselho Superior das Colónias e desejo conhecer as conclusões desse estudo.

Léon Perrier

Tecnologia da mandioca

Do *Bulletin Economique de L'Indochine* extraímos as seguintes notas sobre a Tecnologia da mandioca:

Além das fábricas, especialmente na parte ocidental de Java, a população indígena prepara a farinha de mandioca empregando instrumentos primitivos. Esta indústria de domicílio dá um pequeno

rendimento ao cultivador, mas a farinha é de qualidade inferior e deve sofrer uma segunda preparação antes de ser exportada.

A preparação da farinha exige, tanto nas aldeias indígenas como nas fábricas, cinco manipulações diferentes, a saber:

- 1.º — Lavagem das raízes peladas;
- 2.º — Raspagem das raízes;
- 3.º — Peneiração para separar a fécula da pulpa;
- 4.º — Separação da fécula das impurezas, com a ajuda de bacias de depósito.

5.º — Secagem da farinha.

É evidente que a preparação nas fábricas dá um produto que não só tem um maior valor comercial que a farinha indígena, mas que igualmente se vende a preços muito mais elevados.

O comércio exige que a farinha de mandioca apresente uma cor clara e branca e que não contenha impurezas. Reconhece-se facilmente a farinha bem seca porque produz pequenos estálidos quando se esfrega entre os dedos. Em geral, a farinha seca à máquina e, sobretudo, a uma temperatura muito elevada, não possui esta propriedade.

De alguns anos a esta parte que as fábricas fazem com a farinha de primeira qualidade um produto chamado «flake» ou tapioca vidrosa. Esta farinha obtém-se aquecendo a farinha húmida em caçarolas até que se engrume, tornando-se parcialmente transparente, como o amido.

Os grumos que saem das caçarolas são de diferentes grandezas. São postos em peneiras de malha larga e partidos em caso de necessidade. Os que caem do peneiro chamam-se «flake» (pedaços da grandeza desejada) e o cisco que fica «siftings».

A tapioca «pérola» é igualmente preparada com a farinha de primeira qualidade meia húmida. Põe-se uma certa quantidade de farinha num saco oblongo e, agitando-o, obtém-se a tapioca «pérola». Nas grandes fábricas preme-se a farinha húmida através os círculos de uma placa perfurada e assim se obtém fios que parecem aletria. Caindo, fragmentam-se. Aquecem-se então. Depois da refrigeração, a tapioca «pérola» é peneirada e separada, segundo o seu tamanho, em «medium», «small» e «seed pearl».

Depois da preparação da farinha, os resíduos são vendidos em bocados ou reduzidos a pó como «ampas» (pulpa). A Inglaterra é o comprador mais importante deste produto que se emprega, principalmente, na alimentação do gado.

As raízes secas de mandioca (gaplek) são preparadas especialmente para os indígenas e chineses. As raízes são cortadas a todo o comprimento e depois à largura, em forma de cruz e secas ao sol. No centro e este de Java, em particular, têm-se produzido grandes quantidades de mandioca seca, durante os últimos anos. A Inglaterra é igualmente o melhor mercado para este produto. Contudo, grandes quantidades d'ele são igualmente expedidas para França, Bélgica e Holanda.

A «Meriandra Benghalensis»

Em virtude do emprêgo, sempre crescente, da cânfora na indústria, de algum tempo a esta parte, que a atenção dos técnicos foi atraída para a «Meriandra Benghalensis» que cresce espontaneamente na Eritreia, para ver se, com proveito, se pode extrair dela a cânfora.

A «Meriandra» cresce nas altas planícies da Eritreia. De 2.200 metros a 2.600 metros de altitude, é ela muito abundante. O professor G. Giacosa diz que nos arredores de Asmara, a «Meriandra» cobre uma superfície de cerca de 500 quilômetros quadrados, encontrando-se também, em grande quantidade, entre Adi-quala e Dara-Bonad, no Acalé-Cuzai, na bacia do Abba-Salama e que se podem colher 36 quilogramas de folhas frescas por 100 metros quadrados.

Das experiências feitas resulta que é preciso submeter as folhas à destilação, tão frescas quanto possível, e que, no caso das folhas colhidas não poderem ser imediatamente submetidas à destilação, se deverão colocar num local arejado, afastadas do solo. Deve, igualmente, cortar-se todos os anos a planta no nível do solo, para que dê grande quantidade de ramos copados e folhudos que produzem a cânfora.

A planta demanda poucos cuidados, os quais não constituem uma verdadeira cultura. Contudo, aumentam-se assim, sensivelmente, as glândulas produtoras da cânfora que se encontram nos dois lados do limbo das folhas.

O professor Denazi, com uma primeira destilação, feita em Itália, obteve 600 gramas de cânfora com dois quintais de folhas, e determinou que as raízes da «Meriandra» não contêm cânfora.

Eis os resultados da experiência do professor Denazi:

Ramos de um ano.....	Cânfora + essência 0,275 gr. por cento
Ramos de mais de um ano:	Cânfora + essência 0,230 » » »
Folhas de um ano.....	Cânfora + essência 1,8 » » »
Folhas de mais de um ano.	Cânfora + essência 1,35 » » »
Cálices e sementes	Cânfora + óleo essencial 0,95 gr. por cento.

Conclui o professor Denazi por dizer que os rendimentos devem ser superiores, distilando a planta verde no local onde se colhe. A corroborar esta afirmativa temos as experiências levadas a efeito pelo professor Giacosa, em Asmara, nas quais obteve rendimentos de 1,01 a 2,05 por cento.

O dr. Bruno, que experimentou a cultura da «Meriandra» em Itália, com sementes fornecidas pelo Dr. De Bénédicis, do «Ofício Agrário de Asmara», e em seguida procedeu a destilações, é de opinião que a «Meriandra» pôde ser explorada industrialmente na Eritreia, onde cresce espontaneamente, e onde pode ser destilada nos locais da colheita com alambiques ambulantes, mas que nenhuma vantagem oferece a sua cultura em grande escala na Itália.

(De «L'Agricoltura Coloniale».)

O endurecimento da madeira pelo enxôfre

Da revista *Le Bois* extratamos a seguinte informação sobre o endurecimento da madeira pelo enxôfre :

A impregnação da madeira em enxôfre é de data recentíssima, e os resultados obtidos são dos mais animadores. Com o tratamento pelo enxôfre derretido, a madeira adquire uma maior resistência mecânica. Enquanto a madeira de pinho não impregnada, comprimida no sentido das fibras, oferece uma resistência de 3.500 libras por polegada quadrada, a mesma madeira, impregnada de enxôfre líquido, apresenta uma resistência de 5.800 libras por polegada quadrada.

O enxôfre penetra na fibra da madeira, obtura todos os póros e impede a acção dos agentes destruidores. Dá à madeira uma grande resistência aos ácidos, e torna a sua superfície polida. As madeiras assim impregnadas podem servir para a confecção de esferas para jogos, cabos de ferramenta, determinados utensílios agrícolas, raios de rodas de automóveis, blocos de pavimentação, travessas de via férrea, isoladores, aduelas de barris, caixas, etc.

A quantidade de enxôfre absorvido varia naturalmente com a natureza da madeira, mas oscila entre 40 e 76 %.

Segundo a *Revue Industrielle*, para se obter este tratamento procede-se da seguinte forma: Imerge-se a madeira num banho de enxôfre derretido, cuja temperatura, durante 5 a 6 horas, deve ser mantida entre 140 e 150 grãos, até que todo o vestígio de humidade tenha desaparecido. Deixa-se em seguida resfriar durante 4 a 5 horas a 120 e 125 grãos. A fiscalização da temperatura e da duração da imersão são factores muito importantes. Não se deve elevar a temperatura a mais de 150 grãos, porque a madeira começaria a carbonizar.

A descafeinação do café

A seguir damos o extracto dum estudo do sr. Louis Weil, perito-químico em Strasburgo, e publicada em os *Annales des falsifications et des fraudes*.

Em média, a descafeinação deixa no café cerca de 0,08 % de cafeína, depois de lhe ter tirado cerca de 1 %. Estas proporções variam um pouco com os processos, que são sempre idênticos entre si, e com as espécies de café. Os cafés tipo Moka, ao que parece, prestam-se melhor à descafeinação que os brasileiros. Poder-se-á julgar que as toneladas de cafeína assim extraídas, colocadas no mercado, deprimiram os preços do precioso produto. Mas não sucede tal, e a cafeína do comércio é, na sua quasi totalidade, retirada do pó do chá. Julgou-se, contudo, encontrar cafeína extraída do café nos países «secos» e proibicionistas, onde se empregaria para «animar», as bebidas sem alcool, mas o certo é que, na grande maioria dos casos, tal não sucedia.

O extracto bruto retirado do café pela descafeinação, contém ainda uma matéria negra, de carácter céreo-resinoso que funde a 56 graus e possui um índice de saponificação igual a 159.

Primeiramente, recomendou-se o café descafeinado aos doentes. Contudo, não há a certeza absoluta de que seja só a cafeína a agir no coração de quem bebe café. Chegou-se mesmo a pretender que os restos da cafeína retidos no café descafeinado agiam ainda mais fortemente que a cafeína extraída.

Seja como fôr, o café descafeinado é hoje um produto definitivamente entregue ao consumo geral e o químico-analista terá mais de uma vez ocasião de o encontrar, porque, não dizer dos fabricantes, já não é um produto exclusivamente reservado aos doentes, mas também o seu consumo é indicado para as pessoas sãs que o queiram beber, pois que possui o mesmo aroma que o café habitual não «destoxicado».

Evitamos travar aqui a questão; mas poder-se-á dizer que o café tratado industrialmente de uma maneira tal que se lhe extraia toda a cafeína, conserve depois dessa extracção todas as suas qualidades constituintes? Semelhante resultado não pode ser atingido, porque com a cafeína outras substâncias lhe são extraídas e o gosto modifica-se com certeza. Tornou-se melhor ou inferior à degustação? Gostos não se discutem, e o certo é que o produto se modificou. A expressão quantitativa desta modificação, encontra-se no seu valor em matérias extractivas totais, solúveis na água. A dosagem destas matérias é muito conhecida, para que nos roubem aqui espaço.

Enquanto os sucedâneos do café contêm 30 a 80% de matérias extractivas solúveis, entre as quais muitas de açúcar, o café torrado e não descafeinado, contém normalmente entre 25 a 33% destas matérias — em média 27%, das quais 1% apenas de açúcar. A descafeinação tira-lhe, com a cafeína, 5 a 8% destas matérias.

Deve exigir-se nos cafés descafeinados um número de 22% de matérias extractivas totais, solúveis na água. O café descafeinado pode, assim, continuar a ser um bom café, mas será necessário ser mais forte que o café habitual. O aroma poderá ser assim estabelecido quantitativamente; mas qualificativamente?

A cultura do abacaxi

Generalidades. — O abacaxi ananás é uma planta dicotiledónea da família das Bromeliáceas, cuja sinonímia técnica é «*Ananassa sativa*», Lindley, e «*Bromelia ananas*», L. É planta rústica e o caule de raiz fibrosa. Existe grande número de variedades, as quais se reduzem a dois tipos: abacaxi comum de folhas espinhosas e abacaxi branco de folhas lisas.

Clima. — O abacaxi é planta de clima quente. Nas zonas tropicais e sub-tropicais secas e húmidas contam-se numerosas varia-

des e, porque resiste às variações sensíveis da humidade e calor, considera-se uma das plantas mais rústicas de clima quente.

Solo. — As terras sílico-argilosas, húmosas e suficientemente frescas são as que mais convêm a essa cultura. Os solos de aluvião são excelentes, não lhe convindo, porém, as terras argilosas compactas e as que forem demasiadamente húmidas.

Plantio. — Para a multiplicação do abacaxi aproveitam-se os brotos laterais que se desenvolvem do pedúnculo na base dos frutos; também se aproveita a coroa de folhas da extremidade dos frutos. Planta-se o abacaxi em covas alinhadas e distanciadas 50 cm., a 1 m., no começo da estação chuvosa, a fim de lhe evitarem as regas artificiais, que as plantas não dispensam no período da seca.

Produção. — No fim do primeiro ano ou durante o segundo ano o abacaxi floresce e frutifica, amadurecendo o fruto num período de 4 meses.

A produção vai de 10 a 15.000 frutos por hectare e o seu peso eleva-se de 12 a 15.000 kgs. No entanto, esta produção varia segundo os climas, a natureza do solo e os cuidados culturais que a planta se dispensam. Em certos países o abacaxi é cultivado com todo o capricho, sob abrigos, e em outros explora-se a extracção da fibra que é produzida, na razão de 50 gs. por planta, ou seja, 500 kgs. por hectare de terra cultivada.

Consumo. — O abacaxi é fruto de grande consumo em todos os países onde se produz ou onde se pode importar. Do abacaxi, além do consumo como fruto ao natural, preparam-se conservas em latas, compotas, vinhos, xaropes, crêmes, etc.

Terapêutica. — O abacaxi, segundo Day, é o melhor tónico que a natureza deu ao homem e é um dos remédios mais eficazes e mais rápidos contra a bronquite. Para combater a afecção dos brônquios corta-se o abacaxi em pedaços e, depois de se polvilhar abundantemente com açúcar, deita-se num vaso, o qual, herméticamente fechado e envolto em palha, é colocado numa caldeira cheia de água fria, que em seguida se aquece lentamente até à ebulição. Retira-se então o vaso, e o suco contido nele guarda-se, depois de frio, em pequenos frascos, bem arrolhados. Basta tomar por dia oito a dez colheres (das de chá) deste remédio, para que, por completo, desapareça a mais rebelde bronquite.

DR. LOURENÇO GRANATO. — (De *A Vida nos Campos*).

A capacidade de absorpção de água nos terrenos, e a rega automática

O sr. B. J. Korneff imaginou um novo aparelho que permite medir, com toda a exactidão, a capacidade de absorpção de água num terreno. Esse aparelho vem descrito nos «Anales de la Science Economique Française et Étrangère».

A parte principal do aparelho é constituída por um tubo poroso

de barro cosido, que apresentará a condição indispensável de ser permeável à água, mas impermeável ao ar, quando embebido na água. Ao tubo de barro, fechado em baixo, é ligado, no outro extremo, um tubo de borracha, herméticamente ajustado a um manómetro de mercúrio.

Enche-se o tubo de água e, quando a matéria porosa está totalmente humedecida, enterra-se no solo, que não tarda a absorver uma certa quantidade de água que baixa no aparelho. Ao mesmo tempo que o vácuo aumenta, a coluna do mercúrio sobe no manómetro. Quando a coluna do mercúrio se fixa, detem-se a absorpção de água no solo.

Com a altura da água que fica no aparelho, com a pressão barométrica e a temperatura do interior do aparelho, o autor pôde estabelecer, em centímetros de mercúrio, as capacidades absorventes de diversos solos.

No domínio prático, partindo dos mesmos princípios, o sr. Korneff estabeleceu um sistema de rega automático, que tem a dupla vantagem de manter na terra um grau constante de humidade, e de economizar a água numa determinada proporção. Ocupou-se, igualmente, de obter uma fabricação económica de tubos de matéria porosa, os quais, instalados a uma certa distância uns dos outros, a uma determinada profundidade, sob a camada de terra cavada, distribuem a água. Esta pode, naturalmente, ser enriquecida com adubos minerais nela dissolvidos.

A aplicação destes princípios será, sobretudo, interessante, na rega metódica de culturas ricas ou que exigem especiais cuidados. Nas colónias, prestarão, talvez, grandes serviços nos campos experimentais, viveiros e jardins de selecção das estações agrícolas.

A utilização do calor solar

No Congresso da Água que se reuniu em Argel de 9 a 17 de Janeiro do corrente ano foi apresentada pelo sr. Speiss, engenheiro, uma curiosa comunicação sobre um sistema de central solar destinado a captar, em pleno deserto, o calor derramado pelos raios solares e transformá-lo em corrente eléctrica utilizável.

O rendimento da fábrica solar será, afirma o autor da comunicação, de cerca de um cavallo-hora por dez metros de superfície de terreno exposto ao sol. A fábrica poderá fornecer a potência uni-horária referida, durante dez horas por dia, no verão. No inverno será ajudada pela potência fornecida pelo vento.

Como conclusão, para demonstrar todo o interesse que se liga à utilização da aridez do deserto como centro de força motriz, basta estabelecer o seguinte cálculo: Uma parcela do Saará de cento e trinta quilómetros de lado, aproveitada para uma central solar que trabalhasse só durante dois terços do ano, à razão de dez horas diárias, poderia render tanto como uma fábrica a vapor moderna de

enorme rendimento, que queimasse nas suas fornalhas um bilião e seiscentos milhões de toneladas de carvão de boa qualidade, isto é, a produção mundial de carvão e linhite reunidos.

Também nesse Congresso apresentou uma outra comunicação, o engenheiro sr. Dessolieu, expondo o projecto de uma fábrica solar destinada à produção de uma altíssima temperatura e produção de corrente electrica.

Este método, completamente diferente do primeiro, prevê o emprego de um sistema completo de pequenos espelhos colocados paralelamente ao eixo da terra e girando com uma velocidade duas vezes menor que a do sol. Sendo constante, a direcção dos raios reflectidos por estes espelhos, bastaria concentrá-los sobre um espelho central que os enviaria a aquecerem uma massa refractária. O calor assim produzido, a uma altíssima temperatura, seria armazenado num «dock» que formaria um acumulador de vapor, análogo às lavas de um vulcão. Este calor seria utilizado, em seguida, para aquecer um regenerador de calor que produziria a energia electrica desejada.

(Do *Bulletin du Comité de l'Afrique Française*).

REVISTA DA IMPRENSA COLONIAL

SECÇÃO PORTUGUESA.

Colonização de Angola

(O JORNAL DO COMÉRCIO E DAS COLÓNIAS, Lisboa,
25 de Abril — Artigo de S. B.).

Entre outros importantes problemas que andam ligados ao futuro e desenvolvimento de Angola, tem sido a sua colonização um dos temas mais férteis em teorias, projectos e longas discussões; não será de surpreender, por isso, que a recente publicação do Diploma Legislativo N.º 704, de 9 de Março findo, do Alto Comissariado daquela colónia, desperte muito naturalmente antigas controvérsias e dê nova oportunidade ao estudo dessa questão, sem dúvida uma das mais complexas que respeitam ao nosso império ultramarino.

Não cabe aqui historiar as várias tentativas e experiências feitas para o povoamento de Angola, que várias foram e de longe vêm, mas tão sómente consignar, e por agora, os princípios e métodos que o Governo da Colónia adoptou e a que entendeu subordinar o «Estatuto Orgânico dos Serviços de Colonização», anexo ao citado Diploma legislativo, e que será a norma dos trabalhos a realizar em tal sentido.

O objectivo que se procura atingir é, evidentemente, o de se criar «um forte e consistente agregado étnico português, servido por uma desembaraçada e farta economia, privada e pública», aproveitando todos os elementos sociais capazes de darem o seu esforço e concurso para a obra a realizar e definindo, com precisão e clareza, a cooperação que o Estado lhes deve proporcionar. Para isso o Estado associa à sua acção a das actividades particulares, por intermédio de empresas que se constituírem, nos termos da lei, para a instalação de colonos, mas chama a si, naturalmente e como lhe cumpre, o primeiro lugar, porque julga que se assim não fizer o plano não terá execução, uma vez que os capitais aproveitáveis não estão industriados em empreendimentos de tal natureza e se a eles se consagrassem fá-lo iam timidamente e desapoiados da organização conveniente. Além disso, ainda, é necessária a intervenção do Estado, porque só elle, por meio dos seus agentes e órgãos, pode

remover ou reduzir ao mínimo as enormes dificuldades que há de encontrar a realização do plano e fazer coincidir os trabalhos de colonização com as grandes obras de fomento que há a executar na colónia, e que são, no entender do respectivo governo, a única base sólida para o sucesso da ideia, havendo a destacar entre essas enormes dificuldades, como a maior, a falta reconhecida de uma forte actividade económica na colónia para atrair a colonização livre e ter a capacidade necessária para a absorver.

Se ela existisse, diz o preâmbulo do diploma, não se veria desconsoladoramente a emigração portuguesa dirigir-se, como caudal de energia viva da nação, para o Brasil e para a América do Norte, e não caíam no vazio, sem significação, todos os falazes propósitos de a desviar para as colónias; portanto, a criação do ambiente económico, próprio para modificar essa situação, é da competência do Estado e só elle pode intervir eficazmente por meio da colonização ou povoamento com carácter oficial.

Os métodos do novo plano assentam em princípios de natureza etnológica e profissional. Pretende-se garantir a homogeneidade do recrutamento dos colonos e aproveitar inicialmente as populações mais sedentárias da Metrópole, para que mais tarde a corrente se estenda às do Norte, mais facilmente deslocáveis, é certo, mas sempre dispostas à libertação do trabalho da terra. A localização dos centros de colonização é sistematizada e feita segundo um critério bio-físico, sólido e indiscutível, dá-lo o preâmbulo. Dependendo o sucesso das tentativas de colonização essencialmente do colono, procura-se rodear o seu recrutamento das maiores garantias, e se são chamados a cooperar na obra condenados e orfãos, é porque se torna necessário mostrar ao mundo que assimilámos as modernas doutrinas criminalologistas, quanto aos primeiros, e que cultivamos os dignificantes princípios de solidariedade humana, quanto aos segundos. Procura-se também organizar sólidamente a nova sociedade portuguesa de Angola, dando-lhe o apoio da massa rural trabalhadora e o esteio político da burguesia agrícola, representada pelos colonos singulares ou individuais, em que são incluídos os funcionários aposentados da colónia e aqueles que nela prestem serviço efectivo há mais de quinze anos.

A doença do sono na província de Moçambique

(DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Lisboa, 20 de Abril.)

Há poucos dias regressou da África o professor sr. Aníbal de Magalhães, illustre bacteriologista que fizera parte de uma missão que, chefiada pelo professor sr. Aires Kopke, um nome de há muito consagrado nos anais da Medicina Tropical, estivera, durante perto de seis meses, no norte da Província de Moçambique, procedendo a estudos sobre a doença do sono.

Procurámo-lo para que nos concedesse uma entrevista.

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

O objectivo da missão, disse o sr. dr. Aníbal de Magalhães, foi procurar, principalmente, na parte oeste dos territórios da Companhia do Niassa os casos da doença do sono, as tripanosomiasas animais e distribuição geográfica das zonas de glossinas, estudando tudo quanto diz respeito à doença propriamente dita e aos seus veículos transmissores. O território em que a missão actuou representa cerca de metade da região administrada por aquela Companhia, ou seja, mais de 100 mil quilómetros quadrados. Meios de comunicação não existem a não ser os rudimentares e primitivos em terras tropicais: a machila. Automóveis apenas na estação seca podem circular, embora com dificuldade, porque não há estradas e, às primeiras chuvas, tornam-se completamente intransitáveis, à qualquer espécie de veículos, os maus caminhos que de longe em longe, cortam a região. A missão percorreu, apesar disso, os concelhos de Matarica e Matangula, aproximando-se o mais que lhe foi possível da margem do Rovuma, o rio que ficou célebre nos anais da guerra em terras do oriente de África, na luta entre portugueses e alemães. A inspecção claro é que demandava imenso tempo, pela deficiência de transportes, pelo cuidado com que tinha de ser efectuada e ainda em virtude das povoações se encontrarem muito distanciadas umas das outras.

Quanto às coisas que levaram a missão a preferir este território; dum lado o terem-se nêle produzido dois casos de doença do sono em europeus; do outro ter afirmado o dr. Balfour, na Conferência Internacional da Doença do Sono que se reuniu em Londres, em 1925, que o Governo Português em muito poderia contribuir na luta contra a doença, estudando-a e combatendo-a na região situada ao sul do Rovuma. Poucos, contudo, foram os casos registados e esses muito disseminados. Entretanto, a «glossina morsitans», (mosca tsé-tsé) existe em grande abundância em toda a zona percorrida e daí o perigo de uma intensa propagação da doença.

Acêrca da transmissibilidade pela tsé-tsé, o sr. dr. Aníbal de Magalhães disse:

Está hoje geralmente admitido que apenas a «glossina morsitans» transmite o tripanosoma rodesiense, e a «glossina palpalis» o tripanosoma gambiense, ambos agentes da doença do sono e provavelmente um é o mesmo parasita. Mas há outros tripanosomas produtores de doenças nos animais e um desses tem muita importância no estudo da doença do sono. Quero referir-me ao tripanosoma «brucei» causador da nogana nos animais. Este é morfológicamente idêntico ao rodesiense e tanto que se aventa a hipótese de ser idêntico. Compreende-se como é perigoso para o homem essa doença dos animais selvagens e domésticos numa região infestada pela mosca. A missão teve, pelo que respeita a preparações para exame, mais de mil, feitas com sangue e líquido ganglionar de homem e de sangue de animais. A percentagem de indivíduos reconhecidamente atacados é mínima, sem que a ameaça da propagação deixe de subsistir.

Relativamente a medidas para combate da doença, longo seria

enumerá-las. Contudo, deve-se em primeiro lugar despistar os doentes atacados, tratá-los e removê-los para campos de segregação onde prosseguirá o tratamento iniciado. Convém estabelecer os passaportes sanitários para todos os indivíduos que se deslocam de uma para outra região, dificultando tanto quanto possível a emigração inter-regiões infestadas pela mósca. Isto pelo que diz respeito aos indivíduos. Quanto aos agentes transmissores da doença, derrubar, tanto quanto possível, os massiços de verdura — bosques e moitas onde a tsé-tsé procria, e destruir as «glossinas» por todos os processos ao nosso alcance e os animais selvagens considerados armazéns do vírus. Tem-se empregado com êxito o atoxil e os seus derivados, o Bayer 205, mas estes medicamentos só actuam sobre a doença na sua fase inicial, enquanto se não verifica a imersão do líquido céfalo-raquidiano. Modernamente emprega-se a Triparsamida, que parece ter o maior poder de difusão.

Outras doenças, como o paludismo, a espiroquitose e a filariose foram observadas.

O sr. dr. Anibal de Magalhães, referindo as digressões que fez fora do nosso território, disse que visitando Joanesburgo, onde tivera o prazer de ser recebido por sir Spencer Lister no South African Institute, modelar estabelecimento microbiológico e serológico, que não receia confrontos com qualquer dos similares da Europa. Esteve igualmente no «Veterinary Bacteriologied Laboratoire», de Pretória, confessando a admiração pela sua suntuosidade e grandeza. Tivera igualmente a felicidade de verificar que o nosso Instituto Câmara Pestana e os seus trabalhos não eram ali desconhecidos, sendo até objecto de inequívocas manifestações de consideração e apreço quando se apresentara como seu chefe de serviço. É motivo de orgulho e de prazer para todos os que trabalham nesta casa.

A Missão Médica à África Oriental Portuguesa

(O SÉCULO, Lisboa, 23 de Abril).

Há pouco mais de um ano que partiu para a África Oriental Portuguesa uma missão médica, chefiada pelo sr. dr. Aires Kopke, para proceder a estudos sobre a doença do sono, missão que chegou a Lourenço Marques em 5 de Maio de 1927, tendo em Junho partido para o território da Companhia do Niassa, a fim de proceder às suas investigações.

A essa missão foram agregados dois médicos, em serviço na Província de Moçambique, os srs. drs. Fontoura de Sequeira e Saraiva de Aguiar. A missão resolveu estabelecer a sua base em Mandimba, onde se montaria um pequeno laboratório, no qual os srs. drs. Aires Kopke e Anibal de Magalhães permaneceriam, para fazerem um primeiro estudo do material que fôsse colhido nas diversas localidades da zona pelos srs. drs. Fontoura de Sequeira e Saraiva de

Aguilar, devendo a revisão mais demorada desses materiais ser realizada em laboratório montado em melhores condições: o de Lourenço Marques ou os de Lisboa.

Semelhantemente se procedeu em Entebe, onde alguns membros da comissão se encarregaram do estudo epidemiológico, do estudo da terapêutica e da colheita do material, nas diversas povoações. As investigações científicas especiais e a revisão do material foram feitas no laboratório de Uganda.

Foi depois resolvido que o chefe da missão retirasse de Mandimba e se instalasse em Lourenço Marques, para onde depois foi enviado todo o material colhido, para ser observado detidamente.

Na região do Niassa foram colhidas mais de mil preparações de sangue e suco ganglionar de pessoas e animais doentes.

Como resultado desses trabalhos, verificou-se a existência da doença do sono, tipo rodesiense, diagnosticada, quer clinicamente, quer pelo exame microscópico, em vários indivíduos da região compreendida entre Sucinge até aos vales dos rios Sugenda, Rovuma, Lucholingo e M'singe, muito perto já do lago Niassa. Foi encontrada a mosca tsé-tsé em várias regiões, na grande Anarnia, da espécie morsitans e algumas de Galipides. Foi também encontrado em Mandimba um cão com tripanosomas, que foram inoculados em cobaias e uma ovelha também com tripanosomas, cuja inoculação, porém, não deu resultado.

A missão resolveu pôr em prática o método inicialmente executado na Ilha do Príncipe, por Bulhões Maldonado, administrador que foi da roça Sundry, método que consiste em cobrir as rezes com panos untados de visco, durante o tempo que permanecerem a pastar nas regiões mais suspeitas ou quando forem beber ao rio Umbeluzi.

É este um facto que, a demonstrar-se verdadeiro, pode ter muito interesse científico e representará, nesta hipótese, a persistência de enzootias que habitualmente são propagadas pela tsé-tsé, em regiões onde esta mosca se não encontra, e levando portanto à suposição de que possivelmente os tripanosomas se tenham adaptado a fazer a sua evolução noutros parasitas sugadores de sangue, moscas estomoxis, hipoboscas, ou outras, que não actuam então apenas como agentes mecânicos de contágio. Seria um exemplo, a demonstrar-se verdadeiro, que outras moscas hematófagas se poderiam vir a tornar perigosas como contagiadoras persistentes de tripanosomas, as quais habitualmente nelas não conseguem seguir a sua evolução.

O interesse científico destes trabalhos é tal, que o dr. Fuller, entomologista britânico, actualmente ao serviço da Província de Moçambique, mostrou desejo de acompanhar as pesquisas, desejo a que acedeu o chefe da missão. Estes trabalhos continuarão, devendo ser feitas observações em Inhambane.

A missão também já iniciou estudos sobre a febre biliosa hemoglobínica, uma das graves doenças dos europeus em África, e sobre a disenteria amebiana.

A Guiné e suas riquezas

(*Novidades*, Lisboa, 6 de Março. — Artigo do sr. A. Pereira de Carvalho).

A colónia da Guiné, a mais próxima que agora temos no continente Africano, só ultimamente enveredou pelo caminho do progresso. O espirito turbulento do seu gentio, a diversidade das costas e a inospitabilidade do clima, que não é tanta como a que se lhe tem atribuído, detiveram a Guiné num estado de letargia por largo tempo. Já totalmente pacificada e até civilmente ocupada, essa colónia vem vivendo nestes últimos anos numa ânsia enorme de desenvolver-se, apresentando-se ao triunfo pela fecundidade formidável do seu solo. Era nesta colónia e suas proximidades que os negreiros iam fazer as suas sortidas, despachando depois a humana mercadoria para as paragens americanas. Proibido o nefando tráfico, a costa da Guiné deixou de ser tão falada e conhecida e daí também o seu *retardamento*. Fêz parte da colónia de Cabo Verde até 1879, decreto de 11 de Março, de que era uma espécie de distrito administrativo e eclesiástico, com certa autonomia, tendo como tal o primeiro *regimento* em 15 de Janeiro de 1650. Elevada, administrativamente, a Guiné à categoria de Província, a instrução foi-se desenvolvendo nela muito lentamente, devido não só ao estado permanente de revolta do seu gentio, mas ainda também à dificuldade que sempre houve de encontrar professores que, para aquela colónia, quisessem ir leccionar. Várias providências foram tomadas para fomentar o ensino primário, sendo, no entanto, a melhor o regulamento de 1892. Como o temor que a Guiné sempre inspirou aos colonos, cada vez se vai justificando menos, o seu desenvolvimento tem-se acentuado duma forma muito animadora, beneficiando disso também muito a instrução, cuja propagação já figura como uma das principais aspirações da colónia. Possui actualmente, nos seus centros principais e disseminados pelo interior, um regular número de escolas regidas por professores diplomados. É de supôr que a instrução venha a melhorar e a desenvolver-se consideravelmente, para que a Guiné marque entre as demais colónias um lugar de destaque, a que os seus formidáveis recursos dão jus.

(*Luso-Colonial*, Lisboa, n.º 2. — Artigo do sr. V. Calvet de Magalhães).

Entre as riquezas da Guiné salienta-se a do gado bovino.

Várias vezes, porém, tem estado esta grande riqueza prestes a desaparecer totalmente, em virtude das diversas epizootias, a maior das quais teve início em Maio de 1917, sem que até hoje o flagelo houvesse sido eficazmente debelado. Como medida de profilaxia foi, durante o governo do sr. Leite de Magalhães, determinado que todas as rêses fôssem abatidas, sendo depois os seus cadáveres queimados e enterrados. Mas esta medida, conquanto boa, não re-

solveu em absoluto o problema. O indígena, rude e retrógrado por índole, procura por todos os meios encobrir qualquer caso de doença suspeita no gado. É necessário, pois, que se averigue de uma maneira positiva qual a doença ou doenças predominantes, sendo diversas, e que profundamente se estudem, para que, feitos os diagnósticos, se combata com energia o mal.

A Guiné, como nenhuma outra colônia, devido à situação geográfica, pode e deve fornecer a metrópole de gado para açougue.

O que é preciso para isso?

Um são critério na introdução dos reprodutores a adquirir para melhoramento das rézes existentes na colônia. Têm esses exemplares de obedecer às necessárias qualidades de resistência, robustez e corpulência. Estamos convencidos de que algumas das nossas raças do sul do Alentejo, bois Barrosos, por exemplo, se aclimatariam facilmente. Deveriam, porém, esses apuramentos ser feitos não em Bissoram, onde foi instalada a estação zootécnica, mas em Gabu. Bissoram é uma região pantanosa e onde há mosquitos todo o ano, ao passo que na região de Gabu os há apenas durante três ou quatro meses, isto é, na força das chuvas, oferecendo, portanto, melhores condições para a alimentação do gado.

Acresce ainda a circunstância, muito para ponderar, de o gado dos *fulas* se prestar muito mais para o aperfeiçoamento das raças da Guiné. Todo o gado existente na região dos *balantes* provém das regiões dos *fulas* após a guerra de 1914-1915.

Regiões há em Gabu, em Sama e Saen Carlá onde se encontram vacas tão grandes como as do nosso Alentejo, e algumas ainda maiores, — o que tem sido verificado por lavradores daquela província, da metrópole, que connosco visitaram essas regiões, em viagem de estudo e de observação.

Deve-se, pois, estudar sem demora a forma de acabar ou debelar a epizootia e de se robustecer as raças indígenas com as raças da metrópole ou outras, da Europa, de fácil aclimação.

A campanha sanitária em Angola

(DIÁRIO DE LISBOA, 8 de Maio — Entrevista com o sr. dr. Damas Móra).

Principiamos, disse o sr. dr. Damas Móra, por consultar as melhores autoridades portuguesas e estrangeiras. Foi esse o sentido do primeiro Congresso de Medicina Tropical, reunido em Luanda em Junho de 1923, de que toda a gente reconhece a importância sem, contudo, lhe medir o significado profundo. Foi verdadeiramente um congresso de assistência indígena, onde se assentaram de forma definitiva as directrizes dessa assistência. Começamos, por organizar a Assistência nas regiões infestadas de moléstia do sono. Criamos quatro zonas, subdivididas em treze sectores. Mandámos vir da Índia médicos auxiliares, comprámos automóveis, «camions»,

material de campo, ambulâncias, etc. Esta actividade só foi possível com a publicação do decreto n.º 452, de 17 de Novembro de 1926, concepção engenhosa do Alto Comissário sr. Vicente Ferreira, que criou com ele a Comissão de Assistência Indígena, por ele presidida e de que fazem parte os funcionários de maior categoria da província. Esta comissão tem autonomia administrativa, o que lhe permite, com simplificação de formalidades burocráticas, dispendir o seu importante fundo, que se tem mantido sempre acima de 5.000 contos, em proveito da obra a realizar.

Os resultados desta primeira etapa da obra de assistência, obtidos no ano de 1927, foram extremamente interessantes. No distrito de Cuanza-Norte está sob a fiscalização médica 98 por cento da população. Fizeram-se 300.000 injeções preventivas de atoxil, para profilaxia da moléstia do sono. Gastam-se actualmente 1.500 gramas diários de atoxil, o que corresponde a 2.000 injeções. Construíram-se vinte postos sanitários ou dispensários e diferentes enfermarias indígenas. Fêz-se o reconhecimento minucioso de grande parte do norte da colónia, onde existe a moléstia do sono. A população daquele distrito mudou completamente de aspecto, depois de um ano de cuidados atentos.

A segunda etapa da obra de assistência é regulamentada por um decreto recentemente publicado que estende a organização da assistência indígenas a toda a colónia.

Dois grandes objectivos tenho em vista para o meu próximo regresso a Angola. Primeiro: promover a criação, por meio de entendimento com a autoridade administrativa, de aldeias modelares indígenas, com habitações higiénicas, onde só serão admitidos indígenas sãos, pais de família, aos quais se darão privilégios. Entre outros, o de não serem recrutados para serviços fora da sua circunscrição. Será o esboço dos «forais» que foram a base da formação da nossa nacionalidade na Idade-média. Corresponderá esta instituição a dar uma ordenação à comunidade indígena que vive na anarquia social, aldeias, casais, palhotas dispersas pelo mato sem condições higiénicas, e onde é impossível haver a fiscalização médica. É preciso considerar que a higiene é a saúde organizada, e que, portanto, sem organização a higiene não é possível. Tudo isto será um passo essencial para a futura etapa higiénica, a mais importante da obra a realizar.

Outro objectivo é a limpeza metódica e gradual dos rios infestados de glossina, a partir do extremo sul do distrito de Benguela. O problema da prevenção da moléstia do sono em Angola é menos grave do que parece à primeira vista, e está muito longe da importância enorme que tem no Congo Belga. A razão é que o transmissor, a «glossina palpalis», é um insecto de floresta, e, portanto, tem no Congo Belga um «habitat» imenso. Mas Angola não é país de floresta. É um país de savana, mais ou menos arborizado, onde a mosca só encontra condições de vida nas margens do rio. Vamos empreender com tenacidade e persistência a limpeza dos pequenos

rios, a fim de concentrar depois a nossa actividade no rio Cuanza, o foco principal de pululações de mósca.

Quando chegarmos a esse ponto, Angola disporá, espero-o, de um pessoal sanitário perfeitamente integrado dentro deste alto pensamento e eu poderei descançar, com a consciência de ter realizado na vida — o que é tão raro — um objectivo útil ao meu país. Até lá, tenho de manter em plena tensão, a minha actividade, e é por isso que regresso imediatamente ao meu posto, donde saí para expôr na Bélgica, no Congresso dos *Journées Médicales*, os nossos pontos de vista e o processo português de Assistência Indígena.

Alto objectivo da nossa literatura colonial

(SEARA NOVA, 13 de Maio — Artigo do Sr. Gastão Sousa Dias, professor da Escola Primária Superior Artur de Paiva, de Sá de Bandeira).

Um português de boa raça disse, acêrca dos diamantes da Lunda, estas palavras justas: «muito dano está produzindo em Angola a miragem de fabulosas riquezas diamantíferas: há, em todo o mundo, personalidades e ancestralidades características que perdem por completo a serenidade, enlouquecem e estonteiam quando a imaginação lhes desenha mãos cheias de pedras preciosas ou barras de ouro rutilante». A exagerada exploração dos diamantes não seria apenas prejudicial para Angola: se-lo-ia também para Portugal. De novo aconteceria o que sucedeu com o Oriente e com o Brasil, cujas riquezas tanto mal causaram ao país, dando ao português a sua feição afidalgada e parasitária.

Para a *nossa* Angola o que convém é a *nossa* população. E essa não tem, e felizmente, um feitiço tão aventureiro como à primeira vista pode parecer. Como portuguesa, a única civilização que pode criar-se é aquela que tenha por base a actividade agrícola, com tendências para a ocupação comercial. Sob pena de fabricarmos de novo uma prosperidade com pés de barro, a raça deve ter a intuição clara de se defender contra o grande êrro histórico duas vezes repetido, e que a tanta dor nos levou já. Repetir com Angola o que se fez com Brasil e com o Oriente, é fugir cegamente das lições do passado e perder desvairadamente a oportunidade magnífica de garantir ao continente, não um engrandecimento passageiro, mas sim a fonte de um eterno e efectivo progresso.

Afigura-se-me que é este o ponto capital para o futuro de Angola: urge desenvolver a agricultura, não só porque Portugal necessita da produção de Angola, mas ainda porque sómente desta maneira conseguiremos estabelecer e fixar em África a emigração alarmante que anualmente abandona a metrópole e que já hoje não encontra colocação aceitável em qualquer parte do mundo. Angola será em breve o destino providencial dessa onda de gente, obrigada por duras circunstâncias, a sair do país e que noutra parte não en-

contraria colocação. Sem ela, o nosso problema demográfico, dada a deficiência da produção continental, não teria solução.

Ora, se repararmos que a nossa emigração é constituída por analfabetos pobres, saídos dos campos, arrastados criminosamente para o Brasil e ainda atendermos que a obra colonizadora tem de fundar-se na agricultura, reconheceremos facilmente que o nosso emigrante é admiravelmente apto para realizar a grande missão histórica que o futuro lhe prepara em Angola. «O objectivo é, em suma, diz o sr. coronel Vicente Ferreira, proporcionar uma vida desafogada, embora trabalhosa, às famílias portuguesas que hoje vivem em abjecta miséria nos pobres quadrados da terra de uma muito retalhada e muito onerada herança. Pretende-se que os aldeões e agricultores de Portugal venham a ser aldeões e agricultores em Angola, porém, com perspectivas de muito melhor futuro».

E, nestas condições, que papel mais brilhante para a literatura portuguesa que o de criar na nossa gente a crença no magnífico futuro de Angola, a fé nas suas possibilidades, desviando-a do velho caminho da miséria, para esta estrada larga, fácil e luminosa?

Sim: é necessário escrever a novela africana, não ao feitio do grande Kipling, mas sim a novela do colono, na qual se faça a exaltação ardente do seu esforço, das suas virtudes e se pinte a beleza da terra, sem exageros nem mentiras, elucidando o emigrante sobre o clima, as plantas, os animais, as águas e o céu; é necessário apontar-lhe os planaltos de Angola como a terra mais própria à continuação da existência rural e dos costumes tradicionais da lavoura portuguesa; é necessário dizer-lhe enfim que em nenhuma terra do mundo ele poderá adaptar melhor a sua família. Para o Brasil parte sózinho, porque o Brasil necessita apenas *braços*; para Angola poderá e deverá emigrar com a família inteira para aí reorganizar a sua casa, porque em Angola o que se precisa é de *filhos*!

“Standardization”

(O COMÉRCIO DO PORTO, 12 de Maio — Artigo do professor sr. dr. Agostinho de Campos)

A tendência humana, sempre viva e sempre malograda, para simplificação monotípica, revela-se hoje em dia pelo encantamento unânime que os Estados Unidos estão provocando. Este povo admirável inventou a *standardization* industrial, que não é senão o prefácio da extensão ao homem, do mesmo princípio ali estabelecido para a indústria. Começou *estandardizando* o produto, e parece ir em bom caminho de reduzir a um tipo único o produtor e o próprio consumidor.

Há ali já a lei da imigração, pela qual se estabelece quais são os poucos ingredientes de matéria-prima humana europeia, que servem para produzir o cidadão norte-americano autenticamente normal.

Há a lei da *prohibition*, ou lei *sêca*, primeiro esforço de *unitificação* do nutrimento humano. Há a lei puritana, que estabelece os limites exactos em que se pode mover sem sacrilégio, nas universidades, o pensamento de todo aquele que se obstina em pensar. Há o nivelamento geral da função e do gozo artístico ou literário pelo cinematógrafo que assegura a distribuição e comunica o mesmo prurido sentimental por grandes tiragens. Há a lei de nacionalização da terra, que proíbe ao estrangeiro adquirir qualquer parcela do solo dos Estados Unidos, e há a lei de Monroe, que, em combinação com aquela, dá ao *yankee* vulgar de Lineu, o monopólio do seu *habitat*, no sentido mais lato, e assim facilitará a máxima expansão do seu tipo. Há o sistema Ford, pelo qual todo o norte-americano está em via de possuir um automóvel, e o sr. Hoover, ministro do comércio e futuro presidente da República, que há pouco, num discurso, declarou o seguinte: «Os Estados-Unidos chegaram já à quasi abolição da pobreza entre os seus habitantes».

Se o povo norte-americano, com efeito, aboliu quasi a pobreza, está, *ipso facto*, a ponto de abolir a alma humana, onde a pobreza, irrealdade objectiva, tem a sua única séde e a sua única existência.

Entre os animais não há pobres, porque elles ignoram o desejo ou a necessidade de ser ricos. Pobre não é o que tem pouco, mas o que sente ter pouco. E se os Estados-Unidos, longe da abolirem também a riqueza, continuam a ser o viveiro dos maiores millionários; se os milhares de trabalhadores que colaboram com o riquíssimo Ford, não são, ou não se sentem, mais pobres do que elle — então a maravilha nova e grande está realizada: Temos, enfim, o cortiço humano, o formigueiro humano, a sociedade humana *estandardizada* na modelar república do Novo Continente, segundo a disciplina quasi automática do velho Reino Animal. Temos os que carregam e os que ençeleiram, os obreiros e as abelhas-mestras, cada um no seu posto imutável, cada um contente com a sua sorte. E, se ainda falta qualquer *mise au point* para atingir este resultado ideal, poderemos consolar-nos com a ideia relativamente satisfatória de que, no vastissimo terreno compreendido entre o Canadá e o México, se está formando ao menos uma China de antes de Sun Yat Sen, ou uma África de antes da colonização.

... Mas esta palavra *África* faz-nos pesar no espirito uma grande nuvem muito escura — uma nuvem formada pelos oito milhões de negros inassimilados, entre os cem milhões de habitantes dos Estados Unidos. E, contudo, é necessário ser optimista, e lançar sobre todo esse negrume alguma tinta cor de rosa.

Futuremos então que os oito por cento de habitantes negros serão as cigarras daquele formigueiro. A *estandardização*, a redução ao minimo dos tipos humanos, faz-se pelo processo de nivelamento da *aura da mediocridade*, expressa em dólares-ouro, e em tailorgramas-trabalho. O ser humano branco, bem seleccionado e bem filtrado, será o acessório e o semelhante da máquina, técnico, mecânico, cronométrico, matemático, prático. E como este tipo humano.

estandardizado e tailorizado exclui o desequilíbrio, a originalidade, a excepção e o génio (inferioridades humanas), os negros poderão incumbir-se ali de ter alma, como os homens, e de entre eles saírao os artistas, os poetas e os filósofos dos Estados Unidos.

Já, graças a esses oito milhões de negros, correm mundo triunfante, as duas primeiras belas-artes norte-americanas — dança e música de tanto carácter. Dança e música são as artes iniciais da mocidade robusta dos povos; mais tarde aparecerão a poesia, a escultura, a pintura — tudo negro ou negroide. Para que elas surjam convirá talvez não *abolir a pobreza* completamente entre os negros, pois bem se sabe (ou devia saber-se) que o verdadeiro artista é sempre, e fatalmente um pobre; um pobre que procura a sua riqueza na expressão da própria alma; um pobre insatisfeito sem remédio, porque a alma, onde existe, é exigente; um pobre que nunca enriquece, porque a expressão ideal lhe foge sempre.

A Assistência indígena no Congo

(A PROVÍNCIA DE ANGOLA, LUANDA, 4 de Abril
— Declarações do sr. dr. Carlos de Almeida).

A divisão do Congo em sectores — disse o sr. dr. Carlos de Almeida — obedeceu à lei do menor esforço para deslocação do pessoal e até certo ponto, também, à necessidade de seleccionar as diferentes raças indígenas. Assim, contamos com o sector oeste que diz respeito à circunscrição de S. Salvador, o Sector Sul a do Bembo e Pombo, o Sector-Sede, com duas circunscrições — Zombo e Damba, e, finalmente, o Sector Leste relativo à circunscrição do Cuango. No primeiro daqueles sectores, condições políticas especiais não permitem uma larga ausência do médico. Tem ali a sua nota mais intensa a patologia exótica.

O Sector Sul é o menos batido e tem a vantagem de possuir belas estradas carroçáveis. Exceptuando a mancha de tripansomíase da serra do Uige, só conta, de notável, com a pandemia do bócio do Alto Cawale.

Em compensação, o Sector-Sede, abrange na sua área focos importantes da doença do sono. A contar: Camatando Mocaba, e Sacandica. Particularmente me refiro ao foco do segundo, que exige uma acção intensíssima sobre a infecção que se esboça ali dum maneira assustadora. Os outros, a-pesar de tudo, não são menos importantes. O sector Leste possui uma área extensa e sem estradas. Impõe-se uma fiscalização permanente e enérgica para impedir a infecção ascendente ao longo do Cuango, que ameaçando Cuilo, ameaça também o distrito de Malanje. O médico destinado àquella zona reside em Maquela, ou seja a oito dias de viagem. No Cugho, onde passei, não encontrei doença do sono, a-pesar do número incalculável de glossinas que há naquellas paragens.

Do Cugho; desviei-me, para o Posto de Carimbo. Fui ali no propósito de instalar uma barragem de maneira a impedir a infecção ascendente que do Cuango nos vem. Devido a necessidades de política indígena e profissional, demorei-me um pouco, dirigindo-me à sede da circunscrição, pelo Cuango, e observando pelo caminho doentes do sono. O trabalho aqui é ingrato, devido ao facto de o preto derivar permanentemente para o Congo Belga, ao menor esboço de atoxilização, e lá é infelizmente tolerado, senão admitido, indo contra todas as regras do intercâmbio sanitário. A raça daquela zona é a menos acessível à assimilação, e só tem a noção da liberdade por via de prerogativas que nós concedemos generosamente. Feito o reconhecimento ao longo do rio Cuango, até à confluência do Cuilo, chegamos a Suá Icomba. Esteve em tempos ali instalada uma missão americana, mas hoje, o local, é uma sanzala insignificante, constituída por possíveis imunizados para a doença do sono, mas pobres vítimas do vinho de palma que fabricam e ingerem em grande quantidades. Ao longo da fronteira belga, em Sacandica, temos montado um posto de tratamento com um enfermeiro europeu. A população é refratária ao nosso esforço e os processos de contemporização que empregamos para captação política, têm de ser substituídos por medidas drásticas de profilaxia e tratamento. São poucos os doentes que aparecem, e por isso sou de opinião que se proceda a atoxilização em massa, muito embora isso nos acarrete de começo dissabores por um maior número de fugas para o Congo Belga.

Falando de uma viagem de reconhecimento ao Uige, Bembe e Ambrizete, o sr. dr. Carlos Almeida, informa-nos que sendo a região mais rica, infelizmente, começa a sentir o peso da doença do sono. O foco irradiou da serra do Uige e dia a dia um círculo de ferro vem apertando as populações europeias ali fixadas. O serviço do Estado devia ser auxiliado pelos proprietários da região, mas a falta de capitais tem impedido que isso se faça. O Bembe com a sua área quasi desarborizada, a não ser na parte em que confina com as margens do rio M'Bridge, é poupada à invasão da tripanosomíase. É aquela uma região de futuro e bem precisa que seja defendida, concedendo-se-lhe um posto de assistência médica que lhe dê recursos para o combate à doença do sono, que a ameça e a outras endemias exóticas que ali põem uma mancha de sofrimento e de morte. O Ambrizete tem um cancro sob o ponto de vista da tripanosomíase — é o rio Loge. Julga o sr. dr. Carlos de Almeida de absoluta necessidade a montagem de postos sanitários no Tomboco e Kindege, onde encontrou manchas de hipnose. Com a montagem do primeiro posto temos uma vantagem séria — a ligação no rio M'Pozo dos sectores de Noqui e de S. Salvador. Outro posto é necessário montar entre Quissembo e Musserra. Aqui encontrou um foco de glossinas morsitans, provavelmente infectadas. Completando esta ocupação impõe-se a montagem do posto de Kinsau e a criação do sector Ambrizete para uma boa vigilância médica e um comando eficaz

Em Camatando, quando ali passei pela primeira vez, não encontrei um único caso de doença do sono; pois bem, um ano depois, numa visita que ali fiz constatei sete casos em indígenas vindos de Caxito, sem meu conhecimento. O foco foi estirpado, mas ao redor foram aparecendo doentes, e hoje, impõe-se como necessária a criação de um posto de tratamento devido à afluência de doentes.

À circunscrição de S. Salvador continuam afluindo os doentes. Naquela região temos montado vários postos e alguns, como o do Ludo, servem até para o tratamento dos indígenas do Congo Belga.

A Colonização no Congo Belga

(NOTÍCIAS, Lourenço Marques, 10 de Abril).

Os belgas sentem bem a necessidade de efectivar uma larga colonização europeia na sua vasta e rica colónia do Congo. O problema não é fácil, porque não são muitas as zonas da colónia que favoreçam uma permanência longa do europeu.

E assim é que aquela vasta colónia não dispõe por enquanto de grande população branca, sucedendo até que o número dos colonos estrangeiros europeus é superior ao dos belgas.

Mas, enfim, a Bélgica faz esforços por nacionalizar a sua colónia.

Recentemente constituiu-se uma sociedade com o fim exclusivo de promover o êxodo de agricultores belgas da Metrópole para a colónia. Denomina-se essa sociedade «Sinkafor». A «Sinkafor», de momento, preocupa-se apenas com os colonos agricultores. Vejamos como funciona esse organismo.

Em Catanga criará aquela sociedade uma grande granja modelo, dotada de todos os aperfeiçoamentos técnicos modernos e ensaiando as diversas culturas mais adequadas à colónia. Essa granja admite como estagiários todos os filhos de agricultores que queiram ir para o Congo e que hajam recebido a aprovação do Conselho Director da Sociedade, que funciona na Metrópole.

À sua chegada à África o colono será alimentado e alojado na Granja Modelo, recebendo um salário proporcionado às suas aptidões e rendimento, ficando a inteira disposição do director da Granja, em África. Metade do salário será destinado a amortizar os encargos da viagem e logo que esses encargos estejam liquidados o colono é livre. Ele poderá desde então ou tornar-se empregado da própria Granja ou pedir à sociedade para iniciar a exploração duma filial da Sinkafor. A direcção em África abonar-lhe-á os créditos necessários de modo que lhe permitam conduzir a sua empresa a bom fim. Locatário da Sociedade, primeiro, tornar-se há depois proprietário, reembolsando a Sociedade em géneros produzidos se assim lhe convier. Se, pelo contrário, o colono desejar voar com as suas próprias asas, dirigir-se há a uma sociedade de crédito hipotecário a fim de haver o capital inicial indispensável.

Esta colonização será tentada imediatamente na região entre

Bukama e Port-Francqui, servida pela linha férrea Baixo Congo-Catanga, que admite a possibilidade de adoptar tarifas muito favoráveis.

É evidente que, por enquanto, é prematuro pronunciar-nos definitivamente sobre os resultados de um tal sistema de colonização. Não achamos, de resto, muito animador o facto de o colono ser obrigado a reembolsar o custo da viagem.

Mas não há dúvida também de que entre nós alguma cousa é necessário fazer no sentido de promover a vinda de colonos europeus para Moçambique, que mais que nenhuma outra das nossas colónias carece de tais colonos.

“Escolas de Concanim ou Concanim nas Escolas?,”

(ÍNDIA PORTUGUESA, Nova Goa, 11 de Abril
—Artigo do sr. Pedro António de Sousa.

É necessário, para a intelligência do problema e sua solução, fixar bem nitidamente os pontos da questão.

São duas cousas bem distintas: escolas de concanim ou «concanizar» o ensino primário, como alguém disse, e a admissão do concanim nas escolas primárias. Uma não se confunde com outra, «Concanizar», vá o neologismo.

Que parentesco terá o concanim com o português? Nenhum; nem pela sua origem nem pelas relações económico-sociais.

O pequeno ou insignificantiíssimo comércio, que vemos na capital do Estado e nas vilas de Mapuçá e Margão, determinado pelas primeiras exigências dos povos, encontra-se nas mãos de 4 banianes, 4 parses, 4 guzires e 4 mouros, que quasi todos têm noções da língua inglesa. Quando a correspondência destes não seja na sua própria língua, está perfeitamente bem, na ordem dos interesses, a correspondência em inglês.

E por isso, o governo faz muito bem em tolerar os colégios e escolas da língua inglesa. Vai nisto o interesse dos emigrantes e dos que aqui quizerem entrar na carreira commercial.

O concanim, pois, nada tem a vêr com esse movimento microscópico. Nem o comércio nem a indústria, bem equilibrada a balança da justiça, dão direito a quem quer de exigir do governo escolas privativas de vernáculo ou a «concanização» do ensino primário.

Constitucionalmente, as colónias, para todos os efeitos civis e políticos, são partes integrantes da nacionalidade portuguesa, e todo e qualquer habitante delas para ter a qualidade de cidadão português, com todos os direitos inerentes a essa qualidade, é indispensável que saiba «lêr» e «escrever» a língua nacional. A criação e manutenção das escolas primárias officiaes e; só das escolas primárias, subordinam-se a esse princípio fundamentalmente constitucional. E aqui acaba a obrigatoriedade do governo no que respeita a instrução. Outras escolas privativas de quaisquer línguas, cremos

que não podem ser custeadas pelo governo em prejuízo do interesse dos povos, que devem contribuir, por mil maneiras, para a manutenção das instituições da ordem administrativa.

A função, por conseguinte, do vernáculo no ensino primário deve limitar-se a transmitir a ideia e o pensamento em concanin, quando a criança seja completamente estranha ao português: facto que se dá, geralmente, nas povoações rurais.

O concanin deve ser admitido nas escolas primárias ou nas escolas paroquiais, simplesmente, como veículo.

Uma festa chinesa em Macau

É do n.º 808, de A Pátria, de Macau, que transcrevemos este artigo, da autoria de Madame Tamagnini Barbosa, ilustre esposa de S. Ex.ª o Governador daquela nossa colónia.

Madame Tamagnini Barbosa é um finíssimo espírito de poetisa, cujo livro Flor de Lotus, ainda recente, a bem dizer, está para as Belas Letras Portuguesas, como para a Literatura Francesa o famoso e formoso Livro de Jade, de Judith Gauthier, filha de sangue, da arte e do génio daquele que, entre os Parnasianos, ficou sendo o Divino Theo.

O artigo que hoje o nosso Boletim reproduz, constitui um quadro de doces e evocativos tons de aguarela em que a uma inspiração bizarra se associa uma ou outra nota de saúde lusiada.

Desde manhã cedo que esperamos o momento alegre de ver passar as primeiras figuras decorativas desta memorável procissão chinesa. As ruas tomam um aspecto de desusada animação.

18 de Março de 1928. Dia de luz acariciante. Macau vive hoje a sua hora compensadora e feliz.

Abrem-se as janelas de par em par. A multidão apressa-se curiosa de ver entrar neste cantinho, português desde 1557, a China cumprimentadora e sorridente. Macau abre livremente as suas portas para dar entrada ao luzido cortejo que vem alçado de setim e oiro, desprezando a poeira dos caminhos, inclinar-se reverente e amável ante o Governador que pôde tornar realidade um sonho de há muito acalentado.

São onze horas, o povo impaciente-se, mas já ao longe se ouve o bater dos tambores chineses, às janelas assomam rostos curiosos, o sol rompe, enfim, as nuvens claras e transparentes.

Surge, tremulando, a primeira bandeira dum roxo-violeta, bordada a oiro e matiz, elegante e simbólica. Vejo-a inclinar-se respeitosa ao passar diante do torreão do Palácio do Governo, onde, por uma feliz e curiosa coincidência, dois Governadores e amigos assis-

tem ao majestoso desfile: o de Hong-Kong, Sir Cecil Clementi, e o da Colónia, Artur Tamagnini Barbosa.

É sorrindo e verdadeiramente interessados, que os olhares de ambos contemplam o desfilar das inúmeras bandeiras, recamadas de bordados preciosos, representando lendas seguem-se-lhes alguns andores decorados a vermelho e oiro, com donzelinhas vestidas a rigor, de faces pintadas como bonecas de *biscuit*. Ordem, serenidade e uma perfeita compenetração dos papéis que lhes foram destinados, nota-se em todos os figurantes que compõem a luxuosa procissão de hoje.

Mas o momento curioso aproxima-se.

Ao bater ritmado do tambor chinês, surge, no seu maneo, cadenciado e airoso, o primeiro Dragão. Desceu do céu, segundo a lenda, para manifestar, a quem de direito, a alegria do povo chinês, nesta hora, e ao céu voltará, cumprida a missão que o trouxe à terra. Olhos salientes, guela hiançe, todo em escamas doiradas e reluzentes, ergue majestoso a cabeça disforme, sacode-a, e, ora saúda, altaneiro e impávido, ora se inclina e humilha rastejante. Enrosca-se o seu corpo de serpente numa vaga atitude de repouso, mas, imediatamente, ei-lo que se distende e, coleando, coleando sempre, toma novas atitudes, movimentos requebrados, ondulantes passos de dança, que lhe fazem dobrar o dorso vultuoso, sacudir alegremente a cauda, tornando vivo e palpitante o estranho símbolo da velha China.

Para traduzir uma alegria verdadeiramente sentida, pareceu ao povo de Heung-Shan que um só Dragão seria pouco e, assim, nesta demonstração de requintada cortesia, são três as serpentes fantásticas, que, vistosas, coloridas, cobertas de sedas de variegadas cores, se incorporam no suntuoso cortejo. Brilham ao sol os arabescos prateados, a pregaria doirada, as pedras reluzentes dos seus complicados ornamentos. Cabeças enormes, olhos esbugalhados, uma após outra, recomeçam o colear requebrado dos seus dorsos faiscantes, o menear ondulado dos seus corpos, maravilhosos de cor e de ritmo.

Das dezenas de chineses, ocultos sob as vestes dos Dragões, só os seus pés, calçados de setim, aparecem; e é dos seus movimentos certos e cadenciados que as hidras tomam o serpentear airoso e inconfundível, que sugestiona e acaba por nos ilusionar.

Que arte natural e instintiva existe nos chineses! Como estes homens, homens do povo, sabem emprestar graciosidade e vida palpitante ao símbolo misterioso da sua Pátria!

Numa longa serpente de 40 a 50 metros de comprimento, conduzida por dezenas de corpos diferentes, uma só alma existe. E é desta homogeneidade que nasce o ritmo, a cadência destes espectáculos feéricos que a pena não consegue descrever e que os olhos muitas vezes não absorvem completamente.

Ao longo da Praia Grande a procissão pagã segue em todo o seu fulgor, realçada pela beleza do cenário: um mar calmo e espeelhado, onde se projectam sombras de embarcações chinesas e se

reflectem todos os cambiantes da luz solar. Ao fundo as altas montanhas envoltas numa transparente neblina azulada, que se dilui pouco a pouco.

Sobre um andor, presa à delicada haste duma flôr, esculpida em madeira rendilhada, uma criança chinesa poisa os pèzinhos levemente, como borboleta sobre flor viçosa. Mas ainda, neste ponto, é a arte chinesa que nos cria a ilusão de óptica.

Os pèzinhos minúsculos que poisam na flôr não são os da criança, êsses ficam ocultos; os que apercebemos sob a longa cabaia de sêda são dois sapatinhos que a fantasia do artista criou, mais pequeninos do que a flôr onde poisam.

A contrastar com a graciosidade e leveza das crianças em seus andores, vem aos saltos, em cabriolas alegres e buliçosas, um leão doirado e vermelho que oculta nos seus flancos dois dançarinos eméritos. Um china saltitando à sua frente oferece-lhe, tentador, uma bola de côres, que gira na extremidade dum bambu, e que simboliza a ambicionada lua.

O leão salta e piroteia e avança e abre a bôca numa atitude devorante, mas a bola foge-lhe, aparece, desaparece, como por encanto, e o monstro salta de novo, volta, contorce-se, sacode-se, forma o pulo, recua, toma um ar de falso cansaço para apanhar a lua de surpresa; mas à habilidade dos dançarinos ocultos, que atacam, corresponde a agilidade do china que defende o seu tesouro. E a dança segue, segue sempre, ao som monótono do tambor.

Um enorme pavão de grande leque quebrou as grades doiradas da sua gaiola fantástica para juntar a beleza do seu colorido ao berrante e singular cortejo. Airosamente inclina o pescoço longo e flexível em cumprimentos cerimoniais. No bico vermelho segura rolos de papel onde estão impressos caracteres chineses, mensagens por certo. Mais um enviado da China, cumprimentadora e sorridente, se oculta sob a rica plumagem dum pavão real.

Bandeiras, mais bandeiras de sedas extravagantes; e, a tantas, vão juntar-se ainda as que o Governador de Macau oferece em sinal de boas vindas: azues, verdes, rosas, vermelhas, etc. O cortejo pára um instante para as agradecer e vai seguindo.

Torneja agora o jardim do Palácio. Atrás dos vários andores os largos chapéus chineses de palha de arroz, com seus decorativos caracteres a negro de Nanquim, encobrem-nos as frentes tostadas dos homens que vieram de longe, pomposamente trajados, para mostrarem à nossa gente que a procissão não é só de bonecos e de símbolos, mas também de homens que esperam e crêem num futuro risonho e próspero, compreendendo o alto significado da procissão de hoje: Novo caminho aberto entre Macau e Seac-ki.

Para nós novos horizontes, verdes arrozais, aldeias, monumentos erectos à piedade filial, à virtude e à honra, velhas muralhas defendendo cidades, pontes arqueadas, árvores consagradas ao culto, todo o cenário, enfim, da China latente, que tem para nós o particular encanto da sua antiguidade, que se perde na sombra

dos séculos. Para os chineses a certeza dum comércio florescente, o contacto com a Europa longínqua, através dos europeus que vivem nestas paragens, um pôrto que há-de ser útil, o convívio íntimo com «Tai-Sai-Yong-Kuo» (Gente do grande Portugal) que, pelos seus feitos de coragem, lhes mereceu há perto de quatro séculos este lindo rincão da terra. Com amor o edificaram, arborizaram, e criaram a seu modo, dando-lhe por tal forma o cunho pitoresco das nossas cidades que, ao virmos do ocidente, depois da longa travessia dos mares e da diversidade das paisagens estranhas, em Macau revemos um trecho risonho das terras de Portugal: casas feitas de retalhos de côres alegres, árvores seculares, cantar dos sinos e, lá, no alto da verde colina, a pequenina, branca Ermida de Nossa Senhora da Guia e o seu velho farol, o primeiro nos mares da China, estrêla fixa dos navegantes, a evocar comovidamente às nossas almas os destemidos portugueses de outras eras, que, tendo espalhado a sua luz pelo mundo, de nós exigem que não mais a deixemos extinguir.

Maria Ana Acciaïoli Tamagnini

Imprensa colonial

Da iniciativa de um grupo de estudantes indianos da Universidade de Coimbra, começou a publicar-se naquela cidade um jornal sob o título de *Índia Nova*, dirigido pelos srs. Adeodato Barreto, José Teles e Telo de Mascarenhas.

Dos seus objectivos diz o novo periódico no seu primeiro número:

«Pretendemos estabelecer contacto entre os nossos leitores e as grandes correntes literárias, artísticas e científicas, sociais e políticas da Grande Índia, de que tão alheado anda o público de Portugal e de Goa. E, divulgando a história do nosso País; estudando as suas seculares e sábias instituições que ainda hoje, sendo applicadas, podem fazer a felicidade dos povos; tomando para as nossas produções literárias e artísticas motivos indianos; propugnando pelo ressurgimento das nossas mais belas tradições e pela renovação moral e intellectual do povo goês, procuraremos despertar no leitor o amor pela civilização indiana, e servir o nosso País que é a nossa preocupação de hoje e de ontem, de tôdas as horas, de todos os momentos.

Procuraremos ainda, no que diz respeito especialmente a Goa, realizar a aproximação das várias crenças religiosas, para vivermos todos irmanados no mesmo Ideal e na Tradição comum.

Também nos merecerá especial atenção a educação da mulher goesa, a quem procuraremos ministrar ensinamentos sãos e belos dimanados dos textos antigos da literatura indiana, de modo a fazer dela legítima continuadora da obra do lar e da educação dos filhos no amor da nossa Terra e culto dos nossos ancestrs, como aquelas heróinas e santas exaltadas nos livros sagrados da Índia.

O ponto mais importante do nosso programa é a questão das línguas maternas. Mestres abalizados e valores incontestáveis no assunto tratarão, desenvolvida e proficientemente, das línguas *concani* e *marati*, porque nos propomos cumprir escrupulosamente o valioso testamento que nos legou o erudito e grande amigo da Índia que foi Cunha Rivara, no seu Ensaio Histórico da Língua Concani, e que reza desta sorte: — «He pois tempo de reparar os erros passados. He tempo de restaurar a língua materna. A vós, Mocidade Goana, está reservada esta grande obra, elemento essencial da regeneração intelectual e social dos vossos compatriotas...»

SECÇÃO ESTRANGEIRA

A assistência médica portuguesa em África

(L'ESSOR COLONIAL ET MARITIME, Bruxelas, 26 de Abril — Artigo de Leo Lejeune)

Convidou-me o «Comité» das jornadas médicas de 1928 (composto pelos drs. Houssian, Bernard e Beckers) a assistir, no sábado 21 de Outubro, a uma conferência do dr. Damas Mora, director dos Serviços de Saúde de Angola e um dos mais autorizados higienistas das colónias. Assim tive a boa fortuna de ouvir um homem de ciência que conta vinte e seis anos de permanência nas colónias portuguesas, dos quais três em Timor, treze em S. Tomé e cinco em Angola; e que participou da missão de estudos médicos organizada à África Ocidental sob os auspícios da Sociedade das Nações.

Noutros tempos — colonização era sinónimo de exploração. A todos os flagelos que dizimaram as populações negras: escravatura, guerras tribais, desordem social, falta de higiene, alcoolismo, varíola, tripanosomíase, disenteria, fomes periódicas, juntava-se outro ainda mais terrível: a penetração europeia. A escravatura entre as tribus era uma forma de selecção em que os mais fortes triunfavam. A escravatura exercida por negreiros árabes ou europeus, espatriando de preferência esses, desorganizou o quadro social dos primitivos sem nada deixar em troca. Abolido o tráfico dos negros, o europeu não deixou de ajudar a difusão de doenças até então desconhecidas em África: a sífilis e outras de carácter venéreo, a tuberculose, etc., das quais os indígenas se defendiam por um instintivo ou calculado isolamento. Depois reflectiu-se. Pensou-se que se não se acudisse a todos estes flagelos, se acabaria por matar «a galinha dos ovos de ouro».

Nas suas colónias, os ingleses limitam-se a exercer uma acção de vigilância. São as missões que estabelecem dispensários e hospitais. Os latinos procedem por assimilação, entendendo o dr. Damas Mora que, sempre que se trate de povos de evolução muito lenta,

duma grande passividade, cujo processo seja quasi improgressivo, se impõe de preferência a intervenção em todos os aspectos da vida social.

A assistência indígena compreende providências administrativas e de natureza médica. É directa, individual, terapêutica ou profiláctica, higiénica e colectiva, convindo ter em vista antes a colectividade do que o individuo. As funções sanitárias devem compreender não hospitais, salvo para os grandes ferimentos e para operações, mas dispensários, uma sala para tratamentos, outra para depósito de medicamentos, vacinas, instrumentos cirúrgicos, e em rigor um gabinete de consulta. Em Angola, o coronel Damas Mora mandou organizar dispensários ou enfermarias nas povoações; dispensários ou ambulâncias nas capitais de distrito; hospitais nos centros importantes e ao hospital de Luanda, dotou-o de tudo que é de desejar: raios X; estomatologia, etc.

Resta assinalar, nesta ordem de ideias, as maternidades instituídas nas capitais de distrito e as missões móveis de reconhecimento nostológico de vacinação auto-variólica e de propaganda de hygiene que precisam a ocupação sanitária de cada região.

«Na organização da assistência médica indígena, achei, — disse o dr. Damas Mora, — o objectivo útil da minha vida.» Uma experiência foi tentada, há trinta e cinco anos, pelos portugueses, em S. Tomé, onde havia 40.000 trabalhadores. Data de 1911 a assistência em Angola, à organização da qual se dedicaram sucessivamente os srs. Norton de Matos e Vicente Ferreira. Criaram-se comissões locais (uma por circunscrição) que compreendiam, além do administrador, um médico e um chefe indígena. Mas foi depois do primeiro Congresso de Medicina Tropical de Luanda, em 1923, e da missão de 1926, que a assistência médica indígena entrou na sua fase definitiva, — sendo então criadas duas missões antitripanosómicas. Em 1927 o número de tripanosómados não excedia 5 000 em toda a colónia. Instituiu-se também um fundo de assistência: 5 milhões de escudos, graças ao qual se pôde fazer a aquisição de autos, caminhões, material de acampamento e de laboratório; ambulâncias, instrumentos de grande e pequena cirurgia; parques sanitários, baracas-enfermarias para vinte circunscrições, etc.

A peste bubónica, que se manifestou em 1921 e formara 9 focos, desapareceu gradualmente. De Novembro de 1927 a Janeiro de 1928, isto é, durante a última manifestação do flagelo, não se deram senão três casos no único foco existente, em Benguela. Em 1927 a varíola, que anteriormente dizimava populações inteiras, não deu origem a mais de 193 casos, dos quais 3 fatais. 109.000 doses de vacina foram distribuídas e ministraram-se 74.563. Só no distrito de Cuanza-Norte, especialmente flagelado pela doença do sono, realizaram-se 292.825 atoxilizações preventivas e praticamente toda a população de Angola acha-se sob a vigilância médica. Observaram-se 3.805 casos de tripanosomíase e 2.349 de pian.

A segunda fase da assistência médica indígena será atingida desde

que legalmente se imponha a todos os médicos oficiais o tratarem principalmente dos indígenas; aos médicos-chefes o olharem pela execução das medidas prescritas; e a uns e a outros a organização, com os recursos locais, de missões móveis.

A terceira será caracterizada pela imposição de medidas higiênicas e preventivas, principal função do Serviço de Saúde. Todos os administradores de circunscrições deverão proceder de acordo com os respectivos médicos, à escolha de lugares salubres e fazerem aí construir casas próprias, bem alinhadas. A cada casa corresponderá o terreno suficiente para a alimentação duma família. Proceder-se-á à escolha de indivíduos isentos de taras, robustos que serão isentos de qualquer obrigação militar ou agrícola. Trata-se de aglomerados-modelos com mestre-escola, enfermeiro e parteira. Em cada circunscrição uma aldeia; depois duas; mais tarde três. . Ao administrador que melhor fizer caberão recompensas especiais. E o dr. Damas Mora aponta já aldeias nestas condições, na circunscrição de Ambaca: «mais de 800 homens válidos, mais de cem magníficas crianças; 80.000 escudos pagos anualmente ao Estado; 800 toneladas de café e outro tanto de produtos de primeira necessidade. A população acolhe sempre bem o europeu e mostra-se pronta a trabalhar em tudo que importe ao serviço sanitário.

Quantas uteis sugestões perfeitamente adaptáveis à nossa colónia! Reconhece-o o coronel Damas Mora. Temos homens de ciência de primeira ordem; médicos dedicados, administradores capazes. Porque não havemos de avançar resolutamente no caminho que Portugal segue em Angola?

O General Pienaard fala de Angola

(THE STAR, Joanesburgo, 29 de Março).

O General J. Pienaard disse ter sido indicado para chefe político dos Boers de Angola em 1905 e que, no período em que desempenhou esta função, foi pelo Governo Português convidado para intervir na submissão do régulo Oorlog, nome sinistro dum chefe de cerca de oitocentos bandidos que espalhavam o terror, embaraçando do mesmo passo a administração. De boa vontade aceitou a missão, preferindo, porém, a força ao emprêgo de meios suasórios e assim de facto logrou desarmar os rebeldes, cujo chefe passava por um dos homens dos mais sangüinários que a África haja conhecido. Assim Oorlog se convenceu de que mais lhe valia pela paz deixar a vida errante que até então fôra a sua, sempre fugitivo.

Acêrca do interesse que tomara por Angola, o general Pienaard, (que foi comandante das forças boers em Komatipoort, ao estar prestes do seu termo a Guerra Boer), explicou que tendo-se reunido a Kruger, em Lourenço Marques, antes do Presidente partir para a Europa, fôra mandado embarcar para Lisboa, onde havia já muitos sul-africanos e por eles foi informado sobre as possibilidades de Angola.

para onde resolveu seguir com os seis filhos que tinha, depois de ter vendido as propriedades que possuía na África do Sul.

Ao estabelecer-se ali, ao cabo de um ano, verificou a existência de escravatura em consequência de o terem presenteado com três crianças indígenas no termo de uma expedição contra o Régulo Molonda. Contra este tráfico se insurgiu enérgicamente, atitude que lhe valeu muitos inimigos e o ter de embarcar para o Cabo. Daqui dirigiu-se para a Inglaterra, seguindo depois para os Estados Unidos, indo finalmente a Lisboa, em virtude de ter sido confiscada pelas autoridades a concessão que lhe fôra feita em Angola.

Passado tempo, estabeleceu-se na Costa do Ouro, para onde se dirigira de Las Palmas a fim de verificar da existência de jazigos auríferos. «O ouro que obtive — disse Pienard — não foi revolvendo o solo, mas cultivando o cacau». No decurso das viagens que fez não deixou de estudar as condições de existência de Angola — depois de ter caído a monarquia. E assim viu que certos abusos do velho regime tinham cessado e que os equívocos e as perseguições a que pessoalmente estivera sujeito, se tornavam já impossíveis. Entre esses equívocos, um atribuía-lhe o propósito de fundar em Angola uma república independente. Tratava-se duma calúnia.

Do actual regime não pode senão dizer bem. Não há escravidão e os assaltos às povoações indígenas cessaram. Assim compreende porque Andries Alberts e os seus apaniguados se mostraram descontentes. Nenhum deles gostava de sentir-se sujeito à lei.

Nota : O facto das 3 crianças referido por Pienard deve ter sido inteiramente desconhecido das nossas autoridades ao tempo. De resto, o nosso país foi uma das nações que marcaram na luta contra o escravagismo. Assim terá que reconhecer-se sempre que se faça história desinteressadamente.

Quanto à «confiscação» da concessão que Pienard tinha, não deve passar dum caso de caducidade, nas condições em que uma concessão podia e ainda agora pode caducar por falta de cumprimento das respectivas cláusulas.

O equilíbrio europeu e as Colónias

(LES ANNALES COLONIALES, Paris, 12 de Abril
— Artigo de Mario Roustan, antigo ministro.)

Tenho sob os olhos o plano dum Locarno mediterrâneo de que se tem dito ser patrono o sr. Austen Chamberlain. É provável que este só pelos jornais tivesse conhecimento do plano e dos inúmeros e diferentes comentários que lhe têm sido feitos. Algumas considerações, visto se tratar das nossas colónias.

Quatro seriam os jogadores que não querendo bater-se (enfim!), tomariam o prudente partido de se entenderem o melhor possível nas seguintes condições:

A Alemanha, a França, a Itália e a Grã Bretanha conviriam em que o mandato do Camarão actualmente confiado — parte à Grã Bretanha, parte à França, fôsse inteiramente confiado à Alemanha.

O mandato sobre a Síria e o Líbano passaria das mãos da França para as da Itália.

A zona espanhola da região do Rif passaria à França.

A Itália tomaria o compromisso de não tentar nenhuma aventura militar na Anatólia ou nos Balkans, e de não prosseguir a política que está fazendo na Tunísia.

Toda a gente teria razão para estar contente e satisfeita. Haveria a ganhar, nada a perder.

Vejamos agora: Para a Alemanha é inútil. Quanto à Itália, vê-se que obteria territórios em que a sua população de emigrantes poderia achar um campo largamente aberto a todas as actividades. Quanto à França verifica-se que poderia prosseguir, sem choques nem tédios, a sua política na África do Norte, e que trocaria um mandato que não lhe tem sido proveitoso pela zona de Marrocos Espanhol que ela tem ajudado a pacificar. E a Espanha? Parece ceder alguma coisa e não aproveitar nada. A sua perda é pouco séria, — diz-se, — e a pesar de tudo, alguma coisa obterá. Abandona um território que não detem senão por vontade das potências. Em compensação é verosímil que a sua resignação venha a ser tanto mais fácil quanto é certo que lhe será concedido um auxílio financeiro em que não deixará de ver compensação.

Claro, a Inglaterra teria as suas vantagens. Soceguemos. Por um pequeno mandato no Camarão, receberia a direcção moral do bloco das quatro potências; representaria em particular o papel de árbitro a que, entre as nações latinas, aspira; arredaria a Itália dos Balkans, satisfaria as ambições coloniais dum país de super-população, evitando todo o rigor de guerra quer na Albânia quer na Anatólia; entendia-se com o fascismo para colaborar na Arábia e na Síria; dava um mandato colonial à Alemanha, decididamente associada à política geral do Ocidente; estabelecia a paz no Mediterrâneo e, em caso de necessidade, poderia oferecer a Mustafa Kemal Pachá uma garantia territorial com a condição de romper com a Rússia bolchevista; encontraria nesta pacificação de que é a inspiradora, os elementos novos de prosperidade para o seu comércio; atingia, enfim, o objecto a que tende, mais ou menos abertamente, a saber, — o isolamento da Rússia e porque não ajuntar, o da América?

Explendidamente apresentado tudo isto. Percebe-se um esforço de coordenação lógica e hábilmente arranjado. Excelente se permitisse prevêr vagamente, como convém, a data da sua exequibilidade.

No tom mais sério deste mundo, escreve um jornal americano:

«A paz mediterrânea que este plano inauguraria repousa em absoluto sobre as quatro grandes potências. Quanto ao «isolamento» dos Estados Unidos e da Rússia, que esse plano implica, ao que se supõe, os Estados Unidos poderiam fazer-lhe face; mesmo contando poucos amigos na Europa, a América do Norte confia em que poderá continuar de qualquer maneira no seu caminho.»

Outro, perguntava: a Espanha abandonaria de bom grado Marrocos? A França consentiria em deixar a Síria? As pequenas na-

cionalidades não fariam ouvir os seus protestos enérgicos contra um plano que daria às grandes potências a «suzerania» sobre a carta da Europa e proximidades?». «Certamente, na Europa de após-guerra, há muitas coisas a pôr no seu lugar. Os tratados de paz estão longe de constituir instrumentos perfeitos. Mas não é de supor que as propostas de reconstituição se efectivem sem que levistem oposição. Já não estamos no tempo em que meia dúzia de diplomatas eram capazes de dirigir os destinos da Europa. O «plano», se é verdadeiro, inspira-se no velho sonho da Europa, que se tornou o pesadelo da grande guerra.»

Pelo menos tôdas as democracias pretendem que assim seja. Uma meia dúzia de diplomatas—diplomatas sobretudo—não podem, por si sós, resolver sobre a sorte das nações europeias.

A Europa terá de reorganizar-se. Sem dúvida. Mas de cada vez que fizer nesse sentido um esforço, notará que o menor gesto seu tem um contra-golpe imediato nos outros continentes em que os povos europeus possuem colónias. E quando um dia se sentar à volta do pano verde, ver-se há, desde o primeiro instante, que a discussão incidirá não sobre os territórios do velho continente mas sobre aqueles em que as potências coloniais estabeleceram ou estão em via de estabelecer a sua influência política, social, moral e económica.

As aspirações coloniais da Itália

(LA PRESSE COLONIALE, Paris, 2 de Maio —
Artigo de Paul Bluysen)

Há razão para ligar uma séria atenção à viagem oficial que o rei e a rainha da Itália vão fazer à Tripolitânia. Trata-se não dum cruzeiro, mas duma solene demonstração da importância que a Itália liga à prática duma grande política colonial e principalmente à sua aplicação no Mediterrâneo. Até agora assistimos à manifestação de aspirações, de exigências mesmo, algum tanto vagas, como se viu na Conferência de Tanger. Faltava a consagração da vontade nacional e da dinastia de Saboia. Não havia um esforço bem dirigido, visando um fim determinado. A Itália não obtivera ou não parecia ter em vista importantes realizações. Sem negar que o país amigo e aliado tem o direito de reclamar e de ocupar uma forte situação colonial, compreende-se que nos limitemos a uma simpatia que exclui todos os egoismos e a mostrar algum septicismo. É que o seu passado e o seu activo colonial não são animadores.

A presença do rei significará agora à Europa que a Itália não tardará a tomar lugar entre as potências verdadeiramente colonizadoras. O soberano indicará ou relembrará certas obras que a opinião não deve ignorar ou considerar abaixo do seu valor, de ontem ou de amanhã. Assim grandes trabalhos têm sido empreendidos e vão prosseguir no porto de Benghasi; no Djirba, uma grande rede de estradas irá até ao interior, cuja pacificação se acentua cada vez

mais. A primeira feira de Tripoli, que não teve aliás grande repercussão ou êxito, vão seguir-se outras num futuro próximo, para intensificação e regularização do comércio.

A Itália colonizadora entende afirmar que está e que estará em sua casa, no domínio mediterrâneo ou mais longe, onde achar compensação das despesas e dos sacrifícios que a grande guerra lhe impôs. A sua poderosa atividade, a sua pertinácia no trabalho e na acção expansiva, criam-lhe títulos para prosseguir numa acção que não se poderia apodar de megalomania. É um programa enfim que ela se propõe realizar. E como se decidiu a tirar partido dos seus próprios domínios, não poderá senão ganhar a simpatia geral.

Não se trata já de competências e de disputas em torno dum osso. Tais rivalidades não poderiam ser de proveito para ninguém.

A mulher branca nas colónias

(REVUE MISSIONNAIRE, Bruxelles, Abril)

A tese do Padre Guffens é clara: «Tendo a colonização por principal objectivo o levantamento económico, intelectual, social, moral e religioso do povo colonizado, mediante certas vantagens legítimas para o povo colonizador, não se deve impedir família branca (célula civilizadora), de estabelecer-se na colónia, a não ser por motivos muito graves. Pelo contrário, é indispensável estimular êsse estabelecimento porque a vida familiar nas colónias, além de dar ao povo colonizado um belo exemplo da vida do civilizado, favorece, facultando aos colonos um meio normal, o desenvolvimento das suas energias físicas e morais, que se resolve no fim de contas numa vida mais nobre, mais rica, mais fecunda sob todos os pontos de vista e, por outro lado, torna impossíveis os excessos de todos os géneros que tantas vezes há razão para deplorar nas colónias».

Entretanto, se em teoria esta tese tem sido aceita, alguns médicos parecem relegá-la para o domínio das ideias puras, opondo à sua aplicação prática sérias objecções de ordem económica e higiénica. «A experiência, mostra-nos, — diz um dêles, — que se comete um êrro facilitando a ida de mulheres e crianças para o Congo». (Os beneditinos de Panda têm nas suas escolas 117 crianças europeias. Citemos também as escolas para europeus, de Elizabéthville e de Leopoldville, das damas do Sacré Coeur.) Nenhum higienista pode aconselhar uma mãe a criar o filho num país tão fortemente impaludado, onde faltam os meios de aleitamento. Não se perca de vista, porém, que um agente casado aumenta as despesas gerais da sociedade que o emprega.

Se razões muito graves, mas razões de facto, existem na verdade, capazes de tornar praticamente impossível o estabelecimento da família branca na nossa colónia, delas não se pôde deduzir senão

esta afirmação de facto: a-pesar-de em princípio se dever incitar os jovens colonos a partir casados e de se não poder impedi-los, sem razões graves, que o façam, na prática raros são aqueles que em tais condições seguem.

Percebe-se a diferença destas duas atitudes: a primeira, que é ilógica uma vez admitida a tese, reprova, duma maneira geral, o estabelecimento da família branca no Congo; a segunda, que é lógica, aconselha-o mas sob reserva dum sério exame dos pontos de vista económico, higiénico e moral, dum sério exame portanto em cada caso em particular. Toda a questão se concentra então nesta pergunta: A que chamamos razão grave? O financeiro dirá: é o rendimento económico inferior do homem casado; por seu turno, explicará o médico: é o risco corrido pela mulher ou pela criança. E ambos julgarão ter pronunciado a ultima palavra.

Enganam se, porém. A vida física e a vida económica não se justificam por si; uma e outra tendem a um fim mais alto e devem, consequentemente, seguir os caminhos que a esse fim conduzem. Ora o principal fim da colonização é o levantamento do povo colonizado mediante certas vantagens legítimas para o povo colonizador. Se para o atingir fôr necessário que não só se não impeça o estabelecimento da família branca no Congo mas que elle seja estimulado, favorecido, — para o financeiro e para o médico resulta desta necessidade uma certa obrigação moral de ter em conta nos seus cálculos uma tal necessidade. A vida do espírito, a vida moral; — será preciso lembrá-lo? — é infinitamente mais preciosa do que a vida material; entre um risco material e um risco moral igualmente graves, não há que hesitar.

“O problema das raças em África,,

(THE AFRICAN WORLD, suplemento, 28 de Abril, Londres).

O sr. Raymond Leslise Buell, antigo professor de história na Universidade de Harvard, actualmente director da secção de investigação da Foreign Policy Association, acaba de publicar uma obra sob aquele título. Tendo de fazer um relatório pormenorizado sobre as concessões de borracha na Libéria, a fim de reunir todos os materiais necessários ao seu estudo, teve de passar em África um ano, durante o qual sucessivamente visitou a África do Sul, as Rodésias e o Este Africano, depois de haver atravessado o Congo Belga, a África Equatorial Francesa, os Camarões, a Nigéria, a Costa do Oiro, a Libéria, Serra Leoa e a África Ocidental Francesa.

No relatório que fez sobre a Libéria, o sr. Buell critica a acção do Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Estados Unidos e do sr. Hoover, ministro do Comércio, protegendo a borracha e os interesses financeiros americanos na Libéria. Entende ainda o autor que a concessão obtida por M. Firestone fecha os portos daquelle

país a qualquer outro, o que terá como efeito o desaparecimento das terras indígenas e o trabalho indígena compelido. Ao passo que o governo francês e o governo inglês deliberadamente excluíram do Oeste Africano as plantações europeias, convencidos de que elas prejudicavam os interesses nativos, — o governo dos Estados Unidos tem-se mostrado desfavorável ao sistema oposto, ao das pequenas fazendas indígenas.

Ainda que não deixe de demonstrar os estrénuos esforços realizados para se melhorar as populações pela educação e pela assistência médica, etc., em diferentes territórios da África, o relatório chama a atenção para o grave estado de coisas actual, particularmente na África do Sul, na África Oriental Britânica, no Congo Belga e em certas colónias francesas.

Na União Sul-Africana o problema das raças é um dos mais inquietantes. Contudo o sr. Buell acha que o Primeiro Ministro Hertzog é o primeiro homem de Estado na história da União, que mostra compreender o problema e procura proteger igualmente brancos e negros. Pela legislação introduzida pelo general Hertzog, as comunidades brancas e negras, cada uma das quais se acha em condições de *self-sufficient* existência, poderão desenvolver-se paralelamente. As comunidades negras serão estabelecidas em conformidade com o sistema de governo instituído nos territórios do Transkei. Na opinião do sr. Buell o principal obstáculo à realização da reforma é o sistema territorial em vigor, em virtude do qual 90 % das terras da União se acha na posse dos brancos, que aliás constituem unicamente a quarta parte da população. O sr. Buell sugere um sistema de aforamento, a fim de melhorar o estado de coisas que aprecia.

Acha o autor, ocupando-se da África Oriental Britânica, que o estabelecimento dum domínio acarretará graves conseqüências para os 12.000.000 de indígenas que habitam esta parte do continente. Kénia, uma colónia de homens brancos, e que é o centro d'este movimento, já obriga cerca de 35 % dos varões indígenas a aforar as reservas e a trabalhar para os agricultores europeus. Acha o sr. Buell que o futuro da África Oriental está na Comissão de Mandatos da Liga das Nações.

Quanto ao Congo Belga ressentem-se ainda da herança do regime de Leopoldo II no Estado Livre do Congo. No momento o governo possui um considerável número de acções de minas e plantações, circunstância que não deixa de influir sobre a política do trabalho. O trabalho obrigatório está espalhado em todo o Congo, em benefício dos particulares. Entre as necessidades opostas duma população indígena desintegrada e uma indústria em constante desenvolvimento, o governo belga tenta corajosamente o desenvolvimento industrial a fim de salvar a população indígena. A administração fixou em 10 % o número de varões indígenas que podem ser recrutados nas povoações para trabalhar para os Europeus.

Nas colónias francesas verifica o sr. Buell que o governo tem

feito muito para melhorar a educação e a saúde dos indígenas. Contudo pondera que o sistema judiciário em vigor, devido à falta de código penal e de direito de apelação, investe os funcionários numa autoridade quasi completa. Os franceses, que têm trocado a sua antiga teoria de «assimilação» pela de «associação», procuram restabelecer os chefes tradicionais e os tribunais de justiça indígena, assim como criar tesouros públicos indígenas. Diz o relatório ser certa a existência do trabalhador compelido na África Ocidental e na África Equatorial Francesa, para as necessidades dos particulares, e que em muitos casos as terras dos indígenas foram confiscadas. Aponta ainda que o alistamento militar tem acarretado grandes danos aos indígenas. Também o governo proibiu o uso da língua indígena e introduziu na África Ocidental, contribuições para melhoramento da situação financeira da metrópole. Nos mandatos franceses do Togo e do Camarão, verifica o sr. Buell que os métodos militares, de educação indígena, adoptados são muito mais adiantados do que aqueles que estão sendo adoptados nas colónias francesas propriamente ditas. Não são, entretanto, em número suficiente os funcionários franceses nos territórios de mandato.

Nos outros países da África, Uganda, Nigéria, Costa do Oiro, — as necessidades indígenas e as do industrialismo europeu vão entrando numa fase de satisfatória conciliação. Em todos estes territórios, o governo britânico tem estimulado o sistema de pequenas fazendas indígenas, donde resulta ser a Costa do Oiro uma grande produtora de cacau e a Nigéria, de azeite de palma. Na Nigéria adopta-se uma política de *Indirect Rule* (governo indirecto). O país é administrado sob a forma de estados indígenas cujos tribunais têm o direito de impor a pena de morte e cujos tesouros são constituídos por metade das contribuições gerais. Esses governos funcionam como governos modernos, sob fiscalização e apoio dos funcionários europeus. O *Indirect Rule*, — pondera o relatório, — é uma experiência de *self determination*.

A questão indígena na África do Sul

(SOUTH AFRICA, Londres, 27 de abril).

O Johannesburg Societ Council de Europeus e Indígenas publicou ultimamente uma nota em defesa das imunidades dos indígenas do Cabo. Afirma esse documento que tendo até agora os nativos mostrado compreender os seus direitos políticos pelo uso que deles fazem, nenhuma justificação há para os abolir, como propõe o general Hertzog, primeiro ministro da União. A referida nota refuta ainda as razões expendidas pelo general Hertzog, nos discursos que pronunciou em Smithfield e Malmesbury, fundando a reputação em estatísticas que diferem materialmente daquelas de que se socorreu

o Primeiro Ministro, cuja proposta, — lê-se na mesma nota, — não pode senão provocar alarme e tristeza.

E acrescenta: Na nossa opinião, aos actuais direitos políticos dos indígenas do Cabo acha-se associado um princípio vital, — o da identidade dos interesses de todas as partes da colectividade e da correlação com o Estado da maior parte de todos eles. Por isso temos a convicção de que qualquer dupla jurisdição não fará senão criar antagonismos de raça, — e que o mais profundo e finalmente o mais forte, o mais prejudicial dos males que essa dupla jurisdição causará, será a separação de europeus e indígenas, não apenas na vida social mas também no Parlamento. Qualquer dupla jurisdição alimentará a oposição entre uma e outra raça e assim tornará impossível a cooperação de ambas, tão essencial ao progresso da África do Sul.

Se a proposta do primeiro ministro vingar converter-se em lei, a influência política do Cabo não tardará a desaparecer. E em breve reconheceremos que só os interesses europeus merecerão a atenção do Parlamento, conservando-se isolados dos desta região. A separação dos interesses europeus e dos interesses indígenas será a todos fatal. Cada membro do Parlamento não verá os interesses de toda a África do Sul da mesma forma que os da sua província e esses interesses gerais apenas se acharão suficientemente protegidos por uma jurisdição que não reconheça nem raças nem cores.

Tropas negras

(L'AFRIQUE OCCIDENTALE FRANÇAISE, Argélia,
Desembro. Artigo do capitão G. Nyo.)

A participação militar dos indígenas africanos no esforço victorioso da França nos diversos teatros de operação da grande guerra, excedeu muito o que os mais optimistas podiam esperar na defesa do conflito.

Se o general Mangin havia tido, antes da guerra, uma clara visão do interesse que para a defesa nacional representa a utilização dos recursos das colónias em homens, entendia-se, nos próprios meios coloniais, que havia razão para neste assunto se usar da maior prudência. Parecia difficil, senão impossível, estabelecer nas nossas colónias e principalmente na África Ocidental Francesa uma regulamentação tendente ao recrutamento obrigatório, visto a duração do serviço militar dos indígenas dever ser bastante longa. Julgava-se que a formação de um atirador regular para ser utilizado numa guerra de forma europeia exigiria muitos anos. Não faltava mesmo quem contestasse a possibilidade de fazer do negro um combatente capaz de utilmente poder ser empregado em

campos de batalha modernos. Considerava-se, finalmente, a hipótese duma guerra curta, que não chegasse a impôr a contribuição de tropas negras em França.

Mas a grande guerra deflagrou, longa e mortífera. Para a manter e procurar as vantagens do número, apesar das hecatombes, não houve senão que apelar para todos os recursos em homens, qualquer que fôsse a cor da epiderme. Sem preparação alguma, pôde a África Ocidental Francesa fornecer um esforço particularmente importante, convencendo os mais scéticos da eficácia do curso que a «Fôrça Negra» pôde prestar à segurança e à defesa da Mãe-Pátria.

As previsões actuais sobre os recursos em homens que a África Ocidental pôde pôr à disposição da metrópole, no curso dum conflito prolongado, são difíceis de estabelecer. Todas as medidas tomadas para aplicação do decreto de 30 de Julho de 1919 em vista de se proceder ao inventário e à classificação de tais recursos, não darão senão lentamente o seu efeito.

Sem lançar a menor suspeita sobre o lealismo das populações negras, — lealismo de que nos dão constantemente provas concludentes, — pode-se ter por certo que um número apreciável de jovens indígenas aptos para o serviço militar escapam anualmente ao recrutamento, seja porque não hajam sido recenseados ou porque, recenseados, não se apresentam, no dia prescrito, às comissões de recrutamento. Que esforço se pode pedir à África Ocidental Francesa?

Diversos factores de ordem política, económica, fisiológica, militar opõem limites assáz estreitos ao esforço que podemos exigir.

Em primeiro lugar é preciso que o imposto de sangue pese muito menos sobre os indígenas do que sobre os cidadãos franceses. Os indígenas não podem evidentemente compreender as razões profundas que aos nossos compatriotas ditam o dever em face dum agressor. Quaisquer obrigações excessivamente pesadas poderiam ter como consequência a emigração para as colónias estrangeiras vizinhas, sempre acolhedoras — Nigéria, Libéria, Serra Leão, Sudão egípcio, Costa do Oiro, etc. — devido mesmo à influência duma propaganda hostil sempre de temer.

Uma certa moderação na estimativa do número dos combatentes e de trabalhadores é-nos imposta pelo cuidado de não desgarnecer as nossas colónias senão do mínimo da mão de obra disponível. O nosso interesse bem compreendido, é tirar o máximo de recursos de toda a sorte. Em tempo de guerra, no momento em que mais necessidade temos dos nossos produtos coloniais, convém não privar as nossas possessões do pessoal necessário à sua exploração.

Quanto a factores de ordem fisiológica: Apesar dos progressos da higiene, o estado fisiológico das diversas raças que povoam a África Ocidental Francesa reduz muito a proporção dos homens aptos para combater na Europa e limita o rendimento militar daquele grupo de colónias.

Métodos de valorização colonial

(LA QUINZAINE COLONIALE, Paris, 20 de Abril —
Artigo de R. G.)

É geralmente aceito que a valorização das colónias constitui uma base indispensável à grandeza económica da França. Há mesmo quem, menos obstinadamente, ajunte que essa valorização está condicionada por uma política de grandes trabalhos, ainda que pareça que por estas palavras se entende e exclusivamente a construção das vias de comunicação, — estradas, caminhos de ferro e canais. Calcula-se o desenvolvimento que todas essas vias poderão ter; enumeram-se todas as vantagens políticas não menos evidentes que os benefícios económicos. Mas perde-se talvez, nestas belas antecipações, um pouco de vista que todas as vias de comunicação, que tanto se deseja ramificar no interior dum país, convergem fatalmente em feixes, à medida que se aproximam do litoral, para alcançar, facilmente, em pontos determinados, os portos marítimos. Este inevitável resultado é, pois, convençamo-nos, o laço vital do problema. Uma rede de malhas estreitas tornar-se-á supérflua se tiver de transportar para a costa produtos destinados a aguardar, durante semanas ou meses, um embarque demorado, em consequência dos insuficientes meios de que o porto disponha. É que não há vida económica ampla e estável num país cujos portos sejam acanhados e mal equipados, sobretudo se se trata de uma colónia cujas relações com o resto do mundo sejam a sua verdadeira razão de ser.

É-nos forçoso reconhecer, nesta matéria, a amplitude das concepções e a grande largueza de vistas da Inglaterra que pode orgulhar-se, hoje, de possuir dois portos que, pelo seu equipamento moderno, se acham a par dos maiores do mundo: Kilindini, na ilha de Mombaça, na costa oriental, e Takoradi, na Costa do Oiro, inaugurado em 3 de Abril do corrente ano. Kilindini, em 1926, teve um movimento de 522 navios, representando um total de 418.000 toneladas, e um valor, em globo, de 2.800 milhões de francos, valor que, em 1898, não chegava a 10 milhões.

Ainda mais do que o porto de Mombaça, o do Takoradi é característico da audácia dos métodos ingleses. Mombaça é, desde tempos imemoriais, um ponto de ancoradouro dos navios de comércio com a África Oriental. Kilindini não se engrandeceu e aperfeiçoou pouco a pouco e a sua posição, excepcionalmente favorável, é verdade, afirmou-se pelo uso e pela tradição. Não acontece o mesmo com Takoradi, que é uma criação arbitrária da inteligência dos homens de Estado e o fruto das concepções teóricas dos engenheiros. O local em que foi construído, ainda em 1922 não era senão um ponto selvagem e quasi deserto do litoral. Não se pode deixar de admirar o magnífico espírito imperial que presidiu à realização desta obra de vulto, cujo início data de 1913. E, todavia, a algumas milhas, existe o porto de Sekondi, ponto «terminus» do caminho de

ferro que, em 1926, transportou 631.000 toneladas de mercadorias; e um pouco mais a Este, outro pôrto, de importância também, o de Acra.

É que as necessidades imperiais exigem que se aperfeiçoe a utensilagem das instalações que pela sua posição natural não sejam absolutamente perfeitas, e que não se dispendam créditos entre muitos pequenos portos em prejuízo dos superiores interesses da colónia. As necessidades imperiais são o equipamento da Costa do Oiro o mais solidamente possível e a aquisição dum lugar na vida económica mundial digno das suas capacidades. Tais necessidades não consistem apenas em harmonizar o sistema de embarque dos produtos com as possibilidades de rendimentos das vias de comunicação cuja rede não deixa de desenvolver-se mas em apoiar também o desenvolvimento futuro duma colónia de que se afirma estar longe de dar tudo o que pode dar. As necessidades imperiais exigiram por conseguinte o sacrifício de dois antigos portos, sem dúvida prósperos, mas insuficientes, imolados a um pôrto novo dotado de maior eficiência. Perante elas se inclinaram todos os partidos, compenetrados do sentimento da grandeza do Império, indissoluvelmente ligada à da Inglaterra.

Estes dois exemplos, Takoradi e Mombaça, provam o propósito decidido do Império britânico consentir em todos os sacrifícios para criar os instrumentos necessários do seu poder; e provando o, impõe-se à nossa reflexão. Em França o que falta é este instinto imperial que faz vergar os interesses particulares aos superiores interesses duma colónia; é uma imaginação bastante forte, uma inteligência suficientemente exemplar para prever a expansão futura dessa colónia, uma autoridade assáz firme que imponho as suas vistas, e a coragem necessária para assumir a responsabilidade de semelhantes resoluções. Neste particular o exemplo de Tokoradi dá-nos excelentes e sólidas lições.

O desenvolvimento dos transportes na África Central

(GEOGRAPHICAL REVIEW, Nova York, Abril
— Artigo de M. Warthin.)

Acha-se a exploração das riquezas naturais do interior da África Central, compreendida entre a Província de Catanga, o Norte da Rodésia e a Niassâlandia, ainda em começo. Calculam-se num número formidável de toneladas os jazigos que encerram cobre da mais fina qualidade. A concessão da União Mineira do Alto-Catanga, de que é interessada uma sociedade belgo-britânica, concessão que abrange a maior parte dos famosos depósitos do Catanga, não faz senão explorar os metais em bruto existentes numa área apron-

madamente de 200 milhas de extensão por 20 a 70 milhas de largo, que se estende de Chilongo a Elizabethville. Catanga, ao que parece, é o maior campo de cobre até agora descoberto.» (J. R. Finlay, *Foreign Affairs*). À zona de cobre, no norte de Catanga, sucede uma segunda área de minério, contendo estanho e ouro. Possui, também, o Catanga rádio em quantidade suficiente para abastecer os mercados mundiais e, graças a um acôrdo com o Canadá, participa igualmente, com este país, na produção anual de cobalto. Recentes prospeções na fronteira da Rodésia do Norte têm dado excelentes resultados, sendo agora um facto assente a existência ali duma zona cuprífera de grande importância. (Northern Rodésia, Rep. for 1925-1926, *British Colonial Repts*). Um clima saudável, florestas com variadas madeiras susceptíveis da maior parte dos empregos, um grande potencial de águas constituem outros tantos estímulos para o desenvolvimento comercial. (Letcher, Katanga and Its Mineral Development, *Engineering and Mining Journ. Press*; S. C. Walther, What is the future for African Cooper? *Engineering and Mining Journ.*) As condições do trabalho melhorarão à medida que aumentar o número de indígenas que se fixem no distrito. E a conclusão dos trabalhos de construção de caminhos de ferro implicará uma larga disponibilidade de mão de obra para um trabalho em maior escala.

Mas a exploração mineira deve ainda a outra causa a sua insuficiente exploração: às dificuldades de transporte. Não obstante a região se achar localizada entre o Congo e o Zambeze, toda a comunicação se tornava impossível devido aos rápidos. Foi, afinal, o caminho de ferro que revelou ao mundo esta remota região. Uma linha de Broken Hill foi lançada em 1918 para Bukama, testa da navegação no Congo. Assim, já os produtos podem seguir para os diversos portos sul-africanos ou para o da Beira, em Moçambique. Mas as mercadorias podem também ser transportadas por via fluvial de Bukama a Kobalo, seguir, depois, em caminho de ferro para Albertville, atravessar o Lago Tanganika e daqui novamente pelo caminho de ferro seguir para Dar-es-Salam. Em 1926, o Katanga Railway transportou 64.500.000 quilogramas de cobre via Beira e 16.300.000 via Dar-es-Salam.

Dois caminhos de ferro estão destinados a representar importantes papeis no desenvolvimento do Catanga e do Norte da Rodésia, uma vez atingida a sua próxima conclusão; o mais importante deles é o de Benguela, que ligará o porto do Lobito, em Angola, com Chilongo no Catanga. Principiada a sua construção em 1905, o seu desenvolvimento foi impossibilitado por certos aspectos do respectivo projecto, dificuldades que foram removidas por um acôrdo negociado entre as autoridades Belgas e Portuguesas, em 1927. A grande importância deste caminho de ferro reside no facto de provêr o Catanga e a Rodésia do Norte dum caminho directo para o mar, algumas centenas de quilómetros mais curto do que o trajecto para Dar-es-Salam ou Beira. As distâncias de Elizabethville

ao mar, são as seguintes: para Lobito, 2.179 quilómetros; para Matadi, 2.609; para Dar-es-Salam, 2.670 (com quatro baldeações); para a Beira, 2.765, com 2 baldeações. Além disso o Lobito é um excelente porto natural. Ainda que da ligação com o caminho de ferro do Catanga venha a resultar um grande aumento de tráfego, não deverá presumir-se que o caminho de ferro de Benguela não disponha de outros recursos. À medida que esta linha avança pelo interior de Angola, uma importante agricultura se desenvolve ao longo dela numa distância de 50 milhas para qualquer dos lados. Mas não obstante ser a melhor estrada entre Catanga e a Europa, uma linha belga, cuja construção está prestes a ser concluída, entrará com elle em concorrência. Trata-se dum trajecto aproximadamente 400 quilómetros mais extenso do que o Caminho de Ferro de Benguela.

Não pode auxiliar qualquer destes caminhos de ferro os distritos agrícolas a léste da Rodésia do Norte e Niassalândia. O único que serve estas regiões é o que segue para o norte de Blantyre, não sem que a sua eficiência se ache seriamente reduzida por falta duma ponte sobre o Zambeze. Pouco conhecidos são os recursos mineiros do Niassalândia, não obstante há pouco terem sido chamadas as atenções para o carvão de Lower Shire e para o bauxite da Mlanje Mountains. Grande parte do Niassalândia e do Este da Rodésia do Norte presta-se a uma agricultura variada; mas é em geral o algodão, o tabaco, o chá que predominam no sistema de plantações e representam os principais valores de exportação. A ponte sobre o Zambeze, em Sena, resolverá a situação dos transportes no Niassalândia. Se os depósitos de carvão em Tete e no baixo Chire poderem ser levados à Beira, tornar-se-ão uma considerável origem de tráfego pela ponte e assim a maior parte das objecções que o custo do projecto suscita perderá valor. Quanto à região Leste da Rodésia Setentrional acha-se ainda mais isolada.

Nova política de colonização da Argentina

(BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ BELGE D'ÉTUDES ET DE
EXPANSION, Liège, n.º 64 — Artigo do sr.
Van der Straeten-Ponthoz, ministro da Bél-
gica na Argentina.)

A República Argentina, com os seus 298.735.000 hectares, dos quais apenas se acham em cultura 25 milhões, não tem possibilidade de alargar a sua prosperidade senão pelo aumento da sua população, que é hoje unicamente de dez milhões de habitantes, dos quais dois milhões residem em Buenos Aires. A densidade da população é, por conseguinte, de 0,3 por quilómetro quadrado (254 na Bélgica).

Povoar tem sido, por consequência, a constante preocupação dos governos da Argentina, país tão rico pela diversidade dos climas e, por este motivo, apto para toda a sorte de culturas, não referindo

as riquezas do seu sub-solo, especialmente o petróleo. Neste intuito, não têm cessado os esforços para atrair colonos, facilitando-lhes a aquisição de terras. A imigração tem sido objecto de leis. Em 1876 foi criada a Direcção Geral de Imigração. Mais tarde votou-se a «Ley de Tierras y Colonias», relativa à exploração e à agrimensura dos territórios do Estatuto, à sua divisão em lotes e respectiva venda, em condições vantajosas, aos colonos. O Estado pode, além disto, ceder, a título gratuito, do quinto desses lotes a favor dos primeiros ocupadores.

A princípio este sistema de colonização deu bons resultados; instalados, porém, em regiões remotas, onde dificuldades sem número os aguardavam: o afastamento das vias de comunicação e dos centros habitados, climas extremos (muito calor ou muito frio), isolamento completo — muitos dos colonos acabaram por desanimar. Era preciso, pois, adoptar outra política de colonização e tal foi o pensamento do Presidente Dr. Alvear, que, em 1922, na sua primeira mensagem, preconizou a colonização na vasta zona de influência das diversas linhas de caminhos de ferro.

Dirigiu-se o Presidente Alvear às grandes companhias ferroviárias, sociedades inglesas, na maior parte, calculando que mais do que ninguém, teriam interesse em aumentar a população nas regiões que as suas linhas atravessam. Assim foi criado o Consortium ferroviário Argentino de Colonização, destinado a promover a vinda de famílias, do estrangeiro. Cada Companhia adquiriria, para o efeito, na sua zona de exploração, as terras necessárias que revenderia, sem lucro, aos colonos, fazendo unicamente entrar no preço da venda o da compra, e das instalações e despesas gerais, acrescido de 10 %, de que a Companhia competiria receber metade, como compensação de quaisquer prejuízos eventuais, revertendo a outra metade a favor do Consortium. As companhias concederão aos colonos largo crédito para aquisição de terras. O título de proprietário será dado sempre que o colono haja pago 20 % do valor da terra. A dívida será então onerada com um juro anual de 7 % e uma taxa de amortização de 1 %.

Em cada lote vendido as companhias contruirão as instalações indispensáveis, como vedações, habitações, poços, e fornecerão aos colonos sem capital recursos para a compra de animais de trabalho, instrumentos e máquinas agrícolas, aves de capoeira, etc. Ao mesmo tempo, em cada colónia, organizarão uma ou mais sociedades cooperativas para venda de artigos e produtos necessários às famílias, evitando assim o estabelecimento de comerciantes que explorariam os colonos. Sempre que o número destes o permita, o Consortium estabelecerá aldeias, com igreja, escola, posto de polícia, oficinas de serralharia e de marcenaria. Tanto quanto possível, os colonos serão agrupados por nacionalidades, de forma a sentirem-se menos afastados da Mãe Pátria.

A obra do Consortium tem suscitado o mais vivo interesse na Argentina.

Política ferroviária inglesa no Este Africano

(LE MONDE COLONIAL ILLUSTRÉ, Paris, Abril
— Artigo de L. C.)

No dia 11 de janeiro foi inaugurado o trôço do caminho de ferro Turbo-Mbulamati, prolongamento da linha do Kénia-Uganda, acontecimento êste que passou despercebido, não obstante se tratar dum facto de considerável importância.

Stanley não teria agora necessidade, para procurar Livingstone, de reunir com grandes despesas todo um exército de carregadores. Bastar-lhe-ia tomar um bilhete de caminho de ferro em Mombaça, no Oceano Índico, subir para uma carruagem e descer em Jinja, nas origens do Nilo, tendo percorrido confortavelmente 1.250 quilômetros em cinquenta e quatro horas.

Não se ignora que a Inglaterra pensa há muito na construção do caminho de ferro imperial do Cabo ao Cairo, empreendimento, que dada a tenacidade daquele país, deverá ser uma realidade. Mas do mesmo modo se acham por ela previstos alguns caminhos de ferro transversais, — sendo um dêles o caminho de ferro de Kénia.

Partindo de Mombaça, o caminho de ferro atravessa tôda a colónia, projectando à direita e á esquerda outras linhas. De Magadi-Junção partirá uma delas para o lago Mogadi, onde uma companhia explora o carbonato de soda; de Nairobi, um ramal dirige-se para este de Thika, centro de plantações de café; de Nakuru, outra linha segue até ao ponto terminos de Kisumu, no lago Vitória, ao passo que outra, projectada para Turbo e Taroro, tem por objectivo, depois de atravessar o vale de Molo, cuja riqueza é excepcional, servir o magnifico platô de Uasin Gishu. Tôdas estas linhas visam pois centros de produção.

É porém a partir de Taroro, na Uganda, que aparecem as grandes ideias imperiais do govêrno inglês. De Taroro uma linha que recentemente foi inaugurada, dirige-se pelo Mbulamati, a pouca distância ao norte de Jinja, pôrto na margem norte do lago Vitória, no ponto em que exactamente passa o Nilo, ponto que servirá no futuro de junção com o caminho de ferro do Cabo ao Cairo. E não satisfeitos com êste esplendido resultado, os ingleses consideram a construção duma linha destinada a atravessar o Nilo e que se dirigirá a Kampola, capital comercial de Uganda, destinada ainda a recolher todo o comércio para o Congo.

Outra linha prevista é a que partindo para o noroeste, por Soroti (lago Kioga), seguirá para Ninulé e Mangola, isto é, para o Nilo, para o Sudão, para o Cairo.

A grande linha do Tanganica é igualmente de uma importância de primeira ordem. É um caminho de ferro de penetração através da colónia, ligando Dar-es-Salam no Oceano Índico, a Kigoma, no lago Tanganica; servindo também de *débouché* às produções do Congo Belga que procuram Albertville, no mesmo lago.

A Bélgica obteve a liberdade de trânsito através de todo o território da África Oriental Britânica, trânsito que goza das mais favoráveis tarifas. O governo belga tem direito a fazer circular no caminho de ferro, de Kigoma a Dar-es-Salam, os seus próprios vagões. As mercadorias destinadas ao Congo ou dêle provenientes, podem ser transportadas em barcos belgas, descarregadas num porto belga, sob a vigilância unicamente de agentes belgas, embarcadas em vagões belgas, subtraídas a qualquer verificação da alfândega britânica em todo o percurso.

Deve pois reconhecer-se que os ingleses têm procedido com uma grande largueza de vista,

BIBLIOGRAFIA

Livros, revistas e jornais

O problema colonial perante a Nação, pelo Dr. L. Wittnich
Carrisso, Coimbra, Imprensa da Universidade

Reproduz a brochura que temos presente a conferência que no dia 2 de Março pretérito, realizou na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, o sr. dr. L. Wittnich Carrisso, um novel e distinto professor da Faculdade de Ciências daquela Universidade e que há meses, como dos leitores do nosso *Boletim* é sabido, foi a Angola em missão de estudo da flora daquela nossa Colónia.

Mas o ilustre scientista não se limitou aos estudos da sua especialidade, por muito grande que seja,—e é, sem dúvida—a sua importância. Observando o meio, viu o colono, e sobretudo o nosso colono, pôde ajuizar do papel de Angola na nossa economia e muito particularmente considerou como didata, sob o ponto de vista educativo, o problema colonial.

Não é pois só pela sóbria elegância da forma que essas páginas são de recomendar, mas sobretudo pelos conceitos que as enaltecem e lhes dão cunho duma alta lição, a fixar, a vulgarizar, como sempre, e da melhor.

Les Lusos — descendants de l'Inde Portugaise,
pelo dr. Alberto G. da Silva Corrêa, Bastará

É o autor um estudioso já conhecido por diversos trabalhos de mérito, alguns dos quais tem sido registados nesta secção.

A brochura que acaba de publicar é um novo título a impô-lo à consideração dos eruditos. Escrito em francês, nem por isso o patriotismo do autor deixa de se afirmar por esse facto. Trata-se de uma obra de sciência e ao mesmo tempo duma obra que não faz senão demonstrar o valor da colonização portuguesa.

Trade of the African Sub-Continent, por S. R. Stevens,
Ottawa, Canada

Memória de copiosa informação, freqüentemente apoiada na estatística e que ocupando-se das grandes colónias como o Congo Belga, Kénia, Niassalândia, Rodésias, Uganda, versa também a largos traços, a geografia, o comércio, a etnografia, a administração, a população de Angola e Moçambique.

Diversas ilustrações se emolduram no texto.

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

**Em volta do pôrto de Mormugão, pelo Dr. Aleixo
dos Martires Dias, Margão**

Estando projectada a construção dum cais acostável pelo Caminho de Ferra de Mormugão, — manifesta-se o autor contrário ao empreendimento, referindo às razões em que assenta a sua discordância.

A brochura é prefaciada pelo sr. dr. I. I. de Loiola, director da *Índia Portuguesa*.

Voluntários de Lourenço Marques, pelo tenente Mário Costa
Imprensa Nacional, Lourenço Marques

Não nos parece menor que o interesse prático e utilitário pelas colónias, o interesse pela história de cada uma delas. Aquele até certo ponto estimula este, — o que é compreensível, dado o desejo de se procurar as fundas e fortes raízes da acção colonizadora. Grandes lições que marcam a nossa precedência, os nossos métodos, a nossa entepidez nos dá todo esse período heroico que ainda só ontem se fechou, mas que, sendo recente, indispensável se torna evocar para que não passe aos nossos próprios olhos por aventura, o que não faz senão prosseguir uma finalidade, um destino civilizador.

Mostra-o o sr. Mário Costa, documentando alguns grandes sucessos que relembra, a história militar da nossa África Oriental.

Sôbre a doença do sono na Colónia da Guiné,
pelo dr. J. V. Sant'Ana Barreto, Bolama, 1928

Merece leitura atenta o relatório apresentado no ano findo, pelo sr. dr. J. V. Sant'Ana Barreto, director do Laboratório Central de Análises do Hospital Civil e Militar de Bolama, à Direcção dos Serviços de Saúde e Higiene da nossa Colónia da Guiné.

Compendia os principais resultados dos trabalhos levados a efeito por uma Missão médica que em 1926 foi cometida ao autor e ao sr. dr. Fernando Leite Noronha, para o estudo da doença do sono, praticando simultaneamente a vacinação anti-variólica e procedendo a inquéritos sôbre outras doenças, tais como lepra, filarioses, bilharziose, etc., de modo a reunir tanto quanto possível todos os dados e elementos sôbre a existência, extensão e distribuição de tais doenças.

«A missão, — lê se no relatório, — esteve na Circunscrição de Luba, chegou a um resultado positivo e à conclusão, aliás pouco agradável, de que a moléstia do sono existe entre os indígenas da Guiné de uma forma endémica, pois que encontrou na tabanca Sare-Horo, daquela circunscrição, um rapaz fula, de 14 anos, natural e residente em Forreá, portador da poliadinites e de tripanosomas no sangue periférico...

... Era lógico admitirmos *a priori* a presença desta moléstia na

nossa colônia que alberga um grande número de *Glossinas Palpalis* e se acha compreendida entre os territórios de Casamansa e Guiné Francesa, onde desde 1903 foi reconhecida a sua existência; mas a verdade é que antes de 1925, não se tinha obtido uma confirmação laboratorial dos diagnósticos estabelecidos por alguns facultativos baseando-se nos sinais clínicos observados de longe a longe entre os habitantes da Guiné».

Refere ainda a interessante brochura que a distribuição geográfica da doença do sono não corresponde à disseminação da *glossina palpalis* em toda a sua extensão, sendo além disso frequente encontrarem-se dentro da mesma região infestada por glossinas, localidades com a endemia perfeitamente limitada ao lado de outros totalmente indemnes. Mas a existência de um ou outro foco endêmico não deve, — acentua o sr. dr. Sant'Ana Barreto, ser motivo para alarmes injustificados.

Curioso seria acompanhar a par e passo o relatório, que não pode deixar de considerar-se uma valiosa contribuição sobre a nossa colônia da Guiné, sob o aspecto sanitário.

Na impossibilidade de o fazermos, não podemos deixar no entanto de dar mais algumas notas de maior interesse.

Assim, diz o autor que a missão de que fez parte verificou a existência, de *glossinas palpalis* em quasi todos os pontos da ilha. Na cidade de Bolama manifestam-se com as chuvas e persistem até aos meses de Dezembro e Janeiro, contribuindo para a presença da mosca, na área urbana, a orientação da cidade, protegida dos ventos fortes e a existência de dois braços de mar, esteiros de Incate e Gam-pessoa, marginados de arbustos e capim alto, à sombra do qual se opera a reprodução das glossinas. Por isso se impõe como medida indispensável o corte da vegetação inútil.

Nota ainda o distinto clínico que na Guiné duas regiões há em que o decrescimento da população se fez progressivamente sentir, — uma ao norte do rio Cacheu, que compreende quasi toda a Circunscrição de S. Domingos, e outra, entre as sedes administrativas de Buba e Cacine, que abrange os territórios banhados pelos rios Bolola, Tombaly, Cubijam e Cacine. É nestas duas zonas que a produção e desenvolvimento das glossinas parece ter atingido o máximo da sua intensidade.

E acrescenta: «... um dos principais factores do saneamento das circunscrições de Buba e Cacine será a sua colonização progressiva e o desenvolvimento de culturas indígenas, em especial da mancarra. A cultura desta leguminosa é considerada por todos os técnicos experimentados nas colônias vizinhas, como um dos meios mais eficazes de combate contra a glossina. Seria, pois, de desejar que todas as facilidades fossem concedidas aos indígenas que quisessem estabelecer-se nessas regiões em localidades previamente escolhidas de acordo com as autoridades administrativas e sanitárias».

Esta ligeira notícia dá uma ideia ao leitor do interesse do trabalho que registamos.

Comércio, Indústria e Agricultura

JAMES SILVER — Woodchuck Central in the Eastern States (*United States Department of Agriculture*).

R. C. HIEL — Preparing strawberries for market (*United States Department of Agriculture*).

R. de SANOERIA — O cânhamo sob o aspecto agronómico e industrial (*La Hacienda*, Abril, edição portuguesa).

W. E. WINTERMEYER — Purebred davy sires (*United States Department of Agriculture*).

Legislação

ANGOLA — Legislação promulgada pelo Alto Comissário da República desde 16 de Setembro de 1926. Vol. I (*Luanda, Imprensa Nacional, 1928*).

Plantações

FRANCISCO ESCOBAR — A produção de café na Colômbia (*La Hacienda*, Abril, edição portuguesa).

G. L. FAWCETT — As manchas brancas das folhas da cana de açúcar (*La Hacienda*, Abril, edição portuguesa).

Pecuária

W. H. BLACK — Feeding cattle for beef (*United States Department of Agriculture*).

Estatística

BUREAU INTERNATIONAL DE STATISTIQUE COMMERCIALE — *Bulletin* (1924).

ERRATAS

Por ter saído com várias gralhas o artigo do Sr. Engenheiro António Figueiredo Gomes e Sousa, sobre «Contribuição para o estudo florestal do Maiombe Português», publicado no *Boletim* n.º 34, faz-se a seguinte corrigenda :

Página	Linha	Onde está	Deve lêr-se
15	13	aniquilados	aniquiladas
15	30	3º c.	3º
15 (18) (28)	41 (39) (6)	xistos	schistos
18	28	Buco	Buco-Zau
19	8	que ao atraí	que as atraí
20	9	inestrincavel	inextricavel
22	4	povoa	povôa
22	23	Elacis	Elaeis
23	6	xistosos	schistosos
23	12	em cujos vertentes	em cujas vertentes
24	10	<i>Cynometreos</i>	<i>Cynometreas</i>
24 (e 36)	17 (e 32)	<i>Erythrophocum</i>	<i>Erythrophloeum</i>
24	18	<i>Dentaclethra</i>	<i>Pentaclethra</i>
24	26	<i>excelsa</i> sp.	<i>excelsa</i>)
25	14	pontos	postos
27	7	<i>Curcubilaceas</i>	<i>Cucurbitaceas</i>
30	3	<i>Cynometria</i>	<i>Cynometrea</i>
32	28	Massabo	Massabi
32	39	pouco direito	tronco direito
33	5	sub-falciformes	sub-falciformes
35	3	<i>Achica</i>	<i>Tchiaca</i>
35	3	todo a Mayombe	todo o Mayombe
35	17	syn. <i>Intria</i> sp.	syn. <i>Intsia</i> sp.
36	35	Filloca	Filloea
37	8	glabuscente	glabrescente
37	14	panipuladas	paniculadas
38	6	afelbrado	afeltrado
42	34	Não examinei as plantas	não examinei as flores

ENGLISH SECTION.

TO OUR READERS.

In order to acquaint our English speaking friends with the most important matters dealt with in every issue of the «Bulletin of the Agency-General for the Colonies», a monthly review published under the auspices of the Portuguese Colonial Office in Lisbon, a brief resumé of the main articles appearing in Portuguese is given in this section :—

A REMARKABLE MEETING AT THE LISBON GEOGRAPHICAL SOCIETY.

At the opening of the «Colonial Week» at the Lisbon Geographical Society, a speech was delivered by the President of the Society, Count Penha Garcia. In his most remarkable address, Count Penha Garcia dealt with the history of the Society, and its relations to Portuguese Colonial activities. He advocated the establishment of a Colonial Institute, embodying several Institutions which are already carrying out a great amount of work in Portugal. In his concluding remarks, the President of the Lisbon Geographical Society referred to the appreciation of the services rendered by the Society as shown by the decision of the Government to confer upon it the Cross of the Order of Christ.

CONTRIBUTIONS TO THE STUDY OF THE OIL PALM TREE IN ANGOLA.

Prof. Melo Geraldès, of the College of Agriculture of Lisbon, and Director of the Colonial Agricultural Museum, has favoured us with the text, in French, of the Report on the Oil Palm Tree in Angola submitted to the Tropical Agriculture Congress of Paris, held in 1927.

The writer gives a sketch of the geographical distribution of the *Elæ* is *Guineensis*. He refers to the different varieties of the tree to the chemical composition of the fruits, which were studied by the staff of the Colonial Technology Laboratory of the College of Agriculture; to the most important spontaneous forests, to be found at

the Inhuca and Luali valleys, Lucola Valley, left river of the Zaire, Loanga Valley, Nhia Valley, etc.; and to the oil extraction methods which are generally carried out in Angola.

THE GREAT TRANS-AFRICAN RAILWAYS

Colonel Galvão, in a very interesting article published in this number of the *Bulletin*, refers to the fact that the idea of building a railway across Africa was first developed in Portugal. Later on it was taken up by the French and the British, the latter being the first to connect the West and East Coasts by a railway line running from Durban to Swakopmund in the German Southwest, now under the mandate of the Union of South Africa.

The connection of the Cape and the German Southwestern railway systems through Prieska and Upington came as a consequence of the military needs felt during the Great War. It is thought, however, that other interests will now come into play, the result of which will be the connection of Upington with Kimberley. When this connection is made, Johannesburg will be within easy reach of Angra Pequena (Luderwits Bay).

Before the War, it was the Germans' intention to connect the Cameroun with Dar-es-Salaam, and a railway line was built from Dar-es-Salaam up to Ujiji, on the borders of Lake Tanganyika. On the other hand, the Belgians have established a connection between the two Coasts by means of the Buli-Albertville railway and the inland navigation systems.

The Benguela Railway connects Lobito with Katanga and Salisbury. This is a Portuguese and at the same time a British enterprise. Another railway may be constructed across Africa from Luanda to Moçambique, through Ambana, Bukama, Kambove, Elisabethville, Broken Hill and Tete, if an understanding can be arrived at between Portugal and the other nations whose Colonies are to be crossed by that line. It also may become possible to connect the South of Angola with Lourenço Marques, by means of a railway line starting at Mossamedes and going through Lubango, Cassinga, Barotze, Zambesi Valley, Victoria Falls, Bulawayo, Nicolson Nelk, Messina and Ressano Garcia.

THE MOXICO DISTRICT AND ITS AGRICULTURAL POSSIBILITIES

This number of the *Bulletin* contains the first instalment of the Report on the agricultural conditions prevailing in the Moxico District in Angola, by Mr. Gomes e Sousa, B. S. A. The writer gives his opinion as to the best methods of carrying out preliminary investigations with a view to ascertaining the possibilities of tropical districts, and shows how he thought it advisable to act in this particular case.

MEDICAL WORK IN MOZAMBIQUE

The Medical Mission sent to Mozambique in 1927, after carrying out a considerable amount of work, has drawn up a programme of investigations to be proceeded with in the Colony, with a view to collect data on the tropical diseases prevailing throughout Mozambique. The measures to be taken in order to eradicate such diseases are pointed out, so that a systematic plan is provided to be put in operation by the medical authorities of the Province.

THE GRAMMAR OF THE CONCANI LANGUAGE.

This number of the *Bulletin* contains another instalment of the work of Father J. de Santa Rita e Souza on the grammar of the Concani language, to which reference has been made in some of our previous issues. This instalment deals chiefly with the Concani verbs.

COLONIAL LEGISLATION.

The most recent legislation enacted both in Lisbon and in the various Portuguese Colonies is summarized in our Portuguese section (page 98 to 132).

QUOTATIONS FOR COLONIAL PRODUCE.

A table is published on page 133 giving the weekly average prices of Portuguese colonial produce, in Lisbon, in the month of February.

NEW BOOKS AND PERIODICAL PUBLICATIONS.

The *Bulletin* publishes in each issue a review of books and periodical publications of colonial interest. Two copies of each publication should be sent to the Editor for this purpose. See page 237-240 of this issue).

SECTION FRANÇAISE

AUX LECTEURS

Dans le but de mettre nos amis de langue française au courant des sujets les plus importants traités dans le «Bulletin de l'Agence Générale des Colonies», revue mensuelle publiée sous les auspices du Ministère des Colonies à Lisbonne, nous donnons ci-après un bref résumé des articles en portugais contenus dans ce numero :

UN DISCOURS REMARQUABLE À LA SOCIÉTÉ DE GÉOGRAPHIE DE LISBONNE

La «Semaine Coloniale» à la Société de Géographie de Lisbonne a été inaugurée par le Président de la Société, Mr. le Comte de Penha Garcia, dont le discours sur l'histoire de la Société et de ses rapports avec l'activité coloniale Portugaise a été remarquable à plusieurs titres.

Mr. le Comte de Penha Garcia a proposé la création d'un Institut Colonial Portugais, qui réunirait plusieurs institutions coloniales. Il a fini son discours par signaler que l'État reconnaît la valeur des travaux de la Société de Géographie de Lisbonne, comme il est prouvé par la remise à la Société de la Croix de l'Ordre du Christ.

CONTRIBUTIONS À L'ÉTUDE DU PALMIER À HUILE EN ANGOLA

Un article de Mr. le Prof. Melo Geraldès sur le Palmier à Huile en Angola est publié, en Français, dans ce numéro du *Bulletin*.

LES GRANDS TRANSAFRICAINS

Dans un article très intéressant publié dans ce numéro du *Bulletin*, Mr. le Colonel Galvão remarque que ce sont les Portugais qui ont eu les premiers l'idée de construire un chemin de fer à travers l'Afrique. L'idée a été reprise plus tard par les Français et par les Anglais, ces derniers ayant été les premiers à la réaliser, en unissant les côtes Occidentale et Orientale par le chemin de fer qui rattache Durban à Swakopmund, dans le Sudouest Allemand, actuellement sous le mandat de l'Afrique du Sud.

Ce sont les besoins militaires, ressentis pendant la Guerre, qui

ont amené le rattachement de la Province du Cap au Sudouest Allemand, par Prieska et Upington. Il faut s'attendre, maintenant, au jeu d'intérêts d'un autre ordre, dont le but est le rattachement de Upington à Kimberley. Quand il sera réalisé, Angra Pequena (Luderwits Bay) sera à la portée de Johannesburg.

Avant la guerre, les Allemands s'occupaient de construire le chemin de fer Cameroun-Dar-es-Salaam, dont ils avaient même établi la première partie, Dar-es-Salaam-Ujiji (Lac Tanganyika). D'un autre côté, les Belges avaient rattaché les deux côtes du Continent au moyen du chemin de fer Buli-Albertville, et du système de navigation intérieure qu'ils utilisent depuis longtemps.

Le Chemin de Fer de Benguela, qui rattache Lobito à Katanga et à Beira, par Elisabethville, Victoria Falls, Bulawayo et Salisbury, est une entreprise Portugaise et Britannique. C'est bien possible qu'un autre chemin de fer soit construit, de Luanda à Mozambique, par Ambana, Bukama, Kambove, Elisabethville, Broken Hill et Tete, si le Portugal et les autres puissances dont les colonies auront leurs territoires traversés par cette lignes arrivent à une entente à ce sujet. Le Sud de l'Angola pourra aussi un jour être rattaché au Mozambique, par une ligne de chemin de fer de Mossamedes à Lourenço Marques, par Lubango, Cassinga, Barotze, Vallée du Zambèze, Victoria Falls, Bulawayo, Nicolsou Nelk, Messina et Ressano Garcia.

LA RÉGION DE MOXICO AU POINT DE VUE AGRICOLE

Ce numéro du *Bulletin* contient la première partie de l'étude de Mr. Gomes e Souza, ingénieur agronome et botaniste, sur les conditions de la région de Moxico, en Angola, en ce qui concerne ses conditions au point de vue des possibilités agricoles. L'A. expose son opinion sur les méthodes à employer pour mener à bout des recherches sur la valeur agricole des régions tropicales, et fait la discussion de ceux qu'il croit préférables.

TRAVAUX DE LA MÉDECINE PORTUGAISE AU MOZAMBIQUE

La Mission Médicale envoyée au Mozambique en 1927 après avoir accompli une tâche remarquable, vient de publier le programme des recherches qui doivent être poursuivies dans la Colonie, dans le but d'obtenir des données sur les maladies tropicales que l'on trouve au Mozambique. La Mission expose aussi les moyens dont on doit faire usage pour enrayer le progrès de ces maladies; il s'agit donc d'un plan de combat très complet, dont l'exécution est confiée aux médecins de la Province.

LA GRAMMAIRE DE LA LANGUE CONCANI

Ce numéro du *Bulletin* contient la continuation du remarquable travail du Rev. J. de S. Rita e Souza sur la grammaire Concani. Cet article s'occupe surtout des verbes.

LÉGISLATION COLONIALE

* La législation coloniale la plus récente, promulguée à Lisbonne et aux Colonies Portugaises, est resumée dans la section portugaise (page 98 à 132).

PRODUITS COLONIAUX

Nous donnons à la page 133 un tableau les prix moyens des produits coloniaux à Lisbonne. Les chiffres se rapportent au mois de Mars écoulé.

BIBLIOGRAPHIE

Le *Bulletin* publie dans tous ses numéros une revue des livres et des publications périodiques d'intérêt colonial. On doit nous en envoyer deux exemplaires à cet effet. (V. page 237).

ÍNDICE GERAL DOS "BOLETINS"

N.^{OS} 25 A 36

	Bol.	Pág.
Abacaxi (Cultura do)	36	195
Abolição da escravatura no Sudão	26	190
Acção colonizadora de Portugal	33	244
» do clima tropical quente e húmido sobre o or- ganismo dos europeus	33	189
» do colono europeu em África	30	219
» missionária dos franciscanos portugueses na Índia — <i>Mons. Gustavo Couto</i>	32	65
Acôrdo anglo-alemão de 1913 para a partilha da África Portuguesa	32	221
» entre a Santa Sé e a República Portuguesa (Pa- droado do Oriente)	34	196
» luso-belga	36	98
	29	210
	32	202
	32	227
Açúcar (Indústria açucareira de Moçambique)	29	210
Adaptação da raça branca às regiões tropicais	35	237
Administração colonial	32	208
» indirecta na Costa de Ouro	26	192
» nos territórios de mandato	27	236
» pública em Angola	25	186
Administradores e colonos	34	214
Aduos químicos (Mistura)	34	188
» » (Questão dos)	31	185
» » nas plantações tropicais e sub-tropi- cais	30	208
» verdes nas culturas tropicais	35	199
Afonso de Albuquerque e 7. ^o congresso Provincial da Índia Portuguesa	32	220
África do Sul (Agitação indígena)	25	238
» » » «País de brancos»	30	237
» Oriental Britânica federar-se-á?	35	225
Agência Geral das Colónias	33	109
Agitação indígena na África do Sul	25	238
Agricultura em Cabo Verde	32	195
» » Moçambique	32	197
» » Sofala e Manica	33	229
» indígena em Moçambique	29	202

	Bol.	Pág.
Agricultura no distrito de Moçambique	33	243
» nos territórios da Companhia de Moçambique	33	176
Água e as doenças que ela pode provocar	27	199
Alcool de banana	32	186
Alcoolismo nas colónias	29	223
Alemães no Tanganica	34	212
Alemanha e as colónias sob mandato	27	231
» e o restabelecimento da sua situação colonial antes da guerra	31	225
» e o território de Tanganica	30	235
» na comissão de mandatos	28	208
	29	215
Algodão (Como se desenvolveu a sua cultura no Congo Belga)	27	188
» (Prejuízos causados pelo percevejo)	31	196
» (Sementes do algodoeiro tratadas pelo ácido sulfúrico)	20	194
» na África Ocidental Francesa	31	199
Aliança anglo-lusa e reivindicações coloniais de algumas nações	32	200
Amendoim (Amontoa do)	31	193
Amontoa do amendoim	31	193
Ananazes na África Ocidental Francesa	27	183
Anemia em África	25	210
Angola (Formações Sanitárias do Estado)	36	90
» (Renseignements sur le palmier à huile en) — <i>C. de Melo Geraldès</i>	36	16
Angola e a emigração	33	236
» e a exposição internacional de 1929	31	211
» e o problema de colonização boer	33	222
» e os colonos boers	33	257
» e o tráfego marítimo do Congo Belga	28	202
» fornecedora de carne a Lisboa	29	201
» na Geologia de África — <i>Alexandre Borges</i>	31	39
» país de incerteza	26	179
» , S. Tomé e Príncipe na apreciação de um inglês	33	250
» , sua nova capital e as suas estradas	34	211
Argentina (Nova política de colonização da)	36	233
Armas portuguesas na Abissínia	25	219
Arranque das raízes	35	201
Arroz	29	190
» (Emprego de adubos nos arrozais do Japão)	35	191
Árvore do kapok	33	212
Aspectos da cidade de S. Tomé	33	234
» do Lobito	29	204
» do Sul de Angola	33	235
» económicos e turísticos do Zambeze	31	216

	Bol.	Pág.
Aspirações coloniais da Itália.....	36	223
Assistência agrícola do Estado em Angola.....	26	142
» indígena em Angola.....	25	186
» » no Congo.....	35	207
» médica indígena na ponte-cais de Lourenço Marques.....	36	210
» médica portuguesa em África.....	29	174
» sanitária ao indígena de Angola.....	36	218
Ataque dos holandeses a Macau de 1622 — <i>C. R. Boxer</i>	34	209
Automotoras a gás pobre no Congo Belga.....	33	17
Automóveis em Lourenço Marques.....	25	203
Avicultura (A sua importância económica nos Estados Unidos).....	31	170
Azeite de palma na África Ocidental.....	31	184
Bairro operário em Lourenço Marques.....	26	146
Bambú (Papel de).....	32	190
Banana (Álcool de).....	34	192
Bananas (Embalagem de).....	32	186
» (Seu valor nutritivo).....	30	214
» na África Ocidental Francesa.....	27	211
Bananeira (Inimigos da).....	27	183
» protegida contra a doença do Panamá.....	34	165
Baunilha (Cultura da).....	32	185
Belo (Capitão de fragata João) — <i>A. Z. C.</i>	31	186
Benguela.....	31	3
Biblioteca de Macau.....	34	208
Bilharzone em Angola.....	27	184
Bilhetes do tesouro de Angola.....	30	171
Boers em Angola.....	28	175
Borracha (Díptico da).....	35	218
» (Grande secador de).....	34	223
» (Notas sobre indústria da).....	31	196
» (Preços da).....	35	200
» (Situação da indústria da).....	33	216
» brasileira.....	28	185
Bota do Dilolo.....	27	209
Breve notícia sobre as condições agrícolas do planalto de Malanje — <i>Júlio Cesar Soromenho Romão</i>	33	220
Briquetes de palmeira de azeite.....	27	47
«British Commonwealth».....	27	211
Burocratismo no Congo Belga.....	28	223
Cabo Verde, centro de actividade marítima.....	33	258
Caça ao elefante nas terras do Barué.....	27	221
Cacau (Indústria alemã do).....	25	224
» (Mercado brasileiro do).....	25	204
» (Problemas relativos à cultura do cacaueiro)....	30	212
	29	193

	Bol.	Pág.
Cacau (Produção e consumo mundial).....	30	200
» (Produção em Cuba).....	32	179
» (Produção e mercado de).....	36	186
Cacaueiros (Defesa das plantações na Costa do Ouro) ..	25	197
» no Dahomé.....	26	147
Café (Centenário da introdução no Brasil).....	29	175
» (Descaféinação do).....	36	194
» (Desinfecção dos bagos de).....	31	197
» (Doença no Brasil).....	26	152
» (Exportação de café brasileiro em 1926).....	26	157
» (Produção em Cuba).....	32	179
» (Produção das colônias portuguesas).....	29	160
Caféina nas folhas do cafezeiro.....	30	215
Calor solar (Utilização do).....	36	197
Calunda, região de colonização.....	31	169
Cambiais e ouro recebido nas alfândegas de Moçambi-		
que de Janeiro a Agosto de 1926.....	27	122
	25	195
	26	142
	27	229
Caminho de Ferro de Benguela.....	32	232
	33	237
	33	255
	34	183
» » » » » — Conferência realizada		
em 12-3-1928 na Sociedade de Geografia — <i>Álvaro</i>		
<i>Machado</i>	35	25
Caminho de Ferro de Luanda e Malanje (Ambaca e os		
caminhos de ferro de penetração) — <i>A. Galvão</i>	27	3
Caminho de Ferro de Mossâmedes.....	33	238
» » » do Zaire — <i>Francisco de Aragão e Melo</i>	28	25
Caminhos de Ferro de Moçambique.....	32	196
» » » do Amboim.....	33	174
» » » nas Ilhas Neerlandesas.....	27	192
» » » Sul-Africanos.....	31	175
	34	205
Campanha contra a doença do sono em Angola.....	32	216
» sanitária em Angola.....	36	205
Campanhas contra Portugal colonizador.....	31	206
» da África Oriental.....	32	197
Cana de açúcar (O mosaico da).....	33	212
» » » do Estado de S. Paulo.....	31	195
Canforeira — <i>Paulo Cavique dos Santos</i>	27	12
Cânhamo da Guiné substituto do algodão.....	33	212
Capacidade de absorção de água nos terrenos e a rega		
automática.....	36	196
Capital de Angola (Futura) — <i>A. Galvão</i>	25	32

	Bol.	Pág.
Capitão de fragata João Belo — <i>A. Z. C.</i>	31	8
Caravela quinhentista	34	200
Casa Colonial Nacional	35	197
Cataratas do Zambeze	25	197
Centenário do café no Brasil	29	175
Chá (Sua cultura nas regiões meridionais da Ásia)	25	205
Chefes indígenas na administração colonial	28	219
Civilização europeia e os negros	34	225
Côco (A sua fibra sucedânea da juta)	31	199
» da Índia Portuguesa em Hamburgo	27	182
Cola (nóz de) na África Ocidental	27	212
Coloane (Inauguração da luz eléctrica)	36	158
Colombo (Uma opinião original sobre)	32	195
Colónia Britânica da Nigéria	32	190
Colónias da região do Bié	26	170
» e recentes tendências económicas do mundo	25	216
» holandesas	26	162
» inglesas (A pequena colonização nas)	25	235
» italianas	26	162
» na obra de reconstrução económica	32	236
» portuguesas e a imprensa estrangeira	26	195
» portuguesas e política internacional	27	219
Colonização da África Central	33	262
» de Angola	36	199
» de povoamento	25	217
» do distrito de Lourenço Marques	26	168
» e capitais estrangeiros	31	203
» e culturas planálticas de Angola	29	205
» em Angola (Serviços de)	36	105
» italiana	25	233
» » na Tunísia	27	242
» (a pequena) nas possessões britânicas	25	235
» na zona hespanhola de Marrocos	26	156
» no Congo Belga	36	212
» portuguesa nas colónias da África — <i>José de Oliveira Ferreira Denis</i>	27	18
Colonos e indígenas	27	235
Comandante João Belo (In memoriam do) — <i>Mons. Gustavo Couto</i>	35	3
Combata à doença do seno no Golungo Alto	28	205
» às doenças tropicais	31	179
Comentário à questão da bandeira	30	236
Comércio com Macau	33	127
» da França com as suas colónias	36	183
» da Índia Portuguesa em 1926	30	178
» de Cabo Verde em 1927	34	149
» » » 3.º trimestre de 1927	34	150

	Bol.	Pág.
Comércio de Cabo Verde 4.º trimestre de 1927	34	151
» de exportação do Congo Belga	34	186
» » Kinshasa motivo de orgulho para os portu- gueses	35	222
» » Macau em 1926	26	144
» » Moçambique em Agosto de 1926	27	177
» e navegação de Moçambique em 1926—A. } Galvão	30	29
» entre Macau e Timor	31	68
» geral de Macau	29	208
»	26	175
Comissão de Defesa e Propaganda Colonial. Sua trans- formação em «União Portuguesa do Ultramar»	36	148
Como se faz uma nação colonial — <i>Visconde de Almeida</i> <i>Garrett</i>	34	78
Comunismo e as colónias	25	234
Concepção do mundo como unidade	34	219
» económica das regiões tropicais	28	217
Concessão de Sumba (Relatório sobre o estudo da) <i>Paul Janssens e A. A. Monteiro do Amaral</i>	25	90
Concessões de terrenos no Congo Belga	27	234
Concurso de literatura colonial (2.º)	27	118
» » » » (O último)	30	229
» » » »	35	206
Conferência colonial britânica	25	229
» realizada em 16 de Março de 1908 na So- ciedade de Geografia — <i>Hipácio de Brion</i>	25	123
Conferências em Lourenço Marques	34	182
Conflito das raças na África do Sul	28	218
Congo Belga depois da guerra	28	216
Congresso da água na Argélia	29	224
Conselho Superior de Higiene Colonial Belga	27	186
Conservação das laranjas pelos gases	29	193
Conservação de cereais e legumes secos	35	204
Contribuição para o estudo botânico da palmeira do azeite em Angola — <i>John Gossweiler</i>	30	107
Contribuição para o estudo florestal do Maiombe portu- guês — <i>António de Figueiredo Gomes e Sousa</i>	34	14
Convenção Angola-Congo	30	231
» sobre o trabalho indígena	27	216
Convenções Luso-Belgas	31	220
» » » e os Caminhos de Ferro da Rodésia	33	176
»	31	218
Cooperação colonial	35	235
Coordenação e sequência em política colonial	27	223
Coqueiro (Cultura)	31	188
» (Um parasita do)	27	196

	Bol.	Pág.
Crédito agrícola e de colonização.....	28	143
» » em Angola.....	25	188
» » em Moçambique.....	32	218
» » em terras portuguesas de aquém e de além mar — <i>Egídio Inso</i>	28 30 31	43 88 100
Crédito e fomento de Angola.....	25	215
» » moeda de Angola.....	25	184
» industrial em Angola.....	25	188
Criação de gado nas plantações.....	30	204
Crianças no planalto da Huila.....	35	219
Culturas da baunilha.....	31	189
» de algodão no Congo Belga.....	27	189
» » chá nas regiões meridionais da Ásia.....	25	205
Cultura de soja.....	33	215
» do coqueiro.....	31	188
» e produção de sizal em Moçambique.....	32	183
Culturas indígenas (Seu desenvolvimento na Guiné Francesa).....	33	209
Cunene e o desenvolvimento económico do extremo sul de Angola.....	25	220
Defesa das plantações do cacauzeiro na Costa do Ouro.....	25	197
«Delagoa Bay» na nomenclatura postal.....	28	175
«Derracinés» indígenas.....	27	238
Descentralização da acção administrativa das colónias — <i>Eduardo Costa</i>	33	101
Descobrimento do Japão pelos portugueses.....	32	171
«Descontentamento» dos boers em Angola.....	31	221
Desenvolvimento da Beira.....	27	230
» das culturas indígenas na Guiné Fran- cesa.....	33	209
» dos transportes na África Central...	36	231
» económico do extremo sul de Angola.....	25	220
Desinfecção dos bagos de café.....	31	197
Desratização e desinfecção dos navios.....	33	217
Dificuldades do Império Britânico.....	35	228
Digressões pelo mapa-mundi.....	35	209
Diminuição das populações indígenas.....	29	221
Díptico da borracha.....	34	223
Direito colonial aéreo.....	25	239
Direitos de Portugal sobre os territórios de Molembo, Cabinda e Ambriz — <i>Marquês de Sá da Bandeira</i>	27	92
Discurso de encerramento da «Semana das Colónias» — <i>João Belo</i>	25	3
Divisão e sub-divisão administrativa de Angola.....	26	138
Doença do café no Brasil.....	26	152

	Bol.	Pág.
Doença do sono (Combate no Golungo Alto).....	28	205
» » » (Missão de combate).....	25	241
» » » (Protecção contra a tsé-tsé).....	34	191
» » » na Nigéria.....	27	201
» » » na Nigéria.....	28	214
» » » na Província de Moçambique.....	36	200
» » » na Uganda.....	33	198
Doenças dos animais.....	30	216
» que a agua pode provocar.....	27	199
» tropicais (Combate às).....	31	179
Economia entre os indígenas.....	32	189
Eixos internacionais em África.....	33	267
Elementos gramaticais da língua concani— <i>Mons. José</i>	33	31
de <i>S. Rita e Sousa</i>	34	46
» para o esboço económico-agricola de Queli-	35	58
mane— <i>F. Monteiro Grilo</i>	36	47
» para o esboço económico-agricola de Queli-	26	89
mane— <i>F. Monteiro Grilo</i>	26	89
Élites indígenas e a teoria da assimilação.....	29	220
Embalagem de bananas.....	30	214
Emigração indígena para o Transvaal.....	28	188
Emigração indígena para o Transvaal.....	29	188
Emigração para as colónias portuguesas de África:		
Abril de 1927.....	25	155
Maio de 1927.....	26	122
Junho de 1927.....	27	121
Julho de 1927.....	28	188
Agosto de 1927.....	29	189
Setembro de 1927.....	30	145
Outubro e Novembro de 1927.....	32	144/5
Dezembro de 1927.....	33	186
Ano de 1927.....	34	152
Janeiro de 1928.....	34	153
Fevereiro de 1928.....	35	118
Março de 1928.....	36	96
Emprêgo de adubos nos arrozais do Japão.....	35	191
Enclave português de Ajudá.....	30	174
Endemias e epidemias em África.....	25	208
Endemias e epidemias em África.....	26	191
Endurecimento da madeira pelo enxófre.....	36	194
Energia hidráulica em S. Tomé.....	35	187
» mecânica nas colónias e os gasogéneos.....	26	153
Ensino agrícola colonial no Instituto Superior de Agro-		
nomia.....	33	155
Ensino indígena em Timor.....	34	210
» profissional indígena.....	35	236
» profissional na Índia Portuguesa.....	30	228

	Bol.	Pág.
Ensino secundário em Angola.....	33	174
Epidemias e endemias em África.....	25	208
» em África	26	191
Epidemiologia de Macau, <i>Peregrino da Costa</i>	34	194
» em Angola	25	199
Equilíbrio europeu e as Colónias.....	36	175
» orçamental de Angola	36	21
Escola de Concanim ou Concanim nas Escolas?	25	185
Escravidura (Abissínia na luta contra a)	36	213
» ante o Cristianismo e o Islamismo — <i>João de Andrade Corvo</i>	32	243
» disfarçada.....	32	121
» em Angola	30	195
» e mão de obra	31	223
» e sacrifícios humanos na Birmânia	32	244
» na Rodésia do Sul	30	195
» na Serra Leoa	32	242
» no Sudão (Abolição da).....	28	212
» no Sudão Anglo-Egípcio	26	190
Escaravelhos propagadores do cancro nas colónias ...	31	232
Estabelecimento de famílias europeias nas colónias ...	27	206
«Estado» Negro na África Central	28	210
Estado Sanitário de Angola	31	231
Estados africanos	27	184
Estanho na África do Sul	32	194
Estatística económica (Trabalho e Desemprego) em Lourenço Marques	32	193
Estrada de Salisbury a Tete	37	92
Estradas de Moçambique.....	31	221
» » penetração em Angola	30	173
» em Angola	27	178
Estrangeiros em Angola	34	181
Estudo das colónias portuguesas nas escolas	33	134
Estudos sobre a flora de Angola.....	33	139
Eucalipto (Empregado na fabricação do papel).....	25	218
» (Óleo de)	29	194
Europeus em Tombuctú.....	26	152
Evolução da política colonial.....	27	220
» » » » portuguesa — <i>José de Oliveira Ferreira Denis</i> ...	25	232
Expansão colonial portuguesa	34	3
» futura da raça branca	30	223
Exploração do mundo colonial.....	35	223
» científica do Saará	27	239
Exportação de café brasileiro em 1926.....	35	241
» » frutas de Moçambique	26	157
	26	146

	Bol.	Pág.
Exportações da Guiné em 1926	27	123
» » » no primeiro semestre de 1927...	29	133
» » Índia em 1925 e 1926	27	126
» » » no primeiro semestre de 1927...	30	140
» » » » terceiro trimestre de 1927...	31	143
» das Índias Neerlandesas	31	198
» de Angola em 1926	27	124
» » » no primeiro trimestre de 1927...	29	137
» » » para S. Tomé e Príncipe,	27	175
» de Cabo Verde em 1926	26	125
» » » no 1.º trimestre de 1927...	26	127
» » » » 2.º » » 1927...	29	132
» » Macau em 1926	27	127
» » Moçambique em 1926	{ 27 125	
	28	171
» » » no 1.º semestre de 1927/28	31	145
» » S. Tomé em 1926	27	124
» » Timor em 1926	27	127
Exposição Colonial Internacional de Paris	27	186
» e feira de Macau	28	200
» Ibero-Americana de Sevilha (Concurso para fotografias de S. Tomé e Príncipe).....	36	78
Exposição Ibero-Americana de Sevilha (Concurso para monografia de S. Tomé e Príncipe)	36	77
Farmácia portátil dos colonos	29	179
Febre amarela	35	190
» » (A luta contra a)	33	198
» » (À margem da)	33	167
» » (O mosquito da)	30	213
» » e malária	29	196
» » na Africa Ocidental	27	194
» tifoide vencida com toda a facilidade	26	159
Feira e exposição comercial de Macau	36	157
Fernando Cortez (O seu testamento)	25	213
Festa chinesa em Macau	36	214
» de instrução em Angola	36	172
Festejos em Macau no XVI aniversário da República Chinesa	31	212
Fibra do côco sucedâneo da juta	31	199
Finanças de Angola	{ 30 169	
	32	192
» de Moçambique	{ 30 169	
	32	194
Flora de Angola	25	218
Fomento de Moçambique	{ 26 174	
	27	228
» » » e o pôrto de Lourenço Marques	28	203

	Bol.	Pág.
Fomento e crédito de Angola.....	25	215
» em Angola.....	25	189
Formação dos funcionários indígenas.....	33	194
Forte de S. João Baptista de Ajudá.....	30	221
Fraqueza do imperialismo moderno.....	30	239
Frederico Welwitsch e a sua obra em Angola — <i>José de Almeida</i>	28 29 32 33 34	63 90 97 84 106
Fronteira do sul de Angola.....	27	181
» » » » — <i>Gastão Sousa Dias</i>	31	15
Funcionários e a hygiene nas populações indígenas...	30	241
Futura capital de Angola — <i>A. Galvão</i>	25	32
Futuro de Lourenço Marques.....	27	226
Gados existentes em Timor em 31/12/926.....	29	138
» » no território da Companhia de Moçambique, em 31/12/926.....	26	124
Gasogéneos e energia mecânica nas colónias.....	26	153
Góia e a velha língua nativa.....	29	203
Goma copal.....	32	178
Grande Guerra em África.....	34	183
Granjas penais agrícolas em Angola.....	31	210
Gravidez das brancas nas colónias.....	28	189
Guiné e suas riquezas.....	36	204
» Portuguesa. (Destruindo erradas apreciações sobre a sua situação política e económica).....	36	164
Guta-percha.....	30	201
Higiene mental nas colónias.....	30	197
História colonial nas escolas.....	35	215
» da Europa apreciada por um anamita.....	31	238
» do quinino.....	26	148
» portuguesa na imprensa estrangeira.....	33	252
Hospitais de Moçambique — Mapa do movimento de doentes em 1923.....	25	199
Hotel no Lobito (Um grande).....	29	158
Igreja Católica na Africa do Sul.....	36	182
Ilhas de S. Tomé e Príncipe — <i>Vicente Pinheiro Lobo Machado de Melo e Almada</i>	28	122
Imbondeiro.....	32	189
Império britânico numa parábola indígena.....	29	213
Importação para consumo de Moçambique em 1926....	27	181
Importações de Angola, em S. Tomé e Príncipe.....	27	175
» em Angola, em 1926.....	28	137
» » no primeiro trimestre de 1927.....	29	137
» Cabo Verde, em 1926.....	26	125

	Bol.	Pág.
Importações em Cabo Verde no 1.º trimestre de 1927...	26	126
» » » » no 2.º » » »	29	132
» » Macau em 1926.....	27	126
» » Moçambique.....	27	124
» » » no 1.º semestre de 1927-28	31	144
» » S. Tomé em 1926.....	27	123
» » Timor, em 1926.....	27	127
» » na Guiné, em 1926.....	27	123
» » » no 1.º semestre de 1927.....	29	133
» » Índia em 1925-26.....	27	125
» » » no 1.º semestre de 1927.....	30	140
» » » 3.º » » »	31	143
Importância da colónia portuguesa no Congo Belga....	35	216
» económica da avicultura nos Estados-Uni- dos.....	31	184
Imposto de tonelagem em S. Tomé e Príncipe.....	35	176
Imprensa colonial.....	36	217
» de Propaganda colonial... {	32	215
» latina (Papel e actividade da Comissão Co- lonial)— <i>Camile Fidel</i>	34	207
Imprensa Nacional de Angola.....	31	161
Impressões de uma digressão por Angola.....	30	229
Índia e administração inglesa.....	32	235
Indígenas da Zambézia.....	28	193
» de Moçambique.....	32	197
Indústria açucareira de Moçambique.....	29	213
» alemã do cacau.....	25	204
» de pesca e as colónias portuguesas.....	28	195
» do cimento em Moçambique.....	36	166
» do frio em África.....	29	195
» pecuária de Moçambique.....	30	225
Indústrias da pesca nas colónias.....	26	149
» de Angola.....	29	152
» Macau.....	26	165
Influência dos portugueses em Ceilão.....	34	206
Inglaterra e as colónias portuguesas.....	33	244
» não será acompanhada duma nova guerra pe- los domínios.....	34	215
Inglese e Africanders.....	35	224
Inimigo dos brancos e em especial dos portugueses...	33	270
Inimigos da bananeira.....	34	195
In memoriam do Comandante João Belo, último minis- tro das colónias — <i>Mons. Gustavo Couto</i>	35	3
Insecticidas applicados a sêco.....	35	203
Insectos e paludismo.....	31	180
Instalação do Arquivo Geral e Histórico do Ministério		

	Bol.	Pág.
das Colónias no Palácio da Ega, à Junqueira — <i>Pi- res Avelanoso</i>	33	3
Instituição de tribunais indígenas.....	29	207
Instituto Colonial Internacional.....	25	178
» Indiano em Coimbra.....	28	207
» Jurídico dos Mandatos Internacionais — <i>Cae- tano Gonçalves</i>	29	3
Instituto Real Colonial de Amsterdão — <i>Armando Zu- zarte Cortesão</i>	28	3
Instrução dos negros é um perigo?.....	25	237
» em Moçambique.....	32	198
» indígena (Uma opinião inglesa sobre a).....	33	264
» pública em Moçambique.....	31	162
Intelectuais indígenas.....	26	186
Interesse colonial.....	32	204
Interesses de Angola e Catanga.....	25	227
» indígenas e interesses de colonos.....	31	234
Interferência de interesses coloniais.....	27	225
Intrigas em torno do porto de Lourenço Marques.....	32	215
Inutilização das vésperas nas colónias.....	27	202
Investigações de laboratório e medicina indígena.....	34	222
Irrigação do vale de Limpopo.....	32	206
Itália (As suas aspirações coloniais).....	36	223
» e os mandatos coloniais.....	30	283
» » » territórios de mandato.....	29	216
Italianos e a província de Angola.....	33	232
	27	105
	28	127
	29	124
	30	183
Jardim Colonial de Lisboa.....	31	184
	32	127
	33	107
	34	127
	35	101
	36	73
» Zoológico em Lourenço Marques.....	34	183
Jornada que o padre Baltazar Barreyra fez à terra firme da Guiné, em 1605 — <i>Padre Fernão Gnerreiro</i>	29	118
Kapock (Arvores de).....	33	212
Karité (Produção de).....	34	189
Lã (Produção mundial em 1925 e 1926).....	25	213
Laranjas (Sua conservação pelos gases).....	29	193
Lechuguila.....	31	197
Legislação operária colonial.....	33	260
Libertação dos escravos, na Serra Leoa.....	33	194
Língua portuguesa no Japão.....	35	189

	Bol.	Pág.
Linguas indígenas de Moçambique.....	33	230
» vernáculos e o funcionalismo colonial— <i>Mons. Gustavo Couto</i> ,.....	26	24
Literatura Colonial (Alto objectivo da nossa).....	36	207
Livingstone e Stanley, vistos por um velho pioneiro de Africa.....	31	237
Lobito (Futuro porto do).....	26	181
Lobito (Mangueiras de lona para o porto de).....	36	77
Lourenço Marques e os estrangeiros.....	32	193
» visto por um inglês.....	30	232
Luanda (Aquisição de materiais para a Repartição Técnica das Águas de).....	36	77
Luta contra a febre amarela.....	33	193
» » » malária tropical.....	31	175
» » » os insectos nocivos das colónias inglesas.....	29	182
Macau (Festa chinesa em).....	36	214
Macau, cidade de Camões.....	25	228
» e os nacionalistas chineses.....	28	194
Macau-Seac-Ki (Estrada de).....	36	140
Maurreira — Tentativas para a sua introdução e divulgação em Cabo Verde e Angola — <i>Ernesto Beaumont</i>	26	41
Magalhães (Homenagem a Fernão de).....	36	182
Maiombe potuguês.....	31	207
Malária (Luta contra a).....	31	175
» (Novo específico para o tratamento da).....	26	136
» cura da paralisia.....	30	243
» e febre amarela.....	29	196
Mandioca (Tecnologia da).....	35	191
Mandioca do Brasil.....	32	187
Mão de obra agrícola em Angola.....	29	156
Mão de obra em S. Tomé e Príncipe (1910) — <i>Francisco Mantero</i>	36	64
» » » indígena em Moçambique.....	27	223
» » » penal nas colónias.....	31	169
» » » penal nas colónias.....	31	208
» » » penal nas colónias.....	30	240
Mapas das colónias portuguesas.....	30	156
Mar, base do ressurgimento de Macau.....	27	179
Melhoramentos na cidade da Praia.....	32	196
Mercado de cacau brasileiro.....	30	212
» dos produtos coloniais na Alemanha.....	29	173
Mercadorias coloniais entradas e saídas dos entrepostos do porto de Lisboa, em 1926.....	33	137
Mercadorias exportadas da Guiné em 1927.....	39	95
Mercadorias exportadas de S. Tomé e Príncipe em 1927.....	36	94
Mercadorias importadas na Guiné em 1927.....	36	95
Meriandra Benghalensis.....	36	193

	Bol.	Pág.
Mérito colonial para as mulheres.....	36	180
Métodos de valorização colonial.....	36	220
Ministro das Colónias Britânicas nos Domínios.....	27	240
Missão Médica à África Oriental Portuguesa.....	36	202
» a Moçambique por motivo das acusações Ross.	29	199
» botânica a Angola.....	31	215
» católica da Huila.....	32	212
» cinematográfica à África Equatorial Francesa.	33	269
» de combate à doença do sono.....	25	241
» geográfica de Cabo Verde (1927)—J. B. Bebiano	25	39
» veterinária ao sul de Angola.....	25	222
Missões católicas francesas.....	30	195
» estrangeiras em Moçambique.....	27	226
» religiosas estrangeiras.....	26	166
» volantes de saúde em Angola.....	30	173
Mistura de adubos químicos.....	34	188
Moçambique e a publicidade.....	31	216
» os italianos.....	26	177
Moderna concepção da colonização.....	31	230
Moeda e crédito de Angola.....	25	184
Mortalidade em Cabo Verde, em 1926.....	31	140
» » » » 3.º trimestre de 1926.....	25	153
» » » » 3.º e 4.º trimestres de 1926.	29	134/35
» » » » 1.º trimestre de 1927.....	30	141
» » » » 2.º semestre de 1927.....	31	142
» » » » 3.º trimestre de 1927.....	34	145
» » Macau, no 1.º semestre de 1927.....	34	147
» » S. Tomé e Príncipe.....	34	226
» » » » » de Maio a Dezembro de 1926.....	25	150
Mortalidade na Guiné, durante o ano de 1926.....	25	152
» » » no 1.º trimestre de 1927.....	29	136
» na Província de S. Tomé e Príncipe.....	36	176
» no distrito da Lunda em 1926.....	36	86
» no distrito de Cubango em 1926.....	36	82
» no distrito de Luanda, em 1926.....	34	144
» no distrito de Luchazes em 1926.....	36	82
» no distrito de Malanje em 1926.....	36	84
» no distrito de Mossamedes em 1926.....	36	79
» no distrito do Bié em 1926.....	36	83
» no distrito do Congo em 1926.....	36	82
» no distrito do Moxico em 1926.....	36	83
» no distrito do Zaire em 1926.....	36	83
» nos distritos de Benguela e Cuanza-Norte, em 1926.....	32	137
Mosquito da febre.....	30	213

	Bol.	Pág.
Movimento comercial de Cabo Verde, em 1926.....	26	126
» » » » » no 1.º trimestre de 1927.....	26	127
Movimento do porto de Bolama em 1927.....	35	119
Moxico (Reconhecimento agrónómico do distrito do) — António de Figueiredo Gomes e Sousa —.....	36	35
Mulher branca em África.....	31	228
» » nas colónias.....	36	224
» francesa e a colonização.....	35	240
Mulheres da Europa nas colónias.....	31	175
Museu de Macau.....	27	184
» permanente das colónias inglesas em Londres.....	32	182
Mutilações voluntárias dos indígenas africanos.....	26	161
Nacionais brancos em Angola.....	33	135
Nacionalidade, heroi dos Lusíadas.....	30	222
Nacionalização da indústria algodoeira.....	32	210
» das colónias.....	32	209
Náutica e aeronáutica (Uma lição do Almirante Gago Coutinho).....	36	178
Navegação de cabotagem nas colónias.....	28	197
» » Moçambique em 1926 — A. Galvão.....	30	29
» entre S. Tomé e Fernando Pó.....	31	159
» fluvial nas colónias.....	27	188
» na Índia Portuguesa em 1926.....	30	178
» para a África — Ernesto Beaumont.....	29	40
Negro perante a civilização.....	35	221
Notas sobre Lourenço Marques.....	33	175
Nova capital de Angola e o problema da colonização...	34	208
Nova feira de Macau.....	27	185
Noz de cola na África Ocidental.....	27	212
Óbitos dos hospitais de Moçambique em 1922.....	26	123
Obituário de Macau em 1926.....	28	141
» » » » 1927.....	35	115
» » » no 2.º semestre de 1927.....	35	113
» portugueses (brancos) em S. Tomé e Príncipe em 1927.....	34	146
Obituário na Guiné no 2.º semestre de 1927.....	35	117
» no concelho de Luanda no 1.º trimestre de 1927	30	141
» » distrito de Huíla em 1926.....	35	111
» » » do Cuanza-Sul em 1926.....	35	110
Obra colonial da República em Portugal.....	32	234
» colonizadora dos portugueses.....	26	176
Obras de fomento em Angola.....	25	189
Óleo de eucalipto.....	26	152
Óleos de amendoim e de palma em motores de automóveis.....	32	177
Orçamento da colónia de Moçambique.....	31	170

	Bol.	Pág.
Orçamento de Moçambique para 1927-28 (Projecto).....	31	164
Origem portuguesa do Cruzeiro do Sul — <i>Luciano A. Pereira da Silva</i>	34	120
Pacificação e política indígena.....	32	241
Padroado Português do Oriente (Acôdo entre a Santa Sé e a República Portuguesa).....	36	98
Padroado Português do Oriente (Officio de D. José da Costa Nunes, Bispo de Macau).....	36	161
Palmeira anã.....	31	195
» do azeite (Briquetes da).....	27	211
» » » em Angola (Contribuição para o estudo botânico da) — <i>John Gossweiler</i>	30	107
Palmeira do azeite no Congo Português e enclave de Cabinda.....	28	175
Palmeira nipa na África Equatorial Francesa.....	27	211
Paludismo (Luta contra o).....	36	184
» (Os insectos e o).....	31	180
Papel de bambú.....	34	192
Parasita do coqueiro.....	27	196
Pautas aduaneiras de Moçambique (novas).....	31	163
» das alfândegas de Angola.....	35	121
Pecuária da província de S. Tomé e Príncipe — <i>João José Simões</i>	35	12
Pecuária de Moçambique.....	33	241
» nos territórios da Companhia de Moçambique	29	175
Peles dos animais selvagens e o seu comércio.....	35	199
Pensões a filhos de colonos.....	29	208
Pergaminhos da raça negra.....	31	233
Perspectivas dum novo Domínio Colonial.....	30	233
Pesca nas colónias (indústrias da).....	26	149
Pessoal de empresas coloniais.....	32	240
» dirigente das explorações coloniais.....	29	218
	31	171
Peste (Tratamento da).....	31	182
Pienaar (General) — Fala de Angola.....	36	220
Planalto de Malanje — Breves notícias sobre as condições agrícolas — <i>Julio Cesar Soromenho Romão</i>	27	47
Plantações indígenas de Timor em 31-12-1926.....	29	138
Poços no Senegal (Perfuração de).....	32	192
Poeta negro na literatura francesa.....	32	245
Política colonial da Alemanha.....	33	256
» colonial da Gran-Bretanha em relação às suas dependências na África Oriental — <i>Tomás Wylie Fernandes</i>	30	3
Política colonial do Governo Português.....	27	173
» » do Japão.....	27	241
» » fundiária.....	30	226

	Bol.	Pág.
Política colonial internacional.....	26	184
» » portuguesa.....	27	224
» » segundo as concepções latina e nórdica	35	280
da colonização da Zambézia — <i>Alfredo Augusto</i>		
<i>Caldas Xavier</i>	35	94
» da terra.....	26	172
» de colonização italiana.....	25	233
» e educação indígena	27	243
» de fomento em Timor.....	32	194
» » produção indígena	26	187
» ferroviária inglesa no Este Africano.....	36	235
» indígena Francesa.....	34	218
» » na Rodésia.....	34	187
» » no Alto Catanga.....	28	215
» inglesa na Nigéria.....	29	214
» internacional africana vista por um americano	31	226
Ponte sobre o Zambeze	33	176
População asiática da Indo-China.....	34	292
» da África Ocidental Francesa	27	193
» » União Sul-Africana.....	34	185
» de Lourenço Marques.....	{	28 175
» » Luanda	33	181
» » Macau em 31 de Março de 1927.....	26	187
» » descendente de europeus na Índia Portu-	28	189
guesa, em 15/2/927		
» de Timor em 1926	25	154
» do Chinde.....	26	128
» dos territórios da Companhia de Moçambique	27	185
» » » » » » » »	29	175
em 31/12/926	26	124
» indígena de Moçambique em 1926	30	188
Pôrto da Beira	33	127
» de Lourenço Marques	25	226
» do Lobito (O futuro).....	26	181
» e Caminho de ferro de Lourenço Marques e a		
visita do General Hertzog a Lisboa — <i>Lisboa de Li-</i>		
<i>ma</i>	26	3
Pôrto e Caminho de ferro do Zaire — <i>Francisco de Araújo e Melo</i>	28	25
Portos da África do Sul.....	31	175
Portugal e a Inglaterra — Negociações do tratado sobre		
os domínios da África — <i>Ernesto Rodolfo Hintze Ri-</i>		
<i>beiro</i>	31	123
Portugal e as novas concepções da política colonial....	27	215
» e a União Sul-Africana.....	31	218
» em Angola	31	214

	Bol.	Pág.
Portugal, Japão e Macau.....	32	230
Portugueses em Marrocos.....	34	202
» no Extremo Oriente.....	32	213
» no Japão — Subsídios para a história dos	29	13
— C. R. Boxer.....	31	48
	32	44
Praia de Polana.....	28	184
Preceito de tirar a pele aos crocodilos, sáurios e ofídios	27	209
Preços da borracha.....	33	216
Prejuízos causados pelo percevejo do algodoeiro.....	31	196
Preparação de mamíferos para colecções científicas ..	27	208
Princípios democráticos em colonização.....	32	237
Problema agrícola no sul de Moçambique	26	173
» da colonização	34	217
» » » (Em torno do).....	35	239
» das castas na Índia	33	261
» » comunicações no Congo Português.....	35	214
» » duas Rodésias	29	217
» » raças em África.....	36	255
» » raças na África do Sul.....	29	222
» » do Pôrto e Caminho de Ferro de Lourenço	31	232
Marques e a visita do General Hertzog a Lisboa —		
<i>Lisboa de Lima</i>	26	3
Problema infantil no Congo	27	197
Problemas relativos à cultura do cacau.....	29	193
Processos agrícolas europeus nas colónias da A. O. F.	32	181
» de colonização (A verdade sobre os nossos).	30	218
» » » (O «meio» nos)	30	220
Produção agrícola nos territórios da Companhia de Mo-		
çambique de 1926.....	32	143
Produção colonial	36	189
» colonial (Condições essenciais da)	33	266
» das culturas indígenas nas Índias Neerlande-		
sas.....	35	193
Produção de cacau em Cuba.....	32	179
» » » S. Tomé e Príncipe	31	158
» » café em Cuba.....	32	179
» » » nas colónias portuguesas	29	160
» » karité	30	127
» » Moçambique em 1926.....	34	189
» » sal no arquipélago de Cabo Verde.....	23	171
» » de tabaco em Moçambique.....	25	83
» do distrito de Inhambane.....	32	195
» e comércio do sisal.....	29	173
» e consumo mundial de cacau	29	184
	30	200

	Rol.	Pág.
Produção em Angola (Política do aumento de)	25	190
» indígena (Política de)	26	187
» mundial de lã em 1925 e 1926	25	213
Produtos de Cabo Verde — <i>Francisco Travassos Valdez</i>	30	127
Progresso de Lourenço Marques	26	144
Progressos do Lobito	33	174
Projecto gigantesco no Saará	33	217
Propaganda colonial alemã em 1926	25	211
» de turismo colonial	34	216
Prosperidade das colónias e a metrópole	34	187
Protecção contra a mósca tsé-tsé	34	191
» da madeira contra a humidade	32	193
Publicações à venda na Agência Geral das Colónias ...	30	146
Quadro administrativo da provincia de Angola (Reorganização do)	29	165
Quedas do Zambeze	25	197
Quelimane — Elementos para o esboço económico-agrícola — <i>F. Monteiro Grilo</i>	26	9
Questão colonial (A Italia, a Alemanha e a França na) ..	30	234
» dos adubos quimicos	31	185
» indígena na África do Sul	36	227
» do Zaire e a ocupação de Caçongo e Masabi — <i>José Emilio dos Santos e Silva</i>	30	59
Questão indígena na União Sul-Africana	31	74
Quinino (História do)	30	238
Rações em Africa (O problema das)	26	148
Rações para os indígenas em Angola	36	225
Rádium	33	166
Ramas de tabaco de Ambaca	26	155
Rapport concernant l'étude de la concession de Sumba, sur la rive gauche du Zaire — Missão de oleaginosas — <i>Paul Janssens A. A. Monteiro do Amaral</i>	34	181
Reconhecimento agronómico do distrito do Mexico — <i>António de Figueiredo Gomes e Sousa</i>	25	90
Reconhecimento das bocas do Zambeze	36	35
» geológico da ilha de Sant'Iago — <i>J. B. Bebianno</i>	28	185
Reconstrução colonial	25	39
Recrutamento indígena extra-territorial	26	167
» militar europeu em Moçambique	31	235
Rêde ferro-viária de Lourenço Marques	31	204
Reformas em Angola	35	212
Rega automática (A capacidade de absorção de água nos terrenos e a)	25	187
Regime aduaneiro em Angola (Novo)	36	196
» florestal em Angola	29	142
» prisional em Angola (Novo)	27	129
	30	158

	Bol.	Pág.
Regulamento dos tribunais privativos indígenas em Moçambique.....	32	147
Regulamento para a exploração das plantas espontâneas, fibrosas e produtoras de borracha em Moçambique ..	32	164
Reivindicações coloniais da Alemanha.....	26	182
Relações Luso-Belgas no passado e na actualidade....	29	149
Relatório acérca dos trabalhos para a fixação da directriz do caminho de ferro projectado entre Lourenço Marques e a fronteira do Transvaal — 1883 — <i>Joaquim José Machado</i>	26	108
Relatório dos principais serviços prestados em Macau { de Dezembro de 1918 a Março de 1927 — <i>Hugo de Lacerda Castelo Branco</i>	32 33	3 46
Relatório Ross.....	31	201
« sôbre o reconhecimento geológico da ilha de Sant'Iago — <i>J. B. Bebianno</i>	25	39
Renovação estética p'las colónias.....	31	229
Renseignements sur le palmier à huile en Angola — <i>C. de Melo Geraldès</i>	36	16
Reservas territoriais para indígenas e europeus.....	26	188
Revisão das posições coloniais.....	29	198
Rocha Dighton e Miguel Corte Rial — <i>Edmund Burke Delabarre</i>	30	44
Romagem à gruta de Camões em Macau.....	34	159
Ross (Relatório)	31	201
Roteiro (O) da primeira viagem de Vasco da Gama é forjado?.....	25	225
Sal — Produção no arquipélago de Cabo Verde.....	25	83
Santo António do Zaire, testa de caminho de ferro....	26	169
Sapos peçonhentos	26	158
Sciência náutica dos portugueses e os descobrimentos.	28	199
Secador de borracha.....	31	196
Século xx, século da África.....	28	221
«Semana das Colónias» — Discurso de encerramento — <i>João Belo</i>	25	3
«Semana das Colónias» — (1928) — Discurso de abertura — <i>Conde de Penha Garcia</i>	36	5
«Semana das Colónias» — 1928 (Discurso do Ministro das Colónias na sessão de encerramento).....	36	144
Semente oleaginosa (outra).....	30	218
Sementes do algodoeiro tratadas pelo ácido sulfúrico..	29	194
Serviço médico-veterinário em Angola.....	31	159
» Militar Europeu em Moçambique.....	33	239
Serviços aduaneiros da Guiné.....	34	162
» » de Moçambique.....	25	198
» de assistência em Angola em 1927.....	36	91

	Bol.	Pág.
Serviços de colonização em Angola	36	105
» » saúde no Congo Belga	33	195
» inter-coloniais	25	240
» meteorológicos nas colónias portuguesas em 1924	25	192
Sistema monetário de Angola — <i>Dr. Vicente Ferreira</i>	26	55
» » » » (Novo)	33	143
Situação da indústria da borracha	28	185
» de Angola — circular-consulta do Alto Comissário — <i>Dr. Vicente Ferreira</i>	27	70
	28	85
	29	54
Situação financeira de S. Tomé	31	159
Sizal (Cultura e produção em Moçambique)	32	183
» (Produção e comércio)	29	184
Sociedade negra na economia do século xx	31	236
Sociedades indígenas de previdência na Costa do Marfim	33	195
Soja (Cultura da)	33	215
«South African Association for the Advancement of Science»	27	187
Subsídios para a história dos portugueses no Japão —	29	13
<i>C. R. Boxer</i>	31	48
	32	44
Sumaúma e a sua fibra	34	193
Superioridade dos povos ocidentais	32	257
«Standardization»	33	208
Tabaco (Produção em Moçambique)	32	195
» (Ramas de Ambaca)	34	181
» colonial (A sua colocação na Metrópole)	36	167
Técnica sanitária das colónias	34	183
Teoria dos mandatos coloniais	29	212
Testamento de Fernando Cortez	25	218
Trabalhadores indígenas de Moçambique	30	170
» - negros na Virgínia Ocidental	30	242
Trabalho humano e trabalho mecânico	33	227
» indígena	32	204
» » (Bases para a Convenção entre Portugal e a União da África do Sul)	36	184
Trabalho indígena (Convenção sobre o)	27	216
» » em S. Tomé	32	198
» » na Guiné	35	174
» » nas colónias portuguesas	26	185
» na África Ocidental Portuguesa (Condições do)	33	246
Tradição e arte nas colónias — <i>Augusto Ornelas</i>	31	26
Transafricanos os (Grandes — <i>A. Galvão</i>	36	29
Transferências de Angola sobre a metrópole	33	141
Tratado comercial Luso-Chinês em 1838	31	222
Tratamento da malária	26	136

	Bol.	Pág.
Tratamento da peste.....	31	182
» das pessoas mordidas por cobras	36	187
Travessia aérea do continente africano.....	26	169
» do Continente Negro.....	26	193
Tribunais indígenas	29	207
Trigos do planalto de Benguela (Algumas análises de) — <i>João da Mota Furtado</i>	28	32
Trituração manual das amêndoas da palmeira do azeite	32	190
Trocas de territórios coloniais	31	224
Tropas negras.....	36	228
União Sul-Africana e o porto de Lourenço Marques {	32	219
	34	180
Unidade europeia em África..... {	28	211
	31	173
» sindical entre os pretos	36	182
Urbanismo nas colónias.....	25	236
Valor colonizador dos portugueses no Congo Belga....	32	229
» económico do distrito de Moçambique.....	33	238
» » » porto de Mormugão.....	28	204
» nutritivo das bananas.....	27	211
Vasco da Gama — a sua viagem na evolução da carto- grafia náutica — <i>Ernesto de Vasconcelos</i>	31	6
Vêspas (a sua inutilização).....	27	202
Veterinária em Angola.....	30	175
Viagem de Vasco da Gama na evolução da cartografia náutica — <i>Ernesto de Vasconcelos</i>	31	6
Unidade sindical entre os pretos.....	36	182
Vias de comunicação existentes em Cabo Verde.....	36	93
Vida indígena na Rodésia.....	26	189
Visita do Governador de Hong-Kong a Macau.....	35	187
» » » » Macau a Hong-Kong.....	30	162
» » » » Geral de Moçambique à Zambézia	26	143
» » Marechal Birdwood a Goa.....	31	171
» » Ministro da Inglaterra na China a Macau, ..	35	182
» duma esquadra inglesa a Lisboa.....	32	223
Zambeze (As quedas do).....	25	197
Zonas colonizáveis para europeus em Angola.....	30	224

ÍNDICE POR AUTORES

	Bol.	Pág.
<i>Almada (Vicente Pinheiro Lobo Machado de Melo e)</i>		
As Ilhas de S. Tomé e Príncipe.....	28	122
<i>Almeida (José de)</i>		
O dr. Frederico Welwitsch e a sua obra em	28	63
Angola.....	29	90
	32	97
	33	84
	34	106
<i>Amaral (A. A. Monteiro do) e Paul Janssens</i>		
Rapport concernant l'étude de la concession de		
Sumba, sur la rive gauche du Zaire.....	25	90
<i>Avelanoso Pires)</i>		
Instalação do Arquivo Geral e Histórico do Minis-		
tério das Colónias no Palácio da Ega, à Jun-		
queira.....	33	3
<i>Bandeira (Marquês de Sá do)</i>		
Direitos de Portugal sobre os territórios de Mo-		
lembo, Cabinda e Ambriz.....	27	92
<i>Beaumont (Ernesto)</i>		
A Mafurreira — Tentativas para a sua introdução		
e divulgação em Cabo Verde e Angola.....	26	41
Navegação para a África.....	29	40
<i>Bebiano (J. B.)</i>		
Missão Geográfica de Cabo Verde, 1927 — Alguns		
trechos do relatório sobre o reconhecimento		
geológico da Ilha de Sant'Iago.....	25	39
<i>Belo (João)</i>		
Discurso de encerramento da «Semana das Coló-		
nias».....	25	3
<i>Borges (Alexandre)</i>		
Angola na geologia de África	31	39
<i>Boxer (C. R.)</i>		
Ataque dos holandeses a Macau em 1622.....	33	17
Subsídios para a história dos portugueses no	29	13
Japão.....	31	48
	32	44
<i>Branco (Hugo de Lacerda Castelc)</i>		
Relatório dos principais serviços prestados em		
Macau, de Dezembro de 1918 a Março de 1927..	32	3
	33	46

	Bol.	Pág.
<i>Brion (Hipácio de)</i>		
Conferência realizada em 16 de Março de 1908, na Sociedade de Geografia de Lisboa.....	28	133
<i>Cortesão (Armando Zuzarte)</i>		
Capitão de fragata João Belo.....	31	3
Instituto Real Colonial de Amsterdão.....	28	3
Trinta e seis volumes, trinta e seis meses de tra- balho pro-colónias.....	36	3
<i>Corvo (João de Andrade)</i>		
Escravidura ante o Cristianismo e o Islamismo.	32	121
<i>Costa (Eduardo)</i>		
Descentralização da acção administrativa das Co- lónias.....	33	101
<i>Costa (Peregrino da)</i>		
Epidemiologia de Macau	25	199
<i>Couto (Mons. Gustavo)</i>		
Acção missionária dos franciscanos portugueses na Índia.....	32	65
As línguas vernáculas e o funcionalismo colonial	26	24
In memoriam do Comandante João Belo.....	35	3
<i>Delabarre (Edmund Burke)</i>		
Rocha de Dighton e Miguel Corte Real.....	30	44
<i>Denis (José de Oliveira Ferreira)</i>		
Colonização portuguesa nas colónias de África..	27	18
Evolução da política colonial portuguesa.....	34	3
<i>Dias (Gastão Sousa)</i>		
Fronteira Sul de Angola.....	31	15
<i>Fernandes (Tomás Wylie)</i>		
Política colonial da Gran-Bretanha em relação às suas dependências na África Oriental.....	30	3
<i>Ferreira (Dr. Vicente)</i>		
Sistema monetário de Angola.....	26	55
Situação de Angola — Circular-consulta.....	27	70
	28	85
	29	54
<i>Fidel (Camillo)</i>		
Papel e actividade da Comissão Colonial da Im- prensa Latina.....	31	152
<i>Furtado (João C. da Mota)</i>		
Algumas análises de trigos do planalto de Ben- guela	28	32
<i>Galvão (A.)</i>		
Caminho de Ferro de Luanda e Malanje (Am- baca) e os caminhos de ferro de penetração..	27	3
Comércio e navegação de Moçambique em 1926, {	30	29
	31	68
Futura capital de Angola.....	25	32
Os grandes transafricanos.....	36	29

	Bol.	Pág.
<i>Garrett (Visconde de Almeida)</i>		
Como se faz uma nação colonial.....	54	78
<i>Geraldes (C. de Melo)</i>		
Renseignements sur le palmier à huile en Angola.	36	16
<i>Gonçalves (Caetano)</i>		
Instituto Jurídico dos Mandatos Internacionais.	29	3
<i>Gossweiler (John)</i>		
Contribuição para o estudo botânico da palmeira do azeite em Angola.....	30	107
<i>Grilo (F. Monteiro)</i>		
Elementos para o esboço económico-agrícola de Quelimane.....	26	89
<i>Guerreiro (Padre Fernando)</i>		
Jornada que o padre Baltazar Barreyra fez á terra firme da Guiné.....	29	118
<i>Inso (Egídio)</i>		
Crédito agrícola em terras portuguesas dáquem e dálem-mar.....	28 30 31	43 88 100
<i>Janssens (Paul) e A. A. Monteiro do Amaral.</i>		
Rapport concernant l'étude de la concession de Sumba, sur la rive gauche du Zaire.....	25	90
<i>Lima (Lisboa de)</i>		
O problema do pôrto e caminho de ferro de Lou- renço Marques e a visita do general Hertzog a Lisboa	26	3
<i>Machado (Álvaro)</i>		
Conferência realizada em 12 de Março de 1928 na Sociedade de Geografia sobre o Caminho de Ferro de Benguela.....	35	25
<i>Machado (Joaquim José)</i>		
Relatório acerca dos trabalhos para a fixação da directriz do caminho de ferro projectado entre Lourenço Marques e a fronteira do Trans- vaal — 1883.....	26	108
<i>Mantero (Francisco)</i>		
A mão de obra em S. Tomé e Príncipe (1910)....	36	64
<i>Melo (Francisco Aragão e)</i>		
Pôrto e caminho de ferro do Zaire.....	28	25
<i>Ornelas (Augusto)</i>		
Tradição e arte nas colónias	31	26
<i>Penha Garcia (Conde de)</i>		
Discurso de abertura da «Semana das Colónias» (1928).....	36	5
<i>Ribeiro (Ernesto Rodolfo Hintze)</i>		
Portugal e Inglaterra — Negociações do tratado sobre os domínios de África.....	31	123
<i>Romão (Júlio César Soromenho)</i>		
Breve notícia sobre as condições agrícolas do planalto de Malanje	27	47

	Bol.	Pág.
<i>Santos (Paulo Cavique dos)</i>		
Canforeira	27	12
<i>Silva (José Emilio dos Santos e)</i>		
Questão do Zaire e a ocupação do Cacongo e	30	59
Massabi.....	31	74
<i>Silva (Luciano A. Pereira da)</i>		
Origem portuguesa do Cruzeiro do Sul.....	34	120
<i>Simões (João José)</i>		
Pecuária da Província de S. Tomé e Príncipe....	35	12
<i>Sousa (António de Figueiredo Gomes e)</i>		
Contribuição para o estudo florestal do Maiombe		
Português.....	34	14
Reconhecimento agronómico do distrito do Moxico	36	35
<i>Sousa (Mons. José de Santa Rita e)</i>		
Elementos Gramaticais da língua concani.....	33	31
	34	46
	35	58
	36	47
<i>Valdez (Francisco Travassos)</i>		
Produtos de Cabo Verde.....	30	127
<i>Vasconcelos (Ernesto de)</i>		
A viagem do Gama na evolução da cartografia		
náutica	31	6
<i>Xavier (Alfredo Augusto Caldas)</i>		
Política da colonização da Zambézia.....	35	94

ÍNDICE POR COLÓNIAS

ANGOLA

	Bol.	Pag.
Administração Pública.....	25	186
Angola e a emigração.....	33	236
» » » Exposição Internacional de 1929.....	31	211
» » o problema da colonização boer.....	33	222
» na Geologia de África — <i>Alexandre Borges</i>	31	39
» país de incerteza.....	26	179
Apreciações de um inglês.....	33	250
Aspectos do Lobito.....	29	204
Assistencia em 1927 (Serviços de).....	36	91
» agrícola do Estado.....	26	142
» indígena.....	25	186
» » no Congo.....	35	207
» sanitária ao indígena.....	36	210
Benguela.....	34	203
Bilharziose.....	30	171
Bilhetes de tesouro.....	28	175
Boers.....	35	218
Breve notícia sobre as condições agrícolas do planalto do Malanje — <i>Júlio César Soromenho Romão</i>	27	47
Calunda, região de colonização.....	31	169
Caminho de Ferro de Benguela.....	25	195
	26	142
	27	229
	32	232
	33	237
	33	255
	34	183
Caminho de Ferro de Benguela — Conferência realizada em 12 de Março de 1926, na Sociedade de Geografia <i>Alvaro Machado</i>	35	25
Caminho de Ferro de Luanda e Malanje (Ambaca) e os caminhos de Ferro de penetração — <i>A. Galvão</i>	27	3
Caminho de Ferro de Mossâmedes.....	33	238
» » » do Amboim.....	33	274
Campanha contra a doença do sono.....	32	216
» sanitária.....	36	205
Colonização de Angola.....	36	199
» e cultura planálticas.....	29	205

	Bol.	Pág.
Colonos boers.....	33	257
» da região do Bié.....	26	170
Combate à doença do sono no Golungo Alto.....	28	205
Contribuição para o estudo botânico da palmeira do azeite — <i>John Gossweiler</i>	30	107
Contribuição para o estudo florestal do Maiombe português — <i>António de Figueiredo Gomes e Sousa</i>	34	114
Convenção Angola-Congo.....	30	231
Crédito agrícola e crédito industrial.....	25	188
» e fomento.....	25	215
Crianças do planalto da Huila.....	35	219
Cunene e o desenvolvimento económico do extremo sul da Província.....	25	220
Descontentamento dos boers.....	31	221
Direitos de Portugal sobre os territórios de Molembo, Cabinda e Ambriz — <i>Marquês de Sá da Bandeira</i>	27	92
Divisão e sub-divisão administrativa da Província....	26	138
Ensino secundário.....	33	174
Epidemiologia.....	36	175
Equilíbrio orçamental.....	25	185
Escravidão.....	31	223
Estado sanitário.....	27	184
Estradas.....	34	181
» de penetração.....	27	178
Estudos sobre a flora.....	25	218
Exportação em 1926.....	27	124
» no 1.º trimestre de 1927.....	29	137
Exportações para S. Tomé e Príncipe.....	27	175
Festa de instrução.....	36	172
Finanças.....	30	169
	32	192
Formações sanitárias do Estado nos diferentes distritos	36	90
	28	63
	29	90
Frederico Welwitsch e a sua obra — <i>José de Almeida</i> ..	32	97
	33	84
	34	106
Fronteira do sul.....	27	181
» » » <i>Gastão Sousa Dias</i>	31	15
Futura capital — <i>A. Galvão</i>	25	32
Futuro porto do Lobito.....	26	181
Grande Hotel no Lobito.....	29	158
Granjas penais agrícolas.....	31	210
Importações em 1926.....	28	137
» no 1.º trimestre de 1927.....	29	137
Imprensa Nacional.....	31	161
Impressões de uma digressão.....	30	229

	Bol.	Pág.
Indústrias	29	152
Interesses de Angola e Catanga.....	25	227
Italianos e a Província.....	33	232
Lobito (Mangueiras de lona para o pô.to de).....	36	77
Luanda (Aquisição de materiais para a Repartição Técnica das Águas de)	36	77
Maiombe Português.....	31	207
Mão de obra agrícola.....	29	156
Missão botânica.....	31	215
» católica da Huíla.....	32	212
» veterinária ao sul da Província.....	25	222
Missões volantes da saúde.....	30	173
Moeda e crédito.....	25	184
Movimento de estrangeiros em 1926.....	33	134
» » nacionais brancos em 1926.....	33	135
Moxico (Reconhecimento agronómico do districto do)— António de Figueiredo Gomes e Sousa.....	36	35
Nova capital—Suas estradas.....	34	211
» » e o problema da colonização.....	34	208
Novo regime prisional.....	30	158
Obituário no concelho de Luanda, no 1.º trimestre de 1927.....	30	141
Obituário no distrito da Lunda em 1926.....	36	86
» » » de Cubango em 1926.....	36	82
» » » » Huíla em 1926.....	35	111
» » » » Luchazes em 1926.....	36	82
» » » » Luanda em 1926.....	34	144
» » » » Malanje em 1926.....	36	84
» » » » Mossamedes em 1926.....	36	79
» » » do Bié em 1926.....	36	83
» » » Congo em 1926.....	36	82
» » » Cuanza Sul em 1926.....	35	110
» » » Moxico em 1926.....	36	83
» » » Zaire em 1926.....	36	83
» nos distritos de Benguela e Cuanza Norte em 1926.....	32	137
Obras de fomento.....	25	189
Palmeira do óleo no Congo Português e enclave de Ca- binda... ..	28	175
Pautas das alfândegas.....	35	121
Pode Angola fornecer carne a Lisboa?.....	29	201
Política de aumento de produção.....	25	190
População de Luanda.....	26	137
Pôrto e caminho de ferro do Zaire — Francisco de Ara- gão e Melo.....	28	25
Portugal em Angola.....	31	214
Problema das comunicações no Congo Português.....	35	214

	Bol.	Pág.
Progressos do Lobito.....	33	174
Quadro administrativo da Província.....	29	165
Questão do Zaire e a ocupação do Cacongo e de Massabi — <i>José Emilio dos Santos e Silva</i>	30	59
	31	74
Rações para os indígenas.....	33	166
Ramas de tabaco de Ambaca.....	34	181
Rapport concernant l'étude de la concession de Sumba, sur la rive gauche du Zaire — <i>Paul Janssens e A. A. Monteiro do Amaral</i>	25	90
Reformas	25	187
Regime aduaneiro.....	29	142
» florestal.....	27	129
Renseignements sur le palmier à huile en Angola. — <i>C. de Melo Geraldès</i>	36	16
Santo António do Zaire, testa de caminho de ferro....	26	169
Serviço médico-veterinário.....	31	159
Serviços de Colonização (Estatuto Organico dos)....	36	105
Sistema monetário.....	33	143
Sistema monetário — <i>Dr. Vicente Ferreira</i>	26	55
Situação de Angola — Circular consulta do Alto Comissário <i>Dr. Vicente Ferreira</i>	27	70
	28	85
	29	54
Tentativas para a introdução e divulgação da Mafurreira — <i>Ernesto Beaumont</i>	26	41
Tráfico marítimo do Congo Belga.....	28	202
Trigos do planalto de Benguela (Algumas análises de <i>João C. da Mota Furtado</i>).....	28	32
Veterinária.....	30	175
Zonas colonizáveis para europeus.....	30	224

CABO VERDE

Agricultura	32	196
Centro de actividade marítima.....	27	221
Exportações em 1927.....	26	125
» no 1.º trimestre de 1927.....	26	127
» » 2.º » »	29	132
Importações em 1926.....	26	125
» no 1.º trimestre de 1927.....	26	127
» » 2.º » »	29	132
Melhoramentos na cidade da Praia.....	32	196
Movimento comercial em 1926.....	26	125
» » » 1927.....	34	149
» » no 1.º trimestre de 1927.....	26	127
» » » 3.º » »	34	150
» » » 4.º » »	34	151
Obituário em 1926.....	31	140

	Bol.	Pág.
Obituário no 3.º trimestre de 1926.....	25	153
» nos 3.º e 4.º trimestres de 1926.....	29	134
» no 1.º trimestre de 1927.....	29	135
» » 2.º semestre » »	30	143
» » 3.º trimestre » »	31	142
» » 3.º trimestre » »	34	145
Produção do sal.....	25	83
Produtos do solo — <i>Francisco Travassos Valdez</i>	30	127
Relatório sobre o reconhecimento geológico na Ilha de Sant'Iago — <i>J. B. Bebian</i>	25	39
Tentativas para a introdução e divulgação da Mafur- reira — <i>Ernesto Beaumont</i>	26	41
Vias de comunicação existentes na colónia	36	93

GUINÉ

Destruindo erradas apreciações sobre a situação polí- tica e económica da Província	36	164
Exportações em 1926.....	27	123
» no 1.º semestre de 1927.....	29	133
Importações em 1926.....	27	123
» no 1.º semestre de 1927.....	29	133
Jornada que o P.º Balthazar Barreira fez á terra firme da Guiné em 1605 — <i>Padre Fernão Guerreiro</i>	29	118
Mercadorias exportadas em 1927.....	36	95
» importadas em 1927.....	36	95
Movimento do porto de Bolama em 1927.....	35	119
Obituário em 1926.....	25	132
» no 1.º trimestre de 1927.....	29	136
» » 3.º semestre de 1927.....	35	117
Riquezas (As suas).....	36	204
Serviços aduaneiros	34	162
Trabalho indígena.....	35	174

ÍNDIA

Ação missionária dos franciscanos portugueses — <i>Mons. Gustavo Couto</i>	32	65
Afonso de Albuquerque e o 7.º Congresso Provincial da Índia Portuguesa.....	32	220
Côco da Índia em Hamburgo.....	27	132
Comércio e navegação em 1926.....	30	178
Conferência realizada em 16 de Março de 1908 na Socie- dade de Geografia — <i>Hipácio de Brion</i>	25	123
Elementos gramaticais da língua concani — <i>Mons. José</i> <i>de S. Rita e Sousa</i>	33	31
	34	46
	35	58
	36	47
Ensino profissional.....	30	228

	Bol.	Pág.
Escola de Concanim ou Concanim nas Escolas?	36	213
Exportações em 1925 e 1926	27	126
» no 1.º trimestre de 1927	30	140
» » 3.º » » 1927	31	143
Gôa e a velha língua nativa	29	203
Importações em 1925 e 1926	27	125
» no 1.º semestre de 1927	30	140
» » 3.º » » 1927	31	143
Instituto Indiano em Coimbra	28	207
Padroado do Oriente (Acôrdo entre a Santa Sé e a República Portuguesa)	36	98
População descendente de europeus, em 13 de Fevereiro de 1927	25	154
Problema das castas	33	261
Valor económico do pórtio de Mormugão	28	204
Visita do Marechal Birdwood a Gôa	31	171

MACAU

Acção política do governador dr. Tamagnini Barbosa ..	36	150
Ataque dos holandeses a Macau em 1622 — C. R. Boxer	33	17
Comércio com Macau	33	127
» em 1926	26	144
» entre Macau e Timor	29	203
» geral	26	175
Epidemiologia — <i>Peregrino da Costa</i>	25	199
Estrada de Macau-Seac-ki	36	150
Exportações em 1926	27	127
Exposição e feira	28	200
Feira e exposição comercial	36	157
Festa chinesa	36	214
Festejos do 16.º aniversário da República Chinesa	31	212
Importações em 1926	27	126
Inauguração da luz eléctrica em Coloane	36	158
Indústrias	26	165
Macau, cidade de Camões	25	228
Mar, base do ressurgimento	27	179
Museu e Biblioteca	27	184
Nacionalistas chineses	28	195
Nova feira	27	185
Obituário em 1926	28	141
» » 1927	35	115
» no 1.º semestre de 1927	34	147
» » 2.º » » 1927	35	113
Padroado Português do Oriente (Acôrdo entre a Santa Sé e a República Portuguesa)	36	98
Padroado Português do Oriente (Ofício de D. José da Costa Nunes, Bispo de Macau)	36	161

	Bol.	Pag.
População em 31 de Maio de 1927.....	28	139
Portugal, Japão e Macau.....	32	230
Relatório dos principais serviços prestados em Macau { de Dezembro de 1918 a Março de 1927 — <i>Hugo de</i> <i>Lacerda Castelo Branco</i>	32 33	3 46
Romagem à gruta de Camões.....	34	159
Tratado comercial luso-chinês de 1888.....	31	222
Visita do Governador da Colónia a Hong-Kong.....	30	162
» » » de Hong-Kong.....	35	187
» » Ministro da Inglaterra na China.....	35	182

MOÇAMBIQUE

Agricultura.....	32	197
» em Sofala e Manica.....	33	229
» indígena.....	29	202
» no distrito de Mocambique.....	33	243
» nos territórios da Companhia de Moçambique.....	33	176
Aspectos económicos e turísticos do Zambeze.....	31	216
Assistência médica indígena na ponte-cais de Lourenço Marques.....	29	174
Automóveis em Lourenço Marques.....	31	170
Bairro operário em Lourenço Marques.....	32	190
Caça ao elefante nas terras do Barué.....	25	225
Cambiais e ouro recebidos nas alfândegas da Província, de Janeiro a Agosto de 1926.....	27	122
Caminhos de ferro.....	32	196
Campanhas da África Oriental.....	32	197
Colonização do distrito de Lourenço Marques.....	26	168
Comércio em Agosto de 1926.....	27	177
» e Navegação em 1926 — <i>A. Galvão</i> {	30 31	29 68
Conferências em Lourenço Marques.....	34	182
Crédito agrícola.....	32	218
Cultura e produção do sizal.....	32	183
«Delagoa Bay» na nomenclatura postal.....	28	175
Desenvolvimento da Beira.....	27	230
Doença do sôno na Província.....	36	200
Elementos para o esboço económico agrícola do Quelimane — <i>F. Monteiro Grilo</i>	26	89
Emigração indígena para o Transvaal..... {	28 29	125 138
Estatística económica (Trabalho e Desemprego) em Lourenço Marques.....	36	92
Estrada de Salisbury a Tete.....	31	221
Estradas.....	30	173
Exportação de frutas.....	26	146

	Bol.	Pág.
Exportações em 1927.....	27	125
» no 1.º semestre de 1927-1928.....	31	145
Finanças	{ 30	169
	32	194
Fomento agrícola.....	29	174
» e o porto de Lourenço Marques	28	208
Faturo de Lourenço Marques.....	27	226
Gado existente no território da Companhia de Moçambique em 31 de Dezembro de 1926.....	26	124
Importação para consumo em 1926.....	27	181
Importações em 1926.....	27	124
» no 1.º semestre de 1927-1928.....	31	144
Indígena da Zambézia.....	28	198
Indígenas	32	197
Indústria açucareira.....	29	210
» do cimento.....	36	166
» pecuária.....	30	225
Instrução	32	193
» pública.....	31	162
Intrigas em torno do porto de Lourenço Marques.....	32	215
Irrigação do Vale do Limpopo.....	32	206
Jardim Zoológico em Lourenço Marques.....	34	183
Línguas indígenas.....	33	230
Lourenço Marques e os estrangeiros.....	32	192
» » vista por um inglês.....	30	232
Mão de obra indígena.....	{ 31	169
	31	208
» » » » e fomento.....	27	228
Missão médica à África Oriental Portuguesa.....	36	202
Missões estrangeiras	27	226
Moçambique e a publicidade.....	31	216
» os italianos.....	26	177
Movimentos de doentes nos hospitais em 1923.....	25	199
Notas sobre Lourenço Marques	33	175
Novas pautas aduaneiras.....	31	163
Óbitos nos diferentes hospitais em 1922.....	26	123
Orçamento da Colónia.....	31	170
Pecuária	33	241
» nos territórios da Companhia de Moçambique	29	175
Pinaard (General)—Fala de Angola.....	36	220
Política da colonização da Zambézia— <i>Alfredo Augusto Caldas Xavier</i>	35	94
Ponte sobre o Zambeze.....	33	176
População de Lourenço Marques.....	{ 28	175
	33	181
» do Chinde	27	185
» dos territórios da Companhia de Moçambique	29	175

	Bol.	Pág.
População existente em todo o território da Companhia de Moçambique em 31-12-1926	26	124
» indígena em 1926	30	128
Pôrto da Beira	33	127
» de Lourenço Marques	25	226
Praia de Polana	28	184
Problema agrícola no sul da província	26	173
Produção agrícola nos territórios da Companhia de Moçambique em 1926	32	143
» de tabaco	32	195
» do distrito de Inhambane	29	173
» e exportação em 1926	28	171
Progresso de Lourenço Marques	26	144
Projecto do orçamento para 1927-1928	31	163
Quedas do Zambeze	25	197
Reconhecimento das bocas do Zambeze	28	185
Recrutamento militar europeu	31	204
Rede ferro-viária de Lourenço Marques	35	212
Regulamento dos tribunais privativos indígenas	32	147
» para a exploração das plantas espontâneas, fibrosas e produtoras de borracha	32	164
Relatório acerca dos trabalhos para a fixação da directriz do caminho de ferro projectado entre Lourenço Marques e a fronteira do Transvaal — 1888 — Joaquim José Machado	26	108
Serviço militar europeu	33	239
Serviços aduaneiros	25	198
Tabaco colonial (Representação do Sindicato Agrícola de Quelimane)	36	167
Trabalho indígena (Bases para a Convenção em Portugal e a União da África do Sul)	36	134
Trabalhadores indígenas	30	170
União Sul-Africana e o pôrto de Lourenço Marques. {	32	219
	34	180
Valor económico do distrito de Moçambique	33	238
Visita do Governador Geral à Zambézia	26	143

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Apreciação de um inglês	33	250
Aspectos da cidade	33	234
Exportações em 1926	27	124
Exposição Íbero-Americana de Sevilha (Concurso para fotografias)	36	78
Exposição Íbero-Americana de Sevilha (Concurso para uma monografia)	36	77
Importações de Angola	27	175
» em 1926	27	123

	Bol.	Pág.
Imposto de tonelagem.....	35	176
Mão de obra em S. Tomé e Príncipe— <i>Francisco Mantero</i> (1910).....	36	64
Mercadorias produzidas ou manufacturadas na província e exportadas em 1927.....	36	94
Mortalidade na Província.....	36	176
Navegação entre S. Tomé e Fernando Pó.....	31	159
Notas de uma administração colonial— <i>Vicente Pinheiro</i> <i>Lobo Machado de Melo e Almada</i>	28	122
Obituário dos portugueses (brancos) em 1927.....	34	146
» durante os meses de Março a Dezembro de 1926.....	25	150
Pecuária da Província— <i>João José Simões</i>	35	12
Produção de cacau.....	31	158
Projecto para o aproveitamento da energia hidráulica.....	35	187
Situação financeira.....	31	159
Trabalho indígena.....	32	198

TIMOR

Comércio entre Macau e Timor.....	29	208
Ensino indígena.....	34	210
Exportações em 1926.....	27	127
Gados existentes em 31 de Dezembro de 1926.....	29	138
Importações em 1926.....	27	127
Plantações indígenas.....	29	138
Política de fomento.....	32	194
População em 1926.....	26	128

BANCO DA BEIRA

Banco Emissor do Território da Companhia de Moçambique

Capital autorizado £ 1.000.000 ou Esc. 4.500.000\$00 (ouro)

Capital realizado £ 200.000 ou Esc. 900.000\$00 (ouro)

Endereço Telegráfico - BEIRABANCO

Sede: LISBOA — Rua da Vitória, 94, 1.º

TELEFONE C. 3162

Estabelecimento principal BEIRA (África Oriental)

Agências em: Macequece, Vila Pery, Vila Fontes

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Serviço regular entre a Metrópole e a África Ocidental Portuguesa e a África Oriental Portuguesa

Saídas de Lisboa na primeira quinta-feira de cada mês, às 13 horas
para os portos da África Ocidental e Oriental

Saídas de Lisboa na terceira quinta-feira de cada mês, às 13 horas
para os portos da África Ocidental

Saídas extraordinárias de Lisboa e portos do norte da Europa para a África
unicamente para carga, sempre que as circunstâncias o exijam

Serviço a frete corrido de mercadorias dos principais portos da Europa
para a África e vice-versa, com baldeação em Lisboa

FROTA DA COMPANHIA (Paquetes)

Niassa.....	8965 Ton.	Africa.....	5491 Ton.	Obinde.....	1882 Ton.
Angola.....	8315 »	Pedro Gomes.	5471 »	Bolama.....	985 »
L. Marques...	6855 »	Zaire.....	7500 »	Ibo.....	894 »
Moçambique.	5771 »	Luabo.....	1385 »	Ambriz.....	858 »

N. B. — Os últimos 5 vapores são empregados no serviço de cabotagem

VAPORES DE CARGA

Cubango, 5800 Ton. S. Tomé, 6350 Ton. Cabo Verde, 6200 Ton.
Dondo, 6000 Ton. Congo, 5090 Ton.

REBOCADORES NO TEJO — «Tejo», «Douro» e «Cabinda»

Escritórios da Companhia: Lisboa, R. do Comércio, 85—Porto, R. da Nova Alfândega, 34

Agentes no Norte da Europa e Mediterrâneo

Anvers, *Eiffe & Co*, Quai van Dyck, 10. — Bordeaux, *Worms & Co*, Boite Postale, 4. — Genova, *Soc. An. di Navigazione «Neptunia»*, 11, Piazza Maddalena. — Glasgow, *Davidson, Park & Speed, Ltd.*, Waterloo Chambers, 19 Waterloo Street. — Hamburgo, *E. Th. Lind*, Europahaus, 89, Alsterdamm. — Havre, *Agence Maritime L. Strauss*, 23, Rue J. B. Eyriès. — Liverpool, *A. Barbosa & Co*, The Albany. — London, *Tatham, Bromage & Co Ltd*, Exchange Chambers, 28, St. Mary Axe, E. C. 3. — Marselha, *Société du Madal*, 9, Rue Saint Jacques. — Rotterdam, *H. van Krieken & Co*, P. O. Box, 658

Telefone: LISBOA, P. B. X., Central 2365 a Central 2370

RICARDO PIRES & C.^a

IMPORTADORES
LISBOA

Rua da Glória, 72, 1.^o D.
END. TELEG.-Amendoense

EXPORTADORES
ÁRICA

LUANDA-Caixa Postal 338
END.ºº TEL.ºº Cabacos-Silvares

EMPRESA DOS TABACOS DE ANGOLA
FABRICO MECANICO APERFEIÇOADO DE PICADOS,
CIGARROS E CHARUTOS

INDUSTRIAL FRIGORÍFICA
FÁBRICA DE GELO E REFRIGERANTES
(Fornecimento de gelo, a vapores e de peixe congelado, na linha férrea
Luanda-Malange)

SERRALHERIA MECANICA

Societários de:

Elias & Pires, Lt., em Lucala - com filiais de permuta nas regiões de café. Sociedade Agrícola e Industrial de Camoma Ltd.-(Agricícola). Empresa Pecuária do Rio Tapada, Ltd., no Lobito e Egito - (criação de gado e cultura de algodão e palmares). Machado & Ricardo nos Selles - Cultura de Palmares.

Papelaria, Livraria e Tipografia Fernandes & C.^a L.^{da}

33, Rua do Rato, 35 — LISBOA

Telefone Norte { 691
4899

Fornecimento por grosso e a retalho de todos os artigos para Escritório, Repartições Públicas, Escolas, Câmaras Municipais, etc.

Depósito de: Papeis de todas as qualidades e para todos os fins; Cartolinas brancas e de côres; Cartão absorvente, hidráulico, couchet; Couros, etc.; Papelão palha liso e forrado; Fio de vela e para sapateiro; Impressos para o Exército, Câmaras Municipais, Repartições de Finanças, Conservatórias do Registo Predial, Tribunais, etc.

Execução rápida, perfeita e económica de trabalhos tipográficos, litográficos e encadernações em todos os géneros.

A Casa que fornece maior número de Ministérios e outras Repartições Públicas.

PREÇOS SEM COMPETÊNCIA

IMPrensa

LDA.

ATINGE O IDEAL DE --
COMBINAR A -- -- --
PERFEIÇÃO DA OBRA
COM PREÇOS MODICOS

Trabalhos tipográficos
desde o mais simples
rótulo até à mais rara
obra de arte :: :: ::

-- -- MARIANOS, 6
RUA DAS JANELAS
VERDES -- -- --

LISBOA.

TELEFONE
CENTRAL
- - - 3449

Telegramas
CAPA



COMPANHIA AGRICOLA-PECUARIA DE ANGOLA

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

ANTIGA SECÇÃO DE CEREAS DO

Fomento Geral d'Angola

CULTURA DE CEREAS

CREAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE CADO

INSTALAÇÕES

EM

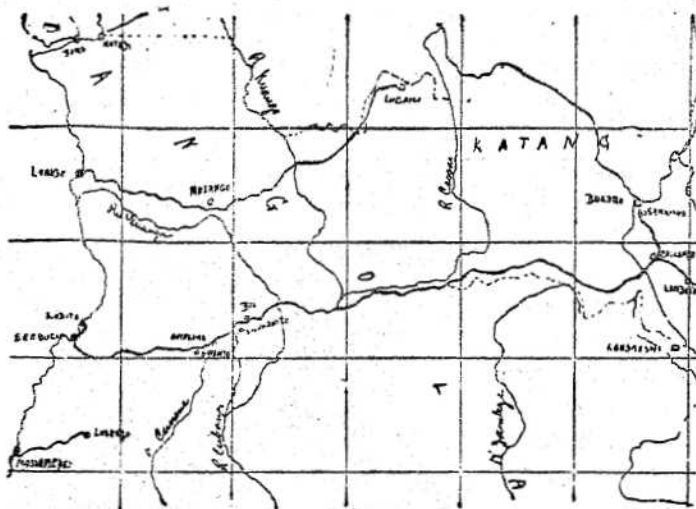
LOANDA, BENGUELA, HUAMBO, LUBANGO.

CALULO, CHINGUAR, LUIMBALE, ANDULO, QUIPUNGO, CHIBIA, GAMBOS etc.

CAPITAL E^{de} 20.000.000\$00

SEDE EM LISBOA Rua dos Fanqueiros 12.2°

TELEFONES C^o 480 e C^o 970



COMPANHIA DO CAMINHO DE FERRO DE BENGUELLA

CAPITAL ACÇÕES—ESC. (ouro) 13.500.000\$00

CAPITAL OBRIG.—ESQ. (ouro) 16.414.920\$00

SEDE EM LISBOA: LARGO DO QUINTELLA, 11

COMITÉ DE LONDRES: FRIARS HOUSE,
NEW BROAD STREET, E. C. 2

Linha férrea construída em exploração:

Desde o Lobito a Camacupa (Km. 702).

Extensão total da linha férrea do Lobito até à Fronteira

Kilómetro 1.290

Distância do Lobito à região mineira da Katanga:

Kilómetros 1.800

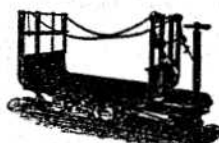
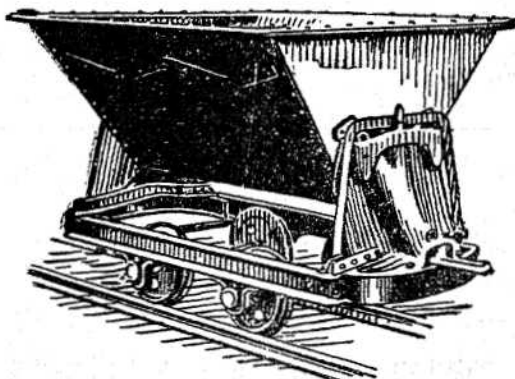
Robert Hudson & Sons, LIMITED.

Representing:
ROBERT HUDSON LTD.,
LEEDS, Eng.

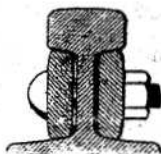
Works:
GILDERSOME FOUNDRY,
LEEDS, Eng.

**OS MAIORES FABRICANTES INGLESES DE MATERIAL
FERROVIÁRIO DE VIA REDUZIDA**

Vagonetas inglesas
da mais sólida
construção. Esta casa
tem 60 anos
de experiência
no fabrico de vagonetas
para todas
as aplicações.



Zorras para cana
de açúcar, em todos
os tipos
e de todos os tamanhos.



Carris, Travessas, Pla-
cas giratórias, agu-
lhas, etc.

O material HUDSON abrange tudo o que se re-
laciona com um apetrechamento completo de
Linhas Férreas de Via Reduzida:

**VAGONETAS BASCULANTES, DE PLATA-
FORMA, PARA MINÉRIO, PARA CANA,
LOCOMOTIVAS A VAPOR E A PETRÓLEO,
CARRIL E TODOS OS ACESSÓRIOS.**

ESCRITÓRIOS EM TÔDA A ÁFRICA:

JOHANNESBURG: P. O. Box 5744

DURBAN **LOANDA** **BEIRA**
P. O. Box 1007 C. Postal 265 C. Postal 292

LOURENÇO MARQUES: Caixa Postal 177

MAURÍCIAS: P. O. Box. 118, Port Loui's

EGIPTO: ROBERT HUDSON, LTD., P. O. Box 1446, Cairo

Enderêço telegráfico geral "ROBETRUX"

AGENTES E DEPOSITÁRIOS EM PORTUGAL:

MONTEIRO GOMES, LIMITADA

TELEF.
C. 3453

ENGENHEIROS
Alecrim, 10 — LISBOA

TELEG.
Tractores

Máquinas para a agricultura e indústrias das colónias

Pedir CATÁLOGOS e ORÇAMENTOS a

Monteiro Gomes, Limitada

Telegramas
TRACTORES

ENGENHEIROS

ALECRIM, 10 — LISBOA

Telefone
C. 3453

Fornecimentos ultimamente efectuados para as Colónias :

Tractores HOLT CATERPILLAR e LAUSON, Charruas, Grades, Cultivadores, Semeadores, Locomóveis a vapor e a gás pobre, Debulhadoras, Carros de reboque TROY para tractor e camião, Motores a gás pobre, Gasogéneos, Motores a gasolina, petróleo e óleos pesados, Máquinas FOWLER para lavoura, a vapor, Máquinas para serrações, Máquinas para sisal, Bombas centrífugas, Máquinas para a cultura e preparação industrial do algodão, Máquinas para cerâmica, Locomotivas, Vagões, Carruagens, Via férrea, Máquinas para fabrico de óleos e seus derivados, Burrinhos para alimentação de caldeiras, Máquinas para excavação e remoção de terras, Aços rápidos e especiais, etc., etc.

EMPRESA AGRÍCOLA DO LUGELA, LIMITADA

SEDE: — Rua de Santa Justa, 95, 2.º
LISBOA

Administração em África:

**ALTO LUGELA — QUELIMANE
(ZAMBÉZIA)**

**Agricultura e exportação de sisal,
algodão, chá, tabaco, kapok, cereais
e amendoim**

Agente em Londres: **HORNUNG & Co. Ltd. Norfolk House — Cannon Street**

CÓDIGOS USADOS

**Bentley's
Ribeiro
A. B. C. 5th. Edition
Guedes**

ENDEREÇO TELEGRAFICO

LUGELA { **Lisboa**
Quelimane

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

BANCO EMISSOR DAS COLÓNIAS

Sede — Rua do Comércio — LISBOA

CAPITAL REALIZADO
Esc. 50.000.000\$00

RESERVAS
Esc. 42.000.000\$00

FILIAIS E AGÊNCIAS NO CONTINENTE:

AVEIRO, BARCELOS, BEJA, BRAGA, BRAGANÇA, CASTELO BRANCO, CHAVES,
COVILHÃ, COIMBRA, ÉVORA, ELVAS, ESTREMOZ,
FARO, FIGUEIRA DA FOZ, GUIMARÃES, GUARDA, FUNDÃO,
LAMEGO, LEIRIA, OLHÃO, OVAR, PORTALEGRE,
PORTIMÃO, PENAFIEL, PÓRTO, RÉGUA, SANTARÉM, SETÚBAL,
SILVES, TOMAR, TORRES VEDRAS, VIANA DO CASTELO,
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO,
VILA REAL DE TRÁS-OS-MONTES, VISEU.

MADEIRA — FUNCHAL

AÇORES — ANGRA DO HEROÍSMO E PONTA DELGADA

CABO VERDE — S. VICENTE E S. TIAGO

S. TOMÉ — PRÍNCIPE — GUINÉ — BISSAU E BOLAMA

Correspondente e Agente Geral em ANGOLA e CONGO BELGA
BANCO DE ANGOLA com Filial em LOANDA e Agências em
CABINDA, NOVO REDONDO, BENGUELA, VILA SILVA PÓRTO (BIÉ),
MALANGE, LOBITO, MOSSÂMEDES,

SÁ DA BANDEIRA (LUBANGO), KINSHASSA (CONGO BELGA).

ÁFRICA ORIENTAL — BEIRA (Agência), BANCO DA BEIRA,

LOURENÇO MARQUES, TETE, MOÇAMBIQUE,
INHAMBANE, CHINDE, QUELMANE, E IBO.

ÍNDIA — BOMBAIM, MORMUGÃO, NOVA GÔA.

CHINA — MACAU. TIMOR — DILI.

BRASIL — RIO DE JANEIRO, PERNAMBUCO, S. PAULO, PARÁ, MANAUS.

INGLATERRA — LONDRES. FRANÇA — PARIS.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — Agência em NEW-YORK.

Operações bancárias de toda a espécie no Continente, Ilhas adjacentes,
Colónias, Brasil e restantes países estrangeiros.

JOSEPH VÖGELE & Co.

MANNHEIM

FABRICO ESPECIALIZADO EM:

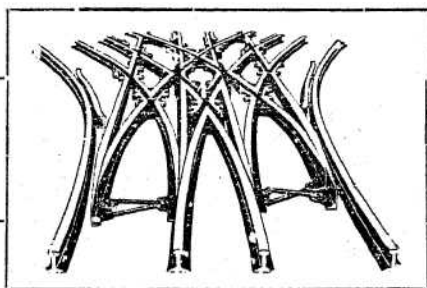
Agulhas completas para todas as vias

Agulhas completas para tramways

:: Placas giratórias articuladas ::

Cruzamentos para todas as vias

CHARRIOTS
TRANSPOR-
TADORES



PLACAS
GIRATÓRIAS

Guindastes para todas as cargas

Guindastes transportadores

Vasos e reservatórios esmaltados para indústrias químicas; Britadeiras; Máquinas para a produção de arame; Fogões para aquecimento de oficinas, lojas, etc.; Instalações completas para extracção de óleo de palma

REPRESENTANTE PARA PORTUGAL E COLÓNIAS:

CARLOS EMPIS

RUA DE S. JULIÃO, 23 — LISBOA

MAQUINAS

PARA TODAS AS INDÚSTRIAS

Montagem de fábricas completas

ELECTRICIDADE

MOTORES — DÍNAMOS — ALTERNADORES

TURBINAS-TRANSFORMADORES

MATERIAL ELECTRICO

BOMBAS

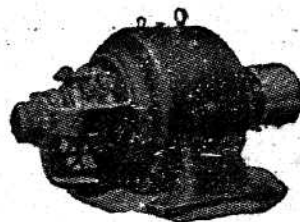
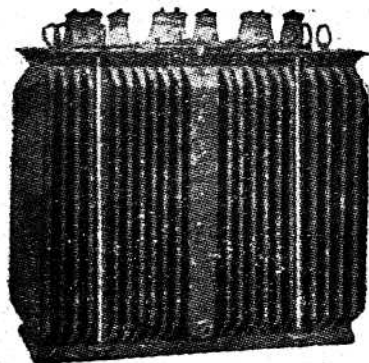
Todos os sistemas

PROJECTOS

ESTUDOS

E

ORÇAMENTOS



VAGONS

TUBOS

CARRIS

E ACESSORIOS

Para Água, Gaz e Vapor

FERRO, AÇO, LATÃO E COBRE
EM CHAPAS, BARRAS, LINGOTES, ETC.

CONTADORES

PARA AGUA

PARA ELECTRICIDADE



Turbina



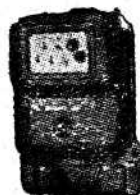
Fragor

APARELHOS
DE
MEDIDA

TORNEIRAS
VÁLVULAS



ACT
c/alternas



OK
c/continua

NOGUEIRA LIMITADA

ENGENHEIROS



TELEGRAMA
NOGUEIRALDA

SEDE

LISBOA

135, Rua dos Douradores

PTIAL

BRUXELAS

31, Rue de l'Union